

ISSN: 1519-8782

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA

Rio de Janeiro, 29 de agosto a 02 de setembro de 2016



CADERNOS DO CNLF, VOL. XX, Nº 02
LEXICOGRAFIA, LEXICOLOGIA,
FRASEOLOGIA, TERMINOLOGIA E SEMÂNTICA



RIO DE JANEIRO, 2016

**UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA
RIO DE JANEIRO – RJ**

REITOR

Arlindo Viana

DIRETOR ACADÊMICO

Eduardo Maluf

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Katia Cristina Montenegro Passos

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Maria Beatriz Balena Duarte

DIRETOR DO CAMPUS TIJUCA

José Luiz Meletti de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE LETRAS

Flávia Maria Farias da Cunha

COORDENADORA LOCAL DO XX CNLF

Graziela Borguignon Mota

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-185 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – <http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETOR

José Mario Botelho

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Regina Céli Alves da Silva

SEGUNDA SECRETÁRIA

Eliana da Cunha Lopes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Anne Caroline de Moraes Santos

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Naira de Almeida Velozo.

DIRETORA CULTURAL

Adriano de Souza Dias

VICE-DIRETOR CULTURAL

Agatha Nascimento dos Santos Dias

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

José Enildo Elias Bezerra

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes

DIRETORA FINANCEIRA

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Maria Lúcia Mexias-Simon

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
de 29 de agosto a 02 de setembro de 2016**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
José Mario Botelho
Adriano de Souza Dias
Agatha Nascimento dos Santos Dias*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes
Regina Céli Alves da Silva
Maria Lúcia Mexias-Simon
Marilene Meira da Costa
Naira de Almeida Velozo*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*Anne Caroline de Moraes Santos
Eliana da Cunha Lopes*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Marilene Meira da Costa
José Mario Botelho*

COORDENAÇÃO LOCAL

Anne Caroline de Moraes Santos

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos apresentou-lhe na primeira edição deste número 02 do volume XX dos *Cadernos do CNLF*, com os trabalhos relativos a lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica apresentados no II Congresso Internacional de Linguística e Filologia e XX Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 29 de agosto ao dia 02 de setembro deste ano de 2016, realizado no *Campus* Tijuca da Universidade Veiga de Almeida, os onze primeiros trabalhos completos entregues pelos autores de acordo com as normas do Congresso, totalizando 138 páginas. Os trabalhos seguintes (a partir da página 139), relacionados no sumário do final do volume, foram incluídos na segunda edição.

Na história das locações deste Congresso, vale lembrar que ele nasceu em 1997, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo – RJ). Sua segunda edição ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ) e, depois disso, quinze edições consecutivas foram realizadas no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro – RJ). Por causa disso, muitos participantes frequentes deste Congresso já o consideravam um evento da UERJ, supondo que o CiFEFiL fosse um órgão ou setor daquela instituição.

Somente a partir de 2014 é que ele se realiza fora do âmbito das instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, com a adesão da Universidade Estácio de Sá, que gentilmente nos acolheu desde o início daquele ano, quando ali realizamos o VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, pelo que agradecemos penhoradamente.

Também em 2014 recomeçamos nossas atividades acadêmicas na Veiga de Almeida, com a IX Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, visto que foi aqui que começaram os primeiros eventos organizados pelo CiFEFiL, quando seu fundador, Emanuel Macedo Tavares era professor de Filologia Românica nesta instituição.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Esperamos retribuir agora, com um evento de alto nível, neste II CILF / XX CNLF, a boa acolhida que tivemos da Universidade Veiga de Almeida, neste retorno a nossas origens, depois de dezoito anos.

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, foram editados, simultaneamente, o livro de *Minicursos* e o livro de *Resumos* em três suportes, para conforto dos congressistas: em suporte virtual, na página do Congresso (http://www.filologia.org.br/xx_cnlf); em suporte digital, no *Almanaque CiFEFiL 2016* (DVD) e, no caso dos *Resumos*, *Programação*, *Minicursos* e *Ensaios Dispersos de Paulo de Tarso Galembeck*, também em suporte impresso.

Os congressistas inscritos nos minicursos recebem um exemplar impresso do livro de *Minicursos*, sendo possível também adquirir a versão digital, desde que pague pela segunda, que está no *Almanaque CiFEFiL 2016*.

O *Almanaque CiFEFiL 2016* já traz publicados, além dos referidos livros de *Minicursos*, *Resumos*, *Programação* e *Ensaios Dispersos de Paulo de Tarso Galembeck*, mais de textos completos deste XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, para que os congressistas interessados possam levar consigo a edição de seu texto, não precisando esperar até o final ano, além de toda a produção do CiFEFiL nos anos anteriores.

Haverá uma segunda edição das edições eletrônicas, que deverá sair a partir de dezembro, em que serão incluídos todos os trabalhos relativos aos temas desse número.

Agradecemos aos congressistas participantes e esperamos que esta publicação seja útil a todos os interessados nos temas que ela inclui para o progresso das ciências linguísticas, filológicas e literárias.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2016.



II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

SUMÁRIO¹

| | |
|--|-----------|
| 0. Apresentação – | 5 |
| <i>José Pereira da Silva</i> | |
| 1. A abordagem interacionista da metáfora: um estudo semântico-lexical | 9 |
| <i>Noelma Oliveira Barbosa</i> | |
| 2. A mandala astrológica análise semiótica da roda astrológica | 30 |
| <i>Ana Júlia Tavares Staudt</i> | |
| 3. Análise do significado em sentenças do português na perspectiva dos teóricos da intenção comunicativa | 40 |
| <i>Welton Rodrigues Santos</i> | |
| 4. Análise semântica do roteiro de telenovela | 47 |
| <i>Simone Dorneles Severo e Dinorá Moraes de Fraga</i> | |
| 5. Discurso e produção de sentido à luz do funcionalismo linguístico | 70 |
| <i>Clesiane Bindaco Benevenuti e Patrícia Peres Ferreira Nicolini</i> | |
| 6. Expressões idiomáticas sob a perspectiva dos estudos fraseológicos | 80 |
| <i>Dhienes Charla Ferreira Tinoco e Eliana Crispim França Luquetti</i> | |
| 7. Fusão e confusão entre objetos e métodos da(s) linguística(s) e da(s) filologia(s) | 89 |
| <i>Maria Lucia Mexias-Simon</i> | |
| 8. Leitura, significado e ideologia: uma breve análise da sintaxe narrativa do percurso gerativo de sentido no vídeo "As Brasileiras" | 95 |
| <i>Bruno Gomes Pereira</i> | |

¹ Este sumário será repetido ao final do volume, onde será incluído o sumário completo da segunda edição, em que serão acrescentados os trabalhos que não foram publicados na primeira.

9. **Linguagem não verbal: uma análise semiótica da série fotográfica *Alice in Waterland* de Elena Kalis** 105
Taís Turaça Arantes e Nataniel dos Santos Gome
10. **Nomeação e renomeação do espaço: considerações sobre a “tupinização” da toponímia baiana** 116
Clese Mary Prudente e Celina Márcia Abbade
11. **Relações sintagmáticas e paradigmáticas da palavra fofoca** 127
Edméa Campilho, Marcella da Silva Delgado e Sabine Mendes Lima Moura

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
A ABORDAGEM INTERACIONISTA DA METÁFORA:
UM ESTUDO SEMÂNTICO-LEXICAL

Noelma Oliveira Barbosa (UFT)
noelma_barbosa@hotmail.com

“A metáfora é [...] um acontecimento semântico que se produz no ponto de intersecção entre vários campos semânticos”.

(RICOEUR, [1975], 2000, p. 155)

RESUMO

Na prática de efetivação dos processos linguísticos, há imprescindível renovação do léxico. Nessa renovação, algumas unidades léxicas caem em desuso e outras vão sendo incorporadas paulatinamente ao falar corrente, por meio de sucessivos atos de cognição da realidade e categorização da experiência. A semântica e a lexicologia se interagem para a efetivação desses fenômenos linguísticos de criação de formas e significados lexicais e de evocação das associações semânticas, que resultam sempre em mudanças de significado. As unidades léxicas se relacionam de formas diversas e suas manifestações nem sempre são diretas, as mudanças de significados advindas das relações associativas são observadas, também, no emprego das chamadas figuras de linguagem, sobretudo, no emprego da metáfora. Esta, compreendida sob o enfoque da teoria da interação semântica, estabelece uma relação de comparação e intersecção entre diferentes campos semânticos, criando sempre *algo novo* e constituindo-se um mecanismo de produção de sentido que traz conotações importantes não só no âmbito linguístico como também no cognitivo.

Palavras-chave: Léxico. Significado. Linguístico. Interação.

1. Introdução

O objetivo central do presente trabalho é verificar como as metáforas, a partir de sua abordagem interacionista, contribuem com a formação lexical. Pretendemos compreender de que forma essas construções metafóricas criam novos significados e ampliam o potencial linguístico e cognitivo do indivíduo. Para isso, tomamos como ponto de partida o encontro das principais ciências envolvidas nessas construções linguísticas, a semântica e a lexicologia.

A união entre essas duas disciplinas produz um campo de conhecimentos bastante vasto, pois abrange diversos fenômenos linguísticos de criação de formas e significados lexicais, através de evocações das asso-

ciações semânticas, que sempre resultam em mudanças de significado e enriquecimento lexical. Para essas reflexões, buscaremos alguns conceitos fundamentais de cunho semântico-lexical, através dos escritos de Karylleila dos Santos Andrade (2010); Maria Teresa Camargo Biderman (2001a; 2001b); Márcia Caçado (2013); Aderlande Pereira Ferraz (2007; 2012) e André Martinet (1976).

Traremos os esclarecimentos desses pesquisadores também para o centro das considerações que faremos em outro tópico sobre os processos de expansão lexical, procurando observar alguns aspectos relevantes nesse processo e que são colocados pelos trabalhos de observação de neologismos, para que possamos, a partir daí, problematizar a metáfora enquanto operação linguística que contribui efetivamente com a expansão do léxico.

Num terceiro momento, poderemos, finalmente, realizar alguma problematização a respeito da construção metafórica, no sentido de verificar como a metáfora, numa abordagem interacionista, contribui com o processo de formação lexical, buscando ainda compreender de que forma essas construções metafóricas criam novos significados e ampliam o potencial linguístico e cognitivo do indivíduo.

Para evidenciar alguns aspectos que são inerentes à metáfora interacionista, faremos no início desse mesmo tópico algumas observações a respeito da metáfora no que tange também a um enfoque apenas linguístico ou tradicional, modelo que prevaleceu no período anterior aos estudos da abordagem interacionista e importantes na compreensão das contribuições semânticas oferecidas por esta perspectiva interacionista. Para tais questões, abordaremos Rosa Maria Baptista Amaral (2009); Rosa Lídia Torres do Couto Coimbra-e-Silva (1999); Dieysa Kanyela Fossile (2011a; 2011b); Dieysa Kanyela Fossile *et al.* (2015); Heronides Murílio de Melo Moura (2009); Heronides Murílio de Melo Moura e Ivelã Pereira (2008); Paul Ricoeur ([1975], 2000) e, a referência que constitui a espinha dorsal da teoria da interação semântica: Max Black (1962; 1993).

Espera-se, com tal bibliografia, esclarecer como o enfoque da teoria da interação semântica estabelece uma relação de *comparação* e *intersecção* entre diferentes campos semânticos e como as unidades léxicas envolvidas em enunciados metafóricos se relacionam entre si ou constrói relações associativas para produzir as mudanças de significados que são úteis no processo de produtividade lexical. Essas questões serão retomadas e explicitadas no último tópico, o das considerações finais.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

2. *Uma fronteira entre lexicologia e semântica*

A experiência linguística da humanidade e do indivíduo é tão remota quanto a sua própria origem. No entanto, a sua capacidade comunicativa se amplia quando se faz conhecido o como a linguagem se estrutura para expressar significados, como o homem processa a abstração dos conceitos, os estrutura e categoriza. É interessante compreender que, nesse processo de conjugação de formas e significados, diferentes ciências da linguagem se articulam, sendo o diálogo entre semântica e lexicologia imprescindível à efetivação dessa praxe.

Semântica e lexicologia fazem parte do estudo do sentido; porém, a semântica especifica seu objeto de estudo com foco no significado, o qual, em sentido amplo, possui uma abrangência de conceitos e advém da interação humana, seu “universo se estrutura em torno de dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade”, cuja “tensão em movimento se origina o léxico” (BIDERMAN, 2001, p. 179). Enquanto a lexicologia especifica seu objeto com base na palavra ou unidade léxica e em informações a respeito dos aspectos que a caracterizam enquanto forma e função (ANDRADE, 2010, p. 113), sendo o sentido um aspecto primordial de sua funcionalidade.

Segundo Karylleila dos Santos Andrade (2010, p. 114), a noção de palavra, com base na análise linguística, não contempla um rigor científico propriamente dito, pois não há consenso sobre o seu conceito, apesar da mesma ser frequentemente utilizada por linguistas. Para essa pesquisadora, o significado lexical de palavra é o resultado dos elementos que a constituem; embora essa palavra derivada, em seu significado lexical, seja portadora também de outros significados: literal, figurativo, contextual e enunciativo-pragmático.

Por essa diversidade de significados é que a lexicologia engloba os aspectos morfossintático, semântico, fonético-fonológico, etimológico e discursivo-pragmático, para dar conta do estudo do léxico, não só das unidades lexicalizadas como também das unidades virtuais, em fase de lexicalização ou não. Essa complexidade torna a Lexicologia uma ciência pluri e interdisciplinar.

Para Maria Teresa Camargo Biderman (2001, p. 181), no processo de aquisição da linguagem, a incorporação paulatina do léxico ocorre através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, onde são comuns as evocações das associações semânticas como antonímia e sinonímia; bem como os vocábulos semelhantes for-

malmente, que desencadeiam associações vocabulares, como: branco → brancura, branquear, branquejar, etc., e os vocabulários de significação contígua, onde ocorrem evocações do tipo: flor → rosa, cravo, jardim, etc., os quais podem constituir casos de hiperonímias, hiponímias ou co-hiponímias.

[...] dados empíricos mostram que os indivíduos estruturam mentalmente o seu repertório léxico, seguindo os modelos e os usos de sua comunidade linguística, através de um processo mental de categorização. Essa classificação categorial latente na memória do falante decorre de duas operações complementares:

- a) o conhecimento do mundo e da taxionomia que a sua língua e sua cultura atribuem a essa mesma Realidade;
- b) o seu esforço cognitivo pessoal de armazenar e catalogar os denotadores léxicos, segundo o modelo semântico da sua língua e, eventualmente, de potencialidades linguísticas de cunho universal, de que ele seria dotado desde o seu nascimento. (BIDERMAN, 2001, p. 182)

O significado, objeto da análise semântica, traz uma amplitude de conceitos que contempla diferentes situações de utilização da língua, e isso resultou em sua divisão em subáreas. Daí termos a semântica formal, semântica cultural, semântica da enunciação, semântica cognitiva, semântica argumentativa, semântica dos protótipos, semântica e psicolinguística experimental, semântica computacional e semântica lexical.

Para fins desse artigo, pretendemos tratar nesse tópico apenas da semântica lexical, a qual, reconhecidamente, possui relação intrínseca com as ciências do léxico e trata de fenômenos como a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia, o acarretamento, etc., explora as relações entre informação lexical e estrutura sintática. Embora, em dado momento do texto, talvez tenhamos que mencionar outros aspectos semânticos, já que, em se tratando de estudos metafóricos, essa necessidade se amplia.

Segundo Mário Vilela *apud* Karylleila dos Santos Andrade (2010, p. 115), a Semântica lexical pode situar-se em três níveis de análise linguística: o da *langue*, o da *norma* e o da *parole*. Porém, o estudo do conteúdo dos signos só pode ser feito sistematicamente no nível da *langue*, o nível em que essas unidades léxicas se configuram como unidades funcionais, onde ocorrem também as implicações entre as relações do léxico. No nível da *norma* situa-se o que não é necessariamente funcional ou distintivo e; no nível da *parole*, encontra-se o que pertence ao discurso concreto, relacionado ao extralinguístico. Para Mário Vilela, o estudo do significado no nível da língua é o objeto de estudo da semântica lexical, considerada uma parte da lexicologia.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ao falar de significado, é imprescindível mencionar que um aspecto fundamental para o entendimento dos processos da significação diz respeito a sua natureza. Há linguistas que concebem que o significado é associado a uma noção de *referência*, a qual nasce da ligação entre as expressões linguísticas e o mundo. Já outros pesquisadores veem o significado como associado a uma *representação mental*, na busca de “entender o que os ouvintes podem inferir sobre os processos cognitivos e representações mentais do falante” Márcia Cançado (2013, p. 27). Enquanto que, para alguns estudiosos, é perfeitamente possível que essas duas abordagens sejam complementares.

Essa autora aponta que as teorias que tratam do significado sob o ponto de vista da referência são as chamadas *Semântica Formal*, *Semântica Lógica*, *Semântica Referencial* ou *Semântica de Valor de Verdade*. Assim, “certas palavras fazem referência a determinados objetos, e aprender o que significam essas palavras é conhecer a referência delas no mundo” (CANÇADO, 2013, p. 27), por exemplo: a sentença “*Noam Chomsky* refere-se a um famoso linguista” será adequada se estivermos nos referindo ao mesmo linguista a que todas as pessoas se referem quando usam o nome *Noam Chomsky*. A autora chama a atenção para o fato de que a referência é uma relação entre *expressões e objetos extralinguísticos* e não entre expressões linguísticas.

Quanto às teorias que tratam do significado do ponto de vista representacional, Márcia Cançado afirma que elas não consideram que esse significado faz relação com a referência no mundo, são conhecidas como teorias *mentalistas*, *representacionais* ou *cognitivas* e envolvem a ligação entre linguagem e construtos mentais, que representam ou codificam o conhecimento semântico do falante. Aqui, o sucesso da comunicação depende apenas de *partilhar representações*, e não de fazer a mesma ligação entre situações do mundo.

É coerente argumentar que os exemplos de expansão do léxico apontados por Maria Teresa Camargo Biderman (2001), assim como outros diversos, são analisados léxico e semanticamente. As palavras sinônimas “sempre sofrem um tipo de especialização de sentido ou de uso” (CANÇADO, 2013, p. 48/53), elas requerem sempre um contexto, que é dado e analisado em uma sentença semântica.

Situação semelhante acontece com a antonímia, como exemplo a do tipo gradativo, onde a negação de um item lexical não implica em afirmação do seu antônimo, como em pesado/leve, quente/frio: se o galão

de água não está *pesado* para o seu entregador, não implica que ele esteja *leve* para a criança ou o idoso, ou: se algo não está *quente*, não implica que esteja *frio*, ou ainda: uma temperatura que é *quente* no Alasca pode ser *fria* no Brasil. A adequação de uso desses itens lexicais vai requerer também um contexto ou sentença, que lhe dirá as suas condições de verdade.

Os casos de hiponímia e hiperonímia, por exemplo, são situações de implicações que estruturam o léxico das línguas em classes e podem formar cadeias. O item lexical mais específico dessa cadeia é o hipônimo, enquanto o mais geral é o seu hiperônimo. Assim, em “flor, rosa, jardim...”, *rosa* é hipônimo e *jardim* o seu hiperônimo. Nesses casos, existe sempre uma assimetria semântica, o *jardim* conterà *rosa*, mas o inverso jamais poderá ocorrer.

Embora cada língua tenha sua forma própria de recortar a realidade e a moldar em categorias linguísticas e mentais que lhes são exclusivas, o léxico relaciona-se com o processo de nomeação da realidade, em primeiro momento. Posteriormente, vem o processo de cognição, em que os conceitos ou significados trazem os meios de ordenar os dados sensoriais da experiência, cristalizando-os em signos linguísticos: palavras.

Nessa prática de efetivação dos processos linguísticos ou de comunicação, as unidades léxicas se relacionam de formas diversas. Essa manifestação apresenta certa complexidade que requer uma análise direcionada à compreensão do sentido que resulta da relação léxico e estruturas sintáticas, o que evidencia o parentesco entre semântica e ciências do léxico, em especial, a Lexicologia; ambas possuem como intersecção a semântica lexical.

3. Produtividade lexical

A língua que falamos tem uma função social muito importante, além de promover a troca de conhecimentos, ela também se transforma para melhor acompanhar as mudanças que ocorrem nas estruturas socioeconômicas e culturais da sociedade. Ela acompanha a tecnologia, evolui, rompe barreiras e transforma gerações. A veracidade de tudo isso, juntamente com a criatividade dos falantes em todos os domínios faz com que a língua se diversifique no âmbito da linguagem geral, fazendo com que surjam novos falares, enquanto certas palavras e expressões vão caindo em desuso.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Essas mudanças sociais geram novas realidades, cujo processo de cognição desencadeia a necessidade de novas nomeações, criando novas palavras que os falantes vão incorporando ao seu falar corrente, da mesma forma que os artistas da língua também são responsáveis pela criação de novos termos ou pela conotação nova de palavras já existentes. Essas novas criações perpetuam-se na sociedade, que, então, as aceita e passa a reutilizá-las nos seus atos de comunicação, as quais, posteriormente, podem incorporar-se ao conjunto das unidades léxicas memorizadas e utilizadas pelos usuários da língua.

Esse fenômeno linguístico de criação de formas e significados de novos lexemas denomina-se neologismo e as novas unidades produzidas são chamadas de unidades neológicas. Por neologismo considera-se o “resultado tangível da operação de produção linguística inédita, isto é, a unidade nova capaz de ocupar espaço no léxico, introduzindo-se no uso corrente ou socioprofissional” (BOULANGER, 1989, *apud* FERRAZ, 2007, p. 55); “é uma ocorrência natural, prevista nos padrões de estruturação lexical das línguas vivas”. (FERRAZ, 2012, p. 18)

Segundo Aderlande Pereira Ferraz (2007, p. 54), o processo de neologismo lexical é verificado a partir de três mecanismos básicos: *neologia formal*, cuja formação das palavras é observada a partir de regras do sistema linguístico e opera nos níveis morfológico, sintático ou fonológico; *neologia de empréstimo*, resultante da importação de unidades léxicas de outros sistemas linguísticos, os quais sofrem modificações ou não para adaptarem-se à nova língua, e; *neologia semântica*, quando há uma reutilização de unidades léxicas já existentes, com atribuição de novos conceitos, tendo em vista uma relação de significância. Retomaremos a noção de neologia semântica mais adiante, para focarmos o objetivo do presente trabalho.

Aderlande Pereira Ferraz (2012) salienta que não é pelo fato de uma unidade léxica ter caráter inédito que passa a ser imediatamente considerada neológica.

Há três fases da neologia que devem ser observadas:

- a. A fase inicial do processo, quando o neologismo está sendo criado;
- b. A fase que sucede à criação e se refere à recepção ou ao julgamento de sua aceitabilidade por parte dos destinatários;
- c. A fase em que começa o processo de desneologização. (FERRAZ, 2012, p. 18)

Depois de criado, o neologismo é lançado na corrente de evolução linguística, mas somente ao passar pelas três fases acima é que a nova unidade léxica está em condições de ser dicionarizada. “O processo de dicionarização de um neologismo reflete a continuidade do seu uso no vocabulário geral, ou seja: o vocabulário novo só é dicionarizado quando ele já foi aceito por toda a comunidade que fala aquela língua” (BIDERMAN, 2001, p. 212); caso não ocorra a desneologização, pode perder-se a sensação de novidade e acontecer de o vocábulo cair em desuso.

Karylleila dos Santos Andrade (2010, p. 121/122) afirma que na criação lexical há sempre uma força motivacional no produto resultante, quer seja morfossintática, fonológica ou semântica. Com base em estudos de Ullmann (1964), essa pesquisadora aponta três tipos de motivação: a *fonética*, que apresenta relação entre o significante, o símbolo e o não linguístico; a *morfológica*, quando se observa os processos de derivação e composição, e; a *semântica*, a qual pode acontecer de modo figurativo, por meio de relações metafóricas e metonímicas. A motivação, nesse caso, se realiza quando um composto derivado e uma expressão figurada são sentidos como tal.

Essa autora salienta que os fatores que favorecem a mudança semântica estão relacionados à complexidade da própria língua, dado ao caráter de flexibilidade, tanto para a sua transmissão descontínua através dos tempos, quanto para duplicação de significado, bem como pelo fato de lidarmos com classes abertas (fonológico e morfológico) e fechadas (o próprio vocabulário). A pesquisadora afirma ainda que causas históricas, linguísticas, sociais e psicológicas podem desencadear mudanças no significado, e que podem ser condicionadas por uma associação entre o significado novo e o antigo, através de uma relação de *intersecção*, seja por *inclusão* ou *implicação*.

[...] enquanto a motivação fonética é direta, as motivações morfológica e semântica são indiretas, no sentido de que a unidade lexical não é compreensível senão para quem conhece o sentido dos lexemas de base ou dos lexemas componentes (no caso da motivação morfológica), e para quem conhece o sentido próprio donde são derivados os sentidos figurados (no caso da motivação semântica). [...] A motivação não passa de um caso particular de estruturação do léxico. Com efeito, os significados das unidades lexicais mantêm entre si relações que nem sempre são formalmente manifestadas de maneira direta. (MARTINET, 1976, p. 195)

Karylleila dos Santos Andrade (2010, p. 123) reconhece que há certa complexidade na classificação das causas que respondem pela mudança de significado, ainda com base em estudos de Ullmann (1964),

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

afirma que, além das causas linguísticas, históricas e sociais, a mudança de significado pode estar condicionada a questões *psicológicas*: os fatores emotivos e expressivos do falante; à *influência estrangeira por causa da mudança semântica*, no caso da importação de um nome, que poderá abolir um significado antigo em detrimento de um novo, e; à *necessidade de um nome como causa da mudança semântica*, cuja nomeação pode ser feita pela importação de um termo, processo interno da língua ou mudança de significado de uma unidade da língua.

Se pensarmos no fato de ser a motivação semântica indireta e não compreensível, senão para aqueles que conhecem o sentido próprio de onde são derivados os sentidos figurados, nos termos de André Martinet (1976), entenderemos a afirmação de Karylleila dos Santos Andrade, a de que é complexa a classificação das causas da mudança de significado, e compreendemos o pensamento de Ullmann (1964), o de que a influência estrangeira ou importação de um termo pode acarretar o surgimento de um novo significado, uma vez que poderá haver dificuldade de associação entre o significado original desses termos e a sua nova designação.

Não podemos deixar de considerar também que cada significação vem carregada de novos itens na estrutura de categorias do seu lexema, traz novas similaridades, sinonímia, antonímia, etc. Assim, a cada nova unidade léxica, temos um campo polissêmico que se amplia. E a polissemia é, certamente, resultante da inovação semântica, que só pode ocorrer qualitativamente, já que vários sentidos podem ser atribuídos a mesma base e atualizados em contextos diferentes, o que nos permite afirmar que o significado está mais sujeito a mudanças que outros instrumentos de formação léxica.

Dessa forma, além da ampliação de itens categoriais que surgem com as novas unidades léxicas, a inter-relação ou associação entre eles é responsável pelo enriquecimento da significação. As mudanças de significados advindas das relações associativas são observadas, sobretudo, no emprego das chamadas figuras de linguagem, a metáfora, metonímia e a sinédoque, as quais associam as operações mentais entre si e entre estas e as expressões linguísticas.

Dentro desse enfoque, a metáfora (objeto de análise desse artigo) constitui um recurso bastante utilizado e apreciado, dado o seu valor expressivo e cognitivo.

A estrutura da metáfora é simples. O significado se altera quando o significado de um termo adquire um outro, numa relação de comparação, intersec-

ção, apresentando traços semânticos comuns. Isso quer dizer que quanto mais próximo estiverem esses traços, menos expressividade a metáfora possui, quanto mais afastados, maior a tensão criada, maior a força da expressividade (ANDRADE, 2010, p. 123/124).

Essa tensão entre significados permite uma maior identificação entre o caráter metafórico das unidades léxicas ou expressões e o processo polissêmico. O resultando dessa aproximação é o surgimento de um novo sentido, o metafórico, o qual não substituirá o original (literal), mas relacionará com alguns de seus atributos, possibilitando a criação de novos sentidos.

Por ser a metáfora um recurso bastante presente na nossa língua e trazer conotações que são importantes não só em âmbito linguístico como também cognitivo, ela perpassa o campo estilístico e vem se tornando cada vez mais aceita enquanto mecanismo semântico, presente não só na linguagem usual como na científica. “A metáfora é, então, um acontecimento semântico que se produz no ponto de intersecção entre vários campos semânticos”. (RICOEUR, 2000, p. 155)

4. A metáfora, uma abordagem interacionista

O curso das investigações teóricas sobre a metáfora tem sido longo e disperso, já que é grande a diversidade de abordagens sobre o assunto, as quais visam, principalmente, enfoques filosóficos, psicológicos e linguísticos. Para efeito desse artigo e por entendermos que a metáfora enquanto produtividade lexical parte de uma situação restrita e efetiva-se no uso corrente da linguagem, não nos atemos apenas a uma abordagem linguística tradicional, defendida por alguns autores, nem somente a uma abordagem de cunho conceptual² sustentada por outros investigadores, mas demos atenção ao sentido metafórico advindo dessas duas direções em cooperação.

Etimologicamente, o termo metáfora deriva da palavra grega *metaphorá*, através da junção de dois elementos que a compõe - *meta* que significa *sobre* e *pherein*, este com a significação de *transporte*. Entre

²A teoria da metáfora conceptual é fundada por Lakoff e Johnson (1980), e desenvolve o pensamento de que as expressões metafóricas são utilizadas para externar os conceitos metafóricos; que nosso sistema conceptual não é algo do qual normalmente temos consciência, e por isso, muitas vezes, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente. A metáfora conceptual é logicamente anterior à sua representação linguística, e por isso, não seria afetada por fatores estritamente linguísticos. (MOURA, 2009, p. 03)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

grande parte dos escritos que tratam desse assunto, parece haver o consenso de que, numa visão tradicional, o fenômeno *metáfora* é definido como sendo o uso de um termo ou expressão no lugar de outro. Em sua essência, a metáfora representaria uma transferência de sentido de um termo para outro, o que sugere, com base nessa informação, uma aplicabilidade restrita ao nível da linguagem.

Para Dieysa Kanyela Fossile (2011b, p. 32), Rosa Lídia Torres do Couto Coimbra-e-Silva (2009, p. 13), Rosa Maria Baptista Amaral (2009, p. 211), datam do século IV a. C. os primeiros estudos sistemáticos sobre a metáfora e são atribuídos a Aristóteles, o qual sustentava que a mesma estava vinculada aos domínios da retórica e da poética.

Na “Poética”, Aristóteles (1965) expõe o seu pensamento sobre a metáfora, afirmando que esta consiste na atribuição de um nome a um referente, sendo que este nome é pertença de um outro referente. Tratando-se, portanto, de uma transposição ou transferência de um nome, propõe quatro tipos de metáforas: género por género, género por espécie, espécie por género e analogia. Nas três primeiras categorias, a transferência situa-se ao nível da palavra, ocorrendo uma substituição [...] na metáfora por analogia, a transferência ocorre de um domínio do conhecimento para outro, não se circunscrevendo estritamente às palavras. (AMARAL, 2009, p. 213)

Deve-se a Aristóteles a ideia de que “a capacidade em criar/fazer metáforas distingue os seres eloquentes dos seres banais, pelo que só está acessível aos homens que possuem um talento especial” (AMARAL, 2009, p. 213), pertencendo aos poetas a prerrogativa na capacidade de intuir ou perceber *similaridades*. Assim, é possível compreender o caráter retórico da metáfora tradicional e a sua principal função, a de ornamento da linguagem, que chegou até nós, apesar de diversos estudos realizados sobre o assunto a partir do último século.

A metáfora vinculou-se à retórica, a qual, segundo Paul Ricoeur (2000), passou por um processo de redução à teoria da elocução ao longo de sua história. A teoria da elocução (ou do estilo) reduziu-se à classificação das figuras, e essa classificação a uma teoria dos tropos que, por sua vez, voltou-se para a metáfora e para a metonímia, as quais continuariam a reduzir-se à semelhança e à contiguidade, respectivamente. Esse entendimento, segundo esse autor, foi bastante significativo para compreendermos a disparidade existente entre as formas de interpretação que se faz da representação metafórica a partir de uma conceituação clássica e moderna a respeito do assunto.

Apesar de posicionamentos diversos e até controversos acerca da metáfora, é recorrente a crença de que houve, durante todo o período de

redução da retórica, mais esvaziamento do que amplitude de considerações a respeito dos aspectos lógico-discursivos da mesma, nos termos e dimensões propostos por Aristóteles. O que prevaleceu foi o estatuto da linguagem, o que chegou até meados do século passado, a metáfora reduzida a fórmulas linguísticas, de onde não é possível deslanchar um estudo efetivamente semântico-lexical.

Somente com a teoria interacionista, já no século XX, podemos falar de uma abordagem semântico-lexical a partir da metáfora. Tal teoria propõe uma interpretação do sentido metafórico advindo não apenas de mecanismos cognitivos, nem somente de fatores linguísticos, mas resulta da cooperação entre os dois processos. Essa inovação básica é dada pelo reconhecimento da dimensão cognitiva da metáfora, ignorada até então. Para compreendermos essa questão, fizemos uma breve teorização dessa perspectiva interacionista, levando em conta os pontos mais contundentes de sua formulação, a partir da visão de dois autores principais: Ivor Armstrong Richards, responsável por inaugurar a Teoria Interacionista e Max Black, conhecido como o criador da Teoria, propriamente dita.

Os estudos de Ivor Armstrong Richards foram desenvolvidos por volta de 1930 e constituíram importantes empreendimentos para a formulação da abordagem interacionista da metáfora. Com ele, novas perspectivas de interpretação metafórica ganham corpo e uma nova terminologia passa a ser adotada. Adepto de uma linha de investigação literária, Ivor Armstrong Richards dedica-se à definição de uma nova retórica, à qual se vincula a teoria da metáfora, que, posteriormente, resulta no reconhecimento de uma semântica da frase, já que “situa a retórica no plano propriamente verbal da compreensão e comunicação”. (RICOEUR, 2000, p. 124)

Conforme Rosa Lídia Torres do Couto Coimbra-e-Silva (1999) o ponto de partida para o desenvolvimento dos trabalhos de Ivor Armstrong Richards está no pensamento célebre de Pierre Fontanier³ (século XIX), o de que *a metáfora apresenta uma ideia sob o signo de outra*. Para essa autora, Ivor Armstrong Richards propõe designar por tópico ou teor (*tenor*) a ideia em questão, a qual pode ou não estar expressa na superfície do texto, e por veículo (*vehicle*) a ideia sob cujo signo a primeira

³ Pierre Fontanier inclui as metáforas nos tropos por semelhança, definindo-as como as figuras que "consistent à présenter une idée sous le signe d'une autre idée plus frappante ou plus connue, qui, d'ailleurs, ne tient à la première par aucun autre lien que celui d'une certaine conformité ou analogie". (FONTANIER, 1968: 99, *apud* COIMBRA-E-SILVA, 1999, p. 15)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

é apreendida. Como no enunciado: "Os pobres são os negros da Europa", a palavra *negros* constitui o *veículo* e obtém (no exemplo) um novo significado, que não é o seu significado em usos literais, nem o significado que teria qualquer palavra que o substituísse de forma literal.

Assim, algo (um novo significado) está sendo dito indiretamente sobre os pobres da Europa, esse significado novo expressa o teor ou a ideia contida no enunciado metafórico e esse teor impõe extensão de sentido à palavra que constitui o *veículo* (a palavra *negros*, no exemplo dado). Dessa forma, a metáfora não se restringe apenas a uma palavra (ao veículo), mas engendra-se do conjunto dos dois termos, da sua percepção simultânea e da sua *interação*.

A Ivor Armstrong Richards é atribuído o pensamento de que a metáfora ou o enunciado metafórico possui estrutura intrínseca e envolve toda a semântica do enunciado. A metáfora não constitui um valor adicional, mas uma forma de constituição da própria linguagem, pois a unidade semântica deixa de ser apenas a palavra, para tornar-se a frase toda. Para Paul Ricoeur (2000, p.129) e Dieysa Kanyela Fossile (2011b, p. 36/37), em Ivor Armstrong Richards, a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes que estão/são simultaneamente ativas.

A consideração da interdependência entre *tópico* e *veículo* nos leva ao reconhecimento do mesmo tipo de relação que se estabelece entre a linguagem e o pensamento (BERTHOFF, 1991, apud AMARAL, 2009, p. 16). Assim, Ivor Armstrong Richards rompe com a *teoria da palavra*, cuja definição de metáfora estava centrada na mudança de sentido da palavra (definição nominal) e inaugura a *teoria do discurso*, edificada sobre a tese da *interanimação de palavras na enunciação* e base de sua *teoria da interpenetração das partes do discurso*, sobre a qual se edificou a teoria da interação semântica (AMARAL, 2009, p. 215; COIMBRA-ESILVA, 1999, p. 16; FOSSILE, 2011b, p. 37/38; RICOEUR, 2000, p. 126/127).

Em Ivor Armstrong Richards, a relação linguagem *vs.* Pensamento parece dicotômica, e nessa dicotomia, o pensamento é enfatizado. Assim, inicia “uma longa tradição que separa dois planos na metáfora: o plano conceptual (que relaciona conceitos) e o plano da expressão (as palavras que são usadas para exprimir esses conceitos)” (MOURA, 2008, apud FOSSILE, 2011b, p. 38). Essa autora afirma que houve uma fusão, na década de 70, da linha de investigação literária seguida por Ivor Armstrong Richards com o campo da filosofia analítica, sendo Max

Black o principal representante dessa fusão.

Max Black, a partir de seu artigo *Metaphor* (1962), condensa as teses fundamentais para uma análise semântica da metáfora que se estabelece no nível do enunciado, mais tarde publica *More about Metaphor* (1993), onde propõe rever sua formulação original sobre a metáfora e dirigir seu interesse, particularmente, para os *aspectos cognitivos*. Para esse autor, o sujeito da metáfora se distingue em *literal*, que ele designa de termo principal ou primário, e *figurado* ou secundário. Ele sustenta que, num enunciado metafórico, apenas o termo secundário é tomado metaforicamente, enquanto os demais são tomados literalmente.

Max Black (1962; 1993) chama de *foco* (*focus*) o termo que é tomado metaforicamente e *frame* o restante do enunciado, quadro é o contexto, o literal. E da relação entre o foco e o contexto é que nasce o sentido metafórico do enunciado.

[...] na sentença *A mulher é uma rosa*, a metáfora não está centrada, de acordo com Black, apenas na palavra rosa, mas no relacionamento que os elementos do enunciado estabelecem entre si. Dessa forma, entende-se que há uma inter-relação entre o *focus* (uma rosa), que é o elemento metafórico, e o *frame* (*A mulher é _____*), isto é, a estrutura gramatical não metafórica (*frame*). (FOSSILE, 2011b, p. 39)

Assim, é o enunciado inteiro que constitui a metáfora, mas é a presença do *foco* que justifica considerar o enunciado como metafórico. Paul Ricoeur (2000, p. 136) afirma que, em Max Black, a interação ocorre entre o sentido do enunciado, que é *indiviso*, e o sentido *focalizado* da palavra, tomada metaforicamente. Porém, o fato de a palavra metafórica ser tomada como isolada do resto da frase, exprimindo-se um “fenômeno de focalização⁴, não significa um retorno à ilusão de que as palavras têm em si mesmas um sentido”. (RICOEUR, 2000, p. 136)

Para Max Black (1993), o significado de uma metáfora interessante é tipicamente novo ou "criativo". As metáforas de seu interesse são designadas *metáforas ativas* ou *fortes*, cuja discriminação ocorre mediante *ênfase* e *ressonância*⁵, com notoriedade para a questão de suas *implica-*

⁴ Paul Ricoeur (2000, p. 135/136) chama *fenômeno de focalização* o fato que nos permite isolar a palavra metafórica do resto da frase, essa palavra seria designada fenômeno de *focus*, enquanto *frame* designa o restante. Para ele, esse detalhe é um atributo que distingue a metáfora do provérbio, da alegoria e do enigma, nos quase todas as palavras são empregadas metaforicamente.

⁵ Max Black sugere os termos *ênfase* e *ressonância* para orientar o grau de vivacidade da metáfora. Propõe a riqueza das *implicações não declaradas*, de um lado e o *opcional, decorativo e ornamental*,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ções serem ricas, porém, *não declaradas*, onde “os produtores precisam da cooperação do receptor em perceber o que está por trás das palavras usadas” (BLACK, 1993, p. 23 e 26). Assim, o falante pode empregar meios convencionais para produzir um efeito fora do padrão, durante a utilização apenas dos recursos sintáticos e semânticos.

Para explicar o funcionamento da metáfora, Max Black (1962; 1993) introduz a noção de *sistema de lugares comuns associados*, que constitui um conjunto de opiniões e pressupostos. Estes, acrescidos pela comunidade linguística aos usos literais da palavra que governam as regras sintáticas e semânticas, forma um *sistema de implicações* associadas (convenções e estereótipos) previsíveis do sujeito *subsidiário* (e não a base de sua significação lexical corrente) e que são projetados sobre o sujeito *primário*.

No enunciado “o homem é um lobo”, temos que o termo “lobo” evoca um sistema de lugares comuns associados, trazendo à mente conceitos como: valente, perigoso, selvagem. Esses traços associados a *lobo* são projetados sobre o conceito de homem, de forma que aplicamos os atributos (estereótipos e conotações) triviais de lobo a homem, organizando, dessa forma, a nossa visão de homem por meio dessa metáfora, que é o termo “lobo”. Assim, a expressão metafórica suprime certos detalhes e acentua outros, por meio de um *insight*. Isso “constitui, com efeito, uma operação intelectual irredutível, que informa e esclarece como nenhuma paráfrase poderia fazer”. (RICOEUR, 2000, p. 139-140)

In the context of a particular metaphorical statement, the two subjects “interact” in the following ways: (a) the presence of the primary subject incites the hearer to select some of the secondary subject's properties; and (b) invites him to construct a parallel implication-complex that can fit the primary subject; and (c) reciprocally induces parallel changes in the secondary subject. (BLACK, 1993, p. 28).⁶

Para Max Black (1962, p. 287), o importante para a eficácia da metáfora não é que os lugares-comuns sejam verdadeiros, mas que eles sejam fácil e livremente evocados. Observa-se que ao mesmo tempo em

característicos da metáfora tradicional de outro lado. Ambos como os “opostos plausíveis” que asseguram essas extremidades. (BLACK, 1993, p. 26)

⁶ No contexto de uma instrução metáfora particular, os dois indivíduos “interagem” da seguinte forma: (a) a presença do objeto principal incita o ouvinte para selecionar algumas das propriedades do sujeito secundário; e (b) convida -o a construir uma implicação do complexo paralelo que pode caber no tema principal; e (c) reciprocamente induz paralelo mudanças no tema secundária (Tradução minha).

que Max Black admite o *sistema de lugares comuns associados*, ele ressalta que as metáforas podem também ser apoiadas por *sistemas de implicações especialmente construídos* e de natureza não lexicais, determinadas pelas circunstâncias do enunciado, pensamento e intenções dos interlocutores.

Their mode of operation requires the reader to use a system of implications (a system of "common-places"-or a special system established for the purpose in hand) as a means for selecting, emphasizing, and organizing relations in a different field. (BLACK, 1962, p. 293)⁷

Na elaboração da metáfora, para Max Black (1993), tem-se uma operação mental, na qual os termos (foco e frame) que formam um enunciado metafórico interagem simultaneamente, de modo que formam “um ponto de intersecção entre os significados”⁸, (MOURA & PEREIRA, 2008, p. 02). Dessa forma, a linguagem elabora maneiras de pensar, numa interação que inclui tanto fatores linguísticos como cognitivos, já que envolve operação mental, um *insight*.

Então, observa-se “que a versão interacionista sustenta que a metáfora passa a ser entendida como um recurso que concebe conhecimento” (FOSSILE *et al.*, 2015, p. 8-9), onde o seu produtor “não está simplesmente comparando A com B, nem mesmo pensando em A como se fosse B; mas, sim, ele produz um *flash of insight* ao perceber A e B”; daí, a “questão central é que a metáfora cria algo novo, isto é, as metáforas são criadoras de novas associações”. (FOSSILE, 2011a, p. 10)

A metáfora, dentro dessa concepção interacionista, não opera apenas a substituição de uma unidade léxica por outra, numa troca de significação. Ela traz o que podemos chamar de diferencial metafórico, pois, mais que o enfoque puramente linguístico, abordado tradicionalmente, e

⁷ ...seu modo de operação requer que o leitor use um sistema de implicações (um sistema de "lugares comuns "-ou um sistema especialmente criado para o efeito) como um meio para selecionar, enfatizar e organizar as relações em um campo diferente. (Tradução minha).

⁸Quando se diz, por exemplo, que no enunciado “o homem é um lobo” temos uma interação entre o sentido do foco (lobo) e o sentido do frame (restante da frase), temos que o sistema lupino de lugares comuns associados ao foco é evocado e projetado sobre o frame ou o sentido literal do restante do enunciado (o homem é ----) e resulta, não em seu sentido literal, mas em um sentido novo, que traz alguns atributos de seu tema principal (homem) em conexão com alguns estereótipos do foco (tema subsidiário: lobo). Ocorre que nem o termo “homem” e nem o termo “lobo”, nesse exemplo, apresenta o mesmo sentido de antes; o foco (termo empregado metaforicamente) organiza nossa visão de homem (tema principal), suprimindo os atributos de homem humano, social, transparente... e acentuando os de selvagem, traiçoeiro, individualista... que são próprios do termo que constitui o foco do enunciado.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mais que os aspectos de cunho conceptual, defendidos por alguns investigadores, a interpretação do sentido metafórico é considerada como advinda dessas duas direções em cooperação. Não há troca de significados, mas sim, produção de novos significados e o desencadeamento de novas associações, com atribuição de conceitos, tendo em vista sempre uma relação de significância.

5. *Considerações finais*

A ampliação da capacidade comunicativa do homem está nitidamente ligada à evolução da sociedade, no sentido deste ser levado a necessidades de compreender as novas realidades que lhes são impostas. E essa compreensão só pode ser efetiva se mediante ao desenvolvimento de operações cognitivas, numa prática de conjugação de formas e sentidos, que revela como a linguagem se estrutura para expressar significados e como o homem se apossa dessa linguagem para a abstração de conceitos da sua própria experiência, como os categoriza e os estrutura em conhecimentos.

Vimos que a semântica lexical, ponto de intersecção entre a lexicologia e a semântica, para melhor compreensão desses fenômenos, busca se responsabilizar pelo estudo da significação de forma ancorada, associada tanto à noção de *referência* quanto a de *representação mental*, considerando as ocorrências naturais de estruturação lexical da língua enquanto sistema vivo.

Igualmente importante nessa ancoragem semântica é o fato de as novas significações nascerem da interação entre o significado original desses termos e a sua nova designação. Compreendemos que esse é o espaço da metáfora, enquanto fenômeno de categorização de conhecimento, que não mais se restringe a substituição de um termo por outro, mas que se constitui a partir de *um enunciado inteiro*.

A partir das contribuições de Ivor Armstrong Richards, Max Black e da sua teoria, é possível perceber que a metáfora adquire seu sentido no seio do enunciado, porque seu *foco* (expressão metafórica) se relaciona com o *quadro* (contexto) de uma forma que lhe foi específica, já que em outro *contexto*, ocorreria outra interação que resultaria em outro sentido, e assim, sucessivamente. Isso nos leva a concordar que a metáfora de interação é *insubstituível e intraduzível* (RICOEUR, 2000, p. 139) porque ela é portadora de informações que lhes são próprias.

A noção de “sistema de lugares comuns associados”, introduzida por Max Black nos estudos da interpretação metafórica, abre espaço para que, refletindo-a enquanto produto da criatividade semântico-lexical, se possa (talvez) ousar em pensá-la como uma fase de formação neológica que sucede a sua criação, a que, segundo Aderlande Pereira Ferraz (2012, p. 18) refere-se à *recepção* ou ao *juízo* de sua *aceitabilidade* por parte da comunidade linguística. Essa seria a fase que antecede a desneologização ou não da unidade léxica, já que, para Max Black, essa noção é acrescida aos “*usos literais da palavra que governam as regras sintáticas e semânticas*”.

Assim, a própria ilustração dada pelo autor (o homem é um lobo) possibilita pensarmos nisso. O que ele sugere ser evocado como sistema de lugares comuns associados ao foco metafórico “lobo” são conotações já bastante utilizadas para o termo: “valente”, “perigoso”, “selvagem”; sugeridos como sendo “estereótipos e conotações” triviais de lobo. É possível encontrar dicionarizadas algumas expressões idiomáticas que trazem essas mesmas conotações. O dicionário Michaelis (2008) fala em “lobo do mar”: “marinheiro experiente”, ou seja, um homem “destemido”, algo bem próximo de “valente”, “perigoso” e “selvagem”.

Esses estereótipos e conotações que são traços triviais de lobo quando projetados sobre o termo “homem”, não só organiza nosso pensamento sobre “homem”, como também as associações que evocam fazem-nos pensar em um homem um pouco animalizado e um em lobo um pouco humano. Ou seja, a metáfora está presente na semântica da frase toda, embora representada pela expressão metafórica que constitui o foco dessa interação.

Dessa forma, podemos considerar a partir das formulações da Teoria Interacionista que, dentre os seus pontos mais contundentes, a metáfora é um modo diferente de organizar a realidade, uma vez que ocorre nela uma operação mental, na qual os termos que formam um enunciado metafórico interagem simultaneamente na constituição de um sentido novo.

As produções metafóricas, a partir da abordagem interacionista, tornam-se um mecanismo de produtividade lexical bastante enriquecedor, uma vez que as unidades léxicas tomadas figurativamente produzem tantos sentidos quanto são as suas possibilidades de interação. Ou seja, para cada enunciado em que uma palavra for inserida figurativamente, haverá uma interação. Ou ainda, para cada situação comunicativa, haverá a

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

construção de novos sentidos através dos “sistemas de implicações especialmente construídos”. (BLACK, 1993)

A evocação que Max Black (1962; 1993) chamou *sistema de lugares comuns associados*, que ocorre a partir das *convenções e estereótipos* associados a determinadas unidades léxicas, implica em novas associações e projeção de conceitos e atributos triviais de um tema secundário (foco; palavra tomada metaforicamente) a um tema principal. A operação mental realizada através dessas associações e projeções, que também suprime e acentua detalhes desse tema principal, traz nova forma de percepção e conceituação da realidade, resulta em produtividade lexical, pois ocorre sempre com a construção de novos significados.

Assim, através dos *sistemas de implicações associados* (BLACK, 1962; 1993) a metáfora passa a constituir neologismo, uma vez que ela obedece (perfeitamente) as fases de construção neológica compreendidas por Aderlande Pereira Ferraz (2012, p. 18): a fase de sua *produção* e a fase de *recepção e julgamento* de sua *aceitabilidade* junto à comunidade de falantes. Da mesma forma, muitas metáforas caem no uso corrente e acabam sendo dicionarizadas, fechando (dessa forma) o ciclo das três fases neológicas apontados por esse pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Rosa Maria Baptista. *A metáfora na compreensão e interpretação do texto literário*. 2009. Tese (Doutorado em Psicolinguística). – Curso de Pós-graduação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins*: ATITO. Goiânia: PUC, 2010.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

_____. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLACK, Max. More about Metaphor. In: ORTONY, Andrew. (Ed). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Metaphor. In: _____. *Models and metaphor*. Ithaca: Cornell Uni-

versity Press, 1962, cap. 3. Disponível em:

<<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 10-2015.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica*. São Paulo: Contexto, 2013.

COIMBRA-E-SILVA, Rosa Lúcia Torres do Couto. *A linguagem metafórica*. 1999. Tese (Doutorado em Letras/Linguística). – Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade de Aveiro. Aveiro.

FERRAZ, Aderlande Pereira. Produtividade lexical no português brasileiro: o que pode informar um observatório de neologismos? In: PER-NAMBUCO, Juscelino; FIGUEIREDO, Maria Flávia; CÂMARA, Naiá Sadi. (Orgs.). *Texto e contexto*. Franca: Universidade de Franca, 2012.

_____. Neologismos na publicidade impressa: processos mais frequentes no português do Brasil. In: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; IS-QUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2007.

FOSSILE, Dieysa Kanyela. Um passeio pelos estudos da metáfora. *Revista de Letras*. Curitiba, [2011a]. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewjtpvj44bnOAhUKIpAKHWr-AT8QFghCMAU&url=http%3A%2F%2Fwww.dacex.ct.utfpr.edu.br%2F14%2520Um_passeio_pela...pdf&usg=AFQjCNFX1MPWI2bEuD2IG IXID9oep2PQ&sig2=uDUScStNboq-MVQ5DwwPkg>

_____. *O significado aspectual na interpretação de metáforas verbais*. 2011b. Tese (Doutorado em Letras/Linguística). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95998/295137.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

_____; SILVA NETO, Antônio Cilírio da; HERÊNIO, Kerlly Karine Pereira. *A metáfora no livro didático de ensino médio: um estudo feito a partir dos manuais aprovados pelo PNL D 2014*, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/1984-8412.2015v12n3p711/30159>>

MARTINET, André. *Conceitos fundamentais da linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

MOURA, Heronides Murílio de Melo. Linguagem e cognição na interpretação de metáforas. *Revista Veredas*. Juiz de Fora, vol. 6, n. 1, 2009.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

_____; PEREIRA, Ivelã. Máquinas e mentes: interpretando a metáfora. *Workingpapers*, Florianópolis, vol. 9, n. 1, p. 81-99, jan.-jun. de 2008.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad.: Dion Davi Macedo. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

**A MANDALA ASTROLÓGICA
ANÁLISE SEMIÓTICA DA RODA ASTROLÓGICA**

Ana Júlia Tavares Staudt (UNEB)
anajuliastaudt@gmail.com

RESUMO

No presente artigo, tem-se por objetivo apresentar uma reflexão acerca dos estudos da semiótica a partir da roda astrológica, constituída de todos os signos do zodíaco, casas, elementos, quadruplicidade e glifos, suportado no conhecimento milenar do estudo da astrologia. Acrescenta-se ainda a este breve estudo algumas imagens divulgadas na revista feminina, *Claudia* do mês de novembro de 2013, da Editora Abril Cultural, na página que versa sobre horóscopo. Buscou-se depreender a análise dos aspectos relacionados à constituição do signo, a partir do *corpus* das imagens dos signos zodiacais, da roda astrológica e do horóscopo da referida revista. Este estudo está fundamentado na teoria semiótica, que tem como principal representante o filósofo, lógico-cientista Charles Sanders Peirce e os estudos de Santaella (2000, 2012).

Palavras-chave: Semiótica. Significação. Roda astrológica.

1. Introdução

No presente artigo, tem-se por objetivo apresentar uma reflexão acerca dos estudos da Semiótica a partir da roda astrológica, constituída de todos os signos do zodíaco, casas, elementos, quadruplicidade e glifos, suportado no conhecimento milenar do estudo da astrologia. Acrescenta-se ainda a este breve estudo algumas imagens divulgadas na revista feminina, *Claudia* mensal, novembro/2013, da Editora Abril Cultural, na página que versa sobre o horóscopo. Buscou-se depreender a análise dos aspectos relacionados à constituição do signo, a partir do *corpus*: as imagens dos signos zodiacais (roda astrológica) e das imagens do horóscopo da referida revista. Este estudo está fundamentado na teoria semiótica, que tem como principal representante o filósofo, lógico-cientista Charles Sanders Peirce e os estudos de Santaella (2000, 2012).

A partir do *corpus* busca-se interpretar a constituição do signo a partir dos três elementos que fundamentam qualquer experiência, as categorias universais do pensamento e da natureza, a saber, o signo em si mesmo; tem-se assim a tricotomia que ficou mais conhecida e que tem sido mais divulgada, trata-se da primeiridade (*quali-signo*), a relação do signo consigo mesmo, da secundidade (*sin-signo*) a relação do signo com

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

seu objeto dinâmico e da terceiridade (*legi-signo*) a relação do signo com seu interpretante.

O presente artigo se constitui desta introdução, a seguir discorre-se sobre a teoria de Peirce, a semiótica, faz-se a descrição da roda plana astrológica, logo após a significação da roda astrológica juntamente com as imagens divulgadas na revista *Cláudia*, fazendo uma interpretação a partir da tricotomia da teoria semiótica, finalizando com as considerações finais.

2. A teoria semiótica

A palavra "semiótica" vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo, a ciência dos signos, acrescenta-se que a semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, isto é, o exame dos modos de formação de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação de sentido. Tem-se a linguagem verbal de sons conjuntamente com a tradução visual alfabética, a escrita, mas há também, e, ao mesmo tempo, uma variedade infinita de linguagens que também formam os sistemas sociais e históricos de representação do mundo (SANTAELLA; 2012, p. 16). Outros pensadores indicaram os fenômenos como eventos do mundo externos à mente. Diferentemente, Peirce considera os fenômenos como eventos mentais, resultando em uma fenomenologia que se inicia em campo aberto, livre de amarras, tudo aquilo que aparece à mente, que possa corresponder a algo real ou não.

Assim, pode-se visualizar um triângulo: em um dos ângulos de sua base tem-se ou *representamen* (significante). O segundo elemento ou objeto, localizado na base oposta do triângulo é o referente aquilo que está ausente e é representado pelo signo. O terceiro elemento ou interpretante é a ideia que surge na mente do observador que percebe o signo, aquilo que pode ser percebido pela visão, como as imagens, por exemplo. Em síntese Santaella, ao citar Ransdell (1966, p. 26), esclarece:

Qualquer coisa que conduz uma outra (seu interpretante) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu objeto), de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim sucessivamente *ad infinitum*.

Peirce identifica três classes de signo: o ícone, o índice e o símbolo. Os ícones são *quali-signos*, primeiridade, que se reportam a seus objetos por similaridade e só podem sugerir ou evocar algo porque a qualida-

de que ele exhibe se assemelha a outra qualidade. Os índices diferentes dos ícones, secundidade, se fundamentam a partir de uma existência concreta, ou seja, seu objeto imediato é a maneira como o índice é capaz de indicar algo existente, o objeto dinâmico que mantém uma conexão existencial. Os símbolos possuem uma ação mais complexa, pois se suportam a partir de *legi-signos*, terceiridade, leis que operam com condição, estabelecendo conexões. (SANTAELLA, 2012, p. 21)

Assim sendo, a noção de representação que a tríade semiótica revela só é introduzida na fenomenologia quando se instala a terceiridade. Santaella (2012) cita Ransdell (1966, p. 80) para enfatizar:

A solução está na distinção entre o primeiro termo da relação e aquilo que desempenha o papel de primeiro termo dessa relação. Qualquer coisa que seja, pode ser um signo, isto é, pode funcionar nesse papel; mas para que faça isso, deve ter algum caráter em virtude do qual pode assim funcionar. Esse caráter é o que constitui o fundamento ou razão de sua capacidade para ser um signo, embora ele não seja realmente um signo enquanto ele não for interpretado como tal. A noção de qualidade é, de acordo com Peirce, a noção de referência a um fundamento (“...uma pura abstração, cuja a referência constitui uma qualidade ou atributo geral, pode ser chamada de fundamento” [1.551]), isto é a noção de ter potencialidade *sígnica*. Assim, a primeira categoria, qualidade, pode ser identificada com noção de um signo no sentido de posse de potencialidade *sígnica*, mas ela não é equivalente à noção de um signo atual. E considero que esta deveria ser a versão peirciana da noção tradicional de forma e talidade ou essência. [...]

Ora, a relação *sígnica* pressupõe algo que pode desempenhar o papel de um signo, pressupondo assim que haja uma coisa tal como potencialidade *sígnica* (forma, essência, qualidade). Como fundamento da relação *sígnica*, este deve ser algo que tem a ver como uma coisa funcionando como signo em virtude da qual esta coisa é *significante* de seu objeto.

Percebe-se desta maneira que o signo se estabelece se passar pelas três instâncias a *primeiridade*, *secundidade* e a *terceiridade*, entretanto não se pode traçar uma linha definida entre estes estados da mente. A qualidade, a impressão funciona como um primeiro nas coisas que se apresentam, a experiência que deixamos como marca no mundo, é resultado da nossa ação e encontra-se legitimada como signo genuíno em sua última fase, tem-se, assim o signo genuíno, a *terceiridade*.

3. Descrição da roda astrológica

A astrologia é a ciência que investiga a ação dos corpos celestes sobre os objetos animados e inanimados, e a reação destes a essa influência, este estudo está presente nos primeiros registros do aprendizado hu-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mano. A astronomia e a astrologia durante anos foram uma só ciência, mas hoje elas caminham separadamente, embora uma se beneficiando da outra. Em síntese, a astronomia pode ser considerada uma ciência de distâncias, magnitudes, massas, movimentos, velocidades, localizações, com base em observações feitas com instrumentos como o telescópio, desta forma pode-se denominá-la uma ciência objetiva. Por outro lado, a astrologia pode ser considerada uma ciência subjetiva, o levantamento do horóscopo é, na verdade, um processo astronômico, a avaliação ou descrição do horóscopo é um processo astrológico.

A roda natural ou plana como os astrólogos a chamam constitui-se de doze signos do horóscopo natural, eles encontram-se na parte exterior da circunferência e trazem cada um o nome do signo que as figuras representam. Tem-se, desta forma, na parte exterior da roda o nome dos signos, as figuras que os representam e os glifos de cada signo. No referido artigo, somente são enfocadas as figuras representativas dos signos zodiacais.

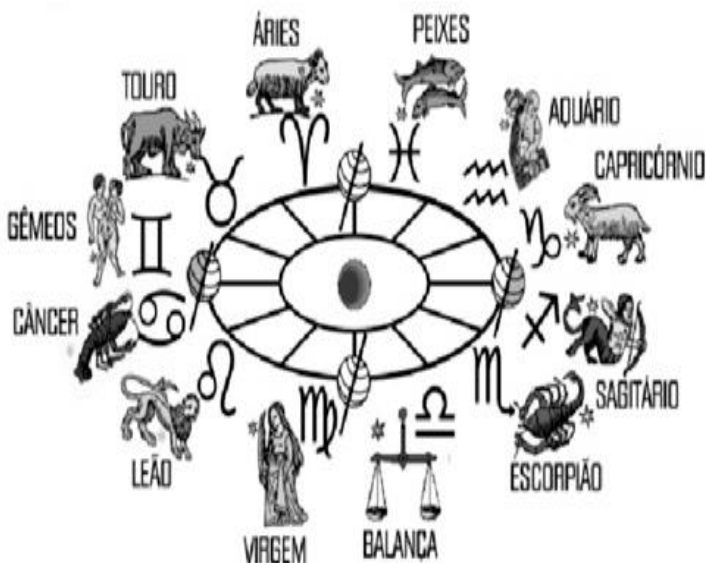


Figura 1: Figuras representativas dos signos zodiacais.

A roda astrológica demonstrada acima apresenta os 12 signos do zodíaco, esta circunferência mede 360 graus, dividido em 12 partes, cada uma com 30 graus para cada signo do zodíaco. No sentido horário o pri-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

meiro signo do zodíaco – o signo de áries representado por um animal, o carneiro, a seguir touro representado pela figura de um animal o próprio touro, gêmeos a figura de gêmeos humanos, câncer o caranguejo, leão o próprio animal, virgem simbolizado por uma mulher, a seguir libra representado por uma balança, escorpião o próprio animal, sagitário por um centauro, uma figura mitológica, capricórnio representado por uma cabra, aquário um homem com um pote as costas, peixes, dois peixes em oposição.

Os glifos também representam os signos do zodíaco, seguindo a mesma ordem horária tem-se a partir do signo de áries os chifres do carneiro, a cabeça e chifres do touro, o algarismo romano II ou duas colunas gregas para gêmeos, as garras do caranguejo para câncer, a cauda do leão representando o sino de leão, a grafia da palavra virgem em grego, a balança para libra, a cauda e o ferrão do escorpião, a flecha do arqueiro para sagitário, o chifre e a cauda da cabra para capricórnio, em aquário as ondas de água ou eletricidade e dois peixes interligados em oposição representando o signo de peixes.

As divisões feitas no círculo de 360 graus formam as doze casas do zodíaco, configurando-se assim os doze signos que representam qualidades ou quadruplicidade, indicando tipo de comportamento e, dividindo-se em grupos de quatro signos do zodíaco. Os signos cardeais assim são denominados porque apresentam características como a iniciativa, a ambição, o entusiasmo e a independência e remetem aos signos de áries, câncer, libra e capricórnio. Os signos fixos touro, leão, escorpião e aquário são determinados, capazes de se concentrar, estáveis, resolutos, econômicos e majestosos. E os signos mutáveis gêmeos, virgem, sagitário e peixes denotam características como a versatilidade a adaptabilidade, a sutileza, a simpatia e a intuição.

Além destas qualidades os signos do zodíaco inserem-se nos elementos ou triplicidade indicando percepção e temperamento, divididos em fogo, terra, ar e água, a saber, o elemento fogo constituído por áries, leão e sagitário apresentam as características de orgulho e brio, os de terra tem touro, virgem, e capricórnio e apresentam a praticidade como característica mais marcante, o elemento ar apresenta gêmeos, libra e aquário e tem como característica importante a comunicação, finalizando o elemento água tendo câncer, escorpião e peixes que enfatizam a emoção e os sentimentos.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Durante os quase três mil anos de existência da astrologia tais como a conhecemos hoje, tem-se escrito muitíssimo sobre as possíveis implicações das influências combinadas e variáveis dos planetas e seus ciclos sobre o comportamento humano. Astrólogos e astrônomos, místicos e cientistas, crentes e céticos, todos têm algo a dizer sobre o assunto. Recentemente, pela primeira vez, a ciência moderna começou a despende um certo esforço na exploração da área, e as próximas décadas deverão lançar muita luz sobre a questão. Enquanto isso, baseados no dia a dia, os astrólogos continuam utilizando o acervo das crenças tradicionais, fundamentadas na experiência e nos escritos dos que vieram antes.

4. A significação da roda astrológica de acordo com a teoria

A roda astrológica mostrada acima composta dos signos do zodíaco com seus respectivos nomes e glifos, remetem a observação das figuras que a constituem. Figuras estas de animais e humanos e objetos.

Entende-se por fenômeno qualquer coisa presente no mundo e até na imaginação. Estar no mundo aberto para observar qualquer coisa seja ela externa, por exemplo, um caranguejo enterrando-se a terra ou um desejo, uma vontade. Todas estas experiências, segundo Peirce estão abertas para o homem. Na verdade, diz Santaella (2012, p. 50) que devemos desenvolver três faculdades a 1ª a capacidade contemplativa; a 2ª distinção das diferenças; e a 3ª a capacidade de generalizar de forma mais abrangente.

Sabe-se que os signos do zodíaco trazem figuras da mitologia assim como figuras de animais e pessoas. Ao se deparar com estas figuras a primeira sensação é decorrente do que é sentido naquele momento, nada mais, caso avance-se um pouco já não estaremos na primeiridade o qual-signo, a qualidade é apenas parte do fenômeno, este instante é genuíno, original, livre, por exemplo, um círculo e figuras, nada mais a dizer.

Entretanto se houver um tênue avanço que seja, já se encontra na instância da secundidade, o mundo pensável e tem-se então, a materialidade, as figuras ali dispostas um carneiro, um touro, duas imagens humanas iguais, um caranguejo, um leão, a figura de uma mulher, uma balança, um escorpião, uma figura mitológica, uma cabra um homem que segura um pote aos ombros e dois peixes em sentido opostos. Encontra-se a materialidade a ação de um sentimento sobre alguém. O pensamento é processo e há um impulso para que se passe de uma etapa para outra,

ou seja, da primeiridade para a secundidade e a partir deste um novo impulso para o universo da terceiridade, o *legi-signo* é a historicidade do homem que emerge de tudo o que ele traz, sua história, suas experiências, tudo.

O *legi-signo* aproxima-se do primeiro e do segundo reverberando o intelecto, é a inteligibilidade, pelo qual se representa e se interpreta o mundo, assim afirma Santarella (2012, p. 79):

Por exemplo: o azul, simples e positivo azul, é um primeiro. O céu, como lugar e tempo, aqui e agora, onde se encarna o azul, é um segundo. A síntese intelectual, elaboração cognitiva – o azul no céu, ou o azul do céu – é um terceiro.

Dessa forma pode-se afirmar ao parafrasear a estudiosa Santarella: uma circunferência com figuras em torno, a sensação é o primeiro, uma roda como lugar e tempo, o aqui e o agora, onde aparecem figuras variadas, é um segundo. A síntese intelectual a roda com os signos do zodíaco, é um terceiro. Qualquer pessoa mesmo não conhecendo a astrologia a identifica como tal e podem através da inteligibilidade identificar na figura de um leão a sua força e realeza, uma das características do signo de leão, também pode-se através da figura de uma balança ter a percepção da medida do equilíbrio, ainda podemos ver na imagem de uma mulher a sua feminilidade e também a pureza da virgem mostrado no signos do zodíaco de virgem, podemos observar no caranguejo e no seu comportamento sempre movimentando-se para trás e lados como um comportamento de câncer e assim por diante.

Além destes aspectos a mandala pode significar um objeto dinâmico, indicando movimento, rodar, girar, o movimento da vida, a cada final do giro uma nova dinâmica da vida e ao sair do giro formar nova roda, nova etapas. A mandala, a roda da fortuna, o destino tudo isto forma o signo a partir da instância da terceiridade.

Pode-se observar nas figuras que seguem oriundas do horóscopo da revista *Cláudia*, novembro, 2013, os signos do zodíaco, respectivamente, gêmeos, leão, câncer, libra, virgem e peixes, por ser uma revista voltada para o público feminino, todos os signos do zodíaco trazem a imagem de uma mulher, entretanto não fogem dos símbolos que os representam, todos trazem as figuras dos seus respectivos signos do zodíaco. Na primeiridade temos o efeito inanalizado, sem nenhuma reflexão, assim tem-se um interpretante, em sua interpretação individual. Na secundidade já se tem um interpretante dinâmico, pois se faz a experimentação, e a figura apresentada se materializa. Na terceiridade, revela-se o

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

interpretante final, ligado ao hábito, à lei, é a significação, é o signo. Nota-se que todas as figuras trazem a representação que o objeto quer representar, para que a semiose se estabeleça, na primeira figura tem-se o signo de gêmeos representado por duas figuras de mulher, no signo de leão uma mulher e atrás um leão, em câncer um caranguejo, em libra uma mulher segurando aos ombros uma balança, em virgem uma mulher com um ramo de folhagem nas mãos, e em peixes, uma mulher entre dois peixes em oposição. Além disso, todas as figuras dos signos do zodíaco trazem a roda que simboliza a dinâmica da vida.



Fig.2 Imagens do horóscopo da revista *Cláudia*, nov. 2013.

Na terceira categoria, Nöth (1998, p. 74), citando Peirce, explica como se dá a terceiridade:

É aquilo que seria finalmente decidido se a interpretação verdadeira e se a consideração do assunto fosse continuada até que uma opini-

ão definitiva resultasse [...] aquele resultado interpretativo ao qual cada intérprete está destinado a chegar se o signo for suficientemente considerado.

Pode-se então arriscar, afirmando que os horóscopos divulgados nas revistas se encontram na instância da terceira categoria, ou seja, na terceiridade, pois se encontram já legitimados. Ao abrir uma revista e folheá-la e deparar-se com o horóscopo, rapidamente já se está colocado na categoria da terceiridade.

5. Considerações finais

O estudo da roda astrológica e das figuras divulgadas no horóscopo da revista *Cláudia* suportados na teoria Semiótica norte-americana, que germinou nos trabalhos do cientista-lógico-filósofo Charles Sanders Peirce, tratou da análise, na verdade, do relacionamento do signo com seus três componentes, a saber a primeiridade, a secundidade e terceiridade é nessas três categorias que se dá a semiose a ação sobre qualquer coisa - um objeto, um pensamento, um sonho etc.

O estudo da astrologia materializado neste artigo na forma da roda astrológica teve como objetivo revelar como se dá através de um intérprete e posteriormente um interpretante a chegada da compreensão de um signo. Era, pois preciso uma ciência fosse capaz de criar dispositivos para uma melhor compreensão das multiformas e do diversificado universo dos fenômenos de linguagem.

O trabalho de Peirce tem uma dimensão cosmológica, pois remete a um entendimento de visão de mundo que cada um dos seres humanos traz no fundo de seu âmago e é através desta historicidade que cada um traz em si e de si e resulta a semiose.

A astrologia através de toda sua simbologia, serve-se de objetos do mundo para representar todos os aspectos que levam ao autoconhecimento. Faz-se, dessa forma, necessário que se passe pelas categorias, a saber, o *quali-signo*, o *sin-signo* e o *legi-signo* para que se possa decifrar todo este conhecimento, acredita-se que as pessoas inseridas no contexto histórico-cultural terão mais facilidade para adentrar neste contexto.

A roda astrológica demonstra como se pode fazer uma leitura sem que se tenha um conhecimento prévio, através dos signos do zodíaco pode-se perceber e localizar no aqui e agora, depreendendo-se as características que os signos do zodíaco comunicam. Já o horóscopo na revista *Cláudia* este conhecimento autorizado na forma de signo, é a semiótica.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. *Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MILLER, Susan. Horóscopo. *Cláudia*, ano 52, n. 11. São Paulo: Abril, nov. 2013, p. 256 -258.

**ANÁLISE DO SIGNIFICADO
EM SENTENÇAS DO PORTUGUÊS
NA PERSPECTIVA
DOS TEÓRICOS DA INTENÇÃO COMUNICATIVA**

Welton Rodrigues Santos (IF Baiano/PUC-Minas)
weltonsantos83@gmail.com

RESUMO

Uma das divergências entre a questão do significado é sobre sua relevância para o estudo da semântica. Alguns estudiosos consideram o significado como algo desnecessário para os estudos semânticos, buscando assim formas de comprovar tal pensamento, enquanto outros consideram o significado uma discussão imprescindível e, por esse motivo, empreendem esforços para criar uma teoria que o explique adequadamente. Nesse interim, uma dessas divergências em torno do significado, ou "aparente conflito", segundo Strawson (1970), é entre os denominados teóricos da intenção comunicativa e os teóricos da semântica formal. Os teóricos da intenção comunicativa vislumbram o conceito de significado, partindo do princípio de que os falantes possuem um certo tipo complexo de intenções dirigidas à audiência. Por outro lado, os teóricos da semântica formal veem o conceito de significado a partir da lógica formal aplicada à linguagem, prática empreendida primeiramente pelos filósofos da Grécia Antiga e que sempre influenciou os estudos semânticos. Neste trabalho, tratar-se-á da questão do significado a partir da visão dos teóricos da intenção comunicativa. Para isso, será apresentada primeiramente a visão da teoria da intenção comunicativa e, em seguida, o que dizem os teóricos da semântica formal acerca do significado. A ideia é tratar das duas teorias paralelamente, a fim de que se possa estabelecer um comparativo entre ambas. Como forma de exemplificar e tornar mais palpável a teoria semântica da intenção comunicativa, serão analisadas sentenças do português brasileiro retiradas de manchetes de jornais. Por fim, serão apresentadas as conclusões decorrentes das explicações feitas.

Palavras-chave: Significado. Sentença. Semântica.

1. Introdução

A semântica é uma área da linguística que se ocupa do estudo do significado de sentenças e de outros objetos linguísticos. O ponto crucial da semântica é responder à pergunta "o que é o significado?", ponto este que desencadeia muitas divergências entre estudiosos desse ramo da linguística. Não é de interesse da semântica a organização sintática das sentenças, assim como questões de pronúncia.

Uma das divergências entre a questão do significado é sobre sua relevância para o estudo da semântica. Alguns estudiosos consideram o

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

significado como algo desnecessário para os estudos semânticos, buscando assim formas de comprovar tal pensamento, enquanto que outros consideram o significado uma discussão imprescindível e, por esse motivo, empreendem esforços para criar uma teoria que o explique adequadamente.

Vale destacar que criar uma teoria semântica que atenda às necessidades da explicação do que vem a ser o significado de uma sentença ou de uma palavra não é uma tarefa das mais fáceis devido ao vasto campo de atuação desta no uso de uma língua natural. Logo, encontrar o caminho exige do pesquisador estratégias, conforme sugerido por Katz (1972) sobre a criação de uma teoria semântica:

Para encaminharmos nossos esforços para a construção de uma teoria semântica segundo este exemplo, deveríamos primeiramente procurar reduzir a questão geral ‘O que é o significado?’ a um certo número de questões menores e mais específicas que são, inerentemente, partes da maior. Aqui nossas intuições pré-históricas sobre o significado podem nos guiar. Claramente, uma resposta a ‘O que é o significado’ pressupõe respostas a questões como ‘O que é igualdade de significado?’, ‘O que é significatividade e ausência de significado?’, ‘O que é multiplicidade ou ambiguidade de significado?’, ‘O que é verdade em virtude do significado?’. (1972, p. 48)

Uma das divergências existente em torno do significado, ou “aparente conflito”, segundo Strawson (1970), é entre os denominados teóricos da intenção comunicativa (TIC) e os teóricos da semântica formal (TSF). Os TIC vislumbram o conceito de significado, partindo do princípio de que os falantes possuem um certo tipo complexo de intenções dirigidas à audiência. Por outro lado, os TSF veem o conceito de significado a partir da lógica formal aplicada à linguagem, prática empreendida primeiramente pelos filósofos da Grécia Antiga e que sempre influenciou os estudos semânticos.

Neste artigo, tratar-se-á da questão do significado a partir da visão dos teóricos da intenção comunicativa. Para isso, será apresentado primeiramente a visão da teoria intenção comunicativa e, em seguida, o que dizem os teóricos da semântica formal acerca do significado. A ideia é tratar das duas teorias paralelamente, a fim de que se possa estabelecer um comparativo entre ambas. Como forma de exemplificar e tornar mais palpável a teoria semântica da intenção comunicativa, serão analisadas sentenças do português brasileiro retiradas de manchetes de jornais. Por fim, serão apresentadas as conclusões decorrentes das explicações feitas.

2. Base teórica

A teoria da intenção comunicativa parte da premissa de que para explicar o conceito de significado faz-se necessário considerar o fato de que o falante possui uma intenção dirigida à audiência no ato comunicativo. Além disso, considera que o significado das palavras e das sentenças são constituídos por regras e convenções das comunidades de fala. Os teóricos que conduzem seus trabalhos por essa perspectiva acreditam que o conceito de significado consiste em um enunciador (falante de uma língua qualquer) significar algo por meio de um enunciado (podendo ser verbal ou não-verbal) dirigido à uma audiência (interlocutor ou interlocutores) em um determinado contexto. Strawson sobre a teoria da intenção comunicativa afirma que:

Os significados específicos das palavras e das sentenças são sem dúvida, em grande parte, uma questão de regra e convenção; entretanto, a natureza geral de tais regras e convenções, em última análise, só pode ser entendida se se fizer referência ao conceito de intenção comunicativa. (1970, p. 182)

Nessa perspectiva, pode-se pensar as regras e convenções citadas por Strawson (1970) como construções erigidas socialmente a partir do uso de determinadas estruturas que são cristalizadas, com o tempo, na interação entre indivíduos. Assim, pode-se exemplificar o surgimento de uma convenção de comunicação, através do processo que desencadeará no que teoricamente se denomina de um enunciado-tipo. Para chegar a esse tipo de enunciado, faz-se necessário todo um percurso no ato comunicativo numa determinada comunidade linguística. Logo, pode-se descrever tal percurso, conforme suposição apresentada por Strawson em que

Suponhamos que a intenção primária era significar *p* através da enunciação de *x*; já que obteve sucesso na comunicação, ele (o enunciador) foi entendido desse modo pela audiência. Se o mesmo problema de comunicação surgir mais tarde para o mesmo enunciador em relação à mesma audiência, o fato já conhecido por ambos, de que o enunciador queira significar *p* ao enunciar *x*, dá ao enunciador uma razão para produzir *x* novamente e, à audiência, uma razão para interpretar o enunciado como antes. (STRAWSON, 1970, p. 186 – grifo nosso)

Temos, desse modo, um compartilhamento de conhecimentos entre enunciador e audiência, fato que torna estabelecido o enunciado de *x* para significar *p*. É interessante notar que só foi possível o estabelecimento do enunciado de *x* por decorrência de ter funcionado na comunicação entre enunciador e audiência. Nesse estágio, o que antes denomi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nava-se como enunciado x , torna-se um enunciado-tipo x , significando convencionalmente p .

A teoria da semântica formal, que se opõe a teoria da intenção comunicativa em alguns quesitos, apresenta uma posição diferente em relação ao conceito de significado. Para os teóricos da semântica formal, uma teoria geral do significado repousa na noção de condições de verdade por meio da lógica, não levando em consideração o conteúdo e nem os contextos enunciativos. Davidson (1967) associa condições de verdade e o conceito de significado como sendo algo análogo.

A relação óbvia de tal definição de verdade e o conceito de significado é esta: a definição opera dando as condições necessárias e suficientes para a verdade de cada sentença, e dar condições de verdade é uma maneira de dar o significado de uma sentença. Conhecer o conceito de verdade para uma língua é conhecer quando é que uma sentença – qualquer sentença – é verdadeira, e isso equivale a entender a língua. (DAVIDSON, 1967, p. 310)

Mas, de acordo com o que está sendo dito, o que seria uma afirmação verdadeira? Pode-se dizer que uma afirmação é verdadeira se e somente se as coisas são como seu enunciador afirma ser. O mesmo se dará no caso de uma suposição. Uma suposição será verdadeira se e somente se as coisas forem como suposto pelo seu enunciador.

Entretanto, é aceito por todos a ideia de que o significado de uma sentença é determinado por regras que condicionam como as coisas são afirmadas ou supostas por um enunciador ao enunciar uma sentença x , em certas condições contextuais, visto que as regras são relativizadas de acordo com o contexto. Logo, retornamos ao pensamento defendido pelos teóricos da intenção comunicativa, trazendo a noção de conteúdo e atos de fala, tais como afirmar, supor, ordenar etc.

Visto que, quando partimos do ponto pacífico de que as regras que determinam as condições de verdade também determinam o significado, a conclusão à qual chegamos foi precisamente a de que essas regras determinavam que afirmação foi feita por alguém, ao enunciar uma sentença, faz uma afirmação. Assim, tal ponto, longe de ser uma alternativa à teoria comunicativa do significado, nos leva diretamente a tal teoria do significado. (STRAWSON, 1970, p. 198)

Assim, podemos perceber que tanto elementos linguísticos como extralinguísticos são de importância fundamental na construção do sentido, isso porque os falantes de uma determinada língua a utilizam com propósitos diversos, porém com objetivo definido. Com isso, é razoável que se pense que as funções comunicativas independem das condições de verdade das sentenças e que a língua vai muito além de sua estrutura ló-

gica. Sobre isso, Mey (1994. p. 57) diz que “comunicação não é uma questão de lógica ou de verdade, mas de cooperação; não do que eu digo, mas do que eu posso dizer, dadas as circunstâncias, e do que eu devo dizer, dadas as expectativas do meu parceiro”. Com isso, pode-se perceber que a teoria da intenção comunicativa muito se aproxima dos estudos da pragmática. Vejamos o exemplo de Oliveira (2008) que apresenta como em uma conversa diária a presença de uma intenção comunicativa, assim como um ato cooperativo entre os participantes do discurso é indispensável para construção do significado.

No começo de 2007, uma aluna minha, Monalisa, estava atrasa para ir ao médico e, por isso, estava visivelmente nervosa no ponto de ônibus, andando de um lado para o outro. Outra estudante, conhecida dela, estava no ponto também, observando Monalisa, que perguntou: - Que horas são? A outra estudante respondeu: - O ônibus já deve estar passando. (OLIVEIRA, 2008. p. 134)

Esse exemplo chama a atenção, pois o diálogo entre Monalisa e sua amiga dificilmente seria explicado a partir da perspectiva estrutural e da semântica formal, mas sim a partir da análise das intenções comunicativas dos envolvidos no ato de fala. Essas interações na comunicação humana, torna-se, portanto, o que Grice (1975) denomina de princípio da cooperação.

Por fim, para explicar se uma sentença é verdadeira ou falsa é inevitável explicar em quais condições tal sentença é proferida, assim como é inevitável fazer referência a crença de que uma coisa é conforme quem enuncia diz ser. Fica, portanto, evidente que, não necessariamente, a semântica formal esteja equivocada em suas convicções, nem que os teóricos da intenção comunicativa sejam os detentores da verdade, mas sim a ideia de que a teoria da semântica formal encontra na teoria da intenção comunicativa o suporte para explicar determinadas questões que, baseados somente na lógica formal das regras sintáticas e semânticas, não são possivelmente explicadas.

3. Análise de sentenças

As sentenças a serem analisadas foram retiradas do *Jornal Atarde*, periódico de circulação no estado da Bahia. Para questão de análise, serão adotados aspectos teóricos apresentados na seção anterior quanto ao significado na perspectiva da teoria da intenção comunicativa, tais como: O significado implica o conjunto das intenções dirigidas ao alocutário; a

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

suposição de que o significado implica regras e convenções, associadas a intenções comunicativas; e a caracterização do significado de uma sentença decorre das circunstâncias específicas de seu uso.

3.1. Sentença 1 (S1): Colômbia relata primeiro caso de microcefalia associado ao zika. (Jornal *Atarde* 25/02/2016)

So de S1= Conteúdo semântico de S1: [Relato sobre aparecimento do primeiro caso de microcefalia em decorrência do vírus zica.] + Intenções do locutor: [Informar sobre o alastramento do vírus zica pelo mundo e as consequências desse vírus na vida da sociedade.]

So de S1= Conteúdo semântico de S1: [Regras sintáticas - papéis temáticos: Colômbia (agente), Microcefalia (objeto afetado); Regras semânticas: So de Colômbia = País que até então não havia registrado nenhum caso de microcefalia associado ao vírus zica transmitido pelo mosquito *aedes aegypti*] + [Uso de certos termos a serviço de uma dimensão intencional do locutor, tais como “primeiro” que pode ser interpretado como a abertura de um novo quadro na saúde do país que tende a se agravar.

Orientação pragmática para S1: So de S1 = Alerta de que os casos de microcefalia estão se espalhando de forma devastadora por diversos países do mundo.

3.2. Sentença 2 (S2): O corpo se acostuma com a dieta? (Jornal *Atarde* 03/12/2015)

So de S1= Conteúdo semântico de S1: [Questionamento ao interlocutor se o indivíduo ao fazer dieta por um longo espaço de tempo se o corpo se acostuma com esse novo modo de se alimentar.] + Intenções do locutor: [Através desse questionamento informar sobre como manter uma alimentação saudável com fins de obter mais saúde.]

So de S1= Conteúdo semântico de S1: [Regras sintáticas - papéis temáticos: Corpo (agente / objeto afetado); Regras semânticas: So de Corpo = Organismo que possivelmente para de reagir aos estímulos causados pela adoção de uma dieta.] + [Uso de certos termos a serviço de uma dimensão intencional do locutor, tais como “acostuma” que pode ser interpretado nesse contexto como “parar de reagir a estímulos”.

Orientação pragmática para S1: So de S1 = Informar sobre como o corpo humano reage quando da ingestão de alimentos ditos saudáveis em horários e quantidades controlados.

4. Conclusão

O conceito de significado, como visto, apresenta divergências de opiniões de acordo com a perspectiva teórica adotada pelos pesquisadores da semântica. Os teóricos da semântica formal preferem defender e empreender suas pesquisas através da lógica formal das estruturas sintáticas e semânticas para chegar ao conceito de significado. Enquanto que os teóricos da intenção comunicativa cada vez mais se aproximam da pragmática para chegarem também a tal conceito. E então ficam os questionamentos: Quem estará certo nesse conflito de opiniões? Será que existem certos e errados? Creio que a teoria da intenção comunicativa explique de maneira mais aceitável a questão do significado, porém só o tempo poderá trazer respostas mais concretas, por meio de estudos empíricos e pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, vol. 5, n. 8, 2007.

GREICE, Herbert Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Ver Curiosidades, 1982, vol. IV, p. 81-103.

KATZ, Jerrold J. O escopo da semântica. In: DASCAL, Marcelo. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Ver Curiosidades, 1982, vol. III, p. 43-61.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

STRAWSON, Peter Frederick. Significado e verdade. In: DASCAL, Marcelo. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Ver Curiosidades, 1982, p. 181-212.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ANÁLISE SEMÂNTICA DO ROTEIRO DE TELENÓVELA

Simone Dorneles Severo (UNIRITTER)

dorneles@ufrgs.br

Dinorá Moraes de Fraga (UNIRITTER)

dinora_fraga@uniritter.edu.br

RESUMO

Através da teoria semiótica de Algirdas Julien Greimas (2008), analisa-se a estrutura semântica da narrativa do roteiro de uma telenovela. A ideia é descrever os temas; as figurativizações; os valores de base e de uso e as modalizações (ser, poder, crer, saber, aderir, querer) dos actantes no primeiro capítulo (estado inicial), no capítulo do meio (estado transformacional) e no último capítulo (estado final). Assim, descreve-se o programa narrativo do segundo nível dessa teoria, cujo primeiro nível é o fundamental e o terceiro é o nível discursivo, os quais se entrecruzam. Para tanto, foi escolhida a telenovela *Cheias de Charme* (TV Globo, 2012) com suas heroínas (as empregadas domésticas Maria da Penha, Maria do Rosário e Maria Aparecida) em oposição a suas patroas Chayene, Lygia Ortega e Sonia Sarmento; e que permite, pelo Programa Narrativo dos actantes e temática, revelar processos socioculturais da sociedade brasileira. Ademais, por seu impacto político, o texto se relaciona também a aspectos da emergência de uma classe social de trabalhadores marginalizados, sem direitos trabalhistas até a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 66/2012.

Palavras-chave: Teoria semiótica. Semântica. Roteiro de telenovela.

1. Introdução

O gênero telenovela reflete a sociedade em que vivemos em seus aspectos socioculturais e, conseqüentemente, em sua política e economia. Um exemplo pertinente é o roteiro da telenovela *Cheias de Charme*, da Rede de Televisão Globo – 2012, objeto desta pesquisa, cujas personagens denominadas “empreguetes” assim eram chamadas, não por acaso, mas por sua condição: as empregadas domésticas no Brasil eram menosprezadas socialmente por não possuírem, no ano da veiculação dessa telenovela, direitos trabalhistas. No *Relatório de Desenvolvimento Social da TV Globo* (2012, p. 24) consta a reunião da equipe de teledramaturgia com a Organização Internacional do Trabalho – OIT para as tratativas sobre a telenovela. Dois meses após o seu término, o Projeto de Emenda Constitucional - PEC nº 66/2012 dos direitos trabalhistas para os empregados domésticos do Brasil foi aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado Brasileiro. Essa lei é considerada por pesquisadores como a segunda abolição da escravidão do país. Esse dado evidencia o caráter político da telenovela no contexto brasileiro e, evidentemente, sua lingua-

gem como constituidora na construção e circulação de significados socioculturais do Brasil. Até o momento da elaboração deste trabalho, outros projetos de lei se encontram em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado do Brasil com o intuito de assegurar mais direitos a esses trabalhadores, com destaque para a implementação em 08 de dezembro de 2015 do sistema unificado e obrigatório de registro trabalhista de toda essa categoria no sítio do Ministério do Trabalho.

Pelo censo de 2013, tínhamos mais de 7 milhões de empregados domésticos no Brasil, sendo que somente 20% tinham acesso a algum direito trabalhista, sem contar as crianças e jovens que atuam nessa atividade sem seus direitos mínimos assegurados. Somente isso justifica uma atenção a esse texto que destaca uma classe trabalhadora marginalizada e que nunca foi considerada como figura principal de um folhetim em horário nobre da maior emissora de televisão do nosso país.

No Brasil, o texto midiático é pouco estudado e acredita-se que possui potencialidade cultural para, através de teorias de linguagem, como a Semiótica, no caso deste estudo, oferecer contribuições para a área da comunicação e educação. As telenovelas abordam temáticas essenciais da nossa sociedade, polêmicas e tabus que podem (e devem) se tornar tema de debate e de reflexão pelos telespectadores a partir de novas perspectivas. (VIVIANI, 2013)

A telenovela escolhida para nosso estudo atingiu, em alguns de seus capítulos, os mesmos picos de audiência da telenovela Avenida Brasil (37,5 pontos), que está sendo considerada a melhor telenovela brasileira de todos os tempos.



Figura 1: As empregadas domésticas Maria do Rosário, Maria da Penha e Maria Aparecida. Fonte: <http://tv.globo.com/novelas/cheias-de-charme/Empreguetes>

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

2. *Estado inicial, transformacional e final*

Como forma de se analisar um texto dessa magnitude, elegeu-se o capítulo 1 como estado inicial; o estado transformacional pelo capítulo 72 (meio da narrativa composta de 143 capítulos) e o capítulo final, representando o estado final dos actantes.

No 1º capítulo, dá-se o encontro das “três marias” em uma delegacia. É o estado inicial. Há a caracterização (figurativização) das personagens actantes: Maria da Penha vai à delegacia registrar queixa contra a patroa famosa, a cantora de tecnoforró Chayene; Maria do Rosário é detida por fingir ser uma funcionária do camarim do cantor Fabian com a intenção de lhe entregar um CD com suas composições e Maria Aparecida, após servir um jantar na casa de sua família de criação que lhe faz de empregada, se mete em uma briga em um baile de hip-hop com seu namorado grafiteiro. Ademais, através desses marcos, podemos visualizar três das quatro fases canônicas da narrativa: a manipulação, a performance e a sanção.

Visualiza-se a manipulação quando as três patroas e a própria vida das empregadas domésticas as induzem às modalizações “dever-fazer” (Maria da Penha deve denunciar sua patroa pois busca justiça); ao “querer-fazer” (Maria do Rosário quer lutar para se tornar cantora) e ao “poder-fazer” (Maria Aparecida inicia a se conscientizar que pode ter sua própria vida independente da família Sarmiento).

A performance (o sujeito do fazer executa sua ação) pode ser melhor analisada no capítulo 72, quando as figuras-heroínas já atingiram parcialmente seus objetos de valor (sucesso e riqueza) através dos seus respectivos valores de uso.

Somente a competência, quando o sujeito do fazer adquire um “saber” e um “poder” para atingir seu valor de base, se observa nos capítulos subsequentes, quando as empregadas domésticas decidem gravar um clipe na casa da patroa Chayene e o vídeo vira um sucesso na Web.

Por fim, no último capítulo, observa-se a fase de sanção, ou julgamento, quando as performances dos actantes foram concretizadas, ou não. No caso da narrativa clássica e circular, como o do roteiro de folhetim, ocorrem os prêmios e os castigos; o bem sempre é premiado e o mal, punido.

3. *A telenovela Cheias de Charme: capítulo 1*

Nota-se que o capítulo 1 da telenovela é dividido em 73 cenas, com o intuito de permitir uma visão geral dos actantes, figurativizando-os e mostrando seus temas e valores de base e uso iniciais.

A história é dividida em dois núcleos centrais: o das heroínas, composto pelas três empregadas domésticas, Maria da Penha, Maria do Rosário, Maria Aparecida; e o de suas patroas, “vilãs não tanto assim”; a cantora tecnobrega (ou tecnoforró) Chayene, a madame *socialite* Sonia Sarmiento e a advogada proeminente de um importante escritório de advocacia, Lygia Mariz Ortega.

A figura Maria da Penha, representada pela atriz Taís Araújo, é a expressão cultural da empregada doméstica pobre de raça negra. No campo semântico se apresenta como uma figura sociocultural. Mora numa favela e representa a atual mulher negra brasileira num processo de empoderamento. A modalização virtualizante querer-ser é seu traço dominante, tanto que a advogada Lygia Ortega ficará admirada pelo seu caráter e a contratará como empregada, confiando-lhe seus 2 filhos: Manuela e Samuel, no decorrer da trama. O programa narrativo (PN) de Maria da Penha inicial é de privação, demonstrado pela humilhação que sofre de sua patroa Chayene e pela descoberta de mais uma falcatura cometida por seu marido Sandro.

Maria do Rosário é a empregada órfã, que é adotada e criada por Sidney, um garçom homossexual. Do ponto de vista semântico, ela figurativiza a mulher moderna que de menina dedicada e estudiosa atinge o sucesso por ter sido educada por um homem com uma sensibilidade aguçada. A modalização virtualizante dominante é o poder-querer e o poder-fazer. Isso significa que é a actante que assume para si um poder de acreditar no valor das Empreguetes e o poder de fazer, assumindo para si a composição das canções do grupo. Esse capítulo mostra sua luta por sua carreira de cantora, mesmo que em certos momentos da trama tenha sido desacreditada por seu pai adotivo. Seu programa narrativo de privação (não poder ser) é demonstrado pela briga que enfrenta para conseguir demonstrar seu CD de músicas para o seu ídolo, o cantor Fabian, quase perdendo seu namorado Inácio em razão disso.

Maria Aparecida figurativiza o Mito da Gata Borracheira, pois é maltratada pela falsa madrasta e suas 2 filhas. Sua companhia é um diário íntimo que depois será transformado em livro real, *Cida, a empreguete: um diário íntimo*. A modalização atualizante não poder-fazer se destaca,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

pois ela é oprimida por seus patrões, sem direito à carteira de trabalho assinada, nem folgas; e pelo não poder-ser, pois é deprimida pela saudade de sua mãe falecida, contando apenas com sua madrinha para lhe amparar, que também é empregada na mansão dos Sarmento. Seu programa narrativo de privação é demonstrado por sua subserviência às ordens da família Sarmento que, além de lhe privarem de direitos trabalhistas mínimos, cerceiam sua vida privada. Neste capítulo inicial, ela perderá seu namorado, o grafiteiro Rodinei, por chegar atrasada em uma festa.

A oponente do programa narrativo das Empreguetes, Chayene, é a figurativização da cultura e linguagem regional do Piauí. É o estereótipo da imigrante nordestina e a principal vilã da telenovela. Tem pouca instrução, fala português popular, gosta de comer bem, é exigente e autoritária. A modalização do poder-ser e poder-querer é um traço de sua personalidade, pois mesmo já sendo famosa, continua ambiciosa e vaidosa ao extremo, não poupando esforços para conquistar sua paixão pelo cantor Fabian, a quem chama de “meu frangote”.

Sonia Sarmento é a figura da “madame” brasileira, a chamada Classe Social A, preocupada com seu *status quo* e em arrumar um bom casamento para suas duas filhas. Ela reside no fino Condomínio Casa Grande e, como hobby, gerencia uma loja de grife “A Galerye”; o que é representativo da mulher moderna que, embora sem necessidade financeira, busca sua independência e singularidade. Ela terá, juntamente com a vilã Chayene, seu programa narrativo invertido, pois é casada com o corrupto e ambicioso advogado Ernani Sarmento, que tentará corromper o milionário Oto Werneck. É descoberto e preso no final da trama, empobrecendo. A modalização predominante, vista como construção da identidade dos actantes, é o “saber-poder”, pois ela sabe que por sua importante posição social a mansão deve estar sempre impecável, suas filhas devem ser magras, se casarem com homens ricos e frequentarem boas escolas.

Lygia Mariz Ortega é a figura da típica patroa intelectual e trabalhadora brasileira com pouco tempo para sua família, devido ao seu destaque como a mais importante advogada de um tradicional escritório de advocacia. É a única que trata sua empregada Maria da Penha não como uma subalterna, mas como uma amiga, o que é muito ressaltado no texto. A modalização proeminente nessa actante é o poder-saber-fazer. No decorrer de seu programa narrativo, se destacará por suas virtudes em busca de justiça e igualdade de direitos. Ela é imparcial ao defender a cantora Chayene das acusações de agressão pela empregada doméstica Maria da

Penha; não se envolve no esquema de corrupção em seu escritório e se separa do marido Alejandro ao descobrir que ele assediou sexualmente sua empregada doméstica. Essa figura estabelece uma relação de complementariedade no nível semântico da estrutura fundamental semiótica ao apoiar a causa das empregadas domésticas.

Esquema do programa narrativo inicial das empreguetes

| ESQUEMA DO PROGRAMA NARRATIVO INICIAL DAS EMPREGUETES | | |
|---|----------------------|--|
| PN = F [S1 → (S2 ∩ Ov)] | | |
| PN | = Programa Narrativo | |
| F | = função | Empregadas domésticas serem respeitadas |
| → | = transformação | Sucesso do clipe das Empreguetes na web |
| S1 | = sujeito do fazer | Núcleo das oponentes Patroas |
| S2 | = sujeito do estado | Núcleo das Empreguetes e seus adjuvantes |
| ∩ | = conjunção | |
| Ov | = objeto-valor | Empregadas atingirem sucesso |

PN1: as empregadas domésticas são provocadas (manipulação) por suas patroas e elas decidem reagir e lutar por seus direitos trabalhistas. O sujeito do fazer são as patroas, a transformação é a decisão de lutar por seus direitos, o sujeito de estado são as empregadas domésticas.

F (lutar, atingir sucesso) = [S1 (patroas) (S2 (empreguetes) ∩ Ov (sucesso, direitos trabalhistas)]

Neste capítulo, visualiza-se os PNs de privação iniciais das actantes heroínas e os PNs de liquidação das actantes oponentes.

4. Análise semiótica da telenovela *Cheias de Charme*: capítulo 72

No capítulo 72, marco do estado de transformação e de performance das actantes protagonistas e antagonistas, a patroa-amiga Lygia agoniza no hospital e é amparada por sua empregada-amiga Maria da Penha, seu “valor de uso”, que continua a passar por decepções e dificuldades com seu marido vagabundo, Sandro.

A empregada-heroína Maria do Rosário já atingiu seu sonho de ser cantora (valor de base) e continua a lutar por sua carreira, mas está confusa em relação ao seu sentimento de paixão por seu “valor de uso”, o cantor Fabian; ou por Inácio, muito parecido com ele, e que é um funcionário do bufê onde ela trabalha.

Maria Aparecida continua sua vingança subliminar contra sua irmã de criação Isadora, que roubou seu namorado Conrado Werneck. Ela

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

se sente carente pela perda de sua mãe quando jovem e frustrada por ser uma simples empregada na casa dos Sarmento. Nos capítulos seguintes ela terá sua carteira de trabalho assinada e ganhará uma indenização judicial pelos anos em que trabalhou para sua família de criação sem direitos trabalhistas.

Chayene, a patroa-vilã, tem um trunfo em sua batalha contra as empregadas ao ter sucesso com a música “Vida de Patroete” e sua estátua no Piauí é destruída por conta de sua briga contra as empregadas domésticas. Continua a competição entre empregadas e patroas.

As Empreguetes continuam a defender seus direitos e encontram mais uma vítima na mesma situação: a empregada doméstica Socorro, que se finge parceira das Empreguetes, mas passa as informações para a patroa Chayene.

PN2: As patroas contra-atacam as empreguetes, que começam a brigar e a se atrasarem aos shows, entrando em disjunção com seu objeto de valor, o sucesso.

$$\text{PN: } F = [S1 \rightarrow (S2 \cup Ov)]$$

F (contra-atacar as empreguetes) = [S1 (patroas) S2 (empreguetes) U (disjunção) Ov (sucesso, direitos trabalhistas)]

5. *Análise semiótica da telenovela Cheias de Charme: capítulo final*

No último capítulo, o estado final, as empreguetes completam suas jornadas de heroínas. É a fase da sanção, ou julgamento, quando elas atingem seus valores de base. Maria da Penha reata seu casamento com Sandro, que agora tem um emprego e, portanto, parou de vender celulares falsos com Ruço.

Maria do Rosário se casa com Inácio, muito parecido com seu ídolo-cantor Fabian; e Maria Aparecida se casa com Elano, o irmão de Maria da Penha, que é o advogado que lutou contra a corrupção do ambicioso Ernani Sarmento durante o folhetim. A patroa-amiga, a culta advogada Lygia Ortega, encontra um namorado a sua altura, o artista plástico Afonso, sensível como ela; Chayene, a patroa-vilã, luta para manter sua carreira de cantora derrotada ao lado de Fabian, sua grande paixão midiática, e a ex-patroa *sociolyte* Sônia Sarmento, após perder sua fortuna, apoia seu marido solto da cadeia por corrupção.

Reconhecem-se os dois tipos de sanção: o cognitivo e o pragmático. Chayene reconhece a vitória da luta das empregadas domésticas por seus direitos e pede perdão no palco a elas. É a sanção cognitiva destacada do roteiro. Sonia Sarmiento reconhece que Maria Aparecida foi explorada por sua família e recebe uma indenização trabalhista. É a sanção pragmática mais importante do texto.

PN3: As patroas oponentes perdem a batalha ao final, entrando em disjunção com o sucesso, a riqueza ou a felicidade e as empregadas domésticas entram em conjunção com o sucesso, a felicidade e os direitos trabalhistas.

$$F = [S1 \cup Ov (S2 \cap Ov)]$$

F (ganhar a batalha) = [S1(patroas) \cup Ov (sucesso, riqueza, felicidade) (S2 (empregadas) \cap Ov (sucesso, riqueza, felicidade)]

6. Considerações finais

O roteiro da telenovela *Cheias de Charme* foi o ponto de partida para se responder que estratégias o autor usou no texto para representar a realidade social de uma classe social desprestigiada, como a dos empregados domésticos do Brasil, com destaque para a linguagem do Piauí e das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para isso, serviu-se da operacionalidade da semiótica greimasiana na análise do processo de construção da significação do roteiro para atingir esse objetivo, identificando os aspectos textuais que traçaram os roteiristas para manipular os leitores sobre a injustiça social da ausência de direitos trabalhistas para um número tão grande de trabalhadores.

O autor, ao apresentar seu roteiro para ser representado pelo enunciador TV Globo, aderiu à ideologia dessa emissora, que inseriu essa telenovela no horário das 19 horas, destinado à classe social da família que chega em casa após as atividades diárias e busca um entretenimento frugal. Esse elemento extralinguístico ratifica a temática preponderante da empregada doméstica, que é uma figura importante para a estrutura familiar atual.

Apesar da trama ressaltar temas femininos, o texto não foi ideologicamente feminista; pelo contrário, ressaltou a importância da figura masculina e o tema do problema da paternidade ausente. Isso evidenciou

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

o caráter corretamente político do roteiro, por apresentar “cenários que operam a inclusão simbólica e possibilitam o trânsito de personagens representantes de grupos minoritários em condições contextuais antes demarcadas apenas a perfis hegemônicos”. (LEITE, 2008, p. 135)

Maria da Penha, a protagonista negra, recebeu o mesmo nome da Lei (Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) que ampara as mulheres que sofrem violência doméstica. Essa iconização ressalta a construção dessa figura como uma mulher que busca veementemente a justiça e a igualdade e que supera seus desafios. Essa figurativização mostra a preocupação latente do enunciador em criar um mundo reconhecível pelo leitor.

Através da análise dos capítulos inicial, do meio e do final de uma narrativa extensa, pode-se cotejar diversos elementos semióticos do texto geral, possibilitando a produção de sentido pelo leitor. No capítulo 1 do roteiro, viu-se que as actantes passaram por programas narrativos de privação e que suas antagonistas estavam em um estado inicial oposto, de liquidação. Ao contrapor figuras por si só tão opostas, o enunciador direciona a leitura das isotopias figurativas.

No capítulo 72, as actantes estão em busca de seus valores de base (sucesso e dignidade) contando com seus valores de uso (amigos, filhos) para os alcançarem.

No último capítulo, os programas narrativos são completos, isto é, as protagonistas estão em um programa narrativo de liquidação e, opostamente ao capítulo inicial, as antagonistas estão em programa narrativo de privação.

A organização da narrativa ressalta a disputa entre as actantes e suas oponentes. Essa dinâmica e essa lógica produzem um efeito de contrariedade, de insatisfação no destinador telespectador, que visualiza as dificuldades por que passam as empregadas domésticas em seu dia a dia. A disposição das cenas intercala temas contrários destacando os traços semânticos distintivos entre eles, reafirmando a visão ideológica adotada pela telenovela. Ao se tornarem famosas e ricas, vestindo-se com roupas caras, reformando suas casas, a telenovela coloca no devido lugar a figura da empregada doméstica sempre desvalorizada, fazendo jus e sendo coerente com a lógica do componente semântico narrativo.

A figurativização e o percurso temático, recoberto pelos traços semânticos sensoriais de cor e de forma, nos levam a certa rede associa-

tiva que produzem, além de um efeito de veridicção, ao de distinção das diferenças sociais entre os trabalhadores assalariados normais e os trabalhadores domésticos, corroborando para a adesão à causa dessa classe marginalizada.

A análise das modalizações mostrou que o texto assumiu o ponto de vista do sujeito potente, aquele que pode modificar sua vida e trajetória, buscar justiça através da utilização da tecnologia moderna e acreditar nas instituições públicas.

Assim, o destinador manipula o leitor criando um efeito de veridicção, levando a opinião pública a apoiar a causa das empregadas domésticas enquanto trabalhadoras e mulheres sem os amparos legais. A realidade refletida temática e figurativamente constrói sentidos familiares, produzindo assim o efeito de proximidade, já que os temas se concretizam em situações dramáticas atuais, como a corrupção, a falta de emprego, a falta de alguém para cuidar dos filhos enquanto a mãe trabalha, a dificuldade de acesso à educação.

Os traços na super-realidade em consonância com a estética sensorialista, ao basear-se em personagens reais como Gaby Amaranto, Banda Calipso, Stephany, a musa do Cross Fox do Piauí, buscam manter um paralelo com a realidade, provocando um efeito de representatividade que atribui alto grau de iconicidade ao texto.

O discurso construído na narrativa mostra através de variadas linguagens e conexões isotópicas que possibilitam a sobreposição das leituras que todos os grupos sociais estão a favor da causa das empregadas domésticas, pois seus valores sociais são importantes.

As estratégias enunciativas pertencentes ao nível discursivo mostram que as identidades dos sujeitos projetados e a caracterização dos actantes da trama procuram promover a identificação com os sujeitos pressupostos, ao mesmo tempo que serve ao propósito político do texto.

A análise semântica discursiva, mais especificamente, do revestimento figurativo das “Três Marias” nos permitiu traçar um perfil dos sujeitos: são todas trabalhadoras braçais com baixa escolaridade, originadas de famílias desestruturadas condizentes com a realidade social brasileira. A ênfase dessas situações difíceis enfrentadas pelos sujeitos foi reiterada no estado disjuntivo que, por representar uma injustiça para muitas pessoas, as manipulou a querer e a dever resolver o problema da falta de direitos trabalhistas.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Todos os programas narrativos foram completos ressaltando o caráter linear deste roteiro específico que agregou superpoderes a mulheres desprestigiadas, enfatizando seus valores de mulheres, mães, trabalhadoras e belas. Viu-se que quanto mais uma narrativa é completa, mais coerente ela é e, portanto, mais significativa se torna, advindo desse mecanismo um dos motivos para o interesse por telenovelas. A narrativa, em seus programas narrativos, enfatizou o não-querer o sucesso em razão de seus valores de base: a família e os filhos. Isso revela o caráter de valores que o roteiro quer passar para seu público alvo de família.

O autor, ao escrever esse roteiro para produção pela TV Globo projetou-a como intercessora do povo: além de compreender suas mazelas, ele as amplifica para que sejam vistas e ouvidas. Constrói-se, desse modo, a imagem da TV Globo como porta-voz dessa minoria, como uma justiceira. De maneira complementar, os sujeitos projetados na trama de *Cheias de Charme* refletem uma imagem de destinatador que se sente respaldado pelas instituições – confia na escola como forma de ascensão social; também confia na justiça ou na política que lhe é apresentada sempre corrupta, movida por dinheiro e influência. Essa imagem de destinatário encontra na imagem projetada pela emissora a figura de um destinatador solidário e disposto a dar voz a uma parcela da classe trabalhadora que, desamparada pela sociedade brasileira, sente-se representada no roteiro e, por conseguinte, na tela da TV.

Glossário

Actante: ser animado ou inanimado que realiza ou sofre a ação. A semiótica distingue actantes da comunicação, da narração, sintáticos e funcionais. A diferença entre actante e ator é que o actante é invariável e o ator é variável, pois pode ser individual, coletivo, figurativo ou não-figurativo (o destino).

Competência: O sujeito do fazer adquire um saber e um poder para atingir seus valores. Portanto a competência é um saber-fazer, enquanto que a performance é um fazer.

Disjunção não é a ausência de relação, mas um modo de ser da relação junctiva. Há duas diferentes relações ou funções transitivas, a junção e a transformação e, portanto, duas formas de enunciado elementar, que, no texto, estabelecem a distinção entre estado e transformação.

Enunciado: podem-se reconhecer enunciados de estado e enunciados de fazer:

Enunciado de estado: a relação de junção entre o sujeito e os objetos. O sujeito mantém relação de junção com vários objetos.

Enunciado de fazer: a operação transformada pelo sujeito na relação com os objetos. O sujeito transforma a relação de junção do sujeito com os objetos etc. Há uma mudança de

estado em Quanto aos enunciados de fazer, percebe-se que eles operam a passagem de um estado a outro, ou seja, de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo e vice-versa. O objeto de transformação é sempre um enunciado de estado.

Estado inicial: pela teoria semiótica o estado inicial indica se o actante ou ator se encontra em estado de liquidação ou disjunção no início de seu programa narrativo. Também se pode verificar isotopicamente seus valores de base, de uso e modalizações.

Estado transformacional: é o estado intermediário entre o estado inicial e o final e demonstra a competência e as formas de manipulação que utiliza o ator ou o actante na busca de seus valores de base. Ao se verificar esse estado, observa-se o programa narrativo, verificando se ele se encontra em euforia ou disforia com o seu valor de base.

Estado final: é o estado de euforia ou disforia do ator ou actante no seu programa narrativo final.

Figura: é um elemento semântico relacionado ao mundo natural que, por isso, cria um efeito de realidade no texto.

Isotopia: é o nome para a ligação que se estabelece entre as categorias semióticas por sua repetição ou recorrência de temas ou figuras, permitindo que haja coerência e coesão textual.

Junção: é a relação que determina o estado, a situação do sujeito em relação a um objeto qualquer. Há 2 tipos de junção, ou seja, dois modos diferentes de relação do sujeito com os valores investidos nos objetos: a conjunção e a disjunção.

Manipulação: ação do actante para induzir outro actante a fazer alguma coisa. Para conseguir que o outro queira querer ou dever fazer o que ele quer, ele se utiliza dos quatro tipos de manipulação:

- *Tentação* – manipulação positiva, pois o manipulador propõe um valor positivo ao manipulado;
- *Intimidação* – manipulação negativa, pois o manipulador propõe uma doação negativa ao manipulado;
- *Sedução*- manipulação positiva, pois o manipulador manifesta um juízo positivo para o manipulado aceitar sua proposta;
- *Provocação*- manipulação negativa, pois o manipulador faz um juízo de valor negativo do manipulado para atingir seu intento.

Modalização: o que modifica o actante ou sujeito do enunciado, levando-o do enunciado de estado ao enunciado de fazer, de acordo com as modalidades querer, dever, poder, saber, fazer e ser.

Objeto: enquanto objeto sintático, *desejo de respeito*, que recebe investimentos de projetos e de determinações do sujeito. Os investimentos fazem do objeto um objeto-valor e é, assim, por meio do objeto que o sujeito tem acesso aos valores.

Performance: O sujeito do fazer executa sua ação. Enquanto que a performance é um fazer, a competência é um saber-fazer

Programa narrativo: sintagma elementar que expressa o estado e as transformações do actante

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Sanção: O sujeito do fazer recebe um castigo ou uma recompensa. É o julgamento.

Semântica discursiva: nível em que as figuras, os temas, as isotopias e os efeitos de realidade são analisados.

Semântica narrativa: nível da narrativa em que são analisados os valores de base, de uso e as modalizações.

Sintaxe discursiva: nível no qual se discute a relação do Eu enunciatário com o Eu estabelecido no discurso enunciado. No caso do texto roteiro, dos efeitos produzidos pelo roteirista/autor com a finalidade de convencer o espectador da verdade de seu discurso.

Sintaxe narrativa: estrutura derivada da execução dos programas narrativos em que o sujeito parte do estado inicial, se transforma e alcança o estado final.

Tema: elemento semântico narrativo que se repete e é recorrente no texto, entretanto não se refere ao mundo natural e, por isso, o organiza em categorias linguísticas.

Valor de base: é o desejo do actante ou ator.

Valor de uso: é o meio que o actante usa para atingir seu valor de base ou desejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.

CARMO, Claudia Rejane. *Teoria da narrativa, representação do feminino e telenovela*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS. XIV Congresso Brasileiro de Comunicação. Campo Grande: setembro de 2001.

CASTRO, Gisela Grangeiro da Silva. Cheia de Charme: a classe trabalhadora no paraíso da cibercultura. *Ciberlegenda*, vol. 2, n. 27, 2012.

COMPARATO, Doc. *Da criação ao roteiro: o mais completo guia da arte e técnica de escrever para televisão e cinema*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ESTEVES, Ana Camila de Souza. *Da autoria e enunciação no cinema: Uma análise do autor a partir das estruturas da narrativa*. 2012. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTES, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

LEITE, Francisco. Por uma visão de estereótipos: as propostas e os efeitos das propagandas contraintuitiva e politicamente corretas. *Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília*, 2008.

MAURO, Rosana; TRINDADE, Eneus. Telenovela e discurso como mudança social na análise da personagem Maria da Penha em *Cheias de Charme*. Em *Questão*, Porto Alegre, vol. 18, n. 2, p. 169-182, jul./dez. 2012.

ROBAINA, Alexandra. *Vidas em jogo: uma análise semiótica da telenovela*. 2013. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação de Estudos em Linguagem, Niterói.

TELEVISÃO Globo. *Relatório de ações sociais 2012*. Disponível em: <http://globoestatico.redeglobo.com/2013/10/22/globo_relatoriosocial_2012.pdf> Acesso em: 10-03-2016.

VIANA, Núbia de Andrade. *Identidade e telenovela: as representações do Piauí na novela Cheias de Charme da rede Globo*. 2013. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Teresina.

VIVIANI, Luis. *A importância das telenovelas na sociedade*. Disponível em: <www.jpress.jornalismojunior.com.br/2013/07/importancia-telenovelas-sociedade>. Acesso em: 15-03-2016.

CAPÍTULO 1

(20/10/2011)

Marias do Lar

Novela de

Filipe Miguez e Izabel de Oliveira

Supervisão

Ricardo Linhares

Direção Geral

Carlos Araújo

Núcleo

Denise Saraceni

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Personagens deste capítulo

| | | |
|-----------|----------|----------|
| Alana | Gracinha | Rodinei |
| Alejandro | Heraldo | Rosário |
| Ariela | Inácio | Samuel |
| Brunessa | Ivone | Sandro |
| Chayene | Kleiton | Sarmento |
| Cida | Laércio | Sidney |
| Conrado | Luan | Simone |
| Dinha | Lygia | Socorro |
| Patrick | Manuela | Sônia |
| Ernesto | Messias | Théo |
| Fabian | Naldo | Valda |
| Gentil | Penha | |

Participações:

Carcereiro, Delegado, Fiscal, Locutor, Malaquias, Madame,

Policial, Policial 1, Policial 2, Porteiro, Presos

CENA 1/ RUAS DA CIDADE/ Exterior/ noite.

Céu estrelado. Aqui começa o som de Sirene. A CAM vai baixando até que encontramos uma viatura da polícia se deslocando por uma avenida larga. Música. Corta rápido para: uma moto da polícia, com alguém que ainda não vemos na garupa, andando por uma rua média. Corta para: camburão avançando por uma rua mais estreita. Em cortes alternados acompanhamos os três veículos. Ritmo. Tensão. Corta para:

CENA 2/ delegacia/ frente/ Exterior/ NOITE.

Os três veículos da sequência anterior chegam ao mesmo tempo. Da viatura sai Rosário, arrasada, escoltada pelos policiais. Da moto salta Penha, que agradece a carona fora de áudio e vai entrando, irritada; e Cida sai do camburão, junto com outros detidos (garotada); ela olha a delegacia, assustada. Todos entram ao mesmo tempo. Corta para:

CENA 3/ delegacia/ recepção/ Interior/ Noite.

Cida e o Policial 1, Rosário e o Policial 2, e Penha chegam ao mesmo tempo ao balcão do Policial de plantão. As falas se acavalam. Policial 1 segura Cida.

POLICIAL 1 – A novinha aqui aprontou confusão na balada.

CIDA – (se solta) Aprontaram pra cima de mim!

POLICIAL 2 – Atenção: elemento feminino com alto potencial destrutivo.

ROSÁRIO – Eu fiz uma bobagem, moço, mas posso explicar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PENHA – Eu cheguei primeiro, dá licença?

ROSÁRIO – Tá chegando agora, colega, que nem a gente.

As três se acotovelam, reclamando a vez, improvisar. O policial perde a paciência.

POLICIAL – CHEGA!!!! Uma de cada vez. (t) Nome.

A partir daqui, depoimentos individuais editados em paralelo.

PENHA – Maria da Penha Fragoso Barbosa.

ROSÁRIO – Maria do Rosário Monteiro.

CIDA – Maria Aparecida dos Santos Sousa.

PENHA – Empregada doméstica.

CIDA – Estudante. E trabalho de arrumadeira.

ROSÁRIO – Cantora. (t) E cozinheira, nas horas vagas.

CIDA – Por que eu tô aqui? Eu fui atacada por uma cachorra!

PENHA – Eu vim dar queixa da minha patroa, que me agrediu.

ROSÁRIO – (anjo levado) Eu... destruí o camarim do Fabian, o cantor.

POLICIAL – As senhoritas podem aguardar na sala ao lado.

Corta para:

CENA 4/ delegacia/ SaLA/ Interior/ Noite.

Rosário ali, quieta, pensando no seu dia, passada. Cida olha uma unha quebrada, enquanto lágrimas rolam por Rodinei. Penha vê isso, fica com pena, se aproxima.

PENHA – (arrisca) Foi briga de amor, né?

CIDA – Dei mole e uma perigete pegou meu namorado... (t) Tô te conhecendo lá do Condomínio Casagrande. Cê não trabalha na casa da Chayene?

PENHA – Trabalhava, minha filha, porque depois de hoje...

ROSÁRIO – (se liga) Chayene, a cantora?

PENHA – A própria, a lacraia! O cão chupando pitomba.

CIDA – (a Rosário) E você, tá aqui por quê?

ROSÁRIO – (chateada) Sabe aquele dia que ia mudar sua vida e no fim dá tudo errado?

CIDA – (tristinha) Sei, perfeitamente.

PENHA – É, esse dia de hoje prometia tanto...

As três Marias reagem, desanimadas. A CAM vai buscar um relógio de parede digital, que marca 21:15hs. Efeito. O relógio começa a voltar pra trás. Funde com:

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

CENA 5/ paisagens/ stock-shots/ Exterior/ noite/ Dia.

Imagens do dia voltando, em REWIND (nuvens, mar, sol, relógio). Efeito. Acaba com imagens do Borralho de madrugada. Legenda: MADRUGADA DE HOJE. Corta para:

CENA 6/ casa penha/ quarto penha/ Interior/ amanhecer.

Abre no rádio-relógio, que vira 5:00hs e desperta, com a vinheta do Programa do Gentil. Penha acorda, se levanta. Sandro cobre a cabeça com o travesseiro.

GENTIL – (off) Alô você que está acordando, você que já tá de pé na batida, eu sou Gentil Soares e está no ar o Bom Dia D. Maria!

Penha abre a janela. Lá fora o Borralho, sob os primeiros raios de sol. Corta para:

CENA 7/ borralho/ planos gerais/ exterior/ Dia.

Ligar no áudio. É muito cedo. Planos do Borralho. Primeiros movimentos do dia.

GENTIL – (off) Bom dia dona Mina, dona Wanda, dona Bené, e pra todas que ligaram pro (efeito) Gentil diz bom dia pra você!

Corta para:

CENA 8/ casa sarmento/ Frente/ Exterior dia.

Ligar no áudio. Take da casa. CAM busca Cida, ali, varrendo a entrada da casa. Seu Messias passa indo para o trabalho e acena para ela, que retribui. O radinho ali ligado.

GENTIL – (off) Essa é pra você, secretária do lar, que ganha a vida dando duro em casa de família. Pra você, que é fãnzoca...

Corta para:

CENA 9/ apto ROSÁRIO/ SALA/ Interior/ Dia.

Ligar no áudio. Em cortes descontínuos: Rosário põe a mesa do café, espreme laranja, cõa café, etc. Radinho ali ligado.

GENTIL – (off) ...ou melhor dizendo, que é “fabianática”: hoje à noite vai ter show dele, do Príncipe das Domésticas, do Fa-bi-an!

Rosário encantada. Entra música de Fabian. Entramos na mente de Rosário. Funde com:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CENA 10/ Local INDEFINIDO/ Interior/ DIA.

Fabian cantando seu maior sucesso, olha pra CAM como se cantasse exclusivamente para Rosário, no clipe dos seus sonhos. Canta apenas o refrão aqui. Corta rápido para:

FIM

Capítulo 72 *Cheias de Charme*

Novela de

Filipe Miguez e Izabel de Oliveira

Escrita com

Daisy Chaves
Isabel Muniz

João Brandão
Lais Mendes Pimentel

Paula Amaral
Sérgio Marques

Supervisão

Ricardo Linhares

Direção

| | | |
|----------------|------------------|------------------|
| Allan Fiterman | Maria de Médicis | Natalia Grimberg |
|----------------|------------------|------------------|

Direção Geral

Carlos Araújo

Núcleo

Denise Saraceni

Personagens deste capítulo

| | | |
|-----------|-----------|----------|
| Alana | Kleiton | Rodinei |
| Brunessa | Laércio | Rosário |
| Alejandro | Liara | Samuel |
| Ariela | Lygia | Sandro |
| Chayene | Manuela | Sarmento |
| Cida | Marisette | Sidney |
| Conrado | Máslova | Simone |
| Elano | Messias | Socorro |
| Fabian | Naldo | Sônia |
| Gracinha | Niltinho | Tom |
| Humberto | Otto | Valda |
| Isadora | Patrick | Zaqueu |
| Ivone | Penha | |

Participações:

MÉDICO, ENFERMEIRA, REBELLO, MORVAN

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

CENA 1/ hospital/ uti/ Interior/ Dia.

Continuação imediata. Penha abaladíssima diante de Lygia, fragilizada.

LYGIA – Eu confio tanto em você, Penha...

PENHA – (tenta falar) Lygia...

LYGIA – Eu sei, cê tem a sua vida, mas se você puder, de algum jeito/

PENHA – (corta) Para de falar bobagem que tu vai ficar boa, mulher!

LYGIA – O Alejandro não vai conseguir sozinho, a Liara tá em outra...

PENHA – Quem vai cuidar dos seus meninos é você/

LYGIA – (por cima) Eu tô exausta, Penha. Não sei quanto tempo mais eu vou aguentar...

Penha não consegue falar, muito menos conter as lágrimas.

LYGIA – Promete que vai cuidar dos meus filhos, pelo menos no começo, pra eu ficar tranquila... promete...

Penha segura a mão de Lygia e tenta dar leveza, quebrar o clima dramático.

PENHA – Tudo bem, tá prometido. Uma mão lava a outra, lembra?

LYGIA – (lágrimas nos olhos) Brigada, minha amiga...

PENHA – Mas ó, essa promessa não vai ter nenhuma serventia, aceitei só pra tirar esse peso do seu coração.

A enfermeira entra.

ENFERMEIRA – Vamos deixar ela descansar um pouco agora?

PENHA – (a Lygia, baixo) Cê vai vencer essa luta, colega. Eu não sou tua patroinha? Então: isso é uma ordem!

Penha sai emocionada. Lygia fecha os olhos, exausta. Música. Corta para:

CENA 2/ hospital/ corredor/ Interior/ Dia.

Penha saindo da UTI arrasada, lágrimas nos olhos. Samuel e Alejandro estão por ali. Penha aproxima-se e coloca a mão no ombro de Alejandro. Música.

ALEJANDRO – Como ela tá, Penha?

PENHA – Cansada, tadinha... muito cansada...

Os três olham através da porta aberta (ou vidro) da UTI. PV deles: a enfermeira coloca a máscara de oxigênio em Lygia, que parece tão frágil... Na emoção deles, corta para:

CENA 3/ casa chavene/ frente/ exterior/ Dia.

Take de Localização. Corta para:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CENA 4/ casa chavene/ suíte master/ Interior/ Dia.

Laércio faz massagem e alongamento em Chayene, torcendo-a de um lado para o outro.

LAÉRCIO – Isso, agora respira e gira a cabeça pra um lado, o tronco pra outro e o quadril pro outro, e solta o ar, vai!

CHAYENE – (expira) Aaaahhh!... Ai, meu louro, só tu sabe me deixar assim, molinha, lânguida que nem tapioca na frigideira...

LAÉRCIO – Pro outro lado, isso, agora estica os braços... (malicioso) Cê gosta, né, Chay? Só eu conheço as suas zonas de tensão e/

E Chayene, num movimento rápido, ninja, dá uma chave de perna no pescoço dele.

FIM

Capítulo 143 – ÚLTIMO

Cheias de Charme

14/09/12

Novela de

Filipe Miguez e Izabel de Oliveira

Escrita com

Daisy Chaves
Isabel Muniz

João Brandão
Lais Mendes Pimentel

Paula Amaral
Sérgio Marques

Supervisão

Ricardo Linhares

Direção

Allan Fiterman

Maria de Médicis

Natalia Grimberg

Direção Geral

Carlos Araújo

Núcleo

Denise Saraceni

Personagens deste capítulo

Alana
Alejandro
Ariela
Beatriz
Brunessa
Celso
Chayene
Cida

Inácio
Isadora
Ivone
Jéssica
Jiló
Jurema
Klebinho
Kleiton

Otto
Patrick
Penha
Rodinei
Romana
Rosário
Ruço
Samuel

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

| | | |
|----------|-----------|-----------|
| Conrado | Laércio | Sandro |
| Dália | Liara | Sarmento |
| Dinha | Lygia | Sidney |
| Elano | Manuela | Simone |
| Epifânia | Marçal | Socorro |
| Fabian | Marisette | Sônia |
| Gentil | Máslova | Tom |
| Gilson | Messias | Valda |
| Gracinha | Mofado | Voleide |
| Heraldo | Naldo | Wanderley |
| Humberto | Niltinho | Zaqueu |

Participações:

AFONSO, CAPANGA, C. EDUARDO, DELEGADO, ELOY, FLAVINHA, JEFF, JUÍZA, MÉDICA, MÉDICO, MORVAN, PAPAARAZZO, OLAVÃO, ROBERTA, TAINÁ, TANI-SE, VON KUSTER

CENA 1/ bufê/ cozinha // galpão/ interior/ Dia.

Inácio, desesperado, falando com Romana, Heraldo e Dinha. Ritmo.

ROMANA – A Dália sequestrou a Rosário?! Mas ela não tava presa?!

INÁCIO – Os homens da TRANCO soltaram ela do manicômio.

HERALDO – O que essa louca vai fazer com a Rosário?

Sidney e Wanderley vêm entrando.

SIDNEY – O quê que tem a Rosário?! O quê que tá acontecendo?!

INÁCIO – Calma, seu Sidney. A Dália raptou a Rosário, mas sou eu que ela quer/ (toca o telefone) Número restrito. Deve ser ela!

Alternar cenários. Dália no galpão, com Chayene e Rosário amarradas uma à outra.

DÁLIA – (cel) Vem logo pra cá ou a sua queridinha vai virar linguíça! E se aparecer aqui com a polícia, pode dizer adeus a ela...

INÁCIO – (ao cel, ouve, atento) Tá, eu sei onde é, tô indo praí. (desliga) Só tem um jeito de resolver essa situação. Dinha, Heraldo, eu vou precisar de vocês. Vamos, eu explico no caminho!

Dinha, Inácio e Heraldo saem. Sidney dá uma cambaleada, Wanderley ampara.

WANDERLEY – (afrito) Cê tá bem, Sidney? Tá sentindo alguma coisa?

SIDNEY – Muito medo de alguma coisa acontecer com a minha filha.

Wanderley segura o braço de Sidney, solidário. Tensão. Corta para: o galpão. Rosário e Chayene amarradas, Marçal ali. Chayene de olho em Marçal.

CHAYENE – Psiu, garanhão... Me desamarre dela, que Chayzinha vai se amarrar em tu!

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARÇAL – (cruel) Isso aqui é uma antiga fábrica de linguças, sabia?

Chayene se cala, amedrontada. Corta para:

CENA 2/ restaurante/ salão/ interior/ Dia.

Penha e Lygia já pedindo a conta. Conversa à meio.

PENHA – Que bom que o Samuel tá fora de perigo! Que susto, menina!

LYGIA – Serviu pra eu reavaliar o que é importante e o que não é... E eu descobri uma coisa – não que seja novidade... Você é muito importante pra mim, mulher.

PENHA – (comovida) Ô, minha amiga... E tu é a minha grande parceira, a minha irmã branca!

LYGIA – É como me sinto, sua irmã. (t) Por isso eu te devo desculpas. Eu não devia ter brigado com você por causa do Gilson.

PENHA – Mas tu tava certa! Eu devia ter aberto tudo logo pra tu...

LYGIA – Eu fui egoísta. Atrapalhei a história de vocês por causa de uma viagem da minha cabeça. O Gilson gosta mesmo de você, Penha, ele voltou pra Pernambuco arrasado. (t) Vai procurar ele, corre atrás da sua felicidade!

Em Penha mexida, corta para:

CENA 3/ hotel fabian/ suíte/ Interior/ Dia.

Fabian, apavorado, reagindo diante de Inácio. Dinha, Heraldo e Simone ali também.

FABIAN – Você quer que eu vá resgatar a Rosário e a Chayene com você? Pirou, bonito? Essa Dália é muito perigosa! Tô fora!

INÁCIO – Fabian, pensa no retorno de mília que isso vai te trazer. Cê já viu o que tão falando na internet da sua verdadeira idade?

FABIAN – Tá. Eu vou... O que eu não faço pelas minhas bonitas?

INÁCIO – Simone, assim que eu der o sinal, você aciona a polícia!

Simone assente. Todos tensos. Corta para:

CENA 4/ casa penha/ quarto penha/ Interior/ Dia.

Ivone de costas sendo maquiada por Brunessa. Não vemos nessa cena o rosto de Ivone.

IVONE – (insegura) Esse vestido não tá exagerado, “cheguei” demais?

BRUNESSA – Tô fazendo o que eu combinei com a Penha. Deixa eu ver... (examina) Tá a mó gata, tia! Bora pro show!

Nas duas saindo, corta para:

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

CENA 5/ local do show/ camarim/ Interior/ Dia.

Penha, Cida e Kleiton já reagindo horrorizados diante de Tom.

PENHA – A fabianática doida sequestrou a Rosário e a Chayene!?

TOM – A Rosário é só uma isca pra atrair o Inácio, que já tá indo ao encontro delas. Eles vão tentar negociar a liberação.

CIDA – Será que não é melhor a gente avisar que não vai ter show?

KLEITON – Melhor não, gente. Acho que a Rosário não ia gostar nada das empreguetes deixarem outro furo...

Na preocupação de todos, corta para:

CENA 6/ galpão/ Interior/ Dia.

Abre em Rosário amarradinha a Chayene.

ROSÁRIO– Realmente, é pra eu desistir da minha carreira mesmo, viu? No dia da grande volta das Empreguetes, eu sou sequestrada!

CHAYENE – E eu, que não termino nunca de pagar por meus pecados? Tudo de ruim que fiz foi por medo de que tu me tirasse meu sucesso. E o pior é que ainda errei de curica!

ROSÁRIO– Se tivesse focado na sua carreira, Chayene, ninguém ia te tirar nada! (t) Cê tem talento, carisma, cê é uma estrela!

CHAYENE – Tu também é uma cantora de patola cheia. E o teu tempero... Agora que tamo assim, ficando amiguinha, tu bem podia cozinhar pra mim, de vez em quando... Eita, que chega agüei!

Rosário revira os olhos, impaciente, tensa. Corta para:

CENA 7/ estradinha de acesso ao galpão/ Exterior/ Dia.

Furgão do Bufê chega numa curva da estrada de onde se avista o galpão, já próximo.

INÁCIO – Pela indicação do GPS o galpão deve ser aquele ali. Melhor cês saltarem aqui e seguirem a pé, pra não dar na vista.

FABIAN – (em pânico) Eu detesto filme de ação, bonito! Vou embora!

**DISCURSO E PRODUÇÃO DE SENTIDO
À LUZ DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO**

Clesiane Bindaco Benevenuti (UENF)

clesiane@gmail.com

Patrícia Peres Ferreira Nicolini (UENF)

patricianicolini@saocamilo-es.br

RESUMO

Aprofundar os estudos com base em dados concretos da língua falada e escrita, a partir do conhecimento prévio do falante, permite-nos penetrar nos estudos da Gramática Funcionalista, o que significa estudar e pensar a língua para além das normas e regras propostas pela gramática normativa, sendo possível analisar a fala e a escrita em contextos variados de falantes diversos. Como afirma Possenti (1996, p. 18) “Seria uma violência cultural impor o dialeto padrão como única forma válida de ensinar a língua”. Martelotta (2013, p. 147) assevera que “O estudo da língua em situação real de comunicação e demonstrando a existência da natureza socioestrutural da linguagem é o ideal”. A identidade de uma sociedade pode ser estudada e entendida a partir dos seus falantes, em seus processos reais de comunicação, em que estes se posicionam criticamente, emitindo opiniões e aprofundando seus conhecimentos gramaticais a partir do contexto comunicativo que a língua pode lhes oferecer, o que proporciona uma ciência mais coerente e menos mecanizada no ensino da gramática – com construções de saberes e práticas mais reflexivas, dinâmicas e investigativas. Criar o conceito de língua e linguagem como “nova ciência” é saber estabelecer diálogos entre o “velho” e o “novo”, entre o “já conhecido” e o “inovador” e suas colaborações para a aprendizagem coletiva e interativa do saber e do conhecimento.

Palavras-chave: Identidade. Comunicação. Interação. Saber. Construção.

1. Introdução

É fato que ninguém sabe dizer com total precisão como a fala surgiu, por ser única e complexa. Mas é de conhecimento de todos que seus primeiros registros foram detectados em desenhos e outras marcas deixadas por povos antigos. Ao sermos apresentados ao mundo, precisamos nos adaptar e, a língua, é um meio de nos conectar ao mundo e a outras pessoas.

A fala faz parte da humanidade, uma não existe sem a outra, o que nos leva a entender que ela faz parte de uma construção humana e histórica com fins nela mesma, com o intuito de representar determinados grupos e membros de uma mesma comunidade. O que sugere que a fala é um produto da interação humana, sendo fundamental a qualquer indivíduo.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* destacam a importância do trabalho com a oralidade na disciplina de língua portuguesa, sendo esta prática indispensável ao ensino da língua:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acessos a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. (BRASIL, 1999, p. 67)

O trabalho com a oralidade envolve, segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), diversificação, visto que a fala e a boa comunicação são importantíssimas para a atual sociedade, pois tratam das relações comunicativas entre os indivíduos. O trabalho do professor de língua portuguesa deve ser árduo, intenso e gratificante, pois o principal foco no ensino de língua deve ser o texto, a relação sociocomunicativa, a relação entre língua/linguagens e às práticas sociais dos sujeitos envolvidos no processo.

Os PCN também propõem uma ruptura com os parâmetros tradicionais no ensino de língua portuguesa, destacando a leitura e o processo comunicativo como primordiais para a construção do sujeito, o que significa romper com as práticas tradicionais de ensino de caráter normativo e conceitual.

O século XXI tem sido marcado por grandes transformações, no que diz respeito à informação e à globalização. É claro que a escola, ambiente socializador, não poderia ficar de fora, pois a gama de informações que circula dentro dela deve oportunizar atrativos aos alunos para que esses possam assimilar o conteúdo científico (transmitidos pela escola) ao seu conhecimento de mundo e de vida (conhecimento empírico).

A fala possui uma estrutura concreta, contextual, simples e serve como fator de identificação de identidade individual e grupal. Tendo em vista esses parâmetros, o corpus de estudo deste trabalho pretende evidenciar a linguagem para além das regras ditadas pela gramática normativa. Considerando-se, assim, o conhecimento prévio trazido e construído pelo falante ao longo de sua vida e formação. Para isso, alguns teóricos serão utilizados para mostrar que a língua, como estrutura maleável, deve considerar e acompanhar as diversas transformações da sociedade, deixando de lado a linguagem de caráter memorialístico.

2. A fala e o falante

O falante, ao apropriar-se da língua, transforma-a em discurso: “A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividades comunicativas” (MARCUSCHI, 2001, p. 36). O estudo da língua vernácula por meio da diversidade textual propicia ao aluno o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva.

Martelotta (2013, p. 147) assevera que “O estudo da língua em situação real de comunicação e demonstrando a existência da natureza socioestrutural da linguagem é o ideal”. Posicionar frente ao aluno, como objeto de estudo e aprendizagem, suas próprias criações textuais, é capaz de proporcionar ao discente o aprendizado da língua a partir de seu próprio texto e contexto de produção, tornando-se um método eficaz e dinâmico no fazer docente no processo de ensino-aprendizagem.

Em sala de aula é fácil verificar que a maioria dos alunos faz a transposição da fala para a escrita sem nenhuma coesão, e que esta não está pautada em regras e padrões gramaticais formais, os quais foram apresentados a esses alunos durante todo o seu processo escolar, com base na gramática normativa. “... fazer pesquisa [e o estudo] a propósito de língua não equivale a consultar gramáticas e dicionários para verificar o que neles consta e não consta”. (POSSENTI, 2001, p. 13)

O fato é que o ensino postulado da língua portuguesa por meio unicamente de regras e padrões gramaticais não está sendo suficiente para propiciar ao aluno uma escrita coerente e coesa. Martelotta (1996), assim como outros teóricos como Bolinger, Hopper, Dubois, Givón, Thompson, entende a gramática como “estrutura maleável”, sempre presente nas estruturas relacionadas às necessidades do falante.

Essas pressões estão relacionadas a um complexo de interesses e necessidades discursivas/pragmáticas fundamentais que pode compreender os propósitos comunicativos do falante de ser expressivo e informativo ou o fenômeno da existência de lacunas nos paradigmas gramaticais ou no universo de conceitos abstratos. Portanto, o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado, quer por necessidades comunicativas não preenchidas, quer pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas. (MATELOTTA: 1996, p. 02)

Ao parafrasear Sebastião Votre, Martelotta evidencia a necessidade de se fazer e de se entender a língua “... nos limites do discurso e da gramática”, o que significa que uma língua deve ser compreendida em seus sentidos mais abstratos, em suas construções de sentido, sem prender-se totalmente à fixação de regras e restrições gramaticais, priorizando

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

– sempre – “... a criatividade do discurso”. (MARTELOTTA, 1996, p. 02)

3. *Linguagem, língua e comunicação*

A linguagem é um recurso tão complexo que é difícil encontrar uma definição única, que seja certa e unânime para defini-la. A fala, uma prática tão comum no cotidiano, acaba por não ser analisada, por ser tão natural e espontânea ao homem como respirar, andar, movimentar-se. Porém, a fala não é tão comum e simples quanto parece, pois envolve diversos elementos e fatores indispensáveis à comunicação, como a tradição, a cultura e o convívio social, apesar de se tratar “de uma função biológica inerente ao homem”. (SAPIR, 2013, p. 12)

O processo de aquisição da linguagem não acontece tão naturalmente como na fala. A sociedade e o convívio social são fatores determinantes ao processo de aquisição da linguagem. “Eliminai a sociedade e não haverá dúvida em supor que ele (o homem) aprenderá a andar, dado que sobreviva de qualquer maneira. É igualmente indubitável que aprenderá a falar”. (SAPIR: 2013, p. 12)

Não existe fala sem um meio social, um grupo social, o que torna a fala instintiva, ou seja, adquirida a partir do cultural. A fala, portanto, passa a ser uma atividade complexa e ondeante de ajustamentos, que envolve o cérebro, o sistema nervoso, os órgãos de articulação e audição com a finalidade maior que é a comunicação de ideias.

Mas, o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem, ela é apenas uma parte dela, essencial, é verdade. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para possibilitar o exercício de tal faculdade pelos indivíduos. Considerada em sua totalidade, a linguagem é multiforme e heteróclita; cavalgando sobre diferentes domínios, ao mesmo tempo físico, fisiológico e psíquico, ela pertence ainda ao domínio individual e ao domínio social; ela não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, e é por isso que não sabemos como determinar sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo em si mesmo e um princípio de classificação. Uma vez que nos lhe atribuímos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (SAUSSURE, 2012, p. 25)

Bakhtin e Volochinov (1992, p. 108) afirmam, sobre a linguagem, que a mesma não é e nunca será um “produto acabado, pois trata-se de um produto em construção e transformação. Pensar a língua como um

“objeto” é acreditar que ela é morte e, por isso, distante de seus falantes, e que não acompanha o fluxo da comunicação verbal, deixando de ser um processo vivo e contínuo. “Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal”. (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 1992, p. 108)

Diante disso, é possível entender a enunciação, o ato comunicativo – a fala e a linguagem como produto da interação entre indivíduos, o que afirma ser a linguagem destinada, sempre, a interlocutores, sendo guiada em função do outro. É por meio da linguagem, da palavra, que a pessoa se afirma em relação ao outro, ou seja, a palavra é o produto da interação entre indivíduos, o que possibilita a criação da coletividade através da linguagem. Bakhtin e Volochinov (1992, p. 113) entendem essa interação como uma metáfora, pois é a linguagem que define o indivíduo e o faz participar do processo coletivo de interação com o outro, em que valores sociais diferentes se entrelaçam e lutam entre si.

Saussure (2012, p. 241) assevera ser a língua “o palco de fenômenos relevantes”, pois não haveria sociedade sem linguagem, sem comunicação, sem manifestações sociais para que as pessoas pudessem interagir e, assim, realizar e concretizar a manifestação e interação de diversas culturas. Por isso, Saussure (2012) afirma ter a linguagem dois lados: social e individual.

Dessarte, qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da linguística. Sempre encontraremos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. (SAUSSURE, 2012, p. 16)

“A língua só é criada em vista do discurso” (SAUSSURE, 2002, p. 235), fato que vai ao encontro da corrente funcionalista de Martelotta (2013, p. 157), que concebe a linguagem como instrumento de interação social, isto é, faz uma análise entre linguagem e sociedade; analisa os interlocutores, a situação comunicativa, o que vai além da análise gramatical; os estudos do autor consideram o momento da comunicação, os interlocutores e o diálogo estabelecido entre eles.

O funcionalismo tem um campo de visão mais ampliado, ou seja, recorre ao contexto para explicar o que motiva as diferentes estruturas sintáticas; os textos são analisados relacionados à função que desempenham na comunicação interpessoal, sendo o processo da linguagem pro-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

veniente das necessidades e habilidades comunicativas do indivíduo na sociedade. Logo, a construção da linguagem se dá a partir da interação entre os membros de uma comunidade.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; [...] outra secundária tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer a fala, inclusive a fonação, e é psicofísica. (SAUSSURE, 2012, p. 27)

Detalhando o pensamento de Saussure, é possível afirmar que não é possível estudar a linguagem sem considerar suas diversas manifestações, o que inclui as línguas. Saussure, em seus estudos, destaca que a língua não existe sem o homem, sem o falante. A linguagem não se concretiza sem o falante, sem sua história contada a partir da interação social. A língua é um produto da linguagem, e é preciso de um conjunto de convenções para que ela se concretize de forma eficaz nos indivíduos.

Bakhtin e Volochinov (2006, p. 21) asseveram:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Acerca da complexidade do objeto de estudo que é a linguagem, Saussure destaca:

Quem se coloca diante do objeto complexo que é a linguagem, para fazer seu estudo, abordará necessariamente esse objeto por tal ou tal lado, que jamais será toda a linguagem, supondo-se que seja muito bem escolhido, e que, se não for tão bem escolhido, pode nem ser de ordem linguística ou representar, depois uma confusão inadmissível. (SAUSSURE, 2002, p. 25)

Bakhtin (1992, p. 196), em suas concepções acerca da linguagem, faz duas afirmações importantes: a primeira é que a linguagem está em todos os lugares; a segunda afirmação é a de que a mesma não se limita ao estudo da língua e da “linguagem”. Bakhtin acredita, assim como outros teóricos citados acima, que não é possível fazer um estudo linear da língua e da linguagem, isto é, não é possível fazer um estudo dessas áreas sem considerar o movimento dialógico – responsivo do leitor – o que não é uma tarefa fácil, no entanto desafiadora, na qual envolve a criação arquitetada em diferentes textos e épocas.

A concepção de linguagem por Bakhtin é vista por dois eixos, o dialogismo (princípio constitutivo das reflexões de Bakhtin acerca, espe-

cialmente, da linguagem); e o plurilinguismo (diversidade de vozes sociais juntamente com a dialogização dessas vozes). “... as relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relação lógica e concreto-semântica, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria”. (BAKHTIN, 1997, p. 184)

É possível inferir dessa afirmação do autor que a linguagem só pode se realizar e concretizar na comunicação dialógica, que é o seu campo de existência, possuindo as relações dialógicas no sentido inscrito em vozes discursivas. A linguagem não pode ser individual, não tem caráter individualista; a linguagem é de caráter social, interacional, não é limitada de sentidos, é carregada de ressonâncias, de “ditos” e “não ditos”.

O sujeito da comunicação, a partir da interação verbal e histórico-social, constrói os sentidos através de sua relação com o outro, em uma determinada realidade da atividade humana, em que as diferentes opiniões e relações de sentido são estabelecidas.

[...] o objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico [...]. (BAKHTIN, 1992, p. 319)

Vista por esse lado, a linguagem torna-se um produto, uma resposta a algo, resultado de uma determinada interação entre um locutor em relação ao enunciado de outro. As vozes discursivas, que daí surgem, mostram que o interlocutor nessa situação é muito mais que um mero interlocutor imediato ou virtual. No movimento dialógico, no discurso em construção, o interlocutor é capaz de posicionar-se socialmente e opinar, são as chamadas vozes do discurso, que constroem diferentes graus de presença no enunciado, de forma implícita e/ou explícita. Segundo Fanti (2003),

[...] a concepção de linguagem, a partir do enfoque dialógico, configura-se como uma recusa a qualquer forma fechada de tratar das questões da língua, pois sendo o dialogismo constitutivo, a “interação” com o outro é um pressuposto. Por isso, considerar a linguagem como discurso, em Bakhtin, é sobretudo reconhecer a sua “dialogicidade interna”, já que não é a forma composicional externa que vai determinar o teor dialógico. (FANTI, 2003, *apud* BAKHTIN, 1998, p. 92)

Moreira e Dantas (1979, p. 232) entendem a língua e a linguagem como um sistema de signos verbais, assim como em outras convenções

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

sociais, morais, religiosas, que se baseiam na língua e em outros sistemas para se constituírem. Ao longo da história da humanidade, o homem sempre teve a necessidade de expressar seus pensamentos, por isso “valendo-se da língua, mas realizando-o com a linguagem, pela e na linguagem”: linguagem verbal e não verbal, linguagem matemática, biológica, gestual, mímica corporal.

Por isso, pode-se afirmar que a linguagem tem sua base na língua e dela se abastece para dar conta de um emaranhado de significados. Como exemplo, pode-se dizer que, “se o pintor está diante das sete cores, está diante da língua da pintura” (MOREIRA & DANTAS, 1979, p. 233). Ao criar um quadro, o artista está manipulando sua linguagem, expressando seus pensamentos e sua arte através da linguagem artística. Assim como o artista, o compositor também possui o seu código, “o sistema de signos musicais estrutura esse sistema”.

Portanto, por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (a sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história. (BAKHTIN, 1997, p. 276)

O ser humano também tem seu sistema de códigos. No momento em que escreve faz uso da língua como sistema, ou seja, executa e realiza seu pensamento através da linguagem. Portanto, pode-se dizer que é “pela linguagem que se manifesta o pensamento do homem, os seus ideais e anseios. E a história, a filosofia e a literatura se encarregam de mostrá-lo”. (MOREIRA & DANTAS 1979, p. 233)

Essas três ciências, através dos tempos, refletem ideias de liberdade, de amor, de ódio, de conquistas, de saudade da terra, de amor à natureza. Aristóteles e Shakespeare desapareceram, mas suas ideias ficaram, e ficaram para sempre na força da linguagem, linguagem essa que instaura o próprio pensamento humano. Porque linguagem é pensamento. E pensamento é linguagem. (MOREIRA & DANTAS 1979, p. 233)

Por tudo isso, pode-se afirmar que a língua é um processo de realização social por exprimir a evolução da cultura humana, entendendo-se como cultura o conjunto de suas faculdades e aptidões. Toda classe culta de uma comunidade estabelece modelos próprios para o uso da língua e da linguagem, que obedecem a uma gramática que orienta a aplicação de regras e significados de uma determinada língua. Esse fato não é aplicado à literatura, pois esta se vale de aplicações especiais da língua para fins

estéticos, por ser uma representação artística. “... a literatura dá liberdade de criação, principalmente se o objeto é a consecução de expressividade”. (MOREIRA & DANTAS 1979, p. 233)

Segundo Sapir (1971),

[...] a língua, como um sistema aberto, está exposta a mudanças, que, para serem aceitas, deverão tornar-se objeto de estudo, juntamente com os fatores que a originaram em determinada direção, sob a forma de deriva da língua. Deriva é, então, qualquer posição que uma língua toma sem que, algumas vezes, seja possível explicar, racionalmente, o motivo da mudança. Poderíamos dizer, inclusive, que na língua não há propriamente criação, mas evolução, ao se pensar em que tudo acontecido gramaticalmente ao português já estava na deriva do latim. (SAPIR, 1971, p. 30)

Bakhtin (1995, p. 277) também considera toda interferência humana como constitutiva da linguagem, do enunciado e do texto, quando afirma que a linguagem é sempre orientada por interlocutores reais ou virtuais. Considera Bakhtin ser a palavra a mais pura representação das transformações sociais, por isso qualquer manifestação humana é linguagem. Logo, a linguagem só pode ser estudada e entendida a partir da sociedade, pois o enunciado é uma característica da situação de enunciação da qual é produzida e daí circula, formando um signo dialógico único que se manifesta de diferentes formas em cada interação. A teoria bakhtiniana prioriza a dialogicidade e a dinamicidade da linguagem.

4. Considerações finais

Portanto, a linguagem é uma prática social compartilhada entre pessoas, carregada de significados e signos ideológicos, concreta, viva e eficaz. Vale salientar, também, a complexidade de se tentar contemplar a definição de linguagem, pois são muitos os pontos a serem destacados e relevados. O que se pode afirmar, com certeza, é que a linguagem sempre esteve e sempre estará viva na história da humanidade, pois sem ela, como dito anteriormente, não existiria humanidade. A linguagem, como constitutiva da realidade humana, deve ser apreendida a partir da observação de situações concretas de interação entre o elemento verbal e o extraverbal, como elementos definidores da linguagem, do discurso e do enunciado. O estudo da gramática unicamente por meio de regras não proporciona ao aluno condições necessárias para a transposição coerente e coesa de elementos linguísticos da oralidade para a escrita, pois há variações polissêmicas nas práticas comunicativas que devem ser conside-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

radas, isto é, a atitude do falante e/ou autor do texto a respeito do que é dito, considerando-se os processos de produção e significação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *O discurso no romance*. In: FANTI, Maria da Glória Corrêa Di. *A linguagem em Bakhtin: pontos e desPontos*. Juiz de Fora: Veredas, 2003.

_____. *Problemas da poética de Dostoievski*. Trad.: Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1999.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREIRA, Almir; DANTAS, José Maria de Souza. *Lingua(gem), literatura, comunicação*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de letras, 1996.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

_____. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

_____. *Escritos de linguística geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Trad.: Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

**EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS
SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS FRASEOLÓGICOS**

Dhienes Charla Ferreira Tinoco (UENF)

dhienesch@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinaff@gmail.com

RESUMO

O objetivo dessa proposta consiste em apresentar um estudo sobre as expressões idiomáticas na perspectiva da fraseologia. E para isso, propomos uma pesquisa teórica que traça uma visão panorâmica das definições e conceitos relacionados às expressões idiomáticas de acordo com a fraseologia. Além disso, serão destacadas as unidades fraseológicas, apresentando suas características essenciais e sua tipologia, sobretudo as expressões fraseológicas. E para isso, abordamos as contribuições de Saussure quanto aos agrupamentos; Bally (1951), com seus postulados sobre unidades fraseológicas; além de autores mais recentes como Xatara (1998) e Tagnin (1989), dentre outros que ajudaram a compor e fundamentar este tema. Esperamos com este artigo fornecer suporte teórico ao educador para o ensino das expressões idiomáticas. Assim, partimos do pressuposto de que conhecendo a natureza e estrutura dessas expressões, estará mais bem preparado a elaborar suas estratégias pedagógicas.

Palavras-chave: Fraseologia. Expressões idiomáticas. Formação docente.

1. Considerações iniciais

O conhecimento das expressões idiomáticas é extremamente importante para a ampliação da competência lexical do aluno e para manter viva a tradição cultural de uma língua. Apesar disso, percebemos que elas ainda não possuem o seu devido lugar no ensino de português como língua materna. Acreditamos que isto aconteça devido a inúmeros motivos, dentre eles, a falta de conhecimento da natureza, classificação e estrutura dessas expressões.

Nesse sentido, este artigo consiste em apresentar reflexões sobre a natureza e características das expressões idiomáticas, com intuito de fornecer subsídios para que o professor conheça melhor esse tipo de expressão complexa.

Aqui apresentamos um estudo teórico da fraseologia e das unidades fraseológicas (UFs) como seu objeto de estudo. Nesse sentido, mostramos uma visão panorâmica das definições e conceitos sobre fraseologia. Além disso, serão destacadas as unidades fraseológicas, apresentan-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

do suas características essenciais e sua tipologia, sobretudo as expressões fraseológicas.

Para tanto, apresentamos as contribuições de Saussure quanto aos agrupamentos; Bally (1951), com seus postulados sobre unidades fraseológicas; além de autores mais recentes como Xatara (1998) e Tagnin (1989), dentre outros que ajudaram a compor e fundamentar este tema.

2. *A fraseologia e alguns de seus pressupostos*

As combinações fixas existem desde a antiguidade nas línguas e são muito mais usadas na produção textual do que as combinações livres (GROSS, 1988). Entretanto, os estudos sobre a fraseologia aparecem, de forma ainda vaga, somente no início do século XIX.

Para Ortiz Alvarez (1997), as primeiras pesquisas sobre o tema foram realizadas por Charles Bally. De acordo com a autora, em 1951, Bally publicou pesquisas que permitiram a delimitação do objeto de estudo da fraseologia e da apresentação de suas especificidades. O linguista francês apresentou pela primeira vez a existência de expressões fixas e de combinação estável, atentando para a necessidade de um estudo científico que tratasse dessas combinações.

Silva (2006) já diverge de Ortiz Alvarez, ao apresentar que o grande estudioso da língua, Saussure em 1916, antes de Bally, já teria feito referências às locuções, sendo um dos primeiros a assinalar a presença de combinações não livres. Em seu *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand de Saussure (1916) estabelece as locuções como elementos pertencentes ao sistema da língua.

Por sua vez, Saussure, em uma reedição de seu trabalho em 1969, chama essas combinações de “agrupamentos”, mais precisamente sintagmas compostos por mais de uma unidade sucessiva, que constituíam um encadeamento de caráter linear. Esses encadeamentos também poderiam se contrapor a palavras, grupos de palavras, lexias complexas de qualquer dimensão ou espécie.

Contudo, as contribuições de Bally não são ignoradas por Silva, até mesmo porque ele introduziu pela primeira vez o termo *phraséologie*. Esse termo foi usado “para abarcar o conjunto de fenômenos sintáticos e semânticos que dão lugar, por uma parte aos grupos usuais ou séries fraseológicas e, por outra, às unidades fraseológicas” (SILVA, 2006, p. 13).

Assim, Bally apresenta uma teoria da fraseologia e, devido à notoriedade de seu trabalho, passa a ser considerado como o “pai da fraseologia”.

É fato que Bally progride um pouco mais em relação a Saussure, ao estabelecer índices para o reconhecimento e caracterização das unidades fraseológicas, sendo eles: os índices exteriores (estabilidade, impossibilidade de inserir e de substituir seus componentes) e os interiores (o sentido é estabelecido pelo conjunto dos componentes e não pelo sentido individual de cada um deles, e a existência de arcaísmos e elipses nas unidades).

Já nos anos 1940, as ideias de Bally foram retomadas pelo linguista russo Vinogradov. Este estudioso classifica os fraseologismos em função do grau de coesão e motivação semântica. Essa classificação se daria nos seguintes tipos: fusões fraseológicas, unidades fraseológicas e combinações fraseológicas.

Já Corpas Pastor (1996) defende as origens da fraseologia nos anos 50, na remota URSS. A autora ressalta essa região por ter proporcionado considerável contribuição para as pesquisas sobre o assunto. Esta ideia também é seguida por Rodriguez (2004), quando postula, com base em pesquisas descritivas sincrônicas, contrastivas e históricas, que a fraseologia se concretiza como uma disciplina linguística independente a partir de 1956, em Leningrado.

A década de 1960 também foi um período de consideráveis estudos fraseológicos, conforme Ortiz Alvarez (1997). Nessa época, por meio da semântica estrutural, foram publicados novos estudos na Europa Ocidental que abarcam o conceito de discurso repetido elaborado por Eugenio Coseriu (1977). Segundo Coseriu, nessa forma incluem-se as expressões fixas, tais como as frases feitas, as locuções que possuem elementos insubstituíveis ou com recombinações de acordo com as renovações realizadas na língua.

Concomitantemente, nos Estados Unidos as expressões fraseológicas já vinham ganhando espaço através da proposta da gramática gerativo-transformacional, o que já evidenciava a preocupação por essas composições complexas. (ORTIZ ALVAREZ, 1997, p. 196)

Com base nesses autores, podemos entender a fraseologia como a ciência que trata das combinações de elementos linguísticos de certa língua, com relação semântica e sintática cujo significado se dá pela união dos seus componentes, não pertencendo a uma categoria gramatical espe-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

cífica. Em se tratando de estrutura, essas combinações abarcam aquelas que possuem elementos estáveis e estáveis parcialmente. Isto acontece, pois em alguns casos essa estabilidade não é total, permitindo algumas alterações que, por sua vez, não mudam o significado da expressão.

Vale ressaltar, também, que a fraseologia é um veículo de identidade e de cultura, pois delinea a sabedoria de um povo, as experiências do dia a dia, do mundo real. As unidades que a integram são meios de conhecimento da história e de um cenário social no decorrer dos anos, trazendo vivências de uma ou mais gerações.

3. *As expressões idiomáticas*

Em consonância com estudos anteriores (XATARA, 1998; TAGNIN, 1989), podemos dizer que uma expressão idiomática é uma unidade lexical complexa e indecomponível, e não apenas uma locução. Desse modo, em sua composição, seus elementos não se separam e ainda podem sofrer pequenas modificações, sem que se comprometa o sentido comum da estrutura completa.

Xatara (1998, p. 49) define o seguinte conceito: “expressão idiomática é uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural”. Assim, para que seja classificada como idiomática, uma lexia complexa possui três aspectos que atuam em seu processo de lexicalização: indecomposição, a conotação e a cristalização.

Essas unidades lexicais complexas são indecomponíveis em sua forma e conteúdo na medida em que sua distribuição admite:

- I. Troca de elementos por outros semelhantes;
- II. A introdução de elementos pertinentes;
- III. A inserção de certas categorias gramaticais.

Ao mesmo tempo, de modo funcional, uma expressão idiomática é unidade locucional ou frasal que constitui uma combinatória fechada, de distribuição única ou distribuição bastante restrita, pois se apresenta como sintagma complexo que não tem paradigmas, ou seja, quase nenhuma operação de substituição característica das associações paradigmáticas pode ser normalmente aplicada. Dessa forma, uma expressão idiomática é conduzida pelo “princípio da distribuição única ou restrita”

(XATARA, 2001, p. 52). Esse princípio é caracterizado pela não desagração de seus componentes.

O segundo aspecto da natureza de uma expressão idiomática atribuída por Xatara, a conotativa, consiste na motivação metafórica na origem da expressão. Além disso, no processo de construção discursiva, com fins de criação do seu significado, cada elemento da combinação abandona seu sentido próprio e dessemantiza, ou seja, altera sua significação.

No interior das fraseologias, as palavras perdem o seu significado individual e constituem em conjunto um significado fraseológico novo, que será idiomatizado, isto é, um “semema fraseológico” (ou mesmo vários “sememas fraseológicos”). (VILELA, 2002, p. 162)

Assim, o sentido da combinação não pode ser inferido a partir dos significados individuais de cada lexema. E, mesmo que saibamos o significado de todas as palavras em sua composição, inclusive suas funções gramaticais, uma interpretação isolada ou mudança de ordem das palavras resultaria num significado confuso, pois sua forma tende a se manter congelada.

Outro aspecto importante para o processo de lexicalização de uma expressão é o seu uso constante por uma determinada comunidade de falantes, configurando a sua cristalização - terceiro aspecto já citado de uma expressão idiomática. Assim, ao adquirir o caráter imutável em seu sentido, a expressão idiomática se cristaliza em uma língua e é propagada de geração em geração nas diversas situações reais de comunicação.

À vista disso, a frequência do emprego da expressão idiomática irá convencionar o seu sentido na comunidade. Esta dinâmica irá garantir elevado nível de codificabilidade, tornando uma combinação lexical reconhecida pelos indivíduos. Seria, pois, “a sua consagração pela tradição cultural que o cristaliza em um idioma, tornando-o estável em significação”. (XATARA, 1998, p. 151)

Tagnin (1989) trabalha com dois aspectos diferentes para combinações: a convencionalidade e a idiomaticidade. Assim, a autora, estabelece a distinção entre expressões fraseológicas e expressões convencionais. Para ela,

- *Expressões idiomáticas* são estruturas cujo sentido não possui previsibilidade, assim não pode ser entendido somando o signi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ficado de cada elemento que a compõe. Exemplos: *deixar o barco correr, tirar a barriga da miséria*.

- *Expressões convencionais* são estruturas consagradas, por convenção social (por costume) que possuem sentido claro ou literal. Exemplos: *Feliz natal, doce ilusão*.

Xatara (1998) elabora a tipologia das expressões idiomáticas de acordo com critérios morfossintáticos e semânticos. Devido aos limites impostos por este espaço, nos pautaremos para análise na seção 5.1, somente os critérios morfossintáticos.

Para a pesquisadora, os aspectos morfossintáticos se organizam nas seguintes estruturas das expressões fraseológicas: sintagmas nominais, verbais, com função adjetiva, com função adverbial e frasal. Assim,

- a) *Sintagma nominal* – possui função de substantivo na oração. Exemplos: *tudo azul, cara de tacho*.
- b) *Sintagma verbal* – Possuem elemento verbal em sua estrutura. Exemplos: *estar em baixa; dar bandeira*. Podendo ocorrer casos em que um elemento aparece oculto.
- c) *Sintagma de função adjetiva*: possui função adjetiva, mas que modifica o substantivo. Exemplos: *homem de bem* (qualidade: honesto)
- d) *Sintagma de função adverbial*: possui função de adverbial, ou seja, modifica ou complementa o verbo. Exemplos: *de cara, na linha*.
- e) *Sintagma frasal*: consistem em expressões estruturadas em frases exclamativas, interrogativas ou nominais. Exemplos: *Está com fogo no rabo? É o fim da picada! Fim da linha!*

De acordo com ao sentido, autora classifica como os casos especiais aquelas expressões idiomáticas que possuem certas relações semânticas específicas e devem ser consideradas devido ao seu alto uso:

- a) *Alusivas*: expressões em que para saber o significado é necessário recorrer a outros conhecimentos históricos, enciclopédicos, ... Exemplos: *beijo de Judas* (alusão ao texto bíblico, cuja apresenta o modo que Judas Iscariotes identificou Jesus para os soldados que queriam prendê-lo; evento que significou a traição a Jesus).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- b) *Análogas*: possuem formas similares. Exemplos: *pôr a limpos, pôr em pratos limpos* (possuem sentido parecidos: esclarecer algo ou algum fato).
- c) *Depreciativas*: Possuem tom pejorativo. Exemplos: *filhinho de papai, olho de peixe morto*.
- d) *Comparativas*: São fundamentadas na figura da comparação. Exemplos: *vestido igual a um jeca; escorrega igual sabonete*.
- e) *Hiperbólicas*: possuem caráter de provocar exagero. Exemplos: *pele e osso; matar cachorro a grito*.
- f) *Irônicas*: produzem o efeito de dizer o contrário. Exemplos: *rainha da cocada preta*.
- g) *Negativas*: são utilizadas na forma negativa. Exemplos: *não esqueça a cabeça; não dá a mínima*.
- h) *Situacionais*: Possuem uso determinado em caso ou situação específica. Exemplos: *vai pentear macaco* (pedir que alguém retire sua presença, ideia ou comportamento); *Nem mais um pio*.

Para a estruturação sintática, Xatara estabelece a seguinte classificação conforme uma escala abstrata:

- a) *Fortemente conotativas*: dificuldade de decodificação porque seus elementos não estão semanticamente presentes e “há dificuldade para recuperar sua motivação metafórica e o sentido literal está bloqueado pela realidade extralinguística” (XATARA, 1998, p. 172). Exemplo: sair do papel; pisar no freio, dentre outros.
- b) *Fracamente conotativas*: decodificação mais facilitada porque seus componentes de valor denotativo estão presentes semanticamente e estão ligados a elementos ausentes, de valor conotativo. Exemplo: estar sempre um passo à frente, dentre outros.

4. Considerações finais

Acreditamos que o professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem deve estar consciente do que realmente consiste uma expressão idiomática, além de conhecer sua natureza. Até mesmo, porque ele tem a função de mediar e criar situações que propicie o desenvolvi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

mento do aluno, sobretudo da competência lexical. Bagno traz a importância de o professor conhecer a fundo sua língua ao explicar que,

Nós, sim, professores, temos que conhecer profundamente o hardware da língua, a mecânica do idioma, porque nós somos instrutores, os especialistas, os técnicos. Mas não nossos alunos. Precisamos, portanto, redirecionar todos os nossos esforços, voltá-los para a descoberta de novas maneiras que nos permitam fazer de nossos alunos bons motoristas da língua, bons usuários de seus programas. (BAGNO, 2004, p. 120)

E ainda, especificamente sobre a função do professor no ensino das expressões idiomáticas, Xatara (2001) afirma que cabe ao professor explicar e apresentar as principais características dessas expressões. De modo que os educandos sejam capazes de reconhecer essas estruturas nos textos, bem como entender seu sentido e sua relação com o contexto fazendo possíveis associações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2004.

CORPAS Pastor, Gloria. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

GROSS, Maurice. Les limites de la phrase figée. *Langages*, 90. Paris: Larrousse, 1988.

ORTIZ ÁLVAREZ, María Luiza. As expressões idiomáticas dentro da obra lexicográfica. *Revista brasileira de linguística*, vol. 9, n. 1, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

SILVA, Moisés Batista da. Uma palavra só não basta: um estudo teórico sobre as unidades fraseológicas. *Revista de Letras*. Ceará: Universidade Federal do Ceará, vol. 1/2, n. 28, p. 11-20, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistadeletras.ufc.br/r128Art02.pdf>>. Acesso em: 05-2015.

TAGNIN, Stella Esther Ortweiler. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O jeito que a gente diz: expressões convencionais e idiomáticas*. São Paulo: Disal, 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VILELA, Mario. As expressões idiomáticas na língua e no discurso. In: *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade de Porto*, vol. 2, 2002, p. 159-189.

XATARA, Cláudia Maria. O campo minado das expressões idiomáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, vol. 42, n. esp., p. 147-159, 1998.

_____. O ensino do léxico: as expressões idiomáticas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, n. 37, p. 49-59, 2001.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
FUSÃO E CONFUSÃO ENTRE OBJETOS E MÉTODOS
DA(S) LINGUÍSTICAS E DA(S) FILOLOGIA(S)

Maria Lucia Mexias-Simon (CiFEFiL)
mmexiassimon@yahoo.com.br

RESUMO

Com esta apresentação, pretendemos levantar as diversas conceituações, em diversos autores, das ciências que se ocupam da linguagem humana, nos diversos aspectos: sincrônico, diacrônico, descritivo, normativo, produtivo, textual, contextual, intertextual. Estando as tarefas dos filólogos e linguistas em regime de interseção e de interdependência, torna-se interessante observar como autores em diferentes épocas e em diferentes escolas as delimitaram, ou procuraram delimitar. Sendo esse um aspecto dos mais controvertidos em nossos tempos, faremos levantamento sumário da abrangência dos termos filologia românica e linguística românica. O presente tema remete a texto apresentado pelo Prof. Celso Cunha, em 1973, no Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, onde são abordadas as distinções e semelhanças entre tais denominações.

Palavras-chave:

Linguística. Filologia. Linguística românica. Filologia românica. Métodos

Com esta apresentação pretendemos levantar as diversas conceituações, em diversos autores, das ciências que se ocupam da linguagem humana, nos diversos aspectos: sincrônico, diacrônico, descritivo, normativo, produtivo, textual, contextual, intertextual.

Estando as tarefas dos filólogos e linguistas em regime de interseção e de interdependência, torna-se interessante observar como autores em diferentes épocas e em diferentes escolas as delimitaram, ou procuraram delimitar. Sendo esse um aspecto dos mais controvertidos em nossos tempos, faremos levantamento sumário da abrangência dos termos *filologia românica* e *linguística românica*.

O título dessa apresentação fez-me lembrar texto apresentado pelo Prof. Celso Cunha, em 1973, em Congresso Internacional de Filologia Portuguesa. Por diversas razões, só recentemente esse texto chegou-me às mãos, em forma mimeografada.

Logo no primeiro parágrafo, manifestou o Prof. Cunha sua estranheza, pelo título do congresso, pois já estava se habituando à diminuição do prestígio, no País, dos termos *filologia* e *filólogo*, diminuição por

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ele atribuída (lembremo-nos, em 1973) “à influência da linguística monocrônica americana, de técnica descritiva e não explicativa”.

Ressalta, ainda, o prezado mestre, estar, mesmo na França,

o campo semântico de *filologia* restrito aos estudos dos textos literários e à sua transmissão, revestido, até certo ponto, de caráter pejorativo, pela rudeza com que alguns semiólogos ou formalistas da nova crítica, ridicularizavam os métodos de alguns de seus cultores.

Também em outros países, onde o termo filologia já gozou de grande prestígio, (que em parte ainda conserva) como Itália, Espanha, Alemanha, o aspecto tradicionalista da disciplina tem dado ocasião a críticas de linguistas erroneamente fixados apenas à hora presente e que, por sua vez, acusam os filólogos de não se utilizarem de conquistas recentes, mantendo uma anacrônica fidelidade a métodos superados. No mesmo texto, o Prof. Cunha cita Hammarström, 1959:

A bem dizer, há um abismo entre a descrição dos filólogos e dos linguistas. A primeira não faz progressos há cinquenta anos. Ela é, ainda, pré-saussuriana. Quanto tempo os filólogos, eruditos, e competentes em domínios distintos da descrição linguística, prosseguirão nas maneiras de proceder que hoje pertencem ao diletantismo? Já não seria tempo de escolher: ou a renovação, ou o silêncio?

Como não é situação para se provocar brigas, muito pelo contrário, sou levada a pensar que Hammarström via na filologia apenas a conservação e transmissão de textos medievais de línguas europeias, com o registro de formas fonéticas arcaizadas e o seu possível étimo, latino ou não, o que já não seria pouco trabalho, pois incluiria o levantamento, dos documentos, sua autenticação, o desdobramento de abreviaturas etc. São operações delicadas que exigem domínio dos grafemas em relação aos fonemas, nem sempre fácil de ser obtido.

Deve o filólogo reconstituir a língua de seu autor, como um sistema em si, a um tempo sincrônico, sintópico, sinstrático e sinfásico e, por outro lado, deve estar em condições de observá-lo dentro do diassistema, ou seja, de um panorama que se desenrola em sua amplitude diacrônica, diatópica, diastrática e diafásica.

A uma filologia atomística, linear, amesquinhadora, opõem-se, também, os bons filólogos, como, da mesma forma, os bons linguistas. Fazamos todos o exame da língua oral, no seu dia a dia, no seu sobreviver e renovar-se, assim como também da língua escrita, conservada nos textos mais ou menos antigos, como comprovantes de diversidades, de supostas “modernidades”, de formas regionais, tidas como desaparecidas.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Se não os explicarmos, na totalidade, teremos, ao menos, a sua saborosa fruição como recompensa.

Situando a questão nos dias de hoje (*lingüística x filologia*), consultamos algumas obras, aleatoriamente, a ver como os diversos autores dividem, se é que dividem, as tarefas que competem ao linguista e as tarefas que competem ao filólogo.

Excetuando-se a obra de Mattoso Câmara, que se propõe e, de fato é, uma *lingüística geral*, nos demais só temos o título *filologia*, nas obras dos mestres Gladstone e Silva Neto, sendo que, com exclusividade, apenas nesse último.

Faremos, comparativamente, o traçado das definições e tarefas, atribuídas, por esses vários autores às disciplinas em questão:

| LINGÜÍSTICA GERAL/ROMÂNICA | |
|----------------------------|---|
| CAMARA Jr., 1964. | A linguística propõe-se a estudar a <i>língua</i> e não o discurso, a fala, (a parole), nos discursos individuais; só devem interessar os elementos vocais coletivos e a sua organização normal. Se os discursos, que a cada passo, se nos apresentam à observação são atos mentais individuais, o indivíduo não cria a sua linguagem, apenas faz aplicação daquela que lhe foi passada e, até mesmo imposta no interior de uma sociedade. É, portanto a <i>língua</i> o objeto de estudo da linguística. Ressalte-se a hipótese de depreender do ato linguístico, o que há nele de individual, isto é, o esforço do falante em expressar-se da maneira mais adequada à situação em que se encontra, fugindo a automatização. A língua será, então, de maneira geral, coletiva; terá peculiaridades, ou, ao menos, preferências, constituindo assim, de certo modo, múltiplas línguas individuais, ou idioletos, mais adequadamente estudados pela <i>estilística</i> . O estilo é, em princípio, individual, mas os traços estilísticos coincidem, em grande parte, nos indivíduos pertencentes a uma sociedade. Em resumo, cada ato de linguagem se fundamenta num sistema linguístico, que é, propriamente, a <i>língua</i> , e também sistematiza os recursos linguísticos usados nas peculiaridades individuais e coletivas dos membros de uma comunidade. (p. 12 e seguintes) |

| LINGÜÍSTICA GERAL/ ROMÂNICA | |
|-----------------------------|---|
| FARACO, 1991. | A linguística histórica lida com o fato de que as línguas mudam com o passar do tempo: não são estáticas, pelo contrario, sua configuração se altera continuamente, no tempo e, também, no espaço. Essa dinâmica é o objeto de estudo da <i>lingüística histórica</i> . A maioria dos falantes, ou não tem consciência das mudanças, ou as têm como <i>erros</i> , com base num <i>padrão</i> , que deveria ser permanente, uma vez que não sofre variações uniformes, num mesmo ritmo. Culturas que possuem língua escrita tendem a desejar para essa uma uniformidade, cuja ruptura só é observada e “perdoada” em textos muito antigos ou “regionalistas” O autor faz, ainda, distinção entre historia da linguística e linguística histórica, ressaltando ser a tarefa dessa última estudar as mudanças que ocorrem na língua à medida em que o tempo passa. (p. 7 e seguintes) |

| | FILOLOGIA GERAL/ ROMÂNICA | LINGÜÍSTICA GERAL/ ROMÂNICA |
|---------------|---|--|
| JORDAN, 1962. | Embora só há algumas décadas se fale de filologia românica, como uma ciência histórica, necessária ao estudo da língua românica escrita e falada, o certo é que ela não é descoberta das últimas gerações. Já na Idade Média se tinha desenvolvido o seu estudo, com fins práticos e teóricos, à maneira do que se fazia em Grécia e Roma com a língua e a literatura gregas e latinas. A partir do século XVIII, os estudos sobre as línguas e as literaturas românicas apoiaram-se nas ciências aparentadas, tidas como exatas, na época, compartimentada e enfileirada, alimentada e delimitada como o determinismo, o evolucionismo, o naturalismo, etc. Por outro lado, enquanto o nacionalismo favorecia o estudo dos falares locais, não deixando de opô-los aos falares padrão, o imperialismo tomava em consideração as línguas ditas <i>selvagens</i> . Também o estudo da história do país e das ciências jurídicas obrigava à coleta e à determinação do significado de palavras arcaicas existentes nas obras da história e do direito. A filologia passou a trabalhar sobre textos já existentes e ter a tarefa de separar a palavra dialetal da expressão equivalente da língua culta. Já, no século XIX, graças aos irmãos Grimm, Friedrich Diez e Franz Bopp, formou-se uma visão histórica da língua, com método e objetos próprios. (p. 8 e seguintes) | Considerando Friedrich Diez como o pai da linguística românica, o autor afirma ter sido esse estudioso o primeiro a dedicar-se ao estudo sistemático das línguas românicas, analisando e comparando, pela primeira vez, seu patrimônio, sua evolução fonética, seu sistema de flexão, de derivação e de sintaxe, servindo o método histórico-comparativo de elemento de confirmação de fatos já evidentes a muitos estudiosos do assunto. (p. 7 e seguintes) |

| | FILOLOGIA GERAL/ ROMÂNICA | LINGÜÍSTICA GERAL/ ROMÂNICA |
|---------------|---|--|
| MIAZZI, 1976. | Costuma-se chamar filologia românica o estudo das línguas românicas, desde os tempos mais remotos até às fases atuais. A rigor, deve-se estabelecer diferença entre filologia e linguística românica, ou seja, estudo de textos neolatinos (não apenas literários, como de ordem pragmática) e o das várias línguas oriundas do latim, tanto sincrônica como diacronicamente. Do ponto de vista filológico, portanto, cabe ao romanista a pesquisa e publicação de textos. (p. 15 a 17) (A autora cita ainda o Prof. Sílvio Elia, que considera a filologia um aspecto da linguística histórica, do plano diacrônico, em oposição ao plano sincrônico que seria a gramática). (parênteses nossos) | No plano linguístico estudam-se os vários aspectos da história das línguas neolatinas, sua evolução a partir do latim vulgar, as influências externas que receberam, os contatos que mantiveram entre si, a sua fragmentação dialetal, enfim todos os fenômenos concernentes ao léxico, à fonêmica, à morfossintaxe, considerados dentro do conjunto neolatino. (p. 15 a 17) |

| | FILOLOGIA GERAL/ ROMÂNICA | LINGÜÍSTICA GERAL/ ROMÂNICA |
|--|------------------------------|--------------------------------|
| | | |

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

| | | |
|-------------|---|---|
| MELO, 1971. | <p>A filologia, confundida com a pior deformação da gramática, andou entregue a indivíduos corregedores de erros. A consequência é que se foi filtrando entre os leigos um conceito bem pouco lisonjeiro de ser a filologia especulação de desocupados. Se ninguém pergunta a um matemático qual sua opinião sobre determinado ponto de sua matéria, não falta quem pergunte ao filólogo o que ele <i>acha</i> disso ou daquilo. O objeto da filologia é nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas. Esse objeto é a forma de língua atestada por documentos escritos. Trata-se de uma ciência muito antiga e pode abranger um tipo de língua ou uma família de línguas. É, sem dúvida, uma ciência aplicada, onde se pode, ainda, incluir a história da literatura, já que, quem estuda cientificamente a língua culta portuguesa, tem que conhecer, muito bem seus monumentos literários. Se a filologia <i>stricto-sensu</i> é o estudo científico de uma língua, atestada em seus documentos escritos, logo se deduz que, onde não há documentos escritos, não pode haver filologia. Não é, portanto, possível, uma <i>filologia carajá</i>. Cumpre ressaltar ser a filologia uma ciência aplicada, seu papel é fixar, interpretar e comentar os textos. (p. 20 a 23)</p> | <p>A linguística, porém, ou glotologia, é ciência especulativa. O seu objeto é a língua em si mesma, a língua como fato social. Não a língua A ou B, mas o fenômeno-língua, sua estrutura, seu conteúdo, sua essência, seus processos, suas relações com o pensamento, com o sentimento, com a vontade, com a sociedade, com a cultura, sua desagregação, causas de estabilidade e fatores de diferenciação, interação linguística, etc. Onde houver atividade linguística, haverá matéria para a curiosidade científica do linguista: línguas de minorias, gírias, falar de crianças, jargões técnicos etc. (p. 20 a 23)</p> |
|-------------|---|---|

| | FILOLOGIA GERAL/ ROMÂNICA | LINGUÍSTICA GERAL/ ROMÂNICA |
|-------------------|--|--|
| SILVA NETO, 1988. | <p>Não é absoluta e impermeável a distinção entre sincronia e diacronia. Cada estado de língua é continuação de um anterior e, por sua vez, encerra os germens que o tornarão um novo estado linguístico. Se a filologia encerra os estudos possíveis sobre uma língua ou grupo de línguas, para tanto vai necessitar, muitas vezes, do fio condutor constituído por sólida base linguística. Nas atividades filológicas há Marta e há Maria. Há o trabalho de campo, os estudos dialetológicos, a geografia linguística, como há concentração na análise de antigo texto da língua, ou nas várias fases evolutivas dela. (p. 15 a 18)</p> | <p>A linguística é uma ciência de princípios gerais, aplicáveis a quaisquer línguas. Desse modo, não podemos falar em linguística francesa, linguística inglesa, etc.; linguística será sempre geral. Por sua vez, o linguista tem que conhecer os fatos da história de várias línguas, para poder alcançar seus princípios gerais. (p. 15 a 18)</p> |

Fizemos, aqui, transcrições não aspeadas dos autores citados, pois vimos-nos na necessidade de resumi-las, na esperança de não ter faltado à fidelidade ao que foi dito.

Podemos observar, assim diversos pontos de vista, ou diversas colocações, como se diz mais modernamente. Podemos escolher entre elas,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ou somar umas com as outras, no todo ou em parte, ou ficarmos numa atitude, tão conciliatória como ávida de trabalho, com todas elas.

Espero que os senhores linguistas/filólogos, assim como os senhores filólogos/linguistas tenham material que nos leve a meditar e a unir cada vez mais nossos esforços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

IORDAN, Iorgu. *Introdução à linguística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. *Introdução à linguística românica*. São Paulo: Cultrix, 1976.

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de filologia portuguesa: história, problemas, métodos*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
**LEITURA, SIGNIFICADO E IDEOLOGIA:
UMA BREVE ANÁLISE DA SINTAXE NARRATIVA
DO PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO
NO VÍDEO AS BRASILEIRAS**

Bruno Gomes Pereira (UFT)
brunogomespereira_30@hotmail.com

RESUMO

Essa pesquisa corresponde às possibilidades de leitura semiológica acerca do vídeo *As Brasileiras*, seriado semanal exibido pela Rede Globo de Televisão. Considerou-se enquanto espinha dorsal da argumentação o percurso gerativo de sentido, oferecido pela análise semiológica, bem como as diretrizes de leitura subjetiva, propostas pelos estudos contemporâneos da linguagem. Como diagnóstico, há a exemplificação reconstrutiva do estereótipo da mulher brasileira em sua dimensão predominantemente física, sendo possível detectar essa ideia devido ao explícito culto ao corpo feminino, suas formas e nuances. Diante disso, mantém uma relação de sentido entre signos semióticos que vão desde a própria construção do logotipo da atração global às cores do cenário e ao semblante das artistas que se movimentam em cena.

Palavras-chave: *As Brasileiras*. Análise semiológica. Culto ao corpo feminino.

1. *Introdução*

“Deus fez as mulheres belas.
O diabo as fez espertas”.

(Leonid S. Sukhorukov)

Em uma época em que as diretrizes dos estudos acadêmicos movimentam pesquisas sobre os diferentes níveis de letramento faz-se necessária uma análise semiótica detalhada a respeito da construção ideológica presente em textos cotidianos.

Dessa forma, a leitura, compreensão e interpretação do vídeo intitulado *As Brasileiras*, da abertura do seriado global homônimo, apresenta-se enquanto fator pertinente, visto que ilustra um gênero textual de grande apelo popular.

A atribuição de sentido ao texto visual ora referido esbarra na construção da feminilidade fatal e na reconstrução da mulher sensual no cenário brasileiro, responsável por povoar o imaginário nacional.

Os princípios da semiótica e seu percurso gerativo de sentido são teorias norteadoras para o desenvolvimento deste artigo, somada às diretrizes contemporâneas de linguagens e suas possibilidades de leitura.

Além desta *Introdução*, das *Considerações Finais* e das *Referências*, este artigo é constituído pelas seguintes principais seções: *Sobre a Linguagem*, *O Papel da Leitura na Construção de Sentidos* e *A Semiótica em As Brasileiras: O percurso gerativo de sentido*.

2. Sobre a linguagem

No que cerca as concepções mais universais a respeito de linguagem, considera-se o postulado saussuriano o mais recorrente, mesmo apresentando características mais abrangentes. A partir das diretrizes da linguística moderna, com o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, a linguagem ganha caráter científico, passando a ser concebida de forma concatenada ao estudo de outras ciências.

A respeito disso, o Pai da Linguística propõe que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1995, p. 16). Essa afirmação recai na ideia de sociedade difundida pelo uso da linguagem, sendo a linguagem, portanto, elemento propulsor para a existência social.

Entretanto, as teorias saussurianas não respondem com exatidão as perspectivas mais contemporâneas a respeito da funcionalidade da linguagem, embora tenha diretamente influenciado os estudos atuais. Nesse sentido, é necessário problematizar o uso da linguagem em sua materialização multimodal, no sentido de que os significados são construídos a partir da concepção inseparável entre linguagem e contexto enunciativo. (Cf. BENVENISTE, 2006)

Nesse sentido, é pertinente suscitar o pensamento petterniano alienado nas teorias de Ferdinand de Saussure, porém envolto às singularidades dos estudos contemporâneos, oriundas das percepções mais convergentes às inquietudes da linguística pós século XX.

Conforme Margarida Petter (2011):

a linguagem envolve uma complexidade e uma diversidade de problemas que suscitam a análise de outras ciências, como a Psicologia, a Antropologia, etc., além da investigação linguística, não se prestando, portanto, para objeto de estudo dessa ciência. (PETTER, 2011, p. 14)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O pensamento de Margarida Petter ilustra com exatidão a base de pensamento da linguística aplicada, desvendando suas nuances e complexidades. Infere-se dessa maneira devido à ideia de transdisciplinaridade que recai sobre um estudo sistemático da linguagem, ou seja, tornam-se inviáveis quaisquer pretensões de se conceber a linguagem em uma perspectiva puramente unilateral, tendo em vista que se trata de um fator orgânico, portanto objeto de interesse às plurais linhas de pesquisa.

Em um pensamento linguisticamente pragmático, William F. Hanks entende que a linguagem se atrela em tudo ao meio em que opera, denotando sentido, comunicação e desenvolvimento à esfera da situacionalidade.

Afirma-se que "para entender a linguagem de Bourdieu, devemos situá-la no universo conceitual da teoria da prática, incluindo as análises empíricas por meio das quais a teoria se desenvolveu a para as quais é adaptada". (GOODMAN *apud* HANKS, 2008, p. 34)

William F. Hanks recorre aos estudos de Bourdieu para reforçar a ideia de linguagem enquanto fator prático, sendo, por sua vez, contemplado enquanto objeto social, não no sentido somente de articulação social, mas também no que tange ao fato da fabricação da sociedade por intermédio da linguagem.

3. *O papel da leitura na construção de sentidos*

Tratar a leitura puramente enquanto um processo de decodificação é percebê-la de maneira errônea, obsoleta e grotesca, ao passo que se a dissocia das capacidades de letramento do sujeito leitor. Entendemos que a construção de sentidos dos enunciados linguísticos é estabelecida a partir da articulação entre enunciadore, sendo mediada pelo discurso materializado em forma de texto. (Cf. KOCH, 1998)

Entendemos que o discurso engloba questões psicolinguísticas, neurolinguísticas ecognitivas, pois considera as manifestações da linguagem como uma maneira de externar emoções e demais sentimentos do sujeito em uma situação interdiscursivas. (Cf. DIJK, 1996)

Muitos são os estudos atuais que contemplam essa temática pelo viés das concepções de letramento topicalizadas pelo entendimento da linguística aplicada. Deve-se considerar nessa instância a capacidade que a pessoa apresenta de inferir sentidos a partir do contato momentâneo

com uma manifestação linguística. Esse raciocínio problematiza a questão relacional triádica texto-leitor-contexto, visto que a leitura dependerá não somente dos fatores contidos no próprio sujeito-leitor, mas também no meio cultural, social e intelectual ao qual pertence.

Eni Pulcinelli Orlandi (2000) propõe um panorama interdependente ao afirmar que “as discussões a respeito da leitura, enquanto proposta para considerá-la na medida discursiva, têm objetivos internos e externos”. (ORLANDI, 2000, p. 58)

Para Eni Pulcinelli Orlandi, é inaceitável, do ponto de vista discursivo, que a leitura seja tratada como algo piamente decodificador. A leitura é, antes de mais nada, uma medida de atribuição semântica conferida após o correlacionamento texto-leitor-contexto. Isso significa afirmar que a leitura se alicerça no ato de interpretar o meio em que se está inserido.

Ainda conforme o entendimento da autora, o discurso encontra na linguagem uma maneira de estabelecer comunicação entre enunciadores, propondo uma articulação entre discurso e leitura. É nessa concepção que a pesquisadora problematiza a relação método/objeto. (Cf. ORLANDI, 1996)

Os fatores externos de leitura mantêm uma relação indissociável aos fatores internos, costurando assim a anatomia construtiva do processo dialógico, por meio da leitura. A convergência das teorias pragmáticas na construção e evolução do processo de leitura discursiva compreende com veemência as especificidades da situação comunicativa, bem como da esfera ou meio cultural e de instrução acadêmica de seu leitor, sendo, dessa maneira, elementos norteadores de quaisquer processos de compreensão e interpretação de textos distintos.

O olhar de Eni Pulcinelli Orlandi (2000; 1996) parte da concepção de Bakhtin (1999), quando o filósofo russo afirma que a sintaxe discursiva agrega discursos que já existem em diferentes domínios sociais, que são ressignificadas conforme fatores extra discursivos.

A partir desse ponto de vista, são estabelecidas relações de poder que, por vezes, são tomadas pela construção da linguagem em sua esfera pragmática. Jan Blommaert (2014) acredita que esse empoderamento marca uma postura interdisciplinar dos estudos enunciativos da linguagem pois acredita em uma nova pragmática, que busque em enunciados multimodais uma possibilidade de investigação científica.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

De acordo com as concepções de Eni Pulcinelli Orlandi (2000):

O sujeito do discurso é constituído pela interpelação ideológica e representa uma forma sujeito historicamente determinada. Essa forma sujeito, portanto, pode ser diferente nos diferentes momentos históricos. A forma sujeito constituída pelas relações de uma formação social como a nossa é de um sujeito ao qual se atribui autonomia, ao mesmo tempo em que se considera que ele é determinado pela sua relação com a exterioridade. (ORLANDI, 2000, p. 62)

As sensações que permeiam o sujeito-leitor para a efetivação do processo de leitura são, conforme Eni Pulcinelli Orlandi, subjetivas. Entende-se que o ser encarregado à execução da leitura seja também uma manifestação ideológica, partindo da premissa de que vive e se relaciona em sociedade, o que oferta a capacidade de inferir conceitos próprios a respeito daquilo que se mantém contato.

Dessa forma, converge-se como fatores contribuintes na construção de sentido de um texto, o processo de leitura atrelado aos princípios sócio históricos, situacionais e de letramento do próprio leitor.

Julga-se de extrema relevância o caráter plural de atribuição de sentido de textos diversos, visto que a construção semântica decorrente do processo de leitura serve como diagnóstico da visão de mundo do leitor, a qual se manifesta criticamente ou não, face às singularidades linguístico-textuais apresentadas, externando a concepção de mundo que o cerca.

4. *A semiótica em as brasileiras: o percurso gerativo de sentido*

Analisar semiologicamente um vídeo é procurar entender como se transfiguram as ideologias que se conectam, compreendendo a maneira com a qual a construção semântica se dá, na medida em que se desfruta da leitura analítica das conjunções entre múltiplos signos semióticos, os quais trazem uma bagagem puramente intencional, dando margem, assim, às possibilidades de leitura em diferentes níveis.

No caso ora referido, tomar-se-á enquanto objeto de análise o vídeo clip intitulado *As Brasileiras*, responsável pela abertura do programa homônimo.

As Brasileiras é uma série produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão às quintas-feiras na faixa horária das 23 horas. A intenção é retratar, de forma bem-humorada, situações vividas por mulheres brasileiras, as quais se mostram cada vez mais multifacetadas. A atração glo-

bal conta com 22 episódios dramaturgicamente independentes, que procuram narrar histórias cotidianas de mulheres das diferentes regiões do país.

Com criação e direção de núcleo de Daniel Filho, *As Brasileiras* conta com grandes nomes da teledramaturgia e da música nacionais nos papéis de maior destaque. A série tem apresentado desempenho significativo à emissora carioca, ganhando grande repercussão no meio artístico e publicitário.

4.1. Nível fundamental

Na análise semiótica, o nível fundamental comporta o mais simples processo de leitura, sendo responsável por uma familiarização texto-leitor. Para José Luiz Fiorin (2011) “a semântica do nível fundamental abriga as categorias que estão na base da construção de um texto” (p.21). Nesse sentido, a própria nomenclatura deste nível mostra-se condizente à sua prática, partindo do pressuposto de que é, de fato, a atribuição semântica mais elementar a um processo de leitura.

É perceptível que o vídeo ora referido apresenta mulheres bonitas como centralidade, com belezas singulares, que se movimentam sinuadamente e, com sorrisos cativantes nos lábios, se comunicam simultaneamente.

Com movimentos explicitamente não sincronizados, as mulheres do texto parecem estar à vontade, e com idas e vindas protagonizam uma espécie de desfile, responsável por mostrar as qualidades estéticas que contemplam. Com isso, são vistas como se estivessem expostas em uma vitrine, cada uma representando um produto de uma dada região a qual representa. (Cf. FIORIN, 2011; 1996)

Para José Luiz Fiorin (2011) “a semântica e a sintaxe do Nível Fundamental representam a instância inicial do percurso gerativo de sentido e procuram explicar os níveis mais abstratos da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso” (p. 24).

O pensamento de José Luiz Fiorin induz a reflexão fundamental do vídeo em analogia à música de fundo. O refrão “Bela, bela, bela” contribui na ideia de mulheres bonitas, e o verso “Ela anda na rua como quem passa na passarela” ajuda na movimentação da cena, que se desen-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

volve com leveza e, ao mesmo tempo, cumplicidade entre as protagonistas.

4.2. Nível narrativo

O nível narrativo é responsável por uma leitura intermediária entre o explícito e o implícito, ou seja, serve como um elemento de coesão entre a superfície do texto e o universo textual. A priori, é válido considerar o seguinte excerto:

A primeira objeção que se poderia fazer, quando se diz que um dos níveis do percurso gerativo é o narrativo, é que nem todos os textos são narrativos. Na realidade, é preciso fazer uma distinção entre narratividade e narração. Aquela é componente de todos os textos, enquanto esta concerne a uma determinada classe de textos. (FIORIN, 2011, p. 27)

José Luiz Fiorin discute a respeito no nível narrativo enquanto uma espécie de medidor da narratividade que não necessariamente compete à classificação de textos narrativos, mas sim como se dá a construção semântico-estilística dos textos em geral, o que colabora na estrutura discursiva da leitura.

No que compete ao desempenho do vídeo posto em análise, destaca-se a narratividade construtiva da movimentação do vídeo que se configura de forma ímpar em uma perspectiva convergente com a trilha sonora.

A musicalidade da canção propõe uma leveza à construção textual. Os movimentos das protagonistas mostradas no vídeo funcionam como uma espécie de coreografia, o que exemplifica a sinuosidade feminina, a qual, independentemente da região que representa, mostra-se incansavelmente sensual.

Os movimentos desordenados das mulheres no vídeo (diz-se que são desordenados, porque não se percebe uma simultaneidade organizada de passos) são pontos-chaves do verso musical “Seu corpo provoca engarrafamento”, o que realça a ideia de desordem, partindo do pressuposto de que a palavra “engarrafamento” traz consigo um teor lexical de movimentação desordenada, transtorno. Tal sensação somada à percepção de movimentos dissociados das brasileiras no vídeo remete o leitor a uma interpretação voltada ao poder de sedução da mulher nacional, tratada como ser dotada de um demasiado *sexy appeal*.

4.3. Nível discursivo

O nível discursivo compete a um grau mais elevado de leitura, processo este responsável pela atribuição semântica propriamente dita, o que diagnostica com precisão o grau de letramento do leitor, uma vez que denuncia a percepção intelectual e exterior do sujeito.

A princípio faz-se necessário sintetizar que o vídeo apresentado discorre sobre os métodos de explicitação da mulher enquanto ser altamente sensual, capaz de ludibriar ou impor suas vontades graças a seus atributos físicos.

Considera-se como fator elementar de análise o culto ao físico retratado no dorso do vídeo. No início do texto é possível notar traços indefinidos que, por meio de um movimento abstrato, desenha com longevidade a silhueta feminina. É possível relacionar e intertextualizar tais silhuetas sugeridas ao corpo propriamente dito das protagonistas que, posteriormente, irão movimentar o vídeo.

Em uma observação feita ao próprio logotipo da atração global, a gravura de um violão exemplifica o estereótipo frasal responsável por, em um processo de analogia, relacionar este instrumento musical às curvas do corpo feminino, tipicamente atribuídas às mulheres brasileiras.

Outro ponto relevante para semiologia desse vídeo é o fundo branco do espaço onde as atrizes desfilam parecendo estar sensualmente satisfeitas. A cor branca apresenta-se enquanto um signo antitético no que se refere ao semblante das protagonistas.

Sobre o princípio da paradoxialidade, José Luiz Fiorin (2011) argumenta que:

Os termos opostos de uma categoria semântica contêm entre si uma relação de contrariedade. São contrários os termos que estão em relação de presuposição recíproca. (...) Cada um dos contraditórios implica o termo contrário daquele de que é contraditório. (FIORIN, 2011, p. 22)

Em suma, a contrariedade encontrada no vídeo *As Brasileiras*, na perspectiva acima descrita, deve ser adotada enquanto um princípio estilístico-pragmático, posto que se mostra intencionalmente, portanto, como elemento propulsor para atribuição semântica dentre as sucessivas construções do texto.

Nesse sentido, em *As Brasileiras*, o fundo branco, que semiologicamente está relacionado ao princípio de ingenuidade e pureza, opera em contraposição à construção da uma personificação feminina carregada de

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

sensualidade. Essa discrepância se configura linguisticamente em comparação ao semblante indefinido das mulheres mostradas. Diz-se um semblante indefinido, pois não se diagnostica com precisão a intencionalidade da mulher, no vídeo e nesta análise tratada como uma personagem, a qual, devido a esse paradoxo, mostra-se como uma espécie de enigma.

Em suma, vê-se a reconstrução ideológica da mulher brasileira enquanto um ser dotado por uma beleza demasiadamente provocante, capaz de oscilar entre o ingênuo e o sensual, entre o puro e o profano.

5. *Considerações finais*

Não restam dúvidas de que a mulher brasileira é dona de uma das belezas mais exuberantes do mundo. Tomando essa afirmação enquanto argumento norteador, a análise do vídeo *As Brasileiras* apresenta-se como pertinente, uma vez que se analisou a reconstrução ideológica da mulher enquanto ser manipulador e sensual, pensamento este que povoa o imaginário de milhões de brasileiros.

Nesse caso, é necessário entender que o processo de leitura depende da perspectiva do leitor face ao objeto lido, isto é, a atribuição de sentido oferecida a quaisquer textos deve perpassar pela esfera da intencionalidade e da situacionalidade, o que culmina em leituras diferenciadas.

Em outras palavras, deve-se relacionar os argumentos expostos a respeito do vídeo em questão à ideia de subjetividade, tendo este texto, portanto, princípios plurissignificativos e ideologicamente interpretativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas e poder. In.: SILVA, Daniel do Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins Ferreira; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. (Orgs.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DIJK, Tean Adrianus van. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1996.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

HANKS, William F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). *Introdução à linguística*. 6. ed. São Paulo: Contexto: 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
**LINGUAGEM NÃO VERBAL:
UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DA SÉRIE FOTOGRÁFICA
ALICE IN WATERLAND DE ELENA KALIS**

Taís Turaça Arantes (UEMS)

taistania@gmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

A fotografia é uma imagem física que possui uma qualidade mental, se caracteriza como um signo que estimula a percepção humana. Dessa forma, o presente estudo utiliza como *corpus* a série fotográfica *Alice in Waterland*, de Elena Kalis, no qual será realizada uma análise da linguagem não verbal sob o olhar da Semiótica de Peirce, Santaella e outros estudiosos da mesma linha. A análise teórica está centrada no estudo dos fenômenos que estão sujeitos a aparecer na mente, na qualidade de signo, sob três categorias: primeiridade, secundidade e terceiridade.

Palavras-chave: Semiótica. Fotografia. Linguagem não verbal.

1. Introdução

Propõe-se analisar nesse trabalho a série fotográfica *Alice in Waterland* da artista russa Elena Kalis. A teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, utilizada como método de análise, demonstra a fotografia como uma qualidade mental, por isso de se analisar a série sob as três categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade.

A escolha dessa ciência denominada semiótica foi devido ao fato da mesma ter por objetivo estudar todas as linguagens possíveis, contudo o seu campo não é de um todo abrangente, o que estuda nos fenômenos e sua constituição enquanto linguagem. (SANTAELLA, 2012, p. 10)

Dessa forma, o trabalho tem por objetivo geral analisar a série fotográfica da artista Elena Kalis, intitulada *Alice in Waterland*, e os objetivos específicos são: a) estudar a fotografia como uma linguagem; b) analisar as fotografias a partir das categorias dos signos correspondentes; c) demonstrar a relação entre a série e as obras de Lewis Carroll.

Para tanto o artigo foi dividido em quatro tópicos, sendo que no primeiro foi realizada uma resenha sobre a teoria semiótica de Charles Sanders Peirce, o segundo uma exposição sobre a fotografia dentro dessa

mesma teoria, no terceiro apresentou um pequeno resumo das obras de Lewis Carroll para analisar, no quarto tópico, a série fotográfica.

2. *A semiótica*

No que concerne o estudo da fotografia, enquanto linguagem não verbal atenta-se a explicação de Lucia Santaella (2012, p. 13) que “o século XX viu nascer e está testemunhando o crescimento de duas ciências da linguagem”, as ciências que ela se refere é a linguística, ciência que toma como objeto de estudo a linguagem verbal: a língua; e a outra é a semiótica, ciência que estuda todo fenômeno de linguagem.

O período de pós-revolução industrial trouxe ao mundo máquinas capazes de criar e difundir linguagens, nesse sentido, estamos nos referindo ao cinema, fotografia, televisão, enfim, refere-se ao nascimento dos meios de comunicação. Esses meios de comunicação estão presentes em nossa vida, dentro de nossa casa quando com apenas um apertado de botão registramos um momento ou começamos a assistir alguma narrativa cinematográfica. Esse é o fenômeno da comunicação, e a respeito disso Lucia Santaella (2012, p. 18) explica “que estes só comunicam porque se estruturam como linguagem”, em outras palavras o ensaio fotográfico ou um filme, dentro da teoria da comunicação são linguagens que transmitem códigos de informação para aqueles que estão a apreciá-los.

Ainda nesse sentido da comunicação dessas linguagens, Lucia Santaella explica que:

Iremos, contudo, mais além: de todas as aparências sensíveis, o homem – na sua inquieta indagação para a compreensão dos fenômenos – desvela significações. É no homem e pelo homem que se opera o processo de alteração de sinais (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em signos ou linguagens (produtos da consciência). (SANTAELLA, 2012, p. 18)

Essas significações implicam na operação concomitante entre a fonte e a recepção dessa linguagem para se codificar uma mensagem. Nesse sentido a autora Irene Machado (2010, p. 280) também explica que nesse processo de operação de significações está relacionada com “a variedade de códigos que entram em ação no processo de recodificação”, trata-se do processo de semiose que engloba essas interações entre os códigos.

Como supracitado a semiótica aqui utilizada como método de análise é a de Charles Sanders Peirce, a ciência geral dos signos também

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nomeada de lógica pelo próprio teórico. Dentro dessa corrente um signo para uma pessoa ou comunidade não é o mesmo para outros, ele acontece mediante ao contexto. A respeito disso, Irene Machado (2010, p. 281) afirma que

semiótica, segundo Peirce, é doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais da semiose, isto é, da cadeia produtiva da construção de sentidos. Sua base fundadora não é palavra, mas a lógica que comanda as diferentes operações entre signo, objeto e interpretante, permitindo distinguir variedades de signos sempre a partir de tricotomias!

Observasse que a teoria de Charles Sanders Peirce cria categorias para se aprofundar no sentido do signo. Essas categorias sempre se dividem de três em três que ficam nomeadas de tricotomias.

Dentro da teoria dos signos o que nos interessa para esse estudo são as três categorias de signos correspondentes que são: primeiridade, secundidade e terceiridade. Na primeiridade está o nível do sensível e do qualitativo (COELHO NETTO, 1983, p. 61). O sentido de primeiridade como Lucia Santaella (2012, p. 65-72) explica está na qualidade da consciência imediata, uma qualidade de ser e de sentir, o *in totum*. Tudo o que está presente na mente de alguém no momento presente, essa qualidade é uma impressão (sentimento), é a primeira apreensão que nós temos das coisas.

Sobre a secundidade, Lucia Santaella (2012, p. 72-74) nos explica existe um mundo real, reativo, um mundo sedutor, além do pensamento e, contudo, ao mesmo tempo é pensável, que se caracteriza pela secundidade [...] O que Lucia Santaella nos diz é que a qualidade de sentimento não é sentida como uma resistência a um objeto material. “É puro sentir, antes de ser percebido como existindo num eu”. O sentimento ou impressão que são indivisíveis e sem pares, “qualidade simples e positiva, mero tom de consciência é primeiro”. A secundidade não se confunde com sensação, “pois esta tem duas partes: 1) o sentimento e 2) a força da inércia desse sentimento num sujeito”. Em outras palavras, qualquer relação de dependência entre dois termos é uma relação diádica, isto é, secundidade.

A terceiridade corresponde o pensamento em signos, é ela que aproxima o primeiro do terceiro, em uma camada inteligível na qual se representa e interpreta o mundo. (SANTAELLA, 2012, p. 78)

Em síntese, é o que Matheus Emérito (2010, p. 05) explica que: “primeiridade (coerência), secundidade (reação, conexão) e terceiridade

(interpretação)”. O sentido, significado e significação na teoria semiótica de Charles Sanders Peirce é o efeito total que o signo produz imediatamente na mente sem a necessidade de uma reflexão prévia. O significado seria o efeito direto produzido pelo signo no interpretante, aquilo que depende do ato da interpretação do intérprete. Dessa forma, a significação é o efeito produzido do signo “sobre o intérprete em condições que permitissem ao signo exercitar seu efeito total”, seria o resultado que todo interpretante deve chegar a partir de uma consideração suficiente que o signo recebe. (COELHO NETTO, 1983, p. 72)

A semiótica de Charles Sanders Peirce apresenta a estrutura necessária para a análise das imagens recolhidas para esse estudo. A partir desse breve exposto parte-se para o que seria a fotografia dentro da semiótica.

3. A fotografia

No estudo da semiótica o campo de estudo da fotografia está relacionada aos estudos da semiótica da imagem (PIRES & CONTANI, 2005, p. 169). A imagem nesse campo de estudo é dividida em dois domínios, o primeiro se refere às representações visuais, sejam elas pinturas, gravuras, fotografias e as imagens cinematográficas, “o segundo domínio é o imaterial das imagens em nossa mente”. Dessa forma, a fotografia estudada pela ciência cognitiva é tomada como uma qualidade mental, na qual a informação visual se constitui sob forma imagética. (SANTAELLA & NOTH, 1997, p. 15)

A pesquisa da fotografia pela semiótica pode ser realizada por outras correntes da mesma teoria, a escolha pelas formulações de Charles Sanders Peirce pela sua função sgnica e pelas categorias universais expostos no tópico anterior.

Para Charles Sanders Peirce a imagem é a representação de alguma coisa e se caracteriza conforme quem faz a leitura. As fotografias são instrutivas, pois sob certo aspecto, elas representam os objetos como eles são, da forma como elas captam a imagem. Por isso devido ao fato das mesmas corresponder às representações da natureza, elas pertencem a segunda classe dos signos “os que são por conexão física”. (PEIRCE, 1975, p. 118)

Dessa forma, a imagem

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

assume o papel lógico de *representamen* quando coloca um interpretante (o leitor de um jornal, um cientista, um espectador de uma vernissage) em contato com um objeto (paisagem, fato jornalístico, produto de campanha de marketing). (PIRES & CONTANI, 2005, p. 176)

A terminologia *representamen* (ou signo) é aquilo que representa alguma coisa para alguém. O signo cria na mente da pessoa um outro signo equivalente a si mesmo, no caso, esse segundo signo despertado na mente do receptor é designado como interpretante estabelecendo uma relação, que por sua vez é tridádica: objeto, interpretante e *representamen*. (COELHO NETTO, 1980, p. 56)

Então, o leitor desempenha um importante papel, pois é através de sua leitura semiótica que ele evoca o sentido da imagem, seria a qualidade mental despertada pelo sentido da primeiridade. Como Carlos Alberto Mucelin e Luzia Marta Bellini (2013, p. 61) nos explica que a leitura de uma fotografia ocorre a partir de diversos fatores que “determinam a construção da realidade medida por um intérprete, conformando na mente e na imagem mental”.

Após essa breve contextualização sobre a fotografia, se faz necessário explanar sobre a Alice criada pelo escritor Lewis Carroll, para poder analisar as imagens pelas categorias de signos correspondentes.

4. *Alice de Lewis Carroll*

Alice é uma personagem icônica, criada pelo matemático Charles Lutwidge Dodgson, sob o pseudônimo de Lewis Carroll. O autor criou duas narrativas para essa personagem *Alice no país das maravilhas* e *Alice através do espelho*.

Nas narrativas de Lewis Carroll o mágico é sempre evocado, e segundo Larissa Keifer de Sequeira e Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (2015, p. 119) dentro dos livros criados por ele, os momentos mágicos vividos por Alice são apresentados durante todo o percurso do conto, “penetrando na vida cotidiana dela e transformando em algo estranho e desconhecido, mas ao mesmo tempo maravilhoso”.

A narrativa da jovem Alice que segue um coelho e vai para um mundo mágico foi uma forte influência para outras artes e através do tempo sua obra transcendeu os limites literários, alguns exemplos a respeito disso são as adaptações cinematográficas, teatrais, jogos digitais e ensaios fotográficos. Para exemplificar melhor essa afirmação da obra

transcender os limites e influenciar outras artes, além da série fotográfica de Elena Kalis inspirada no clássico literário, também se têm as ilustrações de Benjamin Lacombe e as pinturas de Mark Ryden.

Em outras palavras Alice será uma personagem utilizada de forma corrente em outras artes, isso porquê enquanto expectador ainda tiver internalizado a imagem da menina loira que usa o vestido azul outras formas estéticas da arte poderão surgir.

No próximo tópico analisaremos as fotografias das fotografias. Foram escolhidas três fotos do ensaio. Essas imagens são as relacionadas com o primeiro livro *Alice no País das Maravilhas*, visto que as outras imagens dessa série pertencem a *Alice através do espelho e o que ela encontrou por lá*.

5. Análise de Alice in Waterland

Para realizar as análises do próximo tópico demonstraremos alguns trechos do livro *Alice no país das Maravilhas*. Esses trechos foram adaptados para a série fotográfica.

No capítulo 1 – Pela toca do coelho – acompanhamos Alice em uma tarde que enxerga um coelho branco e em sua curiosidade decide seguir o mesmo e acaba caindo no país das maravilhas. O trecho a seguir apresenta esse momento na narrativa: “Caindo, caindo, caindo. A queda não terminaria nunca? ‘Quantos quilômetros será que já caí até agora?’ disse em voz alta. ‘Devo estar chegando perto do centro da Terra’”. (CARROLL, 2009, p. 15)

No capítulo 3 – Uma corrida em comitê e uma história comprida – Após Alice ter chorado muito e ter molhado a si e aos outros personagens um Dodô decide que a melhor forma de todos secar é executando uma corrida em comitê. O trecho a seguir apresenta esse momento: “O que eu ia dizer”, disse o Dodô num ofendido, “é que a melhor coisa para nos secar seria uma corrida em comitê”. (CARROLL, 2009, p. 35)

No capítulo 7 – “Um chá maluco” – nesse capítulo é apresentado o clássico personagem o Chapeleiro. Vejamos: “Em frente à casa havia uma mesa posta sob uma árvore, e a Lebre de Março e o Chapeleiro estavam tomando chá”. (CARROLL, 2009, p. 80)

As fotografias analisadas representam esses três momentos. Nas fotografias a seguir temos as imagens em seu estado contemplativo. A

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

consciência imediata é despertada pela leitura da imagem. O leitor da imagem já possui o conhecimento da existência de uma personagem chamada Alice, seja esse contato feito diretamente com o texto literário ou por alguma adaptação cinematográfica. Esses elementos são a primeiridade.

A secundidade nas fotografias de Elena Kalis estão vinculadas ao universo da experiência. A consciência do sentimento que as imagens despertam no leitor estão a cargo da consciência despertada na primeiridade. É a conexão estabelecida entre a imagem e a leitura realizada.

A terceiridade no ensaio são a interpretação realizada a partir da leitura das fotografias. A mediação dessa categoria está entre o ato causal e o seu efeito. A consciência do processo de leitura não é algo imediato que acontece no processo da primeiridade e nem uma ocorrência de conexão da secundidade, a terceiridade é profunda, é um processo de cognição.



(Fotografia 1: Pela toca do coelho)

Na fotografia 1 o leitor visualiza todos os elementos de quando a Alice cai no país das maravilhas, que no caso é *waterland*. O relógio e a tiara de coelho evocam os elementos do conto de Carroll. A roupa que a menina utiliza também despertam a consciência imediata. A conexão da secundidade se estabelece quando os três elementos: tiara do coelho, relógio e menina de vestido azul completam a cena que o leitor já está familiarizado. Então, a consciência da terceiridade no leitor finaliza o processo de cognição.



(Fotografia 2: Uma corrida em comitê e uma história comprida)

Na fotografia 2, assim como na primeira, o leitor evoca os sentidos. O Dodô aparece na fotografia, assim como no livro, despertando a consciência imediata. E assim como na fotografia 1 a conexão se estabelece a partir da conexão dos elementos. A terceiridade é a consciência desse momento já presenciado no texto literário como também em alguma adaptação cinematográfica.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

Na fotografia 3, a apreensão dos elementos desperta a qualidade do imediato. Assim como nas outras duas fotografias todos os elementos, tais como: a menina de vestido azul, o menino vestido de chapeleiro, os talheres, os pedaços de bolo fazem a conexão, que são a secundidade. As leituras interpretativas de todos esses elementos completam a terceira.



(Fotografia 3: Um chá maluco)

Considerando a organização dos elementos visuais nas fotografias, os mesmos estabelecem um plano no qual as disposições dos objetos completam um sentido para o leitor.

As categorias fenomenológicas, de acordo com Lucia Santaella (2012), propostas por Charles Sanders Peirce demonstram, na série fotográfica analisada, que a primeiridade as sensações percebidas se relacionam com os seus referentes pertencentes internos à mente; na secundidade a consciência reage aos estímulos que possibilitam as sensações referente a realidade externa. Por fim, os fenômenos simbólicos da terceiri-

dade desperta a interpretação entre a consciência e o que o leitor percebeu através de sua leitura.

6. Considerações finais

A semiótica proporciona os elementos para se estudar as várias formas de linguagens existentes, com a fotografia não seria diferente. A partir das categorias fenomenológicas foi possível compreender como a série fotográfica *Alice in Waterland* desperta os sentidos da primeiridade, secundidade e terceiridade a partir de uma leitura semiótica realizada pelo expectador dessas imagens.

Os dois domínios de estudo das imagens, demonstram que a fotografia, a partir das leituras realizadas dos estudos da Lucia Santaella e Winfried Noth, se caracteriza como uma qualidade mental por serem imagens que representam o ambiente visual.

Dessa forma, a série fotográfica da Elena Kallis se apropriou de elementos já conhecidos para elaborar a disposição dos elementos na água, criando assim uma releitura do clássico já conhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*; através do espelho e o que Alice encontrou por lá. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COELHO NETTO, José Teixeira. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

EMÉRITO, Matheus. *Diálogo entre Barthes, Peirce e Greimas*. In: XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2010, Campina Grande. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2010. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1370-1.pdf>

MACHADO, Irene. O ponto de vista semiótico. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Cláudio; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. São Paulo: Editora Vozes, 2010. p. 279-309.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Luzia Marta. *Semiótica, semiose e signo: análise sógnica de uma imagem fotográfica com base em tricotomias de C. S. Peirce*. In: *Kon: Revista de Educação e Complexidade*, n. 1, p. 61-77, jan. 2013. Disponível em:

<<http://docplayer.com.br/20216002-Semiotica-semiose-e-signo-analise-signica-de-uma-imagem-fotografica-com-base-em-tricotomias-de-c-s-peirce.html>>

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. Cultrix: São Paulo, 1975.

PIRES, Jorge Barros; CONTANI, Miguel Luiz. *Imagem física e qualidade mental: a fotografia vista pela semiótica*. In: *discursos fotográficos*, Londrina, v.1, p.167-182, 2005. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1470>>

SANTAELLA, Lucia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____; NOTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

SEQUEIRA, Larissa Keifer de; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Alice no país dos signos: releitura semiótica*. In: *Revista Temática*, Ano XI, n. 12. Dezembro/2015. P. 117-127. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/viewFile/27038/14378>>

**NOMEAÇÃO E RENOMEAÇÃO DO ESPAÇO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A “TUPINIZAÇÃO”
DA TOPONÍMIA BAIANA⁹**

Clese Mary Prudente (UNEB)

cleseprudente@gmail.com

Celina Márcia Abbade (UNEB)

celinabbade@gmail.com

RESUMO

Tomando por base as abordagens teóricas da etnolinguística e da lexicologia, com foco na onomástica e sob uma perspectiva histórico-cultural, apresenta-se o resultado do levantamento realizado com os topônimos dos municípios do estado da Bahia presentes nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958. Neste trabalho, discute-se o equilíbrio encontrado entre o número de topônimos de etimologia portuguesa e indígena, resultado que se contrapõe ao registrado em outras regiões do Brasil, onde os designativos de origem portuguesa se sobrepõem às outras etimologias. A análise dos fatores que justificam o número significativo de locativos de origem indígena no *corpus* estudado apoia-se no processo de “tupinização” da toponímia baiana durante o Estado Novo, como resultado dos Decretos-lei nº 311, de 2 de março de 1938, e nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, que tinham por propósito a normalização, sistematização e padronização da toponímia brasileira. Entende-se assim que um estudo toponímico precisa estar inserido em um contexto histórico-político que revele a dinâmica da nomeação e renomeação do espaço, bem como os fatores e agentes político-culturais responsáveis pelo processo.

Palavras-chave:

Onomástica. Toponímia. Municípios baianos. Tupinização. Estado Novo

1. Considerações iniciais

Como parte da lexicologia, a onomástica refere-se ao ato de nomear e envolve o estudo dos nomes próprios, lexias que individualizam seres (antroponímia) e lugares (toponímia). Constituídos de elementos linguísticos que, segundo Seabra (2006), conservam antigos estágios denominativos, os signos onomásticos representam uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Mais especi-

⁹ Este estudo faz parte do projeto de pesquisa *Redescobrimo a Bahia: um estudo toponímico dos seus municípios*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e insere-se no macroprojeto ATOBAH – *Atlas Toponímico da Bahia*, em desenvolvimento no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ficamente em relação à toponímia, palavra derivada das formas gregas τόπος, "lugar", e ὄνομα, "nome", é considerada por Dick (1990) como a crônica de um povo, ao gravar o presente para o conhecimento das gerações futuras.

O ato de dar nomes aos lugares está ligado a aspectos motivacionais importantes dos valores sociais, políticos, culturais da comunidade. Por essa razão, para a análise e compreensão dos elementos que o influenciam, entende-se que os estudos toponímicos se relacionam à etnolinguística, área dos estudos linguísticos que se preocupa em perceber a influência da cultura no léxico e na gramática de uma língua, considerando, como afirma Isquierdo (2009, p. 44), que “a forma de designar determinados referentes evidencia valores, crenças, tabus veiculados pelo imaginário popular”.

Além disso, entendendo os topônimos como “fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário” (DICK, 1990, p. 42), o estudo dos topônimos pressupõe a utilização de conhecimentos derivados de outras áreas do saber científico, como a história e a geografia, tendo em vista que, como defende Carter (*apud* SEEMANN, 2005), ao ser nomeado, o espaço é simbolicamente transformado em lugar, passando a ser um espaço com história.

Desse modo, entende-se que em toda pesquisa envolvendo o processo de nomeação do lugar, os estudos linguísticos devem caminhar lado a lado com estudos histórico-geográficos, mais precisamente relacionados à geografia cultural, área do saber que considera a toponímia como uma herança preciosa das culturas passadas e o ato de nomear como uma demonstração de poder, como afirma Claval (2014).

Um verdadeiro tapete de nomes recobre a Terra, que se torna, assim, objeto de discurso. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se localizar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2014, p. 197)

Assim, conciliando as abordagens teóricas da etnolinguística e da lexicologia, e sob uma perspectiva histórico-cultural, discute-se o equilíbrio encontrado entre o número de locativos de etimologia portuguesa e indígena entre os topônimos dos municípios do estado da Bahia, documentados nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicados pelo IBGE em 2 de julho de 1958, resultado que se

contrapõe ao registrado em outras regiões do Brasil, onde os designativos de origem portuguesa se sobrepõem às outras etimologias.

2. A presença indígena na Enciclopédia Dos Municípios Brasileiros

Após a organização do *corpus* da pesquisa, que envolve os 169 topônimos referentes aos municípios do estado da Bahia presentes na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, passou-se à identificação da origem de cada designativo, tomando-se por base as seguintes obras: *Contribuição Indígena ao Brasil*, do Irmão José Gregório, publicada em 1980; *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá, publicada em 1985; *Dicionário de Tupi Antigo*, de Eduardo de Almeida Navarro publicada em 2013; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, edição de 2013; *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*, de Rosário Farâni Mansur Guérios, edição de 1981; *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss, edição de 2001; *Falares Africanos na Bahia: Um Vocabulário Afro-Brasileiro*, de Yeda Pessoa de Castro, publicada em 2001; *O Tupi na Geografia Nacional*, de Theodoro Sampaio, edição de 2014.

Como resultado desse processo, foram identificados 82 topônimos de origem portuguesa, 82 de origem indígena, 5 formações híbridas de português e tupi antigo e apenas um topônimo de origem africana. Tal resultado difere de estudos toponímicos já realizados em outras regiões do Brasil¹⁰, em que o predomínio de nomes de etimologia portuguesa, em razão da força da colonização predominante, deu origem a uma toponímia dos vencedores. No entanto, os estudos realizados com os topônimos da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* indicam que ter um nome indígena não significa necessariamente que o espaço tenha sido nomeado pelos seus primeiros habitantes e nem representa, de fato, a valorização

¹⁰ No *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, Dick (1992) identifica, dentre os 573 municípios analisados, 353 registros de designativos portugueses, 180 indígenas, 2 africanos e 37 formações híbridas indígena-portuguesas. O estudo desenvolvido por Seabra (2004) na Região do Carmo de Minas Gerais identificou 172 ocorrências de origem portuguesa, 16 de origem indígena, 7 formações híbridas indígena-portuguesas, 5 de origem africana, 1 formação híbrida africano-portuguesa e 5 de origem estrangeira diversa. Dos 78 topônimos dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, 62,8% são formados por termos vernáculos, 27% são de origem indígena e 10,2% constituem-se em nomes híbridos, conforme a pesquisa desenvolvida por Isquerdo (2008).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

da memória linguística indígena e uma demonstração de resistência às tentativas de apagamento da cultura nativa.

Assim, para entender os fatores responsáveis pelo equilíbrio encontrado entre o número de topônimos de origem portuguesa e indígena, presentes no *corpus* analisado, buscou-se conhecer os processos de “lusitanização” e “tupinização” pelos quais passaram a toponímia brasileira desde a chegada dos portugueses no século XVI.

Estudos toponímicos demonstram que, durante todo o período de exploração e colonização, os colonizadores desconsideraram o “tapete de nomes” já existente no solo brasileiro e trataram de renomear os lugares com designativos de etimologia portuguesa, atitude que, como defende Nascentes (1960, p. 103), obedecia a uma imposição oficial, “para fazer desaparecer o topônimo aborígene” e “dissimular a origem indígena dos povoados”, ou para “impedir que o idioma dos indígenas continuasse a suplantado dos colonizadores”.

Esse processo, identificado por Dick (1992) como uma superposição toponímica, e que representa uma forma simbólica de demarcar o domínio do invasor sobre um território invadido, foi intensificado durante o período das reformas pombalinas. Dentre as várias diretrizes do poderoso Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, destaca-se a lei de 6 de junho de 1755, que transformava as povoações indígenas em vilas, à semelhança das existentes em Portugal, batizadas com nomes portugueses. Assim estava determinado nas instruções do governo do Reino dirigidas ao ouvidor de Porto Seguro, Thomé Couceiro de Abreu, na Carta Régia de 3 de março de 1765, que deram origem aos quatro topônimos, presentes no *corpus* analisado, transplantados de vilas portuguesas no período pombalino (1759-1822): Alcobaça, Belmonte, Prado e Valença.

Ordena também S. Magestade que assim naquelas povoações chamadas Aldeyas que estão já domesticadas, como as que de novo se estabelecerem índios descidos; logo que êstes se desceram no competente número, se vão estabelecendo novas Vilas e se vão abolindo nellas os barbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo outros novos de cidades ou vilas deste Reyno. (IBGE, 1958, v. XX, p. 70)

No caminho inverso do processo de “lusitanização” da toponímia brasileira durante os anos da colonização portuguesa, identifica-se o de “tupinização”, que tomou força no período de 1836 a 1870 com o movimento romântico de exaltação do indígena, considerado como antepassado da nacionalidade e guardião da terra, porque “podia ser representado

como o nativo legítimo do Brasil – aquele que desde sempre aqui viveu, e que lutou heroicamente contra os colonizadores estrangeiros” (JOBIM, 1997/1998, p. 41). No entanto, a busca de uma identidade nacional, afastada dos moldes europeus, já havia sido despertada nos brasileiros desde a independência do Brasil (1822), quando, imbuídos pelo espírito anticolonialista e nacionalista, passaram a identificar o índio como herói nacional.

3. A “tupinização” da toponímia e o nacionalismo da Era Vargas

No primeiro governo Vargas (1930-1945) o Brasil passou por intensas mudanças nas áreas política, econômica, institucional e social. O processo, iniciado em 1930 com o governo provisório, se completa em 1937, quando é outorgada a nova Constituição, dando início ao período conhecido como Estado Novo. Com poderes ilimitados, o presidente Getúlio Vargas deu continuidade ao seu projeto de reestruturação do Estado brasileiro, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na vida nacional e para o nacionalismo econômico. (D’ARAUJO, 2011)

Conforme Abrantes (2007), o processo de concentração de poder no Estado se expressou, também, na modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística, sistematizado na criação do Conselho Nacional de Estatística – CNE – e do Conselho Nacional de Geografia – CNG –, unidos, em 1938, para a formação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, órgão responsável pela implantação da Lei Geográfica do Estado Novo, ou Decreto-lei nº 311 de 02 de março de 1938. Ao dispor sobre a delimitação das malhas municipais e distritais, e definir regras específicas sobre o mapeamento e a racionalização da toponímia brasileira, provocando significativas alterações, a Lei Geográfica confirma a afirmação de Claval (2014) de que os nomes mudam em todo um espaço após a instauração de um novo poder, de uma invasão ou do triunfo de novas modas, o que o faz concluir que “nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder”. (CLAVAL, 2014, p. 210)

Com a justificativa de que a divisão administrativa e judiciária do Brasil caracterizava-se pela “completa ausência de ordem, de estabilidade e de lógica” (LIMA, 1945, p. 729), coube ao IBGE, pela Resolução 26, de 15 de dezembro de 1937, apresentar o anteprojeto que foi adotado pelo Governo Federal e convertido no Decreto-lei nº 311, o qual, ao dispor sobre a divisão territorial do país, determina, no Artigo 10, que “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma de-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nominação”, complementando, no Artigo 16, que “somente por leis gerais, na forma deste artigo, pode ser modificado o quadro territorial, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia” (BRASIL, 1938), determinando ao governo o poder de modificar e delimitar os nomes geográficos do país. O Artigo 18 dessa Lei conclui que

os governos dos Estados, por decretos baixados até 31 de março de 1938, publicarão a relação das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas ao tempo desta lei, feitas as alterações de classificação e toponímia, bem como de categoria das sedes decorrentes dos critérios na mesma fixados, e de acordo com o modelo geral que o Conselho Nacional de Estatística formulará (*ibidem*).

Ainda no primeiro ano de vigência da Lei Geográfica, o Conselho Nacional de Geografia propôs, através da Resolução 61, de 24 de julho de 1939, aprovada pela Assembleia Geral de Conselhos Geográficos Nacionais, a inclusão de dispositivos que objetivassem as seguintes medidas relativas aos nomes das cidades e vilas:

- 1) Eliminação das duplicatas de nomes, em todo o país;
- 2) Redução dos nomes extensos;
- 3) Possível eliminação dos nomes estrangeiros ou de pessoas vivas, repetidos os imperativos da tradição e da vontade popular, bem como as legítimas homenagens;
- 4) Preferência da adoção de nomes da língua indígena regional ou relacionados a fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos;
- 5) Conservação dos nomes já consagrados pelas populações das localidades respectivas, que não contrariarem as disposições acima (LIMA, 1945, p.740-741).

As exposições gerais dirigidas ao Presidente da República¹¹ foram convertidas no Decreto-lei nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, o qual, com o propósito de normalizar, sistematizar e padronizar a toponímia brasileira, decreta:

Art. 7º Ficam estabelecidas as seguintes normas para a eliminação, no País, da repetição de topônimos de Cidades e Vilas, a efetivar-se no novo quadro territorial em preparo:

I - Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na

¹¹ A exposição foi publicada na *Revista Brasileira de Geografia*, exemplar de abril de 1939, p. 148-154, assinada por José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Nacional de Estatística.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Termo, sede de Município, sede de Distrito.

II - No caso de haver mais de uma localidade da mesma categoria com o mesmo nome, este será mantido naquela que o possuir a mais tempo.

III - Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local.

IV - Não se consideram nomes novos, e, portanto, não estão sujeitos ao disposto no item precedente, os casos de restabelecimento de antigas designações ligadas às tradições locais, vedadas, porém, as composições de mais de três palavras.

Parágrafo único. Exceções a essas normas, no que toca ao direito de prioridade na nomenclatura, serão admitidas, se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acordo entre os Governos das Unidades Federativas interessadas. (BRASIL, 1943)

Em atendimento a essas determinações legais, várias alterações foram implementadas na toponímia da Bahia, tendo em vista que, como afirma Lima (1945), “os Estados cujos nomes de municípios mais se repetem em outros são os da Bahia e do Ceará” (p. 741). Nesses casos de repetição, observa-se o exposto nos itens I e II acima, os quais estabeleciam o princípio de que, quando houvesse várias localidades com a mesma denominação, esta seria mantida apenas na de maior categoria, e, no caso de haver diversas com a mesma categoria, prevaleceria o nome daquela em que fosse mais antigo.

Ainda segundo Lima (*ibidem*), os estudos então realizados concluíram que, em todo o país, aproximadamente mil e duzentas denominações de cidades e vilas seriam atingidas pelos propósitos sistematizadores dessa legislação. As mudanças despertaram certa reação por parte das populações interessadas, sendo considerados “inevitáveis os movimentos reivindicatórios de denominações cujas substitutas, por menos felizes ou pouco simpáticas aos habitantes”, não se consolidariam rapidamente (p. 745). Em 2000, o geógrafo baiano Milton Santos, em entrevista, reclamou da forma com a qual o nome de Itapira, cidade de sua infância, foi mudado para Ubaitaba.

Isso foi antes de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) decidir que duas cidades diferentes não podiam ter o mesmo nome. Como tinha uma Itapira aqui, em São Paulo, a da Bahia teve que mudar o nome. Arranjaram uma outra combinação indígena, que deu por resultado Ubaitaba, que é também Itapira, em uma outra versão. (SANTOS, 2001, p. 73)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Considerando a preferência da legislação pelo simples, ao reduzir as designações extensas a duas, no máximo três palavras, e pelo autócone, ao proibir o uso de vocábulos estrangeiros e incentivar o emprego de termos indígenas, apresentam-se a seguir alterações realizadas, em atendimento a essas exigências da Lei, nos signos toponímicos da Bahia que fazem parte do *corpus* deste trabalho¹² e que influenciam no equilíbrio encontrado com relação ao número de designativos de origem portuguesa e de origem indígena.

Foram simplificados os seguintes topônimos: Bela Vista de Utinga > Utinga; Bom Jesus do Tremedal > Tremedal.

Identificados como repetidos em outros estados e considerados como de apropriação mais recente, foram alterados os seguintes topônimos baianos, conservando, no entanto, a origem indígena: Cajueiro > Acajutiba; Capivari > Macajuba; Guaraci > Coaraci; Itapira > Ubaitaba; Itatinga > Itapetinga; Pirangi > Itajuípe; Sapé > Sapeaçu; Serinhaém > Ituberá.

Foram substituídos por designativos indígenas, alguns literalmente traduzidos do português para o tupi, o que indica uma alteração feita no gabinete dos legisladores, os seguintes topônimos de origem portuguesa: Água Preta > Uruçuca; Alfredo Martins > Ubatã; Anchieta > Pia-tã; Areia > Ubaíra; Bom Sucesso > Ibitiara; Encruzilhada > Macarani; Monte Alegre > Mairi; Natal > Potiraguá; Palestina > Ibicaraí; Rio Branco > Paratinga; Rio Novo > Ipiaú; Rio Preto > Ibipectuba.

Tendo em vista que o foco desta análise se refere ao equilíbrio encontrado em relação ao número de designativos de origem portuguesa e de origem indígena na obra analisada, apresentam-se aqui apenas as alterações que impactaram nesse resultado, desconsiderando-se assim outras modificações produzidas na toponímia dos municípios baianos em atendimentos às legislações referidas.

4. Considerações finais

Com base no exposto, observa-se como a ação de agentes político-culturais pode determinar resultados não esperados nas pesquisas toponímicas, tendo em vista que, “atrás dos nomes de lugares escondem-se

¹² É importante lembrar que o *corpus* da pesquisa se refere aos topônimos de municípios baianos existentes no ano de 1958, data de publicação da obra base.

peças ou grupos que os inventam, decretam, aceitam, rejeitam ou mudam” (SEEMANN, 2005, p. 220). Desse modo, é imprescindível à pesquisa toponímica a realização de investigações históricas para que se possa ter uma melhor compreensão das relações entre língua, espaço, cultura e poder.

Assim, por entender, como Claval (2014), que os nomes dos lugares não são simples escolhas aleatórias, mas representações simbólicas, político e ideologicamente planejadas, defende-se que um estudo toponímico precisa estar inserido em um contexto histórico-político que revele a dinâmica da nomeação e renomeação do espaço, bem como os fatores e agentes político-culturais responsáveis pelo processo. Somente dessa forma pode-se pensar em iniciativas de preservação da toponímia como patrimônio cultural de um povo, considerando, como Guimarães Rosa, que “nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado”. (1986, p. 39)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção. In: Simpósio Nacional De História – ANPUH, 24. São Leopoldo, 2007. *Anais eletrônicos...* São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0894.pdf>>. Acesso em: 20-04-2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 7 mar.1938, p. 4249. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20-04-2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.901, de 21 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 23 out.1943, p. 15750. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5901-21-outubro-1943-415891-norma-pe.html>>. Acesso em: 20-04-2016.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 4. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2014.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Getúlio Vargas*. Brasília: Edições Câmara, 2011.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. XX/XXI, 1958.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Prolíngua*. vol. 2, n. 2, jul/dez, 2008.

_____. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras... In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: Edufba, 2009, p. 41-60.

JOBIM, José Luís. Indianismo literário na cultura do romantismo. *Revista de Letras*, vol. 37/38, p. 35-48, 1997/1998.

LIMA, Raul. A divisão territorial administrativa e judiciária do Brasil. *Revista de Direito Administrativo*. v. 1, no. 2, 1945, p. 729-745. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/8528/7267>>. Acesso em: 20-04-2016.

NASCENTES, Antenor. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. *Letras: Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*. Curitiba: UFPR, n. 11, p. 102-107, 1960.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo*. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia*: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks. 2001.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão*: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*: entrevista. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*. 2004. 2 v. Tese. Doutorado (em Linguística). – FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-64KQ9A>>. Acesso em: 20-04-2016.

_____. ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. In: *Múltiplas perspectivas em linguística*: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Vivência*, n. 29, p. 207-224, 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/29/PDF%20para%20INTERNET_29/2_DOSSI%20C3%8A_o%20espa%20A7o_parte%201/CAP%205_JORN%20SEEMANN.pdf>. Acesso em: 20-04-2016.

SOARES, José Carlos de Macedo. Exposição dirigida ao Senhor Presidente da República pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n. 2, p. 148-154, abr. 1939.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E PARADIGMÁTICAS
DA PALAVRA FOFOCA

Edméa Campilho (UVA)

Edmea.uva@gmail.com

Marcella da Silva Delgado (UVA)

Marcellanandodel@gmail.com

Sabine Mendes Lima Moura (UVA)

sabine@uva.br

RESUMO

O presente estudo surge da experiência vivenciada pelas autoras quando da pesquisa de observação das relações da palavra fofoca por semelhança de significação e sua relação com seu termo predecessor, sob a ótica estruturalista de Ferdinand de Saussure, a partir da dicotomia sintagma e paradigma. Foram utilizados questionários em papel e online para que pudéssemos ilustrar melhor a pesquisa. Apresentaremos ao final deste, nossas observações sobre os resultados obtidos e comentários sobre as escolhas realizadas pelos participantes e associações entre os termos em *presentia* e *absentia* e como estas escolhas foram influenciadas por aspectos sociolinguísticos.

Palavras-chave: Língua. Saussure. Etimologia. Linguística.

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa foi motivado pelo interesse na palavra fofoca, primeiramente pelo seu som parecer com um farfalhar de folhas pelo vento, nos parecendo poder haver um uso meio misterioso e até poético desta palavra; também nos interessamos pelo uso comum, geralmente encontrado em contexto engraçado ou depreciativo; seu aparecimento na língua portuguesa, etimologia e suas relações no nosso contexto linguístico.

Para apresentarmos nossa pesquisa mista, faremos uma breve revisão de literatura acerca da etimologia da palavra fofoca. Em seguida, apresentaremos diferentes momentos do estudo, a partir de relatos analíticos com base nos conceitos revisados. Esperamos, com isso, não somente refletir acerca das questões que nos intrigam, mas também, nos aproximarmos mais do trabalho de pesquisa acadêmica.

2. *Pressupostos teóricos*

Achamos importante fazer um pequeno relato do aparecimento da palavra objeto do nosso estudo. A palavra fofoca, de acordo com o dicionário eletrônico Houaiss (2009):

fofoca *Datação*: 1975

- substantivo feminino

Regionalismo: Brasil, Angola, Moçambique. Uso: informal.

- 1- ato ou efeito de fofocar;
- 2- dito maldoso; mexerico, disse me disse;
- 3- afirmação não baseada em fatos concretos; especulação;
- 4- aquilo que é comentado em segredo sobre outrem.

2.1. Quanto à etimologia da palavra

Na língua iorubá existe uma palavra chamada Afofo (dentro dos candomblés pronuncia-se 'afofô', mas o certo é 'ófofó'), que significa 'disse-que-disse' a respeito de alguém. Ou seja, dessa palavra, afofo, derivou-se o termo fofoca, a partir da integração do negro à população de origem portuguesa no Brasil. (PORTUGAL, 1998)

A etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, em seu artigo “A influência das línguas africanas no português brasileiro” (1983), o português criouliizante, que era falado pelos africanos durante a escravidão tem certas particularidades linguísticas atestadas no falar corrente do próprio “povo de santo¹³”. Entre elas, destacam-se a redução relativa a distinções de número e ao emprego de ideofones. Esses de uso geral nas línguas bantos, podem ser descritos como formas de substituição para exprimir certos sentidos de uma maneira diferente dos da linguagem corrente, um tanto próxima das onomatopeias no que diz respeito ao aspecto fônico, mas que exprimem ideias bem delimitadas, como as outras categorias de palavras, e não simples imitações de ruídos. (CASTRO, 1983, p. 87)

Poderia ter a negra africana gritado pras mucambas mais novas: "Que *afofó* é esse cá?" Poderia o termo ter virado Afófocá? (PORTUGAL, 1998)

¹³Refere-se a religiões africanas

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

2.2. Relações sintagmáticas e paradigmáticas

O objeto desta pesquisa é identificar como a palavra foca se relaciona paradigmaticamente quando apresentada como opção de escolha entre outros signos de mesmo valor, e sintagmaticamente quando ela é a escolha preferencial em oposição ao seu predecessor. Para isso, aplicamos os conceitos de: signo linguístico como unidade constituinte do sistema linguístico, formado pelo significante e significado; da arbitrariedade do signo, quanto a relação que podemos observar a linguagem o sentido a ela atribuído. (MARTELOTTA, 2008, p. 118, 119, 120)

Em linhas gerais, entre as principais ideias de Ferdinand de Saussure está a de que a língua é um sistema, articulado, sequencial, de caráter linear, que segue regras para que possa haver a comunicação (2006, p. 79, 81, 84). Essas regras se estabelecem no nível fonológico: as unidades se combinam para formar sílabas; no nível morfológico, as palavras se combinam para formar frases e no nível sintático, as palavras se combinam para formar frases (MARTELOTTA, 2008, p. 121). Essas relações sintagmáticas ocorrem em *presentia* em um contexto sintático, já as paradigmáticas ocorrem em *absentia*, que ocorre entre a unidade linguística que ocupa um determinado contexto e todas as outras unidades ausentes - possibilidades semânticas. (MARTELOTTA, 2008, p. 121)

Desse ponto de vista, uma unidade linguística é comparável a uma parte determinada de um edifício, uma coluna, por exemplo; a coluna se acha, de um lado, numa certa relação com a arquitrave que a sustém; essa disposição de duas unidades igualmente presentes no espaço faz pensar na relação sintagmática; de outro lado, se a coluna é de ordem dórica, ela evoca a comparação mental com outras ordens (jônica, coríntia etc.), que são elementos não presentes no espaço, a relação é associativa. (SAUSSURE, 2006, p. 143)

2.3. Variação linguística

A língua é segundo William Labov (2007, p. 2.) o instrumento que as pessoas usam para se comunicar com os outros na vida cotidiana. Esse é o objeto que é o alvo do trabalho em Variação Linguística que utilizamos, em parte, em nossa pesquisa, quando da análise dos questionários que elaboramos, determinando a estrutura da linguagem – suas formas e organização subjacentes – utilizando o conceito de Variação Linguística proposto por William Labov (2007, p. 2)

3. Metodologia

3.1 Pesquisa teórica realizada nos campos etimológico e etnolinguístico (YEDA, 1983), nos dicionários Aulete online, Houaiss versão eletrônica, 2009, livros, artigos e publicações sobre a palavra fofoca.

3.2 Foram entregues 15 questionários contendo 3 folhas cada, seguindo uma ordem previamente estabelecida: Parte I - perguntas de múltipla escolha sobre a origem de 5 palavras de origem africana (anexo I), com o objetivo de apurar o quão familiarizados os participantes da pesquisa estavam com as palavras de uso cotidiano na língua portuguesa falada no Brasil. Parte II – perguntas de preenchimento de lacunas com 5 possibilidades de escolha e apenas 1 seleção (anexo II), e Parte III – três imagens para livre associação (anexo III).

3.3 Foi disponibilizado um link para pesquisa mista na forma de questionário, na modalidade online, no Facebook, (anexo II).

4. Análise dos dados apurados

Pudemos constatar que as palavras não foram escolhidas aleatoriamente. Os participantes da pesquisa decidiram pelo uso da palavra fofocando para o termo "As meninas", assim como a escolheram para o termo "As velhinhas". Para os termos "Os meninos, Os velhinhos e Os professores" houve apenas uma ocorrência da palavra fôfoca.

Observamos a palavra fofoca ganhar vida por sua presença ou ausência nas escolhas dentro de um determinado contexto sintático (anexos I e II), nos remetendo mais uma vez a Ferdinand de Saussure, pois caracteriza a associação entre um termo que está presente a outros ausentes que podem substituí-lo, por pertencerem a mesma classe daquele que está. (LABOV, 2007, p. 2)

5. Análise da eficácia dos instrumentos utilizados na pesquisa

Dos 3 (três) questionários elaborados e utilizados na pesquisa (anexos I, II e III), apenas 2 (dois) se mostraram eficazes. Os participantes da pesquisa responderam, sem errar, sem rasurar e sem perguntas ou dúvidas os questionários I e II.

O questionário número III (Anexo III), não foi adequadamente elaborado, portanto gerou resultados dúbios e muitas vezes sem sentido.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ao mesmo tempo que o questionário se mostrou ineficaz para o que se propunha, não pudemos deixar de observar que pelo pensamento ser abstrato e a língua subjetiva, muitos dos resultados foram apenas as expressões das imagens mentais dos participantes da pesquisa, não fazendo sentido sem um contexto mais específico.

6. *Conclusão*

No rol de escolhas entre conversando, fofocando, comentando e mexericando, a palavra fofocando contribui com 53% das respostas relacionadas às meninas, seguida pela palavra mexericando, com 28%, relacionadas às velhinhas e se aproximando mais do significado de fofoca.

Assim sendo, podemos modestamente apontar nesta pesquisa que a palavra fofoca é primeiramente associada ao sexo feminino, e que há preferência no uso da palavra "mexericando" para pessoas do sexo feminino idosas. Assim, concluímos que a escolha da palavra fofoca não é comum quando relacionada a palavras de gênero masculino.

Por todo o exposto, podemos finalizar este pequeno artigo (que ainda pretendemos continuar estudando) afirmando que a palavra fofoca é primeiramente associada ao sexo feminino, e que há preferência no uso da palavra mexericando para pessoas do sexo feminino idosas, pouco importando as opções de palavras ou os termos que a seguem.

7. *Considerações finais*

Pudemos observar que, no contexto desta pequena pesquisa, existe uma pré-disposição para o uso da palavra fofoca relacionada ao termo predecessor, não importando o termo seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. *Afro-Ásia*, n. 14, p. 81-106, 1983.

COSTA, Marcos Antônio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2009, edição eletrônica. (23/03/2015)

LABOV, William. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. Trad.: Gabriel de Ávila Othero. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, vol. 5, n. 9, agosto de 2007.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

PORTUGAL, Fernandes. *Guia prático da língua yorubá*. Centro de Estudos e Investigações da Cultura Yorubá, 1998. Acesso em: 25-05-2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

ANEXOS



Anexo I - Questionário- Parte I

Qual a origem etimológica provável das palavras:

Fofoca: () Português

- () Galego
- () Africano
- () Árabe

Bunda: () Português

- () Galego
- () Africano
- () Árabe

Bruaca: () Português

- () Galego
- () Africano
- () Árabe

Furdúncio: () Português

- () Galego
- () Africano
- () Árabe



Anexo II - Questionário- Parte II

Preencha a lacuna com o termo que vier à cabeça primeiro:
(TODAS AS RESPOSTAS ESTÃO CORRETAS)

- 1) As meninas estão _____ sobre os meninos.
(**conversando /focando /comentando/mexericando**)

- 2) Os meninos estão _____ sobre as meninas.
(**conversando /focando /comentando/mexericando**)

- 3) As velhinhas estão _____ sobre bordar.
(**conversando /focando /comentando/mexericando**)

- 4) Os velhinhos estão _____ sobre futebol.
(**conversando /focando /comentando/mexericando**)

- 5) Os professores estão _____ sobre as notas.
(**conversando /focando /comentando/mexericando**)

<https://pt.surveymonkey.com/s/KX7SVJP>

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA



Universidade
Veiga de Almeida

Anexo III - Questionário- Parte III

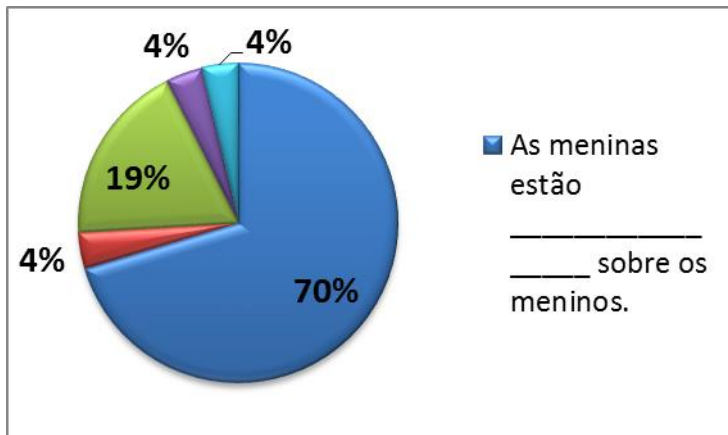
Que palavra(s) (vêm) vem à sua mente?





Anexo IV

Relações sintagmáticas da palavra fofoca



Fonte: Dados apurados através do questionário

Anexo V

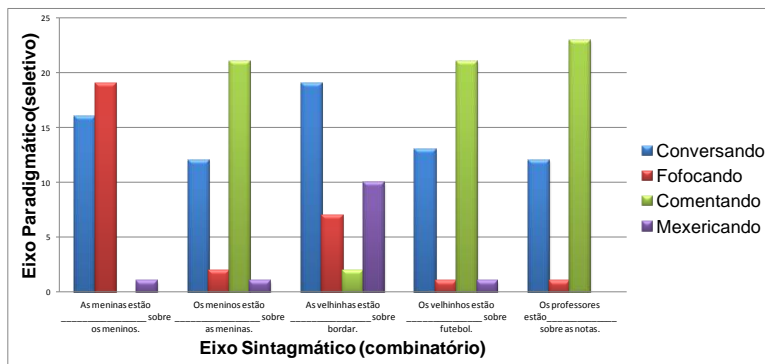
As relações paradigmáticas da palavra fofoca

| As relações paradigmáticas da palavra Fofoca | | Conversando | % | Fofocando | % | Comentando | % | Mexericando | % | Total de entrevistados |
|--|-------------------|-------------|-----|-----------|-----|------------|-----|-------------|-----|------------------------|
| Questionário II | | | | | | | | | | |
| As meninas estão | sobre os meninos. | 16 | 44% | 19 | 53% | 0 | 0% | 1 | 3% | 36 |
| Os meninos estão | sobre as meninas. | 12 | 33% | 1 | 3% | 22 | 61% | 1 | 3% | 36 |
| As velhinhas estão | sobre o bondar. | 19 | 53% | 5 | 14% | 2 | 6% | 10 | 28% | 36 |
| Os velhinhos estão | sobre futebol. | 13 | 36% | 1 | 3% | 21 | 58% | 1 | 3% | 36 |
| Os professores estão | sobre as notas. | 12 | 33% | 1 | 3% | 23 | 64% | 0 | 0% | 36 |

Fonte: Dados apurados através do questionário

Anexo VI

As relações sintagmáticas e paradigmáticas da palavra *Fofoca*



Fonte: Dados apurados através do questionário

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
A LEXICOGRAFIA
SOB A ÓTICA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Glauciane da Conceição dos Santos Faria (UFMG)
glaucianecsantos@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o desenvolvimento de uma atividade escolar realizada para a disciplina de língua portuguesa pelos alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola da rede privada de ensino, localizada na cidade de Ponte Nova/Minas Gerais. Não raras vezes, o fazer acadêmico na área das licenciaturas, principalmente, artigos, ensaios, dissertações e teses distanciam-se em muito do que é realmente realizado na prática em sala de aula. Com o intuito de aproximar os alunos do ensino fundamental II dos estudos propostos pela lexicografia, foi desenvolvido um trabalho que proporcionou aos discentes a realização de pesquisa voltada para a construção de verbetes com os termos utilizados no mundo do futebol de salão - futsal. Os alunos pesquisaram termos utilizados no dia a dia do esporte e, ao final, construíram um pequeno glossário com as palavras e expressões selecionadas.

Palavras-chave: Léxico. Lexicografia. Ensino de língua materna.

1. Introdução

Não raras vezes, o fazer acadêmico na área das licenciaturas, principalmente, artigos, ensaios, dissertações e teses distanciam-se em muito do que se realiza na prática em sala de aula.

Neste trabalho, apresentaremos uma experiência desenvolvida com alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola da rede particular de ensino da cidade mineira de Ponte Nova.

De acordo com Maria Tereza Camargo Biderman (1993, p. 23), “o lexicógrafo faz uma análise semântica da palavra a ser definida”, ele deve ser rigoroso na definição, não se valendo de adivinhação.

Segundo Francisco da Silva Borba e Mauro de Salles Villar (2011, p. 17), o lexicógrafo “terá de ocupar-se do léxico em circulação: para montar seu dicionário, terá que levantar primeiro as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do léxico”.

Procuramos, com essa atividade, não apenas aproximar os alunos de um trabalho desenvolvido apenas por especialistas, mas também levá-los a perceber o quão difícil é a tarefa de produção de um dicionário.

2. *Lexicologia*

A definição do termo “lexicologia”, sua legitimidade como ciência e sua área de alcance foram muito discutidas pelos estudiosos, pois, pelo fato de o léxico ser um sistema em expansão, por isso aberto, é difícil de ser sistematizado e estruturado em regras.

É necessário que o léxico seja entendido também como o conjunto de vocábulos que estão retidos na memória de cada indivíduo e que possibilita, a cada ato de fala, a transmissão de pensamentos, desejos, ideias, emoções.

Para Maria Tereza Camargo Biderman (1978, p. 81) “a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos – as palavras”. Aliás, em torno do conceito de palavra existem definições controversas, tendências e terminologias, quanto à sua concepção e uso. De acordo com Maria Tereza Camargo Biderman (1978, p. 73), “a noção de palavra varia conforme o nível de consciência do falante”.

Mário Vilela (1979, p. 17) considera que a palavra é o elemento significativo que constitui o sistema fundamental da língua. Reconhece as várias acepções dadas e elucida: “Se a palavra é difícil de definir, a intuição dos falantes apercebe-se dela e assegura que ela existe”.

O estudo lexicológico moderno parte da noção da palavra como unidade de significação formada por elementos foneticamente articulados e inseparáveis, com possibilidades de substituição em vários níveis. Recebe propostas das mais variadas correntes da linguística.

De acordo com Raquel Pires Costa (2012, p. 38)

Considerando-se a estreita relação entre história da língua e história de um grupo social, o léxico de uma língua simboliza, sobretudo, um patrimônio cultural, pois o universo vocabular de um grupo sintetiza a maneira e a forma com que seus membros estruturaram o mundo que os rodeia e designaram as diferentes esferas do conhecimento.

Para Aparecida Negri Isquierdo e Maria da Graça Krieger (2004, p. 11), o homem vale-se da palavra para nomear e caracterizar o mundo pelo qual está rodeado, através dela o ser humano

exerce seu poder sobre o universo natural e antropológico, registra e perpetua a cultura. Assim, o léxico como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades no decurso da história, razão por que estudar o léxico implica também resgatar a cultura.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Vander Lucio de Souza (2008, p. 21), diante do enfoque do léxico perante a interação do homem com seu meio, destaca que:

por meio do léxico, a língua revela características peculiares do local onde se vive como, também, das crenças e costumes de um grupo social. No ato de nomear, conservando ou criando palavras, ou mesmo no ato de se comunicar, é que se evidencia a importância do léxico, o seu papel como elemento revelador de aspectos socioculturais de uma comunidade.

3. *Lexicografia*

De acordo com Telmo Verdelho (2002, p. 15),

A lexicografia começou a estruturar-se como disciplina linguística desde a primeira metade do século XVI, em vários centros humanísticos europeus. Foi inicialmente motivada pelas solicitações do ensino do latim como língua não materna, e encontrou, na técnica tipográfica, uma condição determinante para a sua configuração e difusão. (VERDELHO, 2002, p. 15)

Ainda segundo o autor, as emergências da escrita entre os vernáculos europeus juntamente com a escolarização do latim, desde a Idade Média, deram origem à dicionarização das línguas vulgares. E o exercício da escrita suscitou uma necessária reflexão gramatical e automaticamente uma produção metalinguística, com destaque para a elaboração de tipo lexicográfico.

Mas a lexicografia surge na verdade quando começa a aflorar os vocabulários bilíngues, que acabaram por colocar em confronto o latim e as línguas vulgares.

De acordo com Aparecida Negri Isquierdo e Maria da Graça Krieger (2004, p. 12), a lexicografia pode ser definida como uma disciplina que se dedica às “técnicas do labor dicionarístico”, isso inclui análise de dicionários, “o estudo de metodologias e princípios teóricos para a sua elaboração e estruturação e o debate dos principais problemas teórico-práticos subjacentes à sua produção”.

A lexicografia divide-se em lexicografia teórica e lexicografia prática, sendo a primeira responsável pelas questões ligadas à elaboração de dicionários, e, a segunda, foco deste trabalho, ocupa-se com a descrição do léxico e produção de vocabulário, glossários e dicionários.

Para muitos, não há diferença entre vocabulário, glossário e dicionário e essa é uma das questões estudadas pela lexicografia e lexicologia.

De acordo com Raquel Pires Costa (2012, p. 41):

em relação ao registro, os glossários podem registrar uma parcela maior ou menor do léxico total de uma língua ou referir-se a uma determinada região, tarefa esta reservada para o que Haensch denomina “dicionários regionais”. Podem ainda ter caráter prescritivo, determinando a forma considerada correta de uma palavra ou frase ser empregada, ou ter caráter descritivo, registrando como os itens lexicais tais quais são de fato utilizados.

Neste trabalho, apresentaremos um pequeno glossário construído por alunos do 9º do ensino fundamental de uma escola da rede particular na cidade mineira de Ponte Nova.

3.1. Descrição metodológica do trabalho desenvolvido

De acordo com Antônio Luciano Pontes e Márcio Sales Santiago (2009, p. 105), pesquisas em salas de aulas constataram que o aluno fica frustrado quando tem a necessidade de fazer uso do dicionário, visto que não é bem orientado a como manuseá-lo e a fazer pesquisas utilizando-o como instrumento. Os autores explicam que essa situação pode ser justificada principalmente “pelo fato de o professor não se formar bem teórica e metodologicamente, para o trabalho com o dicionário em sala de aula”. (PONTES & SANTIAGO, 2009, p. 15)

Com o desenvolvimento deste trabalho, pretendíamos, dentre outros objetivos, aproximar, de uma maneira diferente, nossos alunos de uma obra dicionarística e ainda mostrar a eles que um dicionário nos oferece a possibilidade de pesquisarmos não apenas o significado de uma palavra, mas várias questões relativas à língua. Também tínhamos como finalidade fazê-los perceber que o trabalho de um lexicógrafo não é tão fácil como muitos imaginavam.

O início do trabalho se deu através de uma discussão realizada em sala de aula, com duas turmas de 9º ano do ensino fundamental, nas aulas de língua portuguesa, sobre o fazer lexicográfico.

Ao serem questionados sobre as informações contidas em um dicionário, os alunos deram-se conta de que essa obra metalinguística traz informações que vão muito além da “simples” definição de uma palavra. Foram realizados alguns testes em sala, e os docentes perceberam também que definir não era algo tão simples como parecia, ou como imaginavam.

A partir dessa constatação, foi apresentado o plano de trabalho que os alunos deveriam desenvolver.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O primeiro passo consistia na escolha do aluno em desenvolver o trabalho sozinho ou em grupo, pois as regras permitiam que a atividade fosse desenvolvida por equipes de até três componentes.

O segundo passo consistia na escolha, dentro de um número de opções, do tema que seria trabalhado. A proposta a eles apresentada era a de que deveriam escolher um esporte com o qual pelo menos um integrante do grupo tivesse um contato de forma direta ou indireta e, a partir daí, construíssem um dicionário, com um mínimo de 15 entradas, dos termos e definições utilizados naquela modalidade esportiva.

Foram escolhidos cinco esportes: handebol, vôlei, tênis, natação e futsal. Neste trabalho, optamos por desenvolver apenas o dicionário referente ao futsal, pois, talvez por ser o mais popular e o mais praticado pelos alunos, foi, por eles, a modalidade mais escolhida.

4. *O léxico do futsal*

4.1. O futsal – breve histórico

De acordo com informações encontradas no site da Confederação Brasileira de Futebol de Salão, existem duas versões distintas para explicar o surgimento do esporte.

A primeira, considerada a mais provável, é a de que o futsal foi inventado na Associação Cristã de Moços de Montevidéu, em 1934, no Uruguai, pelo professor Juan Carlos Ceriani, que deu, ao novo esporte, o nome de “*Indor-foot-ball*”.

Uma segunda versão defende que o futebol de salão começou a ser jogado por frequentadores da Associação Cristã de Moços, em São Paulo (SP), por volta de 1940. Devido à grande dificuldade em encontrar campos de futebol abertos para poderem jogar, os homens começaram a realizar “as peladas” nas quadras de basquete e hóquei.

Inicialmente, as equipes eram compostas de cinco, seis ou sete jogadores em cada, mas logo ficou definido o número de cinco jogadores em quadra por time. As bolas, feitas de serragem, crina vegetal, apresentavam o problema de frequentemente saírem da quadra por saltarem muito. Diante desse empecilho, as bolas tiveram seu tamanho reduzido e o peso aumentado, por isso o futebol de salão era chamado de “esporte da bola pesada”.

4.1.1. O futsal no Brasil

Ainda de acordo com o site da Confederação Brasileira de Futebol de Salão, “o então presidente da Confederação Brasileira de Desportos, CBD, Sylvio Pacheco criou o Conselho Técnico de Assessores de Futebol de Salão para conciliar divergências e dirigir os destinos do futebol de salão no Brasil”.

A primeira tentativa de se fundar a Confederação Brasileira de Futsal se deu em 1957, em Minas Gerais, porém não foi acatada pelo Conselho Nacional de Desportos. Em 1979, em 15 de junho, através de uma Assembleia Geral foi fundada a Confederação Brasileira de Futebol de Salão.

Em 1989, foi realizada, na Holanda, a 1ª Copa do Mundo de Futsal da Fifa (Federação Internacional de Futebol), e o Brasil sagrou-se campeão sendo representado pela equipe do Bradesco.

A partir de 1992, as Copas do Mundo de Futsal da Fifa passaram a ser realizadas de quatro em quatro anos. O Brasil é o país que mais vem se destacando na modalidade, além da vitória em 1989, venceu o Mundial nos anos de 1992, 1996, 2008 e 2012, quando a equipe venceu o maior rival brasileiro, o time espanhol.

5. A definição lexicográfica construída pelos alunos

Para a construção do glossário, os alunos deveriam escolher pelo menos 15 lexis ou expressões utilizadas pelos profissionais ou praticantes do esporte por eles escolhido. Deveriam, ainda, construir uma definição para cada uma das palavras, apresentando o sentido que ela tem dentro de sua área, com uma redação construída por eles, ou seja, não era permitido copiar definições prontas.

Pelo menos 7, das 15 palavras, deveriam apresentar uma abonação, ou seja, deveriam utilizar frases reais, empregadas no dia a dia.

De acordo com a proposta de trabalho apresentada, os alunos deveriam montar um pequeno glossário, neste deveria conter, além da palavra (entrada), a divisão silábica, a classe gramatical, a definição de acordo com o sentido que a palavra assume no contexto em que foi ouvida e uma frase que tenham ouvido a palavra aplicada que serviria como exemplo.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

A título de exemplificação, apresentaremos a seguir os verbetes construídos pelos grupos que definiram por trabalhar (usando as palavras deles) com “os conceitos das palavras usadas no dia a dia do futsal”.

A

Ala – a.la – substantivo: posição na qual o jogador tem a função de avançar pelas laterais da quadra.

Ex.: Thiago é um ala esquerdo.

Ataque – a.ta.que – substantivo: quando uma equipe sobe com seus jogadores e vai em direção ao gol adversário buscando fazer um gol.

Ex: O time de Thiago atacou.

B

Balanço Defensivo – ba.lan.ço de.fen.si.vo – substantivo: em um ataque, um determinado jogador fica na zona defensiva para evitar um contra-ataque da equipe adversária.

Ex.: Matteus faz o balanço defensivo na cobrança do escanteio.

C

Chute cruzado – chu.te cru.za.do – substantivo: É quando um jogador chuta rumo a trave oposta atravessando a área.

Ex.: André vai até fundo da quadra e chuta cruzado.

Contra-ataque: con-tra a-ta-que, composto: O adversário rouba a bola durante um ataque da equipe adversária e realiza um novo ataque a partir deste.

Ex.: O time Matteus contra-atacou a equipe de André.

D

Defesa: de-fe-sa, substantivo: Ocorre quando uma equipe se posiciona logo a frente da área do seu goleiro tentando não sofrer gols.

Ex.: O time de André está na defesa.

E

Escanteio: es-can-tei-o, substantivo: Quando um jogador chuta na sua linha de fundo.

Ex.: Thiago cobrou o escanteio.

F

Falta: fal-ta, substantivo: Quando um jogador comete uma infração contra um jogador da equipe adversária.

Ex.: Matteus cometeu uma falta em André.

G

Gol: gol, substantivo: Um tipo de pontuação no futsal. Quando a bola ultrapassa a linha demarcada entre as três traves.

Ex.: O Brasil fez um gol.

Goleiro: Go-lei-ro, substantivo: Posição na qual um jogador (goleiro) fica sob as traves, tentando evitar o gol da equipe adversária.

Ex.: Fábio é um grande goleiro.

J

Jogo: Jo-go, substantivo: Evento de 50 minutos que se divide em 2 tempos podendo ocorrer uma prorrogação caso o jogo empate mesmo com os dois tempos.

Ex.: Brasil ganhou o jogo.

L

Lateral: La-te-ral, substantivo: Quando um jogador qualquer desvia a bola para a linha dos cantos da quadra.

Ex.: André desviou a bola para a lateral.

M

Meio campo: me-io cam-po, composto: Círculo que se localiza no centro exato da quadra.

Ex.: Rola a bola no meio campo.

P

Passe: Pas-se, substantivo: Quando um jogador passa a bola pra o outro.

Ex.: Thiago deu um passe para Matteus.

Padrão Redondo: Pa-drão re-don-do, composto: Uma jogada utilizada no futsal para confundir a marcação adversária.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ex.: Rivo usa o padrão redondo em seus jogos.

Pivô: Pi-vô, substantivo: Jogador que tem a função de proteger a bola e tentar fazer o gol.

Ex.: Marcos Oleriano é um bom pivô.

R

Rodízio: Ro-dí-zio, substantivo: Jogada em que consiste em fazer uma triangulação para confundir a marcação.

Ex.: Rivo usa o rodízio em seus jogos.

T

Técnico: téc-ni-co, substantivo: Integrante de um time que controla as substituições e as táticas utilizadas no jogo.

Ex.: Rivo é o técnico da escola.

6. *Considerações finais*

De acordo com Francisco da Silva Borba (2011, p. 18), o avanço tecnológico veio facilitar o trabalho do dicionarista, porém não amenizou muito sua carga específica. O dicionário é uma obra coletiva, por isso umas das maiores dificuldades para sua confecção, por variados motivos, é a formação de equipes.

Para este trabalho, mesmo que numa escala infinitamente menor que um dicionário, algumas dificuldades também foram encontradas, no início da formação dos grupos, na escolha do assunto a ser trabalhado, na divisão das tarefas e, principalmente, na construção das definições.

O resultado apresentado aqui é apenas uma amostra do que pode ser desenvolvido, apenas uma ideia sobre como levar efetivamente a lexicografia para a sala de aula, uma forma de fazer com que os alunos enxerguem o dicionário de uma maneira diferente daquela que a maioria das pessoas vê.

Ao final do trabalho, os alunos também fizeram suas considerações, relataram que aprenderam muito ao desenvolver a pesquisa, perceberam que as palavras não existem aleatoriamente, muitas são bastante específicas. E para finalizar, um grupo escreveu “o mais interessante é que podemos escolher escrever sobre coisas que gostamos, a maior dificuldade é achar um significado ideal para cada termo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *A definição lexicográfica*. Cadernos do IL, Porto Alegre, v.10, p.23-43, 1993.

_____. *Teoria linguística: linguística brasileira e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

COSTA, Raquel Pires. *Um estudo linguístico no litoral maranhense: léxico e cultura dos pescadores do município de Raposa*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004.

PONTES, Antônio Luciano; SANTIAGO, Márcio Sales. *Crenças de professores sobre o papel do dicionário no ensino de língua portuguesa*. In: COSTA DOS SANTOS, F. J. (Org.). *Letras plurais: crenças e metodologias do ensino de línguas*. Rio de Janeiro: CBJE, 2009, p. 105-123.

SOUZA, Vander Lucio de. *Caminho do boi, caminho do homem: o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VERDELHO, Telmo. *Dicionários portugueses: breve história*. In: _____. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

VILELA, Mário. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Almedina, 1979.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
UM ESTUDO DO CAMPO LEXICAL
DOS ALIMENTOS PURAMENTE AFRICANOS
EM A ARTE CULINÁRIA NA BAHIA, DE MANUEL QUERINO

Lise Mary Arruda Dourado (UNEB/UNIME)

lisearruda@gmail.com

*Cada terra com seu uso
– é da sabedoria popular.*

(Manuel Querino)

RESUMO

Neste artigo, propõe-se como objetivo apresentar uma análise do campo lexical “dos alimentos puramente africanos” presentes no livro *A arte culinária na Bahia*, de Manuel Querino (1928), um precioso inventário comentado de receitas tradicionais da cozinha baiana. Antes, foram executados os procedimentos metodológicos: revisão de literatura; levantamento das lexias da culinária baiana na referida obra de Manuel Querino; organização e glosas dessas lexias; a classificação das mesmas em macrocampos lexicais – dos manjares; dos processos e métodos; dos utensílios; dos ingredientes. Esses macrocampos foram ainda subdivididos em microcampos, nos quais as lexias se dispõem hierarquicamente, trazendo ao leitor uma ideia detalhada dessa culinária, a exemplo do macrocampos dos manjares, que se subdivide no microcampo “dos alimentos puramente africanos”, *corpus* desta pesquisa, e no “dos alimentos propriamente baianos”, assim definidos pelo autor. A fim de atingir os objetivos propostos, utilizaram-se como fundamentação: a teoria dos campos lexicais, proposta por Eugénio Coseriu (1977); o conceito de identidade a partir da língua, de Kanavillil Rajagopalan (2004); o estudo do léxico de cozinha conforme Celina Márcia de Souza Abbade (2003, 2009). Foram também consultados compêndios lexicográficos: os dicionários de línguas africanas (FONSECA JÚNIOR, 1983; LOPES, 2003); o vocabulário afro-brasileiro (CASTRO, 2001); entre outros. Com os resultados, espera-se alargar e espalhar as discussões sobre a identidade cultural do povo baiano presente no léxico referente à sua alimentação, tão bem traduzida pelo olhar sensível e pioneiro de Manuel Querino.

Palavras-chave: Teoria dos campos lexicais. Léxico afro-brasileiro.
Culinária baiana. Identidade.

1. Considerações iniciais

A epígrafe deste artigo menciona aquilo que é próprio, que identifica um povo e a sua terra: o uso, seja ele dos alimentos, das músicas, da oralidade, da escrita, das artes etc. Manoel Querino se refere aos alimentos, mas o mesmo pensamento pode se aplicar às palavras. No processo

de construção de identidades, o indivíduo lança mão da sua capacidade de se comunicar por meio das palavras para, a partir delas, tecer suas convicções, defender suas crenças, construir a sua história pessoal e a do seu povo. A construção de identidades, então, dá-se por meio da linguagem, e, dessa forma, pode-se afirmar que ela é (re)construída a todo momento.

Kanavilil Rajagopalan (2004) postula que as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas, e isso, por sua vez, significa que as identidades em questão estão sempre em um estado de fluidez, ideia também comungada por teóricos dos Estudos Culturais, que discutem identidade pós-moderna, tais como Stuart Hall (2002) e Homi K. Bhabha (1998). A mobilidade das identidades não é algo novo, o que surpreende é a velocidade com que se deslocam, retornam e se transformam. Dessa forma, vão sendo construídas pelo somatório de elementos simbólicos, entre eles, o léxico, podendo a identidade ser entendida como um todo integrado.

De acordo com Nestor Garcia Canclini (2005), a identidade é mutável, poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas. Na sociedade pós-moderna, considerando as fragmentações e os deslocamentos culturais causados pela globalização, com o alcance e a velocidade vertiginosa das novas tecnologias da comunicação, o sujeito adquire diferentes identidades de acordo com seu meio e função social.

A globalização possibilitou experiências inter e multiculturais. As informações e experiências referentes às diversas culinárias do mundo são cada vez mais acessadas e/ou vivenciadas pelos leitores e comensais. Acessar *sites* de culinária mundial, ler obras da literatura gastronômica de vários países, viajar pelo mundo ou mesmo frequentar restaurantes de culinárias diversas são ações que ampliam tanto o repertório léxico quanto gastronômico do indivíduo. Elementos mesclados e apreendidos de várias culturas passam a compor a identidade do indivíduo, cada vez mais “do mundo”, no entanto, tão ou mais importante que se inserir como sujeito na aldeia global é se (re)conhecer como sujeito local, identificando o que é próprio do seu povo.

A partir de estudos lexicais, pode-se conhecer a cultura de um povo, seus modos de viver, seus usos e costumes. O estudo do léxico da cozinha de um povo, então, pode revelar hábitos alimentares, com os quais também é possível vislumbrar a sua identidade cultural. Conforme Ma-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

noel Querino (2011), não apenas grupos étnicos, mas também nações e países são definidos pelas iguarias preponderantes na alimentação de suas gentes ou características de suas cozinhas. Já o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1964) defendeu que, ao se perceber a lógica e o conteúdo da alimentação, a ordem que regula a comida, a mesa – o que se come, como se come, com quem se come, a lógica dos lugares e funções à mesa – alcança-se um saber antropológico decisivo. Dolores Freixa e Guta Chaves (2015) sustentam que a Gastronomia é um inventário patrimonial tão importante culturalmente quanto os museus, as festas, as danças e os templos religiosos.

Neste artigo, tem-se o objetivo de apresentar uma análise do campo lexical “dos alimentos puramente africanos” presentes na 3ª edição¹⁴ de *A Arte Culinária na Bahia*, de Manuel Querino (2011), um precioso inventário comentado de receitas tradicionais da cozinha baiana, escolhido como texto de base para esta pesquisa, por se tratar de uma referência nos estudos da gastronomia baiana, graças ao olhar inaugural do seu autor, baseado em suas pesquisas e vivências pessoais no Recôncavo Baiano (LODY, 2011). Nesse livro, Manoel Querino – nascido em 1851, ainda na época da escravidão, tendo vivido e observado muitas maneiras de fazer, vender e consumir comida – relatou a culinária baiana como um patrimônio formado por contribuições do português, do indígena e do africano, distinguindo-as e registrando receitas, constituindo um memorial. Então, conhecer “os alimentos puramente africanos” é tomar ciência da herança cultural legada pelos povos de tradições yorubá-nagô, ewe-fon, banto e hauçá.

A fundamentação teórica deste texto foi edificada a partir dos seguintes constructos: a teoria dos campos lexicais, proposta por Eugenio Coseriu (1977); o conceito de identidade a partir da língua, de Kanavilil Rajagopalan (2004); o estudo do léxico de cozinha conforme Celina Márcia de Souza Abbade (2003, 2009). Foram também consultados compêndios lexicográficos: os dicionários de línguas africanas (FONSECA JÚNIOR, 1983; LOPES, 2003); o vocabulário afro-brasileiro (CASTRO, 2001); entre outros. Não foram consultados dicionários de língua portuguesa, haja vista a inexpressiva presença de termos de origem africana nos mesmos, conforme constatou Margarida Maria Taddoni Petter

¹⁴ Mediante a impossibilidade de acesso à 1ª edição, publicada postumamente em 1928 (Manoel Querino faleceu em 1923), optou-se pela 3ª edição, publicada em 2011, com apresentação e notas de Raul Lody (antropólogo, museólogo, estudioso em Gastronomia e curador do Museu de Gastronomia Baiana).

(2009), retomando a observação de Michel Laban (1999), segundo a qual “os empréstimos ficam à margem do sistema da língua portuguesa”, no nosso caso, a maioria deles fica restrita ao uso dos adeptos das chamadas religiões afro-brasileiras, como já bem explicou o trabalho de Yeda Pessoa de Castro (2001)”. (PETTER, 2009, p. 166). E “os alimentos puramente africanos”, assim classificados por Manoel Querino, sobreviveram exatamente nas cozinhas dos templos das religiões afro-brasileiras: nos terreiros. Vale ressaltar que nem todos esses alimentos migraram das cozinhas dos terreiros para as mesas das residências e restaurantes da Bahia, sobretudo, de Salvador e Recôncavo, sendo algumas dessas iguarias ainda desconhecidas por muitos baianos. Conhecer os nomes e as definições dos “alimentos puramente africanos” que compõem a culinária da Bahia é uma forma de reconhecer elementos de herança africana que integram a identidade cultural baiana: eis a justificativa da proposta de pesquisa deste artigo.

Celina Márcia de Souza Abbade (2015), ao revisitar a teoria dos campos lexicais para discorrer sobre as suas aplicações, lembra que, na lexicática, estudo de uma semântica estrutural do significado léxico, Eugenio Coseriu (1977) propôs a estruturação das lexias em campos lexicais, de modo que um campo se estabeleça por meio de oposições simples entre as palavras, e se encerre quando uma nova oposição exigir que o valor unitário se converta em traços distintivos, em que não apenas as palavras se opõem entre si, mas uma oposição de ordem superior opõe campos lexicais distintos. Eugenio Coseriu, então, conceitua campo léxico, do ponto de vista estrutural, como “um paradigma léxico que resulta da repartição de um conteúdo léxico contínuo entre diferentes unidades dadas na língua como palavras e que se opõem de maneira imediata umas a outras, por meio de traços distintivos mínimos”. (COSERIU, 1977, p. 146)

Neste artigo, aplica-se a teoria dos campos lexicais, proposta por Eugenio Coseriu (1977), em que as oposições semânticas de um campo léxico determinam suas relações internas, no que diz respeito à estrutura de conteúdo. Se, por exemplo, no campo lexical *dos alimentos puramente africanos*, as unidades léxicas têm como zona de significação comum a função (de alimentar) e a origem (africana), apresentam, por sua vez, oposições imediatas entre si: algumas são classificadas como alimentos crus; outras como alimentos cozidos; algumas como alimentos fritos; outras como alimentos torrados; outras como bebidas. São apontados alguns critérios para a tipologia do campo coseriano pelo seu autor: primei-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ramente, tipos de oposições formais podem funcionar em um mesmo campo e servem para caracterizar microcampos. Em segundo lugar, mesmo que caracterizem campos inteiros, os tipos formais de oposição servem para distinguir subtipos de campos (os microcampos), mas não os tipos principais que englobam esses subtipos. E, por último, o tipo de relação existente entre os significados e sua expressão pertence, também, às relações formais internas de um campo.

Coseriu chegou a uma primeira classificação dos campos léxicos, segundo sua configuração, seu objetivo e sua expressão. O autor assegura que a maneira como as lexias estão ordenadas e como se relacionam entre si depende de dimensões semânticas e, em segundo lugar, dos tipos formais de oposições estabelecidas de acordo com essas dimensões. Como exemplo, pode-se citar como as lexias do microcampo dos alimentos cozidos a fervura foram ordenadas: hierarquicamente, de acordo com o critério da ação mecânica no preparo, em ordem decrescente, dos que mais sofrem aos que menos sofrem atrito, como será mostrado mais adiante.

A fim de atingir o objetivo proposto neste artigo, foram executados os procedimentos metodológicos: revisão de literatura; levantamento das lexias do campo da culinária baiana na referida obra de Manoel Querino; organização e classificação das mesmas em macrocampos lexicais – dos manjares; dos processos e métodos; dos utensílios; dos ingredientes – conforme Celina Márcia de Souza Abbade (2009), bastante condizente com a definição de culinária¹⁵ por Dolores Freixa e Guta Chaves (2015). Esses macrocampos foram ainda subdivididos em microcampos, a exemplo do macrocampo dos manjares, que se subdividiu no microcampo “dos alimentos puramente africanos”, *corpus* desta pesquisa, e no microcampo “dos alimentos propriamente baianos”, assim definidos pelo autor. Em outras palavras, neste artigo, os estudos lexicais se restringem ao campo “dos alimentos puramente africanos”. As lexias foram estruturadas em campos lexicais e glosadas (evidenciando sua classificação gramatical e conceitualização, mas suprimindo exemplos do texto de base, já que os nomes dos alimentos aparecem como títulos das receitas).

¹⁵ “Cozinha e culinária são sinônimos. Ambos os termos se referem ao conjunto de utensílios, ingrediente e pratos característicos de um país ou de determinada região”. (FREIXA & CHAVES, 2015, p. 18)

2. O campo lexical dos alimentos puramente africanos

Nesta seção, analisa-se o campo lexical dos alimentos puramente africanos em *A Arte Culinária da Bahia*, de Manoel Querino (1928), dos seus macrocampos e microcampos, os quais totalizam vinte e nove lexias, conforme evidência o quadro abaixo:

| MACROCAMPO LEXICAL | MICROCAMPO LEXICAL | MICROCAMPO LEXICAL | LEXIAS | TOTAL DE LEXIAS |
|--------------------|--------------------|--------------------|---|-----------------|
| SECOS | – | – | <i>Efum-oguedé</i> | 01 |
| COZIDOS | A VAPOR | – | <i>Abará</i> <i>Eruru</i> | 02 |
| | A FERVURA | PILADOS | <i>Olubó</i> <i>Bolas de inhame</i> <i>Ebó</i> | 03 |
| | | DELIDOS | <i>Arroz de Hauçá</i> <i>Bobó de inhame</i> <i>Ipetê</i> <i>Açaçá</i> <i>Aberém</i> <i>Massa</i> | 06 |
| | | ESPARREGADOS | <i>Ejô</i> <i>Caruru</i> <i>Latipá</i> <i>Amori</i> | 04 |
| | | FRACIONADOS | <i>Xinxim</i> | 01 |
| | | ÍNTEGROS | <i>Feijão de azeite</i> <i>Umulucu</i> | 02 |
| Fritos | SALGADOS | – | <i>Acarajê</i> <i>Erampatere</i> | 02 |
| | DOCES | – | <i>Eguedê</i> | 01 |
| TORRADOS | SALGADOS | – | <i>Efum-cum</i> | 01 |
| | DOCES | – | <i>Ado</i> | 01 |
| BEBIDAS | NÃO FERMENTADAS | – | <i>Denguê</i> <i>Aberém</i> <i>Massa</i> | 03 |
| | FERMENTADAS | – | <i>Aluá</i> <i>Vinho de dendê</i> | 02 |
| TOTAL | | | | 29 |

Quadro 1 – Campo lexical dos alimentos propriamente africanos em *A arte culinária na Bahia*. Fonte: DOURADO (2016)

O campo lexical dos “alimentos puramente africanos” se subdivide em cinco macrocampos lexicais: dos alimentos secos; dos alimentos cozidos; dos alimentos fritos; dos alimentos torrados; das bebidas. Esses, em sua maioria, subdividem-se em microcampos, nos quais as lexias se dispõem hierarquicamente, possibilitando ao leitor uma ideia geral dessa culinária.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Também, nesta seção, arrolam-se as 29 lexias dos “alimentos puramente africanos”. No quadro anterior e na organização das entradas lexicais, registram-se as lexias na grafia utilizada no *corpus* de base, em negrito. A seguir, vêm: a abreviatura da etimologia¹⁶ entre parênteses; a abreviatura¹⁷ da sua classificação gramatical ou de expressão, também entre parênteses; o conceito; e informações mais detalhadas sobre a etimologia. Não são citados exemplos dessas lexias em trechos do texto de base, pois, em sua maioria, elas aparecem apenas como título da sua receita culinária.

2.1. Dos alimentos secos

No macrocampo dos alimentos secos, há apenas 1 lexia: *efum-oguedé*. Definem-se como alimentos secos os que são deitados ao sol para secar. Essa técnica de secagem é antiga e foi muito usada pelos africanos, trata-se da desidratação dos alimentos causada pelo calor do sol, o que aumenta a sua conservação. Por vezes, tal técnica antecede a pilagem, em que os alimentos secos são moídos no pilão, até que formem as farinhas (*efum*) e farofas.

Efum-oguedé (kwa) (exp.) – farinha de banana de São Tomé, seca ao sol, pilada e peneirada. Efum vem do étimo yorubá *iyè fun*, que significa farinha, e oguedé, do yorubá *ogEdE*, banana. (CASTRO, 2005 [2001], p. 226)

2.2. Dos alimentos cozidos

No macrocampo dos alimentos cozidos, há 18 lexias, que se subdividem em dois microcampos: a vapor, contendo 2 lexias; e a fervura, contendo 16. As lexias referentes aos alimentos cozidos a vapor foram organizadas de acordo com o critério da ordem do preparo. Na organiza-

¹⁶ Neste artigo, evidenciam-se as etimologias e suas abreviaturas conforme sugeriu Yeda Pessoa de Castro: “[...] a ordem de apresentação dos étimos africanos está de acordo com a precedência histórica de introdução das línguas bantas (Kik.= Kikongo, Kimb.= Kimbundo, Umb.= Umbundo) e Kwa (Fon, Yor.= Yorubá) no Brasil. [...] O Umbundo só é indicado, eventualmente, para reforçar as etimologias; essas *etimologias*, em alguns casos, são *lexemas portugueses*, já importados pelas línguas africanas quando foram introduzidas pelos seus respectivos falantes no Brasil (Cf. *caluço* < Port. arroz) FB = formação brasileira (híbridos, decalques, derivados)”. (CASTRO, 2005 [2001], p. 131-132, grifos da autora)

¹⁷ Abreviaturas: (s.f.) = substantivo feminino; (s.m.) = substantivo masculino; (exp.) = expressão.

ção hierárquica, optou-se por iniciar com o *abará*, já que se pode dizer que o preparo do *eruru* é posterior ao (tem a mesma base) do *abará*, ou seja, o *eruru* é uma espécie de farofa de *abará*, sendo que o azeite de dendê não é incorporado à massa antes do cozimento a vapor, mas sim posteriormente, ou seja, só se refoga a massa no dendê após a mesma ser cozida e esfarofada.

As lexias do microcampo dos alimentos cozidos a fervura foram organizadas de acordo com o critério de ação mecânica no preparo, em ordem decrescente, dos que mais sofrem aos que menos sofrem atrito: dos pilados (*olubó*, *bolas de inhame e ebó*); dos delidos (*arroz de hauçá*, *bobó de inhame*, *ipetê*, *acaçá*, *aberém*, *massa*); dos esparregados (*efó*, *caruru*, *latipá*, *amori*); dos fracionados (*xinxim*); dos íntegros (*feijão de azeite*, *umulucu*).

Consideram-se pilados os alimentos que sofrem atrito provocado por uma força mecânica advinda da “mão” do pilão, resultando na moagem desses alimentos, reduzidos a pó. Delidos são os alimentos de aspecto empapado, causado pela ação mecânica de mexer com colher de pau, ao longo do processo de cozimento. Esparregados são os alimentos guisados, à base de folhas – língua-de-vaca, taioba, quióiô, capeba, bredo de Santo Antônio, mastruço, sabugueiro, erva-de-Santa Maria, mostarda etc. (VIANNA, 1955) – ou quiabos, que sofrem ação mecânica, são picados e/ou espremidos, e também mexidos com colher de pau. Chamam-se fracionados os alimentos cortados, divididos em pedaços antes de cozinhar. Consideram-se íntegros os alimentos que pouco sofrem ação mecânica, mexidos suavemente com a colher, mantendo íntegra a sua aparência. Enquanto no *feijão de azeite*, após o seu cozimento ideal, é possível ver seus grãos, no *olubó*, após seu cozimento, não se percebem pedaços da mandioca no pirão.

Registra-se a presença do esparregado de ervas com o nome de *calulu* na África Ocidental e Oriental, sendo preparado em Angola, Congo, Cabinda, São Tomé e Moçambique. É denominado *funji de peixe* em Angola, e *obbe*, em Daomé e Nigéria. Aqui no Brasil, os esparregados ganharam denominações específicas: o de quiabo passou a se chamar *caruru*; o de língua da vaca, ou taioba, ou bredo, passou a se chamar *efó*; e o de mostarda, *latipá* ou *amori*. (RADEL, 2012)

Os alimentos pilados, delidos e esparregados demandavam muita força de trabalho de quem os preparava antigamente, quando se usavam pilão, pedra de ralar e colher de pau. Conforme Guilherme Radel (2012),

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

há dois tipos de colher de pau: as mais usadas são talhadas em madeira branca, leve e macia (como a de jenipapeiro). Mesmo com as colheres de pau mais leves, o preparo da maioria dessas comidas exige força braçal. Outro exemplo de trabalho árduo é o processo de pilar massas, o qual ocupava duas mulheres, “uma batendo com a mão-de-pilão, e a outra trazendo a massa para o centro do pilão, para impedir que a massa se grude às paredes do pilão, mergulhando a mão na água, de minuto a minuto”. (RADEL, 2012, p. 27)

Há quem diga que esses tantos alimentos de consistência amolecida (pilados, delidos, esparregados) caracterizem o povo baiano como “preguiçoso”, por poupar o trabalho da mastigação pelo comensal. No entanto, nota-se que o trabalho do preparo desses alimentos prova o contrário, ainda que o trabalho braçal tenha se reduzido pelas novas invenções tecnológicas de instrumentação e aparelhagem de cozinha. Na atualidade, o preparo de grande parte desses alimentos é facilitado pelo uso de fogões e fornos a gás e elétricos, e diversos eletrodomésticos, tais como máquina de moer, liquidificador, multiprocessador, mix, thermomix etc.

2.2.1. A vapor

2.2.1.1. Salgados

Abará (kwa) (s.m.) – bolo de feijão fradinho ralado na pedra, preparado com cebola, sal e azeite de dendê, envolvido em folha de bananeira e cozido a vapor. Origina-se do étimo fon *ablá*. Quando comida votiva de Xangô, chama-se *olelê*.

Eruru (kwa) (s.m.) – farofa preparada com a massa de feijão fradinho cozido a vapor, em folha de bananeira, e posteriormente esfarelada, podendo ser temperada com azeite de dendê e sal ou mel. É um prato também conhecido como *ecuru*, proveniente do étimo yorubá *èkuru*.

2.2.2. A fervura

2.2.2.1. Pilados

Olubó (kwa) (s.m.) – espécie de pirão preparado com a água fervente sobre a mandioca em pó, depois de esta ter secado ao sol, ter sido pilada e peneirada. Origina-se do étimo fon *libó* ou do yorubá *èlùbó*.

Bolas de inhame (F.B.) (exp.) – prato elaborado com inhame descascado, cozido com sal, pilado, cuja massa é enrolada com o formato de bolas. Essa expressão “bolas de inhame” é um aporte¹⁸ híbrido composto, formado pelos constituintes portugueses “bolas de” e pelo constituinte africano “inhame”, de origem controversa¹⁹.

Ebó (kwa) (s.m.) – iguaria preparada com milho branco pilado, cozido e, depois, acrescido de azeite de dendê ou de ouri, uma espécie de manteiga nativa originária da Nigéria e do Benin (CASTRO, 2001). É mais conhecido como ebô, originado do étimo yorubá *ègbô*. Sem azeite de dendê, trata-se de um alimento votivo de Oxalá. Com dendê, camarão seco, cebola e sal, é alimento de predileção de Yemanjá. (LODY, 2003)

2.2.2.2. Delidos

Arroz de hauçá (F.B.) (exp.) – iguaria preparada com arroz branco cozido na água e sal, mexido com colher de pau até que se torne delido, formando um só corpo, engrossado com um pouco de farinha de arroz, servido com camarões e cebolas, tudo ralado na pedra. Essa expressão “arroz de hauçá” é um aporte híbrido composto, formado pelo constituinte português “arroz”, de origem árabe (*arruzz*), e pelo constituinte africano “hauçá”²⁰ (*hausa*).

Bobó de inhame (F.B.) (exp.) – espécie de purê preparado com inhame cortado em pequenos pedaços, cozidos e mexidos com colher de pau até que se torne delido, espesso, temperado com *efó*, um refogado de folhas (língua de vaca ou mostarda ou taioba) com camarões secos e

¹⁸ Conforme Yeda Pessoa de Castro (2001), o aporte linguístico ocorre quando um falar A (aqui, o português) utiliza e termina por constituir uma unidade ou um traço linguístico que existia antes em um falar B (aqui, cada língua africana em questão) e que A não possuía.

¹⁹ Nei Lopes, no *Novo dicionário banto do Brasil*, afirma que, “em línguas não-bantas como o uolofe, o peul e o serere. *nyam* é a raiz dos termos correspondentes ao português ‘comer’. Bernal advoga, para o cubano *ñame*, origem banta, quando escreve: ‘Las evidencias parecen señalar que es palabra de origem bantú, pues, segun Mendonza [...], proviene de la raiz *nyame*, comer, existente em todas las lenguas bantú, al decir de Meinhof. Ortiz recuerda que se utiliza en el Congo, por tanto se referirá al quicongo o al lingala’ (1987, p.105). Mas é o próprio Bernal quem escreve que Fernando Ortiz também assinala a ocorrência do termo no uolofe, língua sudanesa. (LOPES, 2003, p.118).

²⁰ Os hauçás eram um povo africano islamizado, proveniente do norte da Nigéria, que, no século XIX, em Salvador e seus arredores, promoveu uma série de insurreições dos escravizados, tendo sido a Revolta dos Malês a de maior destaque e importância. (CASTRO, 2001)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

dendê. A expressão “bobó de inhame” é um aporte híbrido composto, formado pelo constituinte africano “bobó” (de origem fon, *abobo*) + o constituinte português “de” + o constituinte africano “inhame” (de origem controversa).

Ipetê (kwa) (s.m.) – espécie de purê preparado com inhame cortado miúdo, cozido e mexido com colher de pau até perder a consistência, temperado com azeite de dendê, camarão, cebola e pimenta, estes últimos ralados na pedra. Origina-se do étimo yorubá *ìkpètɛ̀*. É comida votiva de Oxum.

Acaçá (kwa) (s.m.) – bolo de milho branco ralado na pedra, peneirado na urupema (espécie de peneira de palha), cozido em água fervente até alcançar um ponto grosso, tornando-se gelatinoso, envolvido, ainda quente, em folha de bananeira, depois de ligeiramente aquecida ao fogo. Origina-se do étimo fon *akasá* ou *akasã*.

Aberém (kwa) (s.m.) – bolo de milho branco moído, cozido com água fervente até tomar consistência de purê, enrolado em formato de bola do tamanho de um limão, envolvido em folhas de bananeira e amarrado com fibra de bananeira. Origina-se do étimo fon *àblohlèn*.

Massa (F.B.) (s.f.) – bolo de arroz ralado, cozido com água fervente até tomar consistência de purê, enrolado em formato de pequena bola, envolvido em polvilho de arroz. Segundo Manoel Querino (1928), trata-se de um alimento de predileção do negro muçulmano na Bahia. “Massa” é um decalque²¹ simples.

2.2.2.3. Esparregados

Efó (kwa) (s.m.) – guisado de folhas de língua de vaca ou mostarda ou taioba (cortadas, fervidas e escoadas previamente), temperado com camarões secos, cebola, pimenta, sal e azeite de dendê. Origina-se do étimo yorubá *ɛ̀fó*.

Caruru (banto) (s.m.) – guisado preparado basicamente com quiabos ou folhas verdes (mostarda oi taioba ou unha de gato, ou bertalia ou bredo de Santo Antônio) cortados miúdos, refogados com cebola, sal e cama-

²¹ De acordo com Yeda Pessoa de Castro (2001), o decalque linguístico ou aporte por tradução ocorre quando, a fim de denominar uma noção ou um objeto novo, uma língua A (aqui, o português) traduz uma palavra simples ou composta pertencente a uma língua B (aqui, as línguas africanas).

rões secos no azeite de dendê. Origina-se do étimo kikongo *kalulu* ou do étimo kimbundo *kalalu*.

Latipá (kwa) (s.m.) – iguaria preparada com folhas de mostarda fervidas inteiras e temperadas com cebola, sal, camarão e pimenta, depois, fritas no azeite de dendê. Origina-se do étimo yorubá *ìṣákápá*. É comida votiva de Omolu.

Amori (s.m.) – iguaria preparada com folhas de mostarda fervidas inteiras e temperadas com cebola, sal, camarão e pimenta, depois, fritas no azeite de dendê. Também conhecido como *latipá*. Não foi encontrada a etimologia de *amori*.

2.2.2.4. Fracionados

Xinxim (kwa) (s.m.) – guisado de galinha ou outra carne fracionada em pequenos pedaços, temperado com sal, cebola, camarões secos e azeite de dendê, ao qual se podem acrescentar pevides de abóbora ou melancia, tudo ralado na pedra. Origina-se do étimo yorubá *òṣìnṣìn*.

2.2.2.5. Íntegros

Feijão de azeite (F.B.) (exp.) – feijão fradinho cozido no azeite de dendê, temperado com sal, cebola e camarões secos ralados. O feijão não desmancha, mantém a sua aparência íntegra. A expressão “feijão de azeite” é um decalque composto, em que os seus três elementos são oriundos da língua portuguesa.

Umulucu (kwa) (s.m.) – feijão fradinho cozido no azeite de dendê, temperado com sal, cebola e camarões secos ralados. O feijão não desmancha, mantém a sua aparência íntegra. Suas variantes são omolocu, omulucu, omolucu, omolucum. Origina-se do étimo fon/ yorubá *molikún*. Apesar de o umulucu e o feijão de azeite terem sido apresentados como equivalentes por Manoel Querino, trata-se de pratos distintos. O umulucu é comida votiva de Oxum, enquanto o feijão de azeite é apenas uma comida cotidiana, havendo diferenças²² no modo de fazer, pois o primeiro obedece a um ritual religioso – desde a seleção dos melhores

²² “Fazer um feijão de azeite não é o mesmo que preparar um Omolocum. Enquanto, para se fazer o primeiro, somente se separa a sujeira, o segundo exige que se escolham os grãos maiores, perfeitos. Nada pode escapar, afinal Oxum liga-se à fecundidade”. (SOUSA JÚNIOR, 2006 [1999], p. 340)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ingredientes, a procedimentos próprios para a elaboração dos pratos, à pronúncia de palavras de encantamento –, e o segundo não.

2.3. Dos alimentos fritos

No macrocampo dos alimentos fritos, há 3 lexias, que foram subdivididas em dois microcampos, de acordo com o critério de sabor: salgados, contendo 2 lexias (*acarajé*, *erampatere*); doces, contendo 1 lexia (*eguedê*). Na organização hierárquica, optou-se por iniciar com os salgados, já que, historicamente, o uso do sal é mais antigo na culinária que o uso do açúcar.

Fritar é cozinhar em frigideira, tacho ou bacia metálica (como no caso do *acarajé*) com gordura fervente um alimento até que este cozinhe e ganhe aspecto corado. A cozinha africana do início do século XVI se baseava no assado, no tostado e no cozido. Os indígenas e os africanos não conheciam a arte da fritura. A religião muçulmana teve grande penetração na região do Daomé e da Nigéria, e seus seguidores – sob influência da cozinha árabe, em que predominava a fritura com azeite de oliva – devem ter levado para essa região a arte de fritar (RADEL, 2012). Em muitos pratos, o azeite de oliva foi substituído pelo azeite de dendê. O fato que também colaborou para que as frituras (*acarajé*, *erampatere*, *eguedê*, *peixe frito*, *passarinha*) passassem a compor a culinária afro-baiana ocorreu a partir do final do século XVI, quando o dendezeiro (originário da África Ocidental, ao longo do Golfo da Guiné) chegou à Bahia, no Recôncavo baiano.

2.3.1. Salgados

Acarajé (kwa) (s.m.) – bolo de feijão fradinho, preparado sem as cascas, moído e temperado com sal e cebola, frito no azeite de dendê. Origina-se do étimo fon *àklàjɛ* ou do étimo yorubá *àkàrà jɛ*.

Erampatere (kwa) (s.m.) – carne verde fresca, cortada em pedaços, temperada com sal e frita no azeite de dendê. Erampatere é um aporte simples e se origina do étimo yorubá *eran kpatèrèè*, em que *eran* significa carne, e *kpatèrèè* significa para vender.

2.3.2. Doces

Eguedê (kwa) (s.m.) – Iguaria preparada com banana da terra, frita no azeite de dendê. Apesar de sabor doce, não se trata de uma sobremesa, mas de um prato principal ou acompanhamento. Também conhecido como oguedê, esse prato é comida votiva do orixá Oxumaré. Origina-se do étimo yorubá *o`gɛ`dɛ`*.

2.4. Dos alimentos torrados

No macrocampo dos alimentos torrados, há 2 lexias organizadas de acordo com o critério de sabor: salgado (*efum-cum*); doce (*ado*). Na organização hierárquica, optou-se por iniciar com os salgados, já que, historicamente, o uso do sal é mais antigo na culinária que o uso do açúcar.

Na culinária africana, é muito comum o uso de alimentos torrados, sobretudo, para a produção de farinhas e, conseqüentemente, diversas farofas e pirões. Os alimentos torrados têm um longo período de durabilidade, são de fácil conservação (quando se evita umidade) e atribuem crocância aos pratos.

Manuel Querino evidencia a experiência da farofa, *efum* (farinha), *cum* (lugar do fogo, da cozinha, do fogão, da trempe, lugar para transformar alimentos pelo fogo, por cocção), resultando em um dos mais apreciados pratos à base de mandioca (de herança indígena), como também no pirão (LODY, 2011). Eduardo Fonseca Jr. (1983, p.246) define o verbete yorubá *kun* como incendiar. “As farofas da Bahia são enriquecidas com azeite de dendê e camarão seco e acompanham galinha, peixe, porco, boi, cabrito, ovelha, feitos como xinxim, moquecas e guisados”. (LODY, 2011, p. 83)

2.4.1. Salgados

Efum-cum (kwa) (exp.) – Farofa, farinha torrada. A expressão “*efum-cum*” é um aporte composto, formado pelo constituinte africano “*efum*” (de origem yorubá, *ìyè fun*), que significa farinha + o constituinte africano “*cum*” (de origem yorubá, *kun*), que significa tocar fogo. Então *efum-cum* são as farofas torradas, já que também existem as cruas na culinária de origem africana.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

2.4.2. *Doces*

Ado (kwa) (s.m.) – Milho torrado reduzido a pó e temperado com azeite de dendê e mel de abelhas. Origina-se do étimo yorubá *àádun*. Comida votiva dos orixás da terra: Obaluaiê, Nanã e Oxumarê.

2.5. **Das bebidas**

No macrocampo das bebidas, há 5 lexias organizadas de acordo com o critério de fermentação: não-fermentadas (*dengue*, *aberém*, *massa*); fermentadas (*aluá*, *vinho de dendê*). Na organização hierárquica, optou-se por iniciar com as bebidas não fermentadas, já que, historicamente, o uso de bebidas fermentadas pelos africanos, apesar de pré-histórico, é posterior ao de não fermentadas.

Conforme Tom Standage (2005), há 150 mil anos aproximadamente, na África, a água já era (e continua sendo) a bebida básica da humanidade. As bebidas fermentadas, há muito, também fazem parte da história africana. Após o final da última Idade do Gelo, por volta de 10.000 a.C., em uma região conhecida como Crescente Fértil (que se estende desde o Egito dos tempos modernos, subindo a costa mediterrânea, até o canto sudeste da Turquia, e descendo novamente até a fronteira entre o Iraque e o Irã), a primeira bebida fermentada foi descoberta, não foi inventada: a cerveja. Temendo a escassez de alimentos, o armazenamento de grãos resultou na fermentação, pois a técnica de produzir e armazenar uma espécie de “mingau” de grãos passou por uma transformação até então desconhecida, e a bebida se tornou “ligeiramente efervescente e agradavelmente embriagante à medida que a ação de leveduras no ar fermentava o açúcar, transformando-o em álcool” (STANDAGE, 2005, p. 19). O “mingau” transformou-se em cerveja. A cerveja foi a bebida fermentada descoberta na Idade da Pedra, pelos homens do Crescente Fértil. (STANDAGE, 2005). Como se pode constatar, os egípcios e mesopotâmios foram pioneiros na produção de cerveja, uma das bebidas fermentadas mais consumidas do mundo. Apesar de, na contemporaneidade, a cerveja ser reconhecida como uma bebida que compõe as identidades alemãs e belgas, ela é, em seu nascedouro, egípcia, portanto, africana.

De acordo com Manoel Querino (2011), em linhas gerais, os africanos eram sóbrios no uso de bebidas alcoólicas, não se dando ao vício da embriaguez, mas do dendezeiro extraíam generoso vinho. Para produ-

zir tal vinho, faziam um corte na parte superior do tronco da palmeira e colocavam um pedaço de bambu para escoar a seiva, a qual caía em uma cabaça, recebendo o nome de *vinho de dendê*, posteriormente, colocado a fermentar, ganhando certa potência alcoólica. A bebida *aluá*, também fermentada e alcoólica, de preparo artesanal, até hoje, é consumida nos terreiros das religiões afro-baianas, em ocasiões festivas, por adultos. Já o *dengué* é uma bebida consumida por iniciados no Candomblé, inclusive crianças. O *aberém* e a *massa* eram bebidas refrigerantes, mas deixaram de ser consumidas como tal nos terreiros. Guilherme Radel considera que “a *massa* é, hoje, um fóssil”. (2012, p. 177)

2.5.1. Não fermentadas

Dengué (banto/kwa) (s.m.) – bebida de milho branco cozido com um pouco de açúcar. Origina-se do étimo (*di*)*lenge*, das línguas kikongo e kimbundo, que significa mingau ou papa para criança, e/ou do étimo yorubá *dèngɛ̀*.

Aberém (kwa) (s.m.) – bebida refrigerante preparada com bolas de milho branco ralado e cozido, envolvidas em folhas de bananeira e, posteriormente, dissolvidas em água com açúcar. Origina-se do étimo fon *àblohlèn*.

Massa (F.B.) (s.f.) – bebida refrigerante preparada com bolas de arroz ralado e cozido, envolvidas em polvilho de arroz e, posteriormente, dissolvidas em água com açúcar.

2.5.2. Fermentadas

Aluá (banto/hauçá) (s.m.) – bebida refrescante preparada com cascas de abacaxi fermentadas por três dias, em pote de barro com água, caroços de milho, raiz de gengibre e rapadura. Origina-se dos étimos *wala*, *walwa*, das línguas kikongo, kimbundo e umbundo, e/ou dos étimos *àlewà*, *ruwa*, que significam suco, sumo, refresco.

Vinho de dendê (F.B.) (exp.) – Vinho de palma consumido até hoje em países africanos, sobretudo, na Nigéria. É também conhecido como *emu* pelos yorubás e *malafo* pelos povos das línguas de tronco banto. Essa expressão “vinho de dendê” é um aporte híbrido composto, formado pelos constituintes portugueses “vinho de” e pelo constituinte

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

africano “dendê”, originado do étimo (*o*)*ndende*, das línguas Kikongo, kimbundo e umbundo.

3. Considerações finais

Por meio do estudo lexical realizado, foram evidenciados pormenores das memórias e permanências de uma Bahia africana traduzida em receitas e sabores. A culinária baiana herdou dos africanos características marcantes da sua cozinha, as quais influenciaram o modo de vida do seu povo, e muito do que se comeu na Bahia do passado ainda se come na contemporaneidade, se não exatamente à mesma maneira, mas com alguns acréscimos ou releituras, sem deixar de preservar identidades das diversas receitas tradicionais que compõe o texto de base.

O olhar etimológico sobre o léxico estudado ratificou as origens africanas não só dos yorubás, mas também dos fons, de muitos povos bantos e dos hauçás. Nesse sentido, pode-se afirmar que esses povos salvaguardaram patrimônios culinários africanos, legando-os à cozinha da Bahia de maneira a reinventá-los e incorporá-los à identidade e à história do povo baiano.

A observação do acervo lexical dos alimentos puramente africanos permitiu notar a presença marcante, no preparo dos pratos, de ingredientes que constituem a base da culinária baiana: o dendê (banto) – ou *epô* (Yor.) ou azeite de cheiro (F.B.) –, a pimenta, o inhame, o milho, o arroz, o feijão fradinho, as farinhas e alguns vegetais (o quiabo, a taioba, o bredo, a língua-de-vaca, a mostarda). As comidas quase sempre têm aspecto amolecido (papas, purês, pirões, guisados) e/ou são servidas em tamanhos e formatos que facilitem o seu consumo (bolas de massas, bolinhos fritos, bolinhos cozidos a vapor), dando a impressão de essa culinária ter sido elaborada para atender a um coletivo de diversas faixas etárias, da infância à ancianidade. E tal elaboração se dá a partir de técnicas diversas que demandam habilidade, agilidade e trabalho braçal.

Acredita-se que, com os resultados da aplicação da teoria dos campos lexicais na observação e análise do léxico da culinária baiana na obra de Manuel Querino (1928), mais especificamente no campo dos “alimentos propriamente africanos”, contribuiu-se para alargar e espriair as discussões sobre a identidade cultural do povo baiano representada no léxico referente à sua alimentação, tão influenciada pelas culturas africa-

nas e tão bem traduzida pelo olhar sensível e pioneiro de Manoel Querino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A teoria dos campos lexicais. In: ALMEIDA, Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela S.; SOLEDADE, Juliana (Orgs.). *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

_____. *Campos lexicais no Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. 2003. Tese (de Doutorado). – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONVINI, Emilio. Palavras de origem africana no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: Pontes, 2002. p.147-162.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 [2001].

COSERIU, Eugenio. Hacia una tipología de los campos léxicos. In: *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977, p. 210-242.

FONSECA JR., Eduardo. *Dicionário yorubá (nagô) – português*. Rio de Janeiro: Sociedade Yorubana Teológica de Cultura Afro-Brasileira, 1983.

FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. *Gastronomia no Brasil e no mundo*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: SENAC, 2013 [2008].

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

LABAN, Michel. *Mozambique: particularités lexicales et morphosyntaxiques de l'expression littéraire en portugais*. Document accompagnant une demande d'habilitation à diriger des recherches. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas I: o cru e o cozido*. Trad.: Beatriz Perrone-Moisés. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2004 [1964].

LIMA, Vivaldo da Costa. Prefácio. In: FERNANDES, Caloca. *Viagem gastronômica através do Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001.

LODY, Raul. Apresentação e notas. In: QUERINO, Manoel. *A arte culinária na Bahia*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1928].

_____. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando R. (Orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 159-173.

QUERINO, Manoel. *A arte culinária na Bahia*. Prefácio de Bernardino Souza. Apresentação e notas de Raul Lody. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1928].

RADEL, Guilherme. *A cozinha africana na Bahia*. 2. ed. Salvador: O autor, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical. In: BRITO, Regina Helena Pires; MARTINS, Moisés de Lemos. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo/Lisboa. Lusucom, 2004.

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de. A cozinha e os truques: usos e abusos das mulheres de saia e do povo do azeite. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (Orgs.). *Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, antissincretismo, reafricanização, práticas*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

terapêuticas, etnobotânica e comida. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2006 [1999], p. 327-46.

STANDAGE, Tom. *História do mundo em 6 copos*. Trad.: Antonio Braga. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

VIANNA, Hildegardes. *A cozinha baiana*. Bahia: [s/e], 1955.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ANÁLISE DA PALAVRA CONVENTO NA PEÇA *HAMLET*
PELA SEMÂNTICA LEXICAL

Carlos Henrique Lima de Souza (UVA)

carlinhossouzalima@yahoo.com.br

Flávia Cunha (UVA)

letras@uva.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a polissemia contida na palavra convento *nunnery* na chamada cena do convento na peça *Hamlet* escrita por William Shakespeare em 1601. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa tendo como base as teorias da semântica lexical de hiperonímia e hiponímia tendo como hiperônimos casas de reclusão religiosas e as funções que as mulheres exercem em um convento a fim de verificar em qual deles havia polissemia com sentido obscuro. Em seguida, utilizou-se os verbos de ação principais contidos nos fragmentos da fala do personagem Hamlet na cena, conceber, casar, dançar, menear e ciciar, como semas para uma análise componencial ou sêmica. Concluiu-se com essa análise que, tendo como base somente o texto sentido conotativo, ou seja, bordel prevalece sobre o denotativo.

Palavras-Chave: Semântica lexical. Polissemia. *Hamlet*. Convento.

1. *Introdução*

É comum vermos 1601 como a data que William Shakespeare escreveu a peça *Hamlet*. Contudo, não podemos ter total certeza das datas de lançamento de nenhuma peça do Bardo, pois, segundo Ann Thompson e Neil Taylor (2006) três datas devem ser levadas em conta para datar as peças do Bardo, a realização do manuscrito, a primeira apresentação e a primeira impressão. No teatro elisabetano, não existiam as máquinas utilizadas pelos gregos em seu teatro para fazer com que os atores levitassem e representassem os deuses, pois, como afirma Gerd Bornheim (2009) o sentido essencialmente religioso que nutria a cena medieval havia evaporado. De acordo com Bradley (2009), nas chamadas *dark plays: Hamlet, Otelo, Rei Lear e Macbeth*, o herói é responsável por seus atos, ou seja, tudo o que acontece na peça é de responsabilidade de atos humano.

Uma vez que não havia mais deuses e a responsabilidade de tudo o que acontece na peça é humana, nada mais humano do que as palavras. E era por meio delas que William Shakespeare conduzia seu público e

seus atores. Portanto, a não compreensão das palavras em todos os seus sentidos prejudica a compreensão de suas obras.

[...] quando um crítico encara uma peça de modo grandioso, como filósofo, historiador de ideias ou de literatura, ele pode dizer praticamente qualquer coisa a seu respeito, segundo suas próprias simpatias e pressuposições. Porém há um controle simples: podemos examinar a estrutura da peça em todos os seus detalhes; se a interpretação que oferecemos implica na afirmação de que a peça foi de forma imperfeita, então ou o dramaturgo não realizou muito bem o seu trabalho ou o crítico fracassou no seu... Se tivermos confiança no dramaturgo, se considerarmos a forma de sua peça, pacientemente e com alguma imaginação, como provavelmente a melhor expressão do que ele quereria dizer, então estaremos dando-nos a melhor oportunidade de apreciar devidamente o impacto que ele estava tentando causar no público para o qual estava escrevendo. (KITTO *apud* HELIODORA, 2009, p.176)

Logo, tudo que devemos saber sobre a peça está na própria peça, por isso baseamos nossa análise pelo que o texto nos oferece, ou seja, através do que William Shakespeare escreveu, pois ele como dramaturgo sabia condicionar o seu público não somente pelos olhos, mas também pelas palavras.

Em *Hamlet*, há muitas metáforas e palavras usadas fora do seu sentido original, denotativo. Uma delas encontra-se na chamada “cena do convento”, onde ocorre o primeiro dos dois encontros entre Hamlet e Ofélia na peça. Tal cena, de acordo com Harold Jenkins (2001, p. 137), “tem suas origens nas versões antigas da história de Hamlet quando Hamlet finge ser louco, a fim de testar a genuinidade de sua loucura do rei utiliza a bela mulher para tentar seus encantos sobre ele”.

O impacto dramático da cena do convento é muito grande; e maior ainda, pois ela é mais artisticamente preparada para isso. Notavelmente, até que ela ocorra, quase no meio da peça, nós nunca somos autorizados a ver Hamlet e Ofélia se encontrem, ainda que saibamos que devem. Este longo adiamento nos mantém em suspense, enquanto tudo está sendo feito para aumentar a nossa curiosidade e garantir que, quando se encontrarem, o encontro terá o efeito máximo (JENKINS, 2001, p. 138, tradução nossa)

Na cena, Ofélia, que está sendo utilizada como isca para provar que Hamlet, como acreditava Polônio, pai de Ofélia, estava louco por amor, vai devolver os presentes que Hamlet havia lhe dado por ordem de seu pai. Porém Hamlet percebe que se trata de uma armadilha e manda Ofélia ir para um convento cinco vezes; porém, essa palavra, convento, tinha dois significados: convento e bordel. Este trabalho tem como objetivo analisar tendo como base as teorias da semântica lexical e o texto da peça, qual dos dois significados prevalece visando contribuir para a maior compreensão da obra, uma vez que essa é uma cena crucial para a

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

trama, pois é a cena mais importante da personagem Ofélia, e, como afirma Harold Jenkins (1982, p. 150, tradução nossa) “o diálogo com Ofélia apenas traz à superfície o que estava na mente de Hamlet” uma vez que, Hamlet afirma o que fará, ou seja, matar Cláudio, seu tio que casou com Gertrudes, sua mãe, um mês após a morte do rei Hamlet, seu pai, ao dizer “daqueles que já estão casados, todos, menos um, viverão; os restantes ficarão como estão” (III.i).

2. *Embasamento teórico*

Os significados de uma palavra são classificados como denotativo e conotativo. O primeiro é o do dicionário, o sentido base da palavra, de acordo com John Lyons (1977, p. 171) “pela denotação de um lexema entender-se-á a relação existente entre esse lexema, e as pessoas, lugares, propriedades, processos e atividades exteriores ao sistema linguístico”, Já o chamado significado conotativo, é o sentido interpretativo da palavra e, incluindo, como afirma Maria Helena Duarte Marques (1990, p. 62), “os valores de significado que elas adquirem no contexto ou situação de uso: combinatória linguística, circunstâncias e finalidades, funções e intenções de seu emprego, fatores intersubjetivos no ato de comunicação”. Segundo William Pomponi Alstom (1971, p. 35, tradução nossa) “para uma palavra ter certo significado é fazer certa contribuição alguma propriedade semântica apropriada das frases em que ocorre, uma propriedade de que pode duplicar o 'significado da sentença’.”

O verbete do dicionário irá presumivelmente especificar a parte da palavra e, assim, determinar as suas compatibilidades gramaticais em termos da melhor gramática para o idioma. (Se uma palavra pode figurar em diferentes tipos de discurso. Isso vai imediatamente dar origem a mais de um verbete para ela, e pelas nossas propostas de sentido levá-lo em consideração, em seguida, classificá-la como ambígua desde o início.) Em seguida, o dicionário irá ou poderá especificar uma definição ou citação lexical para o significado da palavra. (WIGGINS, 1971, p. 126, tradução nossa)

Quando isso ocorre, ou seja, de uma palavra ter um significado conotativo e outro denotativo, diz-se que há polissemia. Essa duplicidade de significados torna a difícil à compreensão de uma determinada palavra, pois nem sempre o sentido denotativo prevalece.

Stephen Ulmann descreve o surgimento do sentido conotativo como evolução semântica, e, dentre todas as causas das destacadas pelo autor para que esse fato ocorra a que melhor se enquadra para a nossa pesquisa é a causa histórica, pois “interferem no processo civilizatório e

linguístico, através do intenso progresso material e científico, bem-estar material e pluralidade cultural. Nomes referentes a objetos, instituições, ideias, conceitos científicos passam a ter novos referentes”. (ULMANN, *apud* MARQUES, 1990, p. 66)

Para maior compreensão e aprimoramento da análise realizada sobre o que o autor de *Hamlet* quis insinuar com a palavra convento na chamada “cena do convento”, podemos destacar as relações do conceito de hiperônimo e hipônimo com suas disposições hierárquicas para tal estudo, uma vez que, os hiperônimos de acordo com Manuel Pinto Ribeiro, (2012, p. 390) “são os termos cuja significação inclui o sentido (ou os sentidos) de um ou de diversos outros termos chamados hipônimos”, que segundo Rodolfo Ilari e João Wanderley Geraldi (1985, p. 52) são as relações que intercorrem entre expressões com sentido mais específico e expressões genéricas. Também utilizaremos o conceito de análise componencial ou sêmica, conjuntos de lexemas analisados semanticamente na composição do significado John Lyons (1977), para realizar as tais disposições sêmicas.

Os termos "hiponímia" e "hiperonímia" se referem à relação da inclusão semântica que existe entre um termo mais geral, como o pássaro e um mais específico comoncanário. Terminologicamente falando, o termo mais geral é o "hiperônimo" (às vezes "hiperonímia") ou termo superordenado. Os termos mais específicos são "hipônimos" ou termos subordinados. (GEERAERTS, 2010, p. 82, tradução nossa)

3. Metodologia

O interesse por esse estudo surgiu na tentativa de comprovar através da semântica lexical que, na obra *Hamlet*, na chamada cena do convento (III.i), Hamlet, o príncipe da Dinamarca, dirige-se a Ofélia mandando-a ir para um convento, palavra que, na época, era polissêmica, sendo, portanto, uma pesquisa com contribuição qualitativa, pois é baseada pelo objeto.

Enquanto procedimento, este trabalho realizar-se-á por meio da análise dos lexemas de campo semântico da palavra convento utilizando a análise componencial, hiperônimo e hipônimos da palavra para a obtenção do resultado que demonstra que no século em que a peça foi escrita, Hamlet refere-se à Ofélia mandando-a ir para um prostíbulo, de onde foram retirados os dados para a análise.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A primeira etapa da nossa pesquisa consiste em analisar os hipônimos relacionados ao hiperônimo casas de reclusão religiosas verificando em qual deles havia polissemia (ver tabela 1). Em seguida, analisamos o campo semântico da palavra convento, tendo como hiperonímia as funções que as mulheres exercem em tal casa com o propósito de verificar em qual ou quais havia polissemia e que essa mudança de significado tivesse teor obscuro (ver tabela 2).

| Casas Religiosas de Reclusão | Monges | Freiras | Polissemia |
|------------------------------|-----------------|---------|------------|
| Abadia | + | + | - |
| Mosteiro | + | - | - |
| Monastério | + | - | - |
| Priorado | + | + | - |
| Convento | + ²³ | + | + |

Tabela 1 - Hiperonímia e Hiponímia

Por fim, com base nos verbos conceber, casar, dançar, menear e ciciar presentes na seguinte fala do personagem Hamlet na cena do convento (ver tabela 3) realizamos uma análise componencial tendo como referenciais freira, que seria a função que Ofélia teria em um convento, uma vez que abadessa é a superiora, e prostituta que seria a função de Ofélia em um bordel.

4. Análise de dados

Percebemos que de todas as casas de reclusão religiosas, abadia, mosteiro, monastério, priorado e convento, apenas a última apresentava um sentido polissêmico de “casa de má reputação” (*The Oxford English Dictionary* (OED), 1933, p. 264, tradução nossa). O dicionário também apresenta um exemplo retirado do livro *Mad Lover* escrito por Fletcher em 1617, data bem próxima a de *Hamlet* “Há um velho convento nas proximidades. O que é isso? Uma casa obscena” (IV.ii) (FLETCHER *apud* OED, 1933, p. 264, tradução nossa). Segundo Gordon Williams (2006, p. 219, tradução nossa) “muito antes da Reforma²⁴, a ligação teria sido inevitável para o londrino”.

²³ De acordo com John Ayto (1991) no século XVII, monges também eram aceitos em conventos.

²⁴ Sobre a Reforma ver Kermode (2004) capítulo 1 Reformation and the Succession Problem.

Ao analisarmos o campo semântico da palavra convento, verificamos que as palavras abadessa e freira tinham um sentido obsceno na época. Esses sentidos são, respectivamente, a dona de um bordel (*Grouse Dictionary of Vulgar Tongue, apud OED, 2003, tradução nossa*) e uma cortesã (OED, 1933, p. 262, tradução nossa). O dicionário ainda apresenta um exemplo utilizando os dois termos retirado do livro *Lame Lover* escrito por Samuel Foote em 1770 “Uma abadessa, bem conhecida na cidade, com uma pequena freira inteligente em sua suíte” (FOOTE, *apud OED, 1933, p. 262, tradução nossa*), essa frase pode ser entendida como: uma dona de bordel bem conhecida, com uma pequena cortesã esperta em sua suíte.

| Campo semântico da palavra convento | Polissemia | Sentido Obsceno |
|-------------------------------------|------------|-----------------|
| Abadessa | + | + |
| Prioresa | - | - |
| Madre | + | - |
| Freira | + | + |
| Noviça | + | - |

Tabela 2 - Hiperonímia e Hiponímia

Por fim, descobrimos que tendo como semas os verbos conceber, casar, dançar, menear e ciciar que aparecem no seguinte fragmento do texto em que Hamlet manda Ofélia ir para um convento, o significado conotativo prevalece.

| ----- | Conceber | Casar | Pintar | Dançar | Menear | Ciciar |
|------------|----------|-------|--------|--------|--------|--------|
| Freira | - | - | - | - | - | - |
| Prostituta | +/- | +/- | + | + | + | + |

Tabela 3 - Análise Componencial ou sêmica

Como vimos, na cena do convento, uma das cenas mais importantes da peça, há a possibilidade de polissemia na palavra convento devido ao conotativo, bordel, a ela associado pelos londrinos do século XVII.

Os resultados de nossa análise vão ao encontro de Harold Bloom (2004), Claude Mourthé (2007) e Gordon Williams (2006). Porém, alguns teóricos vão de encontro a essa possibilidade ao afirmarem que esse sentido não tem muita relevância no contexto da cena, caso de Ann Thompson e Neil Taylor (2006) e Harold Jenkins (2001).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

5. *Considerações finais*

Não temos a intenção de afirmar que tal interpretação seja, de fato, a única correta, e sim, comprovar que existe esta possibilidade, então é pertinente levá-la em consideração. Concordamos com Ray Jackendoff (2013, p. 140) “não há uma linha definida entre estudar o significado das palavras e a forma como o significado das palavras se compõe no significado das sentenças. É necessário manter ambos em mente”.

Sugerimos para a continuação do estudo uma análise semiológica tendo como base o contexto da obra e as circunstâncias em que Hamlet diz ‘Vai para um convento’ que não podem ser analisados pela análise componencial.

[...] está claro que se uma análise componencial tivesse êxito em também incluir, entre as componentes semânticas de um lexema, precisas seleções de contexto (no interior do enunciado), ou de circunstância (fora do enunciado), ter-se-ia uma teoria semântica capaz de abarcar precisas situações sintáticas. Ao mesmo tempo, o enunciado, na sua dimensão sintática, surgiria como função dos significados das unidades que o compõem. (ECO, 2010, p. 61)

Esperamos com nossa pesquisa, ter contribuído para o enriquecimento dos estudos já tão extensos sobre a obra e termos demonstrado como a semântica lexical pode auxiliar tanto nos estudos de crítica e interpretação literária quanto em traduções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSTOM, William Pomponi. How does one tell wheter a word has one, several or many meanings? In: STEINBERG Danny D., JAKOBOVITS Leon A. *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

AYTO, John. *Dictionary of word origins*. New York: Arcade Publishing 1991.

BLOOM, Harold. *Hamlet poema ilimitado*. Trad.: José Roberto O’Shea. Inclui texto integral de *Hamlet*, traduzido por Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ECO, Umberto. *As formas do conteúdo*. Trad. e rev.: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GEERAERTS, Dirk. *Theories of lexical semantics*. New York: Oxford University Press, 2010.

HELIODORA, Barbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

JENKINS, Harold. Hamlet and Ophelia. In: HONNINGMAN, Ernest. *Structural Problems in Shakespeare: Lectures and Essays* by Harold Jenkins. Singapore: The Arden Shakespeare, 2001.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

JACKENDOFF, Ray. Semântica lexical: uma entrevista com Ray Jackendoff. Trad.: Gustavo Breunig. *ReVEL*, vol. 11, n. 20, 2013.

LYONS, John. *Semântica*, vol. I. Trad.: Wanda Ramos. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MOURTHÉ, Claude. *Shakespeare*. Trad.: Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MURRAY, James Augustus Henry et al. *The Oxford English Dictionary*. Oxford: The Clarendon Press, 1933, vol. VII.

RIBEIRO, Manuel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 21 ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2012.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Organizado por Ann Thompson e, Neil Taylor. New York: The Arden Shakespeare, 2006.

_____. *Hamlet*. Organizado por Harold Jenkins. New York: The Arden Shakespeare, 1982.

WIGGINS, David. On sentence – sense, word – sense and difference of word – sense towards a philological theory of dictionaries. In: STEINBERG, Danny D.; JAKOBOVITS, Leon A. *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

WILLIAMS, Gordon. *Shakespeare's sexual language a glossary*. Great Britain: Continuum, 2006.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ANEXO A –

Partes da cena do convento em que Hamlet manda Ofélia ir para um convento

- HAM. Entra para um convento. Por que desejarias conceber pecadores? Eu próprio sou passavelmente honesto; mais poderia ainda assim acusar-me a mim mesmo de tais coisas, que seria melhor que minha mãe não me tivesse concebido. Sou muito orgulhoso, vingativo, ambicioso, com mais erros ao meu alcance do que pensamentos para expressá-los, imaginação para dar-lhes forma, ou tempo para cometê-los. O que podem fazer sujeitos como eu arrastar-se entre o céu e a terra? Somos todos uns rematados velhacos; não acredites em nenhum de nós. Entra para um convento.
- HAM Se casares, dar-te-ei está praga como dote: seja casta como gelo, pura como a neve, não escaparás à calúnia. Entra para um convento, adeus. Ou se tiveres mesmo casar, casa-te com um tolo; pois os homens de juízo sabem muito bem que monstros vós fazei deles. Para um convento, vai - e depressa; adeus.
- HAM. Tenho ouvido também falar muito como vos pintais Deus vos deu uma face e vós vos fabricais outra; dançais, meneais, ciciais, arremedando as criaturas de Deus, e mostrais vosso impudor como se fosse inocência. Vamos, basta; foi isso que me fez louco. Digo-te: não haverá mais casamentos. Daqueles que já estão casados, todos, menos um, viverão; os restantes ficarão como estão. Para um convento, vai. (III.i)

**ANÁLISE SEMIOLÓGICA DO SIGNO CONVENTO
NA OBRA HAMLET**

Carlos Henrique Lima de Souza (UVA)

carlinhossouzalima@yahoo.com.br

Flávia Cunha (UVA)

letras@uva.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a conotação contida no signo convento, no original “*nunnery*”, na chamada cena do convento na peça *Hamlet* escrita por William Shakespeare em 1601. Para tal realizou-se um estudo com base nas teorias semiológicas que definem um signo semiológico. Tais teorias nos mostram que a conotação ocorre quando uma forma referente é preenchida de significados diferentes criando a mensagem polissêmica. Para orientar a leitura de mensagens polissêmicas, as teorias semiológicas apresentam três possibilidades: a referência ao universo de discurso, a circunstância de comunicação e a uma ideologia. Utilizaremos tais elementos para decodificar o signo convento na obra *Hamlet*.

Palavras-chave: Conotação. *Hamlet*. Convento. Teorias semiológicas.

1. Introdução

Umberto Eco (2010) sugere duas situações paradoxais para definir a condição de comunicação entre os seres humanos. Ele nos mostra que um sinal como “*I vitelli dei romani sono belli*”²⁵ pode ser lido ou decodificado tanto em latim como em italiano. Em ambas as línguas a forma significante permanece imutada, mas o significado varia conforme o código utilizado, e uma citada por Katz e Fiodor, onde “*He follows Marx*” pode ser lida como “ele segue as pegadas de Groucho” ou “ele é um discípulo de Marx”.

Transportemos tais situações para nosso objeto de estudo. Temos o sinal, ou forma significante “vai para um convento” ou no original “*get thee to a nunnery*”, que é imutável, porém, temos dois destinatários Ofélia, a quem a mensagem é diretamente dirigida e o público, que em nosso estudo engloba tanto londrino do século XVII quanto os dos séculos posteriores, o público que assiste a uma apresentação da peça traduzida e os

²⁵ Umberto Eco (2013) comenta que em latim significa “Vai, Vitélio, ao som da guerra do deus romano” e em italiano significa que os nascidos de vacas criadas pelos nossos amigos progenitores (ou pelos atuais habitantes da capital italiana) são agradáveis de ver.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

leitores tanto os de língua inglesa como de traduções, para o preencherem, forma significante de significado. A personagem, por estar inserida na peça, e o público londrino do século XVII certamente compreendem que o imperativo em questão tem um significado conotativo, pois de acordo com Gordon Williams (2006), ninguém teria problemas em compreender o duplo sentido da fala, logo, todos entenderiam que o príncipe Hamlet poderia estar mandando Ofélia entrar para um bordel, ou seja, todos preencheriam o significante com o mesmo significado.

Quando o leitor atual ou aqueles que vão ao teatro assistir a uma encenação da peça atualmente escutam ou leem a ordem de Hamlet à Ofélia, se deparam com dois problemas: o primeiro se dá por preencher a mensagem com o significado denotativo. Tomemos primeiramente um leitor ou público londrino do século XXI, nem todos os dicionários de inglesa trazem o significado conotativo da palavra *nunnery*²⁶, agora tomemos, por exemplo, um leitor ou público brasileiro, a palavra convento, tradução de *nunnery*, não apresenta nenhum significado que faça ligação com bordel. Tanto os londrinos quanto os brasileiros do século XXI ficam dependentes das notas explicativas contidas tanto nas versões em língua inglesa como nas traduções, que nem sempre aparecem, e, em algumas versões, elas refutam o sentido conotativo.

Já o segundo problema está em sabendo da existência do significado conotativo de convento, ou *nunnery*, como escolher o significado mais adequado para a situação? Imaginemos que um leitor resolveu adotar o significado denotativo na sua interpretação e os personagens adotaram o significado conotativo, teremos então, uma situação semelhante à proposta por Umberto Eco (2013), uma forma significante com significado variado de acordo com o código utilizado para decodificá-lo. Para resolver esse problema de comunicação o autor cita três elementos: a referência ao universo de discurso, a circunstância de comunicação e a uma ideologia. Utilizaremos tais elementos para analisar a obra *Hamlet* a fim de tentar decodificar o signo “convento”.

2. *Embasamento teórico*

A tragédia como gênero literário tem suas raízes na epopeia que foi o gênero literário por excelência durante muito tempo. Segundo Ana-

²⁶Entre todos os dicionários de língua inglesa consultados apenas o *The Oxford English Dictionary* (1933) apresentou o significado conotativo.

tol Rosenfeld (2014) a grande diferença em termos estilísticos entre eles é que na epopeia há um narrador que narra estórias que aconteceram com outras pessoas e o tempo verbal utilizado é o pretérito, pois a estória é sempre no passado, enquanto na tragédia a função do narrador foi absorvida pelos atores transformados em personagens que utilizam o diálogo para exporem uma ação completa. Ainda segundo o autor é o diálogo que constitui a tragédia como literatura.

O termo *diálogo* designa a unidade discursiva, de caráter enunciativo, obtida pela projeção, no discurso – enunciado, da estrutura de comunicação. Seus actantes – destinador e destinatário – são então chamados conjuntamente interlocutores ou, separadamente, interlocutor e interlocutário; distinguem-se do narrador e do narrativo por não serem delegados direitos do enunciator e do enunciatário instalados no discurso, mas actantes da narração dotados de competência linguística. (GREIMAS, 2011, p. 138)

As falas dos personagens, ou seja, os diálogos formam o texto de uma tragédia. Nessa perspectiva, segundo Aljirdas Julien Greimas (2011, p. 494, grifos do autor) “a *semiótica teatral* faz parte da semiótica literária da qual partilha as preocupações”.

A *semiótica literária* (ou caso seja considerada um processo semiótico, o discurso literário) é um domínio de pesquisas cujos limites parecem ter sido estabelecidos mais pela tradição do que por critérios objetivos, formais. Assim, ela não poderia ser caracterizada por um conteúdo próprio, como é o caso das outras semióticas (discursos jurídicos ou religiosos, por exemplo): ela é indiferente ao conteúdo que manifesta ou, antes, seu plano de conteúdo é coextensivo ao universo semântico recoberto por uma língua natural dada. Quanto ao plano de expressão, as “formas literárias” que presidem à sua organização *identificam-se, de modo geral, com as articulações linguísticas discursivas*, de modo que o discurso literário parece ser a melhor ilustração da metalinguagem não científica, encarregada da organização sintática dos signos transfraseais (dos textos): em lugar de definir a especificidade de seu discurso, as “formas literárias” aparecem antes como um vasto repertório de universais discursos. (GREIMAS, 2011, p. 293)

As falas dos personagens são, obviamente, constituídas de palavras, que são comumente ligadas ao termo signo. De acordo com Ferdinand de Saussure (1994) a língua é o sistema de signos mais importante que exprime ideias. Como signo linguístico o autor entende a união de um conceito (significante) e uma imagem acústica (significado) que deve ser estudado socialmente e a ciência que estuda tal fenômeno, ele chamou de Semiologia. A teoria semiológica definiu signo semiológico de acordo com a definição de signo linguístico proposta por Ferdinand de Saussure.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O signo semiológico também é, como seu modelo, composto de um significante e um significado (a cor de um farol, por exemplo, é uma ordem de trânsito no código rodoviário), mas dele se separa no nível de suas substâncias. Muitos sistemas semiológicos (objetos, gestos, imagens) têm uma substância de expressão cujo ser não está na significação: são, muitas vezes, objetos de uso, derivados da sociedade para fim de significação: a roupa serve para nossa proteção, a comida para nossa alimentação, ainda quando, na verdade, sirvam também para significar. Proporemos denominar estes signos semiológicos - de origem utilitária, funcional – *funções signos*. (BARTHES, 2012, p. 53)

Como os personagens são seres humanos dotados de competência linguística que, segundo Aljirdas Julien Greimas (2011, p. 75) “não é uma coisa em si, mas um caso particular de um fenômeno muito mais vasto que, sob a denominação genérica de competência, faz parte da problemática da ação humana e constitui o sujeito como actante”, em todo o diálogo teatral há o processo de significação, que acontece quando uma forma significante, ou seja, a configuração gráfica ou acústica é preenchida de significado pelo destinatário que o faz baseado em códigos determinados, isso só ocorre quando o destinatário da mensagem é um humano, pois de acordo com Umberto Eco (2014, p. 6), “*Todo processo de comunicação entre seres humanos – ou entre quaisquer outros tipos de aparelhos ‘inteligentes’, tanto mecânicos quanto biológicos – pressupõe um sistema de significação como condição necessária*”.

Podemos considerar que a cada sistema de significantes (léxicos) corresponde, ao plano dos significados, um corpo de práticas e técnicas; esses corpos de significado implicam, por parte dos consumidores de sistemas (isto é, “leitores”), diferentes saberes (segundo as diferenças de “cultura”), o que explica que uma mesma lexia (ou grande unidade de leitura) possa ser diferentemente decifrada segundo os indivíduos, sem deixar de pertencer a certa “língua”; vários léxicos – e, portanto, vários corpos de significados – podem coexistir num mesmo indivíduo, determinando, em cada um, leituras mais ou menos “profundas”. (BARTHES, 2012, p. 59-60)

A semiologia, como aponta Umberto Eco (2013), tem como objeto de estudo saber como, num determinado contexto, uma forma significante recebe um determinado significado com base num sistema de convenções linguísticas; e que associações mentais, baseadas em hábitos culturais adquiridos, provoca uma palavra em determinados destinatários da mensagem.

Há duas possibilidades de significados com os quais a mensagem pode ser preenchida, a denotação e a conotação. Segundo Umberto Eco (2013) a rigidamente fixada pelo código, e a relação de conotação se estabelece quando um par formado pelo significante denotado, conjunta-

mente, se torna o significante de um significado adjunto, o primeiro significado de uma palavra, o denotativo, não depende de um ser humano ou de um contexto para existir, já o segundo, o conotativo, depende.

Segundo Umberto Eco (2013, p. 28), “*enquanto os significados denotativos são estabelecidos pelo código, os conotativos são estabelecidos por subcódigos ou ‘léxicos’ específicos, comum a certos grupos de falantes e não necessariamente a todos*”. Em outras palavras, o significado conotativo só é estabelecido após haver um significado denotativo, pois, segundo Roland Barthes (2012, p. 115) “os significantes de conotação, que chamaremos *conotadores*, são constituídos por *signos* (significantes e significados reunidos) do sistema denotado”. Como na tragédia as cenas são constituídas de diálogos entre seres humanos, pode acontecer da fala de um personagem não ser compreendida da forma que ele esperava, porém, em uma representação teatral, ainda é necessário levar em consideração que além dos personagens há o público que pode ou não compreender a mensagem da forma que o remetente esperava.

Se a personagem A profere uma certa sentença, o significado dessa sentença é determinado para ele (como, no fim das contas, em toda conversa) por uma consideração pela personagem B. Mas não é de modo algum certo de que a personagem B entenderá tal significado como a personagem A desejaria. Com respeito a isso, o auditório pode estar sujeito à mesma incerteza que a personagem A, mas é também possível que a audiência tenha sido informada sobre o estado de espírito da personagem B por alguma conversa anterior da qual a personagem A não estava ciente, de modo que a surpresa da personagem A com a inesperada reação de seu parceiro não será mais surpresa para o auditório. (MUKAROVSKI, 2012, p. 211)

Segundo Umberto Eco (2010) quando há a possibilidade extrema de que o mesmo código tenha um significado diferente para remetente e destinatário, alguns fatores podem orientar a decodificação de tal código. O primeiro fator faz referência ao universo do discurso, que diz respeito a mensagens precedentes ou pressupostas que nos indique o significado; o segundo é a referência a uma ideologia, que se refere aos conhecimentos precedentes do destinatário; e, a circunstância da comunicação, que orienta o destinatário para inferirem na ideologia do remetente e, por conseguinte, os subcódigos que pode ter feito referência.

3. Metodologia

Utilizaremos os três fatores sugeridos por Umberto Eco (2010) referência ao universo do discurso, a referência a uma ideologia e a cir-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

constância da comunicação. Para analisarmos a referência ao universo do sintagma utilizaremos o diálogo entre Hamlet e Polônio, pai de Ofélia em (II.ii), onde o príncipe o chama de “vendedor de bacalhau”, no original “*fishmonger*” que na época também tinha o significado conotativo de cafetão²⁷. Na mesma cena Hamlet o chama de Jefté, um dos juízes de Israel que prometeu a Deus sacrificar a primeira pessoa que aparecesse a sua frente quando chegasse em casa caso vencesse os anomitas, ele venceu e, ao chegar à casa, sua filha virgem abriu a porta e ele a sacrificou. Verificaremos como tais alusões nos ajudam a decodificar o signo convento.

Em seguida analisaremos quais circunstâncias da obra podem sugerir o significado ou a mudança de significado uma vez que o signo convento é repetido cinco vezes na cena. Para nos ajudar nessa parte da análise utilizaremos o filme *Hamlet* de Kenneth Branagh (1996), pois sem a encenação seria impossível realizar a análise.

Por último analisaremos a ideologia da personagem Ofélia para elucidar o que ela sabia na peça e como ela pode ter preenchido o significante convento. Para tal utilizaremos tanto o filme quanto o texto uma vez que o filme mostra uma cena onde Hamlet e Ofélia têm uma relação sexual, porém no texto original não há menção a tal fato.

4. *Desenvolvimento*

Toda essa problemática de significação aparece em *Hamlet* uma vez que, além do público, apenas Horácio e os guardas sabem do encontro de Hamlet com o fantasma, porém somente o público sabe o conteúdo da conversa, e sabem que o príncipe está se fingindo de louco, os outros personagens, especialmente Polônio, ficam elaborando teorias a respeito da causa estado mental do príncipe e chegam à conclusão que é amor, pois Polônio havia proibido sua filha, Ofélia, suposta amante de Hamlet, de se encontrar com ele. Então, para provar que estava certo arma o encontro conhecido como cena do convento onde Hamlet manda Ofélia ir para um convento cinco vezes. Sabendo que esse signo tem um significado conotativo, bordel, utilizaremos as três possibilidades propostas pela semiologia para decodificá-lo.

²⁷ Dentre todos os dicionários de língua inglesa consultados, apenas o *Oxford English Dictionary* (1933) apresentou tal significado.

4.1. Referência ao universo do discurso

Na segunda cena do segundo ato, há um diálogo entre Hamlet e Polônio, onde o príncipe o chama de peixeiro²⁸ ou vendedor de bacalhau²⁹ no original “*fishmonger*”. De acordo com Gordon Williams (2006) essa palavra tinha um significado conotativo, dono de um bordel³⁰, e que é esse sentido que Hamlet está usando.

Ainda nesse diálogo, Hamlet diz “carniça boa pra beijar” no original “*good kissing carrion*” segundo Gordon Williams (2006) ele está fazendo associação de sexo com carniça. Philips Edwards (2003) comenta que o príncipe tem em mente filho “*son*” e não sol “*sun*”³¹ e que Polônio não pode mantê-lo afastado mais do que ele pode proibir o sol. Se o sol pode fazer um cão morto procriar, um filho pode fazer sua filha procriar. Ao analisarmos a transcrição fonética das duas palavras, verificamos que são iguais “*san*” (JONES, 1991), segundo Umberto Eco (2013) os fonemas são unidades mínimas de características sonoras distintas e desprovidos de significado, ainda segundo o autor, o valor de um fonema é estabelecido pela posição e pela diferença em relação aos demais elementos. Como ambos os signos têm a mesma pronúncia, somente o contexto pode nos mostrar o significado. Se levarmos em consideração que o objetivo de Hamlet era confundir Polônio em relação ao motivo de sua suposta loucura, o uso desse signo se mostra pertinente. Ann Thompson e Neil Talyor (2006) também comentam sobre “*son/sun*” e apontam que caso Hamlet viesse a se casar com Ofélia, ele seria genro de Polônio, em inglês, “*son-in-law*”. Essa imagem de carniça tem uma ligação com estado em que Hamlet se encontra na peça, morrendo aos poucos, ou seja, apodrecendo.

De fato, o choque causado pela descoberta do assassinato de seu pai e pela visão da conduta de sua mãe é tal que, quando a peça começa, Hamlet já começou a morrer, a morrer interiormente; porque todas as fontes de vida - amor, riso, alegria, esperança, confiança nos outros - estão sendo congeladas em sua fonte e gradativamente sendo infectadas pela doença do espírito que o vai - sem que ele o saiba - matando. (SPURGEON, 2006, p. 299)

²⁸Na tradução de Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (2004)

²⁹ Na tradução de Lawrence Flores Pereira (2015)

³⁰ Dentre todos os dicionários de língua inglesa consultados apenas o *The Oxford English Dictionary* (1933) apresenta tal significado.

³¹ Manson (1785) citado por Gordon Williams (2006, p.296, tradução nossa) sugere “que o sol era em épocas anteriores o sinal habitual de um bordel”.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A cena segue com as chegadas de Guildenstern e Rosencrantz, dois amigos de Hamlet da universidade, ambos vêm a pedido do rei e da rainha para espionarem o príncipe, e dos atores para encenar a peça onde Hamlet pretende reproduzir diante da corte o relato do espectro e assim certificar-se da culpa de seu tio. Quando eles chegam, Polônio vai informar o fato ao príncipe e, durante o diálogo, Hamlet o chama de Jéfté.

Jéfté foi um dos juízes de Israel, que prometeu a Deus que, se ele derrotasse os amonitas ele iria sacrificar o que aparecesse pela primeira vez quando chegasse a sua casa. Ele venceu e, ao chegar à casa sua filha virgem apareceu. Após ouvir de seu pai o que ele havia prometido a Deus, pediu que a deixasse descer pelos montes e chorar a sua virgindade por dois meses. Passados os dois meses, ela retornou e seu pai cumpriu a promessa.

O aviso dado a Polônio é para proteger o destino de sua feminilidade. Isto deve estar ainda na mente de Hamlet, quando na próxima conversa com Polônio ele o chama de Jéfté. Jéfté também tinha uma "bela filha", como Hamlet, de fato nos diz, citando uma balada popular. O que ele não nos diz, mas o que dizer a balada concluída faria, e que em qualquer caso, devemos saber, é que Jéfté sacrificou sua filha enquanto ela ainda era virgem. E apesar de Polônio, juntamente com a maioria dos comentadores shakespearianos, não conseguirem ver este ponto ele faz algo para explicar por que Hamlet, quando encontra Ofélia manda-a para um convento. A alusão Jéfté por si só seria suficiente para refutar essa teoria queer que Ofélia era amante de Hamlet. O que a peça sugere não é que Hamlet a seduz, mas que ele a condena virgindade. Isto é o que a cena convento faz. (JENKINS, 2001a, p. 142, tradução nossa)

Na cena do convento, Hamlet faz duas perguntas à Ofélia, Você é honesta?³² ou Você é decente?³³ no original "*Are you honest?* ", e Você é bela?, no original "*Are you fair?*". Levando em consideração que *honest* também tem o significado de casta³⁴ e o significado de *fair* varia entre justa, sincera, bela e franca³⁵, entendemos o motivo da pergunta de Ofélia "O que quer dizer, Vossa Alteza?", utilizemos o contexto para tentar decodificar os significados dessas duas perguntas.

³² Na tradução de Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (2004)

³³ Na tradução de Lawrence Flores Pereira (2015)

³⁴ Dentre todos os dicionários de língua inglesa consultados constam tais significados. Oxford (2000, tradução nossa) e Longman (2003, tradução nossa) citam o uso da expressão " fazer uma mulher honesta de alguém" usada no sentido de se casar com uma mulher depois de ter tido uma relação sexual com ela.

³⁵ Todos os dicionários de língua inglesa consultados apresentam tais significados.

Quando Hamlet questiona a honestidade de Ofélia, pode tanto significar que ela está mentindo quando diz que ele havia lhe dado presentes, pois ele disse que nunca havia lhe dado nada ou se ela é casta, ou seja, virgem. Sendo ele o suposto amante dela, seria normal que ele a tivesse dado presentes e se lembrarmos da carta onde Hamlet escreve para Ofélia nunca duvidar que o amor dele seja franco, é possível que as lembranças tenham sido entregues a Ofélia “com frases compostas de brisa tão branda que as fez ainda mais raras” (III.i.p.112), se ele está questionando a castidade dela, sendo amantes, e de acordo com o filme de Kenneth Branagh (1996), ele sabe que ela não é mais virgem, pois os dois mantiveram relações sexuais; contudo, segundo Barbara Heliodora (2009) o fato da cena do convento interromper o monólogo ser ou não ser, onde Hamlet atinge seu lado mais inteligente sugere que ele pressente que o encontro é uma armadilha. Então, entendemos que Hamlet está questionando se Ofélia está sendo verdadeira ou manipulada. E quanto ao sentido que faz alusão a sexualidade feminina, entendemos que não seja direcionado à Ofélia e sim as mulheres em geral devido a decepção que o personagem teve com sua mãe, lembremo-nos do primeiro monólogo do príncipe quando ele diz “Fraqueza, teu nome é mulher”.

O primeiro sentido responde à sensação premente, para Hamlet, não de que Ofélia está mentindo (se ele enviou um dia as cartas), mas que Ofélia rebusca demais suas respostas, deixando entrever certo formalismo ou certa cerimônia culpável. Essa cerimônia passa de uma camada de idealização amorosa que envolve todos os atos e pensamentos de Ofélia. Entretanto Hamlet fareja algo errado no tom e na fala de Ofélia. A palavra aponta para o segundo sentido, e Hamlet, aproveitando, desvia para o tema obsessivo da sexualidade feminina e, num átimo, sua desconfiança se transfigura, colando a imagem de Ofélia a imagem do feminino fraco – de Gertrudes. (PEREIRA, 2015, p. 255-256)

Se entendermos a pergunta “você é bela?” no sentido de beleza física, tal sentido ficaria deslocado, pois o que levaria Hamlet a fazer essa pergunta? Se ligarmos o sentido casta com bela, entendemos o que o príncipe quer dizer com “se você é decente e bela, sua decência não deveria permitir conversa com sua beleza” como “se você é casta e justa, sua castidade não deveria permitir conversa com sua beleza física”. Todavia, se utilizarmos o sentido de justa, temos uma ligação entre justiça honestidade.

Ofélia questiona “mas a beleza, senhor, com quem poderia ter melhor comércio do que com a decência?” ao utilizar a palavra comércio, lembra-nos que Hamlet havia chamado o pai dela de vendedor de bacalhau que também significava cafetão, ou seja, aquele que faz comércio de

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

prostitutas e é exatamente essa referência que aparece na resposta dele, “o poder da beleza transformará antes a decência em cafetina do que a força da honestidade poderia traduzir a beleza em sua semelhança”, entendemos como “o poder da beleza física transformará antes a castidade em cafetina do que a força da castidade poderia traduzir a justiça em sua semelhança”. Segundo Harold Jenkins (2001b, tradução nossa) Hamlet vê Ofélia confrontada com uma escolha entre ser filha de um vendedor de bacalhau ou de Jefté, e ele mesmo faz a escolha por ela quando a manda para um convento e declara que não haverá mais casamento. Ainda segundo Harold Jenkins (2001a), o fato de Ofélia ficar ausente da peça da cena da peça-dentro-da-peça (III.ii) à cena em que volta completamente louca (IV.v) e se afoga no rio (IV.vii) sugere que, assim como a filha de Jefté, ela foi chorar sua virgindade antes de morrer.

4.2. Ideologia

Como ideologia é entendida como o universo do saber do destinatário, analisaremos a personagem Ofélia que é o destinatário de Hamlet quando ele diz “vai para um convento”. Contudo, tal análise torna-se uma tarefa difícil, pois Ofélia é, como aponta Leverenz (2004, p. 131, tradução nossa) “uma personagem tentando responder a vários diretores impiedosos de uma só vez. ”, ou seja, até entrar em colapso, tudo que ela faz na peça é por ordem de seu pai e irmão.

Ofélia é muito jovem e inexperiente, perdeu a mãe e tem apenas o pai e o irmão para cuidar dela. No início da peça, ela é instruída por eles a não acreditar nas declarações de Hamlet, ambos consideram que ele não a ama e está seduzindo-a apenas para ter relações sexuais com ela, o irmão alude ainda ao fato de ele ser de uma alta posição na sociedade e ela não. Ela então age de acordo com as instruções, pois como ela mesma diz a seu pai não sabe o que deve pensar sobre as investidas do príncipe. Segundo Andrew Cecil Bradley (2009) a obediência dela é perfeitamente natural, pois ela sequer havia confessado seu amor por Hamlet.

O fato de ela ter passado a evitar Hamlet fez com que seu pai achasse que essa era a causa da loucura do príncipe. Ofélia então mostra a seu pai uma carta de amor que recebera de Hamlet e ele tem mais certeza ainda de sua teoria. Então, Polônio arma um encontro entre Hamlet e Ofélia, onde sua filha será usada como “isca” para provar que está certo e ela o obedece cumprindo o papel que lhe foi estipulado.

Seu pai, a quem via com os próprios olhos, e não com os de Shakespeare, é gentil, e o mais sábio dos homens, e está preocupado com o estado de Hamlet. O pai encontra, em seu relato, a solução do mistério: Hamlet está louco porque ela o repeliu. Por que não deveria contar ao pai toda a história e entregar-lhe uma antiga carta que poderia ajudar a convencer o rei e a rainha? Mais que isso, por que não deveria se permitir ser usada como "armadilha" para solucionar o mistério quanto à razão da loucura de Hamlet? É imperativo que seja solucionado para que possa haver a cura, todos os responsáveis por ela estão pura e simplesmente preocupados com o bem dele; e, se a sua indelicadeza é a causa dessa triste situação, eles permitirão que ela o cure por meio da gentileza (III.i). Deveria ela se recusar a cumprir um papel só porque seria doloroso cumpri-lo? Vejo em sua adesão a "trama" (como é absurdamente chamada) um sinal não de fraqueza, mas de abnegação e força. (BRADLEY, 2009, p. 119)

Quando Ofélia fica frente a frente com Hamlet, as palavras do príncipe ecoam as palavras de seu pai e de seu irmão e contradizem as palavras do próprio Hamlet que havia escrito uma carta dizendo-lhe para nunca duvidar do amor dele. Já na cena do convento ele diz que nunca a havia amado e que ela não deveria ter acreditado nele. Não há na peça nenhuma cena romântica entre os dois, apenas indícios que eles poderiam ser um casal, contudo, no filme de Branagh (1996) há uma cena em que eles estão tendo uma relação sexual, levando tal cena em consideração e a fala de Ofélia "Meu engano, então, foi bem maior" (III.i, p.113), ela desobedeceu seu pai, perdeu sua virgindade com Hamlet e agora descobre que é ingênua como seu pai havia dito. Quando Hamlet a manda ir para um convento, ela sabe que já não é mais "casta como o gelo" e "pura como a neve" (III.i, p.113), logo não poderia ser freira, restando para ela apenas ser prostituta. Somando-se isso ao fato de seu irmão ter viajado e Hamlet matar seu pai ela entra em crise fica louca e se afoga no lago.

o próprio Hamlet promove a crise de Ofélia, para ter certeza. Ele envia-lhe um ambíguo poema que pode ser lido como "Nunca duvide que eu te amo" ou "Nunca suspeite que eu te amo"(II.ii). Ele diz a ela que a amava; depois, "Eu nunca te amei" (III.i). Ele parece confirmar as suspeitas de Laertes, avisando-a de sua luxúria e mandando-a para um convento, o que naturalmente – outro sinal dúbio – também poderia ser um bordel. (LAVENRENTZ, 2004, p. 131)

4.3. Circunstâncias da comunicação

Quando a ação da peça inicia, Rei Hamlet, pai do Príncipe Hamlet está morto a aproximadamente dois meses, a Rainha Gertrudes, viúva e mãe do príncipe, casou-se com Cláudio, irmão de seu falecido marido e, conseqüentemente, tio de Hamlet. Tal precipitada união não é aceita pelo

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

príncipe que a considera como incesto³⁶ e cria uma raiva de sua mãe, sentimento tal que ele vai estender a todas as mulheres como podemos notar em seu primeiro solilóquio proferido antes mesmo do encontro com o espectro de seu pai, onde será revelado que Cláudio é o assassino do rei e Hamlet recebe a missão de vingá-lo.

Logo após a revelação do espectro, Hamlet comunica que vai “vestir um disfarce grotesco de bufão” (I.v,p.81), ou seja, ele vai se fingir de louco a fim de certificar-se tal relato. Ele não poderia agir logo após o relato, por dois motivos: primeiro na Inglaterra do século XVII, acreditava-se que o demônio poderia se disfarçar de alguém que amamos para nos induzir a cometer crimes e segundo seria um regicídio, então o príncipe decide representar uma peça onde o assassinato de seu pai será representado diante da corte para tentar provar a culpa de Cláudio.

Para Polônio, pai de Ofélia, suposta amante do príncipe, a loucura de Hamlet só tem uma causa, amor. Ele havia proibido sua filha de se encontrar com Hamlet, fato que, para ele, havia deixado o príncipe louco. E, para comprovar sua teoria, ele arma um encontro entre os dois. Durante o encontro, ele e Cláudio ficarão escondidos como espíões. Quem nos conta isso é o próprio rei.

A primeira fala de Hamlet à Ofélia é: “Ninfa, em tuas orações sejam lembrados meus pecados” (III.i, p.112) é importante destacar que ele sempre se refere a seus próprios pecados e nunca aos pecados dela, o mesmo acontece quando ele a manda ir para um convento pela primeira vez.

O diálogo entre eles começa com Ofélia saudando Hamlet o que para Harold Jenkins (2001a, tradução nossa) demonstra uma inversão dos papéis esperados uma vez que Ofélia o estava evitando, esperava-se que ele fosse o primeiro a falar. Ela então devolve os presentes que havia recebido dele, porém ele nega tê-los dado, e ela então o repreende. Ainda de acordo com o teórico tal comportamento vai de encontro ao que Polônio esperava.

Hamlet então muda completamente seu discurso e a pergunta se ela é decente e bela e diz que já a amou um dia e depois que nunca a amou. Até esse ponto do diálogo, eles se tratam pelo pronome “*you*”, que

³⁶ Ann Thompson e Neil Taylor (2006) comentam que somente Hamlet e o fantasma consideram a união de Cláudio e Gertrudes incestuosa. Eles enfatizam que na cena da oração, Cláudio não lista o casamento entre seus pecados.

segundo Frank Kermode (2006) era esperado entre amantes, contudo, nesse ponto, quando Hamlet a manda ir para um convento pela primeira vez, o pronome muda para “*thee*” “*Get thee to a nunnery*”, e “*thy*” “*Get thy ways to a nunnery*”.

Ainda que no texto original não haja nenhuma referência³⁷, de acordo com Harold Jenkins (2001a, tradução nossa) há uma tradição teatral que Polônio revela sua presença o que leva Hamlet a perguntar à Ofélia “onde está seu pai?”, o filme de Kenneth Branagh (1996) segue essa tradição. Esse fato é decisivo para a análise da cena, nós já sabíamos da presença de Polônio e Cláudio e agora Hamlet também sabe, ele já havia questionado a honestidade de Ofélia e agora ela mente na frente dele, pois ela responde com a única resposta possível “Em casa, meu Senhor”, para Andrew Cecil Bradley (2009) essa mentira é um ato de admirável, pois Ofélia manteve sua obediência ao pai mesmo após o ataque de fúria de Hamlet, ele já a havia mandado ir para um convento duas vezes, e agora manda a terceira.

Novamente utilizaremos como referência o filme de Kenneth Branagh (1996), que vai ao encontro da proposta contida em Harold Jenkins (2001a, p. 148) “quando ele diz: ‘Vai-te para um convento’, ele deve falar com ternura, como se estivesse ansioso pela segurança dela, e, em seguida, ao descobrir Polônio e o truque, ele deve mudar seu tom para raiva; e a cena poderia obviamente ser encenada dessa maneira”. No filme, a cena começa com os dois se abraçando e se beijando, porém, Hamlet, ao descobrir a presença de Polônio, passa a tratar Ofélia de maneira agressiva, sugerindo a mudança do significado.

5. *Considerações finais*

Ao analisarmos a referência ao universo do discurso, a ideologia do destinatário, no caso Ofélia, e as circunstâncias da comunicação, verificou-se que ambos os significados, convento e bordel, são possíveis para o signo convento na “cena do convento” na peça *Hamlet*. Contudo, entendemos que se levarmos em consideração o significado conotativo, Hamlet não está se dirigindo à Ofélia e sim as mulheres em geral devido a decepção com o casamento apressado de sua mãe, pois foi ela que o fez desacreditar na instituição do casamento e cometeu o pecado do incesto

³⁷ Jiri Veltruski (2012) comenta que as os significados linguísticos das rubricas do autor são transpostos em um processo não arbitrário para outros sistemas semióticos.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

casando-se com o irmão do ex-marido. Podemos perceber a repulsa pelo casamento de sua mãe mesmo antes da revelação do fantasma e, após a cena da peça-dentro-da-peça, quando Hamlet tem a certeza da culpa de seu tio, vai até o quarto de sua mãe e lhe diz diretamente como se sente em relação ao casamento.

Segundo Harold Jenkins (2001a) “em toda a ordem dramática da peça a conexão³⁸ entre Gertrude e Ofélia está implícita” Por serem as únicas personagens femininas e por conta dessa conexão entendemos que Hamlet se dirige à Ofélia utilizando duplos sentidos, o denotativo pode estar fazendo referência direta a Ofélia e o conotativo a sua mãe que para ele representa as mulheres em geral.

É irônico que Gertrude, que temia que o destempero de Hamlet tivesse a ver com o seu casamento, esperasse que as virtudes Ofélia pudessem ajudar a curá-lo. Ainda mais irônico é a rainha confessar no enterro de Ofélia que tinha esperança de que Ofélia fosse a esposa de Hamlet. E a descrição do afogamento da donzela sob o salgueiro adquire uma pungência extra a partir do fato de que Gertrudes lhe fala. Não é usual um personagem real fazê-lo, e não pode ser um acidente que Shakespeare o faz aqui. (JENKINS, 2001a, p. 152, tradução nossa)

Philips Edwards (2003) sugere que não devemos deixar os significados conotativos sobressaírem sobre os denotativos, contudo, a análise realizada demonstra que há a possibilidade de ambos os significados preencherem a forma significante vai para um convento. Esperamos com esse trabalho colaborar para as pesquisas já tão extensas sobre a obra *Hamlet*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. 19. ed. Trad.: Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

BLOOM, Harold. *Hamlet poema ilimitado*. Trad.: José Roberto O’Shea. Inclui texto integral de *Hamlet*, traduzido por Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

³⁸ Frank Kermode (2006, p. 150) cita que “a duplicação afeta a estrutura da peça há pares de personagens: Cornelius e Voltemmand, dois embaixadores que falam (juntos) apenas dez palavras; os indistinguíveis Rosencrantz e Guildenstern [...] o papel do vingador é duplicado (por Laertes e Fortimbrás)”.

BRADLEY, Andrew Cecil. *A tragédia shakespeariana: Hamlet, Oteló, Rei Lear, Macbeth*. Trad.: Alexandre Feitosa Rosas; revisão de tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. Trad.: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *As formas do conteúdo*. Trad. e rev.: Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *Tratado geral da semiótica*. Trad.: Antônio de Pádua Danesi e Glison Cezar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GREIMAS, Aljirdas Julien. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. vários tradutores. São Paulo: Contexto, 2011.

BRANAGH, Kenneth. (Dir.). *Hamlet*. Inglaterra/Estados Unidos: Castle Rock (B-R), 1996.

HELIODORA, Barbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HORNBY, Albert Sydney. *Oxford advanced learner's dictionary of current english*. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2000.

INGARDEN, Roman. As funções da linguagem no teatro. Trad.: J. Guinsburg. In: GUINSBURG, Jacó; COELHO NETTO, J. Teixeira; CARDOSO, Reni Chaves. (Orgs.). *Semiologia do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

JENKINS, Harold, Hamlet and Ophelia. In: HONIGMANN, Ernest. (Ed.). *Structural Problems in Shakespeare: Lectures and Essays by Harold Jenkins*. London: The Arden Shakespeare, 2001a.

_____. Hamlet and the Fishmonger. In: HONIGMANN, Ernest. (Ed.). *Structural Problems in Shakespeare: Lectures and Essays by Harold Jenkins*. London: The Arden Shakespeare, 2001b.

JONES, Daniel. *English Pronouncing Dictionary*. Great Britain: Cambridge University Press, 1991.

KERMODE, Frank, *A linguagem de Shakespeare*. Trad.: Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LAVENRENTZ, David. The Woman in Hamlet: An Interpersonal View, In: SMITH, Emma (Ed.). *Shakespeare's tragedies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

LONGMAN. *Dictionary of contemporary english*. 3. ed. [s.l.]: Longman, 2003.

MUKAROVSKI, Jan. Sobre o diálogo cênico. Trad.: J. Guinsburg. In: GUINSBURG, Jacó; COELHO NETTO, J. Teixeira; CARDOSO, Reni Chaves. (Orgs.). *Semiologia do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Hamlet: o príncipe da Dinamarca*. Trad., intr. e notas: Lawrence Flores Pereira. Ensaio de T. S. Eliot. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics/Cia. das Letras, 2015.

_____. *Hamlet*. THOMPSON, Ann; TAYLOR, Neil. (Eds.). New York: The Arden Shakespeare, 2006.

_____. *Hamlet, Prince of Denmark*. Editado por Philips Edwards. United Kingdom: Cambridge University Press, 2003.

ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SMITH, Albert Hugh; O'LOUGHLIN, John Leslie Noble. *Odhams dictionary of the English language illustrated: a modern guide to the meaning, pronunciation, and derivation of words in literary and current use*. London: Odhams, 1946.

SPURGEON, Caroline Frandes Eleanor. *A imagística Shakespeare e o que ela nos revela*. Trad.: Barbara Heliodora; rev. da tradução: Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEBSTER'S Ninth New Collegiate Dictionary. Springfield: Merriam-Webster, 1990.

WILLIAMS, Gordon. *Shakespeare's sexual language a glossary*. Great Britain: Continuum, 2006.

THE AMERICAN Heritage Dictionary Of The English Language. Boston: H. Mifflin, 1992.

THE OXFORD English Dictionary: being a corrected re-issue with an introduction, supplement, and bibliography of a new english dictionary on historical principles. Oxford: Clarendon, 1933, 12 vol.

VELTRUSKI, Jiri. O texto dramático como componente do teatro. Trad.: Jacó Guinsburg. In: GUINSBURG, Jacó; COELHO NETTO, J. Teixeira;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARDOSO, Reni Chaves. (Orgs.). *Semiologia do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO VOCABULÁRIO TÊXTIL NO BANCO DE DADOS
DO DICIONÁRIO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL
- SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

Jozimar Luciovanio Bernardo (UNESP)

jozimarbernardo@yahoo.com.br

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (UNESP/FCLAR)

RESUMO

Investigar o acervo vocabular de determinado campo do conhecimento sinaliza diversos aspectos associados às unidades lexicais nele inscritas, que se entrelaçam a outros domínios. Como diz Maria Tereza Camargo Biderman (1998), o léxico está intrinsecamente ligado ao processo de compreensão, significação e nomeação do mundo, e o ato de nomear as coisas pressupõe sua categorização e a relação de categorias. Assim, refletiremos sobre nosso projeto de doutorado em linguística e língua portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR/UNESP), cujo objetivo é investigar o vocabulário têxtil da língua portuguesa no Brasil Colonial em textos do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil – Séculos XVI, XVII e XVIII*, que resulta de um projeto de Maria Tereza Camargo Biderman e executado sob a coordenação de Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, docentes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Araraquara. Os tecidos, diversos em seus tipos, fibras, texturas, colorações, origens, acompanham há milênios o ser humano do nascimento à morte, compondo a sua vestimenta e aparecendo em todas as casas, na decoração e em outras utilidades. O estudo do vocabulário têxtil, incluirá nomes de tecidos e do que se fabricava com eles: peças de vestuário em geral, acessórios, estofos, artigos para uso doméstico e de decoração (roupas de cama, mesa e banho, tapetes, cortinas), artigos para aplicações técnicas (sacos, redes, velas de embarcações), entre outros, possibilitando acesso ao patrimônio histórico e cultural da época colonial brasileira. Neste viés, um produto têxtil, do fino ao rústico, torna-se um documento pelo qual podemos obter registros sociais e culturais e penetrar por seus enraizamentos históricos e geográficos.

Palavras-chave: Vocabulário têxtil. Dicionário histórico. Português do Brasil.

1. Introdução

Estudar o acervo vocabular de um campo do conhecimento sinaliza diversos aspectos da atividade humana que estão associados às unidades lexicais nele inscritas. Nesse contexto, apresentamos alguns apontamentos acerca do projeto de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR/UNESP), cujo objetivo é investigar o vocabulário de tecidos e artigos têxteis no banco de dados do

Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. Dentro do universo de “artigos têxteis”, consideramos peças de vestuário em geral, guarnições, acessórios, artigos para uso doméstico e de decoração (roupas de cama, mesa e banho, cortinas etc.) entre outros gêneros que forem localizados no *corpus*.

No presente artigo, descrevemos sucintamente o percurso metodológico da construção do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*. Posteriormente, apresentamos o atual estágio da metodologia da pesquisa da qual resulta o trabalho ora apresentado e tecemos algumas palavras sobre léxico e cultura, alinhavando os têxteis nesta contextura. Neste ensejo, refletimos sobre o léxico dos tecidos e artigos têxteis em relação com fatores sociais, culturais e históricos que podem ser evocados a partir das unidades que o constitui. Convém ressaltar que a pesquisa em questão se encontra em fase inicial de desenvolvimento e, em razão disso, os dados analisados adiante não foram, ainda, coletados diretamente do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, conforme está projetado.

2. O banco de dados do “Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII”

Idealizado pela professora Maria Tereza Camargo Biderman e levado a cabo sob a coordenação da professora Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, docentes da Unesp, *campus* de Araraquara, o projeto *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII* foi aprovado em 2005, no âmbito do Programa Institutos do Milênio do CNPq, e concluído em 2013. A sede do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* é o Laboratório de Lexicografia, da Faculdade de Ciências e Letras/ Unesp, Araraquara. As equipes de apoio são formadas por profissionais de diferentes partes do Brasil, como também de Portugal.

Ao descrever o processo da construção do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2011) especifica que:

O nome histórico como qualificativo do dicionário não é somente porque a obra de referência registra as mudanças semânticas, gráficas, fonéticas ou morfológicas que as palavras sofrem num período de tempo, mas também porque, ao ser construído sobre uma base informatizada formada de documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII, resgata a história da língua e a história política, administrativa, econômica, cultural e religiosa do Brasil Colônia. (MURAKAWA, 2011, p. 2)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Com o propósito de registrar a língua portuguesa no Brasil Colônia, o projeto reuniu documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII e começo do XIX, com total de 28.858 páginas escaneadas e 7.492.472 ocorrências. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2015) acrescenta que, para a construção do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, apenas este *corpus* foi utilizado e que há, ainda, um segundo banco não explorado, com 2.049.249 ocorrências e 8.009 páginas escaneadas, que possibilitará o aperfeiçoamento do *Dicionário*. Mais precisamente, foram coletados textos datados de 1500, com a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei português, até 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Brasil. (MURAKAWA, 2015)

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2015, p. 76) sublinha que “denominou-se *documento* toda a produção escrita utilizada como testemunho, comprovação da língua portuguesa no período”. Quanto aos critérios para seleção dos textos, definiu-se que deveriam ser escritos por portugueses sobre o Brasil ou por aqueles já nascidos na Colônia. Dessa forma, foram percorridos museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas e particulares no Brasil e a Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, obtendo-se uma copiosa variedade de documentos, tais como:

[...] obras dos missionários viajantes, na sua maioria jesuítas que vieram em missão catequética e no Brasil se fixaram; diários de navegação, como o de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa; cartas de sesmarias; roteiros descritivos da flora e fauna brasileiras; descrições geográficas; cartas e sermões do Padre Vieira, pregados aqui no Brasil e de outros oradores sacros, que para aqui vieram e que tiveram sua correspondência reunida em obras esparsas; obras e documentos que tratam do Estado do Grão Pará, durante a era pombalina; cartas comerciais trocadas entre comerciantes da colônia com outros de Portugal; obras sobre a nobiliarquia paulistana; atos de câmaras municipais; anais de câmaras de diversos municípios brasileiros; documentos cartoriais; autos de devassas feitos durante a Inconfidência Mineira; processos; inventários; testamentos; alvarás; posturas; bandos; atos de doações de terras, casas e terrenos; cartas de ofício; patentes; cartas dos governadores gerais; provisões; documentos forenses; estatutos de sociedades; constituições dos bispados do Brasil; regimentos militares; obras sobre medicina, farmácia, agricultura, mineração, além da produção literária do barroco e arcadismo no período. (MURAKAWA, 2015, p. 76)

Para processamento do *corpus* de pesquisa do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, foi utilizado o programa computacional *Philologic*, desenvolvido na Universidade de Chicago, o qual conta com um motor de busca capaz de localizar as unidades lexicais e suas combinatórias. Antes de os textos serem inseridos no *Philologic*, foram necessários procedimentos como escaneamento, edição das imagens, transfe-

rências destas para texto (TIFF > DOC), transcrição dos manuscritos, entre outros para converter os textos ao formato digital.

O *Dicionário Histórico do Português do Brasil* abrange o léxico da língua portuguesa que deu base à constituição do repertório lexical do português brasileiro. Nesse percurso, foram registradas as unidades lexicais - substantivos, adjetivos e verbos – que constam da sua nomenclatura; foram extraídas todas as acepções que a palavra-entrada, ou lema, possui nos contextos do banco de dados e anotada a data mais antiga das suas ocorrências. A fim de facilitar a consulta no *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, a grafia das palavra-entradas segue o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP), de 2009. Nos casos em que o banco não contemplou a grafia do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, esta prevaleceu e as grafias registradas no banco de dados foram consideradas variantes. (MURAKAWA, 2015)

Em 2013, a vultuosa e pioneira obra lexicográfica histórica do português do Brasil foi concluída com uma nomenclatura de 10.470 verbetes, distribuídos em 11.051 páginas, em 19 volumes impressos em A4. (MURAKAWA, 2014)

Depreendemos, então, que o banco de dados do qual extrairemos os dados para a pesquisa contempla ampla e variada tipologia textual, sendo representativo quanto à sua heterogeneidade linguística. Ademais, isto possibilita a produção de múltiplas pesquisas, ou seja, além da sua finalidade inicial – construir o *Dicionário Histórico do Português do Brasil* – o banco pode servir a numerosas investigações no âmbito da Linguística e em outras áreas do saber.

3. O percurso metodológico: definição do corpus e coleta, descrição e análise dos dados

Conforme exposto anteriormente, compõe o *corpus* da pesquisa o banco de dados do *Dicionário Histórico para o Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Dada a sua natureza de *corpus* computadorizado, cabe citar o conceito de *corpus* linguístico que Tony Berber Sardinha (2004), ao abordar a linguística de *corpus*, entende ser o mais completo. O autor adere ao conceito de *corpus* como sendo:

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dis-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

postos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise. (SÁNCHEZ, 1995, p. 8-9 *apud* SARDINHA, 2004, p. 18)

Nestes termos, podemos considerar que o *corpus* do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* está cronologicamente delimitado; possui grande diversidade de tipos e gêneros textuais, sendo representativo da língua portuguesa do Brasil Colônia, bem como foi submetido a procedimentos computacionais que possibilitaram seu processamento digital. Dentro da classificação estabelecida por Tony Berber Sardinha (2004), referente à extensão de um *corpus*, o do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* pode ser considerado médio-grande (entre 1 milhão e 10 milhões de ocorrências). Assim, o *corpus* do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* é criteriosamente construído e adequado ao nosso propósito de investigação.

3.1. Coleta dos dados

A princípio, constituímos um grupo de unidades lexicais referentes a tecidos e artigos têxteis que constam em algumas cartas comerciais da primeira metade do século XVIII, agrupadas nos 5 volumes da obra “Negócios coloniais”, de Luis Lisanti (1973), como também do trabalho de Gracinéa Imaculada Oliveira (2010), que investigou o vocabulário do vestuário em inventários setecentistas de Minas Gerais. Mais especificamente, este método consiste em levantar unidades léxicas com maior possibilidade de ocorrência no *corpus*, de modo que estas nos conduzam a textos e contextos nos quais poderemos localizar outras mais.

As cartas comerciais reunidas na obra supracitada, cujo financiamento foi do Ministério da Fazenda, foram trocadas entre o comerciante lisbonense Francisco Pinheiro e seus correspondentes no Brasil. Ao falar da agregação desta obra ao *corpus* do projeto *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (2009, p. 27) ressalta que “das 1792 cartas, foram selecionadas para o banco de dados aquelas que saíram do Brasil para Lisboa, e não todas, dado ao grande volume da correspondência”. Seguindo este critério, selecionamos unidades léxicas referentes a tecidos e artigos têxteis no glossário localizado no primeiro volume de “Negócios Coloniais”, bem como a partir da leitura de algumas das cartas. Entre diversas ocorrências de nomes de tecidos encontrados, podemos citar *aniagem*, *baeta*, *barbarisco*, *barregana*, *bertangil*, *bocachim*, *cabaia*, *droguete*, *duquesa*, *esguião*, *ga-*

la, holanda, lemiste, nobreza, ruão e sufúlie; no campo do vestuário em geral, temos: *barrete, boldrié, casaca, colete, meia de laia, meia de pi-são, quimão, surtum, tanga, véstia* e no campo dos ornatos do vestuário: *cairel, galão, froco, ourela e troçal*.

De modo a abranger os artigos têxteis, sobretudo, vestuários, elegemos o trabalho de Gracinéa Imaculada Oliveira (2010) intitulado “Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais”. Como *corpus*, a autora se valeu de “[...] inventários oriundos dos cartórios do primeiro e segundo ofício de notas da antiga Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, sede da Comarca do Rio das Velhas e uma das mais ricas e importantes vilas da capitania”. (OLIVEIRA, 2010, p. 47). Exemplos de ocorrências de nomes de vestimentas nestes documentos são *capote, chambre, fraque, guarda-pé, loba, sobretudo e timão*.

Após reunidos os itens lexicais das obras supracitadas, partiremos para a consulta de cada um no banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, mediante os recursos do gerenciador *Philologic*. Ao buscamos uma unidade, por exemplo, *pano*, aparecerão as suas ocorrências em trechos dos documentos do *corpus*, os quais são referenciados pelo programa. Dessa maneira, um item léxico poderá apontar outros que não mantinham, *a priori*, relação nitidamente direta com o campo têxtil. Com a visualização dos itens léxicos no contexto, faremos a seleção e exclusão dos dados lexicais, consoante o objetivo da pesquisa.

O próximo passo consistirá em juntar as variantes às formas canônicas, de acordo com o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP – 2009), obtendo a nomenclatura que será objeto de análise.

3.2. Descrição e análise dos dados

De forma a ampliar as informações acerca de cada unidade lexical coletada, consultaremos suas definições nas seguintes obras lexicográficas da língua portuguesa dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI: D. Raphael Bluteau (1712/1728), Antônio de Morais Silva (1789, 1813, 1858, 19-?, 1949), Fr. Domingos Vieira (1871/1874), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) e Antônio Houaiss (2009).

Temos em vista a constituição de campos léxicos e possíveis microcampos, a partir dos quais faremos a descrição e análise dos itens lexicais, com base nos contextos em que as unidades ocorrerem, nas defi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nições lexicográficas e em outras fontes que ampliem o saber acerca do vocabulário em estudo e dos aspectos que poderão ser depreendidos deste conjunto lexical. Justificamos esta metodologia por concordarmos com Maria Tereza Camargo Biderman (1984, p. 28) que “o dicionário é um instrumento cultural que remete tanto à língua como à cultura. O lexicógrafo descreve ambas — língua e cultura — como um todo pancrônico, embora se situe numa perspectiva sincrônica”. Desta feita, analisaremos o vocabulário dos tecidos e artigos têxteis do português no Brasil Colônia em diálogo com a cultura, história e sociedade, permeando-nos pela textura de aspectos léxico-semânticos e histórico-linguísticos.

No presente artigo, em especial, fazemos apontamentos sobre o objetivo da pesquisa. Neste processo, nos valem de algumas unidades lexicais coletadas de Luis Lisanti (1973) e Gracineá Imaculada Oliveira (2010), as quais não compõem, ainda, a nomenclatura a ser descrita e analisada na tese, na qual serão trabalhadas as ocorrências registradas no banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

4. Léxico: a língua a serviço da cultura e por ela sendo servida

O fio da meada da pesquisa se mostra nas seguintes palavras de Gilda Chataignier (2009, p. 96): “as denominações dadas a muitos tecidos - que nos intrigam e levam a fantasiar suas origens - acrescentam informações a eles pertinentes que, desta forma, desvendam modos de viver e aspectos socioculturais de povos os mais diversos”. Deste modo, desvendar palavras é perscrutar os fatos socioculturais que nelas se deixam transparecer.

Sabe-se que no nível léxico da língua há elementos que são formais; contudo, há outros mais que interpretam (e se interpenetram nas) as relações sociais e as práticas culturais que nela se fazem registrar, em todos os níveis, tais que: o fonético/fonológico, o morfológico, o sintático, o estilístico, o semântico. Não se nega, porém, ser o nível dos arranjos lexicais o que melhor mostra a língua a serviço da cultura e por ela sendo servida (PAULA, 2010). Neste viés, entendemos, como Maria Tereza Camargo Biderman (1998, p. 91), que “[...] o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”, bem como está ligado intrinsecamente ao processo de compreensão, significação e nomeação da realidade.

Vêm a calhar neste contexto, as palavras de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (2015), quando analisa a cultura, a origem e as variações da palavra cachaça:

[...] investigar uma palavra é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema linguístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade em diferentes épocas. Desse modo, no exame de uma palavra ou, ainda, de um campo lexical cuja rede semântica gira em torno dessa palavra, analisa-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer. Em vista disso, a palavra torna-se testemunha da própria história de um povo, assim como de todas as normas sociais que o regem. (SEABRA, 2015, p. 4)

Maria José Palla (1992, p. 30), em estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente, afirma que “através das indumentárias esboçar-se-á uma distribuição horizontal e vertical dos homens: uma geografia e uma hierarquia sociais, o museu imaginário de uma sociedade na diversidade de seus trajes”. Para a autora, o traje, incorporado em um sistema social que lhe demarca a forma e o uso, nunca é neutro. Ademais, enfatiza que “estudar um traje num determinado momento histórico leva-nos ao encontro de uma época, dos seus costumes, gostos, modas e ideais”. (PALLA, 1992, p. 30-31). Outrossim, Vivian Orsi e Leonardo Carmo (2015) defendem que “as roupas são símbolos de processos históricos e de cultura de uma sociedade. As roupas fazem parte da nossa identidade e refletem o momento em que vivemos”. Com referência aos tecidos, Gracinéa Imaculada Oliveira (2011) corrobora as autoras supracitadas:

[...] os tecidos - itens corriqueiros - carregam nas suas tramas uma história que dialoga com a cultura do povo que os criou ou que os usa. Verdadeiros ícones de épocas e lugares, os tecidos costumam trazer nos próprios nomes a geografia do lugar onde foram fabricados ou difundidos e o percurso até determinada região. (OLIVEIRA, 2011, p. 442)

Gilda Chataignier (2009, p. 20), em sua obra sobre o universo têxtil, destaca a sumptuosidade que tecidos e vestimentas representavam no século XVII: “[...] o tecido utilizado em roupas, trajes, moda e utilitários é um dos mais fortes e antigos meios de comunicação. Tão forte que até meados do Século XVII, ele era considerado um bem de luxo e figurava como herança em testamento, assim como boas peças da indumentária”. Vale destacar que contamos com o aporte documental testamento entre os documentos do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

Diversos em seus tipos, texturas, colorações e origens, os tecidos acompanham o ser humano do nascimento à morte, há milênios, com-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

pondo não apenas a sua vestimenta, mas aparecendo em todas as casas, na decoração e em outras utilidades. Nessa perspectiva, podemos dizer que os tecidos, assim como os artefatos com eles fabricados, estão contidos em uma esfera maior: a cultura material. Segundo Rita de Cássia Domingues-Lopes (2003),

[...] os bens materiais de um grupo social podem ser observados não como um fim em si mesmos, mas como um meio para entender costumes, tradições, visões de mundo e meio ambiente da sociedade que os produziu. Tornando a fabricação de objetos, parte integrante do sistema cultural. (DOMINGUES-LOPES, 2003, p. 22)

Esta teoria vem ao encontro do tema da presente pesquisa. Como estudiosos da linguagem, não investigaremos os objetos reais, mas acessaremos a memória, o registro linguístico deles nos documentos do banco de dados. Neste ponto, a língua se evidencia, especialmente, o seu nível léxico, como meio de preservação e transmissão do conhecimento da realidade em todos os seus âmbitos.

Inferimos que versar sobre a relação língua, cultura e sociedade é imprescindível ao estudo dos nomes de tecidos e artigos têxteis, os quais, em suas variadas características e origens, figuram um rico vocabulário a ser perscrutado. A seguir, apontamos alguns caminhos que podem ser trilhados durante a análise do vocabulário a ser repertoriado do banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*.

5. *Apontamentos acerca do léxico dos tecidos e artigos têxteis: um diálogo entre língua, cultura e história*

Quando fala da mentalidade aristocrática que caracterizava a sociedade lusitana nos tempos da expansão do império ultramarino, João Fragoso, Manolo Florentino e Sheila de Castro Faria (1998) chamam a atenção para o fato de que esta sociedade, assim como outras europeias no século XVI, encontrava-se juridicamente estratificada. Mesmo quando cometiam crimes iguais, um membro da nobreza era retido em sua casa, enquanto um sujeito das classes populares era preso na cadeia pública e, para agravar, às vezes era chicoteado. Neste conjunto, evidenciamos que “[...] as pessoas distinguiam-se pelas formas de tratamento e pelo vestuário, implicando *status* diferentes perante a justiça” (FRAGOSO; FLORENTINO; FARIA, 1998, p. 29). Percebe-se, então, como o vestuário e a linguagem já eram poderosos marcadores de condição social e podiam definir modos de lidar com os sujeitos e distingui-los.

Vale citar, nesse contexto da história portuguesa, as leis denominadas Pragmáticas - regras emanadas das Cortes e que recaíam sobre os costumes. Segundo Maria José Palla (1992, p. 34, grifo da autora), “os abusos do luxo levaram as autoridades a proclamar *Pragmáticas* com proibições e restrições, resultantes, simultaneamente, de necessidades económicas e de imperativos morais”. Foram promulgadas *Pragmáticas* desde meados do século XIV, que tratavam sobre o vestir, o comer e outros itens, regulamentando o que era permitido a cada classe social, pois a liberdade de escolha era restrita à realeza (PALLA, 1992), até o final do século XVIII, quando o Marquês de Pombal publicou *Pragmáticas* legislando sobre o luto. Dentre as várias expedidas neste intervalo de tempo, pode-se destacar a “Lei sobre os vestidos de seda, e feitio deles e das pessoas que os podem trazer”, promulgada por D. Sebastião, em 1560, proibindo veementemente o uso de seda pelas pessoas dos baixos estratos e regulando as partes do vestuário nos quais se permitia empregá-la.

Apontando um contínuo deste fato no Brasil Colônia, mas por motivos econômicos e não jurídicos, no ano de 1785, a Rainha D. Maria I, sucessora de D. José I, seu pai, no trono português, expediu um Alvará que proibia, no território do Brasil, a manufatura de ouro, prata, sedas, algodão, linho e lã, bem como os tecidos feitos de alguma destas fibras ou da mistura delas, com exceção da fazenda grossa de algodão, pois esta servia ao vestuário dos negros escravos e a outras utilidades correlatas. A motivação para tal feito se fundamentava no receio de que o desenvolvimento de fábricas e manufaturas prejudicasse a exploração das riquezas da Colônia, bem como o cultivo da terra, ferindo a lógica mercantilista. Quem desobedecesse este Alvará teria de pagar multa tanto para os oficiais responsáveis pela diligência quanto para o denunciante. Abaixo, transcrevemos um trecho do documento:

Hey por bem Ordenar, que todas as Fabricas, Manufacturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro, e Prata. De Velludos, Brilhantes, Setins, Tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de Belbutes, Chitas, Bombazines, Fustões, ou de qualquer outra qualidade de Fazenda de Algodão ou de Linho, branca, ou de cores [...] exceptuando taõ sómente aquelles dos ditos Teares, e Manufacturas, em que se tēcem, ou manufacturam Fazendas grossas de Algodão, que servem para o uso, e vestuario dos Negros, para enfiardar, e empacotar Fazendas, e para outros Ministerios semelhantes; todas as quais sejam extinctas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Dominios do Brazil [...]. (PORTUGAL, 1828).

Com relação ao vestuário dos escravos, recuperamos definições lexicográficas de duas unidades léxicas que Luis Lisanti (1973, p. LXIII), em seu glossário, especifica que eram os tecidos para “[...] encapar far-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

dos e vestir escravos”: *aniagem* e *linhagem*. Em D. Raphael Bluteau (1712/728, p. 49, v. 9), *aniagem* é um “Pano tecido de linho crú que se fabrica no Norte, de três palmos de largo. Antônio de Morais Silva (1789, p. 135, v. 1) define-a como “Especie de roupa de linho cru, muito grossa, e estreita, para capas de fardos [...]”. Fr. Domingos Vieira (1872, p. 424, v. 1), define como “Panno tecido de linho crú muito grosso e estreito, proprio para capas e fardos”. Os contemporâneos Antônio Houaiss (2009) e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) apresentam definições semelhantes às supracitadas.

Referente à *linhagem*, em D. Raphael Bluteau (1712/1728) e Antônio de Morais Silva (1789) foram registradas, respectivamente, as variantes *liage* e *liáge*. Para D. Raphael Bluteau (1712/1728, p. 105, v. 5), “[...] he hum pano como de estopa, mas melhor, & mais fino, vem de fora do Reyno, & he muy conhecido”. Antônio de Morais Silva (1789, p. 220, v. 2) define *liáge* como “Panno de linho grosseirão de que se forrão, ou com que se encapão fardos”. Fr. Domingos Vieira (1872, p. 1306, v. 3) além de *liáge*, registra *linhage*, a primeira sendo “Panno de linho grosseiro, empregado para encapar fardos” e a segunda, mais genérica, “Tecido feito de linho” (VIEIRA, 1872, p. 1322, v. 3). Antônio Houaiss (2009) registra *linhagem* e define-a, tal qual os antecessores, como sendo um tecido de linho grosseiro que se utiliza para enfiar objetos e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), mais sucinto, diz ser a *linhagem* um “tecido grosso de linho”.

A partir das definições, inferimos que ambas as unidades se referem a um mesmo tipo de tecido de linho, grosseiro e que se usava, basicamente, para embrulhar fardos. Gracinéa Imaculada Oliveira (2010), baseada em Antônio Geraldo da Cunha (1997), presume que *aniagem* é resultante de uma alteração de *linhagem* com o artigo *a* aglutinado.

Um exemplo de vestimenta própria aos escravos, e que, hoje, significa também um tipo de roupa íntima, é a unidade lexical *tanga*, ocorrente em Luis Lisanti (1973, p. 176), por exemplo, neste trecho de uma carta de 1715: “[...] aliagem³⁹ a 160 rs p.a fazer tangas [...]”. D. Raphael Bluteau (1712/1728), embora registre o lema *tanga*, não apresenta uma acepção que reporte ao vestuário. Antônio de Morais Silva (1789, p. 754, v. 4) anota que a *tanga* é “[...] a peça de panno, com que os negros se encachão, e cobrem as partes vergonhosas da cintura até o joelho. Fr. Domingos Vieira (1872, p. 627, v. 5) define-a como “[...] peça de panno,

³⁹ Linhagem.

que é longor de vara e meia, ou duas varas sem feitio, que enrolada na cintura, e pendendo como uma fralda, é aquilo com que os Índios se encacham, e cobrem as partes vergonhosas da cintura até o joelho”. Em Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), tanga é “espécie de avental usado por certos povos para cobrir o corpo desde o ventre até as coxas” e em Antônio Houaiss (2009), uma “espécie de lençol enrolado ao corpo us. por negros que chegavam ao Brasil como escravos”.

Quiçá como um eco das *Pragmáticas*, vê-se que as classes mais pobres faziam uso de tecidos grosseiros, de piores propriedades. Naturalmente, na Colônia, aos escravos não eram dadas condições de portar roupas de melhor qualidade, o que reitera a visão que se tinha destes sujeitos àquela época, como se objetos fossem. Afinal, usava-se no traje do negro escravo o mesmo tecido rústico com o qual se encapavam fardos para proteger o conteúdo de avarias. Isto equivale a colocar em um mesmo nível o ser humano e o objeto, passível de ser negociado e explorado, o que, de fato, ocorria: escravos eram mercadorias humanas.

Contraditoriamente ao fato exposto, mas com motivo explícito para tal, poderiam haver situações em que alguns escravos eram trajados a moda dos seus senhores. Sigrid Porto Barros (1947, p. 124), ao versar acerca da condição social e do vestuário feminino no Brasil Colônia, menciona que “para dar ênfase à sua prosperidade, as sinhás se faziam acompanhar nos dias festivos, de mucamas ricamente adornadas em seus trajes de cetim, com becas de lemistes finíssimo e camisas de cambraia bordada”. Sobre este fato específico, requer-se um aprofundamento minucioso, buscar mais fontes e documentos, mas fica, aqui, um indício que poderemos investigar no desenvolver da pesquisa.

Analisemos, agora, a unidade léxica *quimão*. Em D. Raphael Blueteau (1712/1728, p. 62, v. 7), é registrada como “Vestidura de alguns povos da Índia. He quasi a modo de nossas roupas de Chambre”. Antônio de Morais Silva (1789, p. 542, v. 2) define quimão como “roupão talar com mangas, aberto por diante, e largo”. Fr. Domingos Vieira (1872) define tal qual Antônio de Morais Silva (1789). Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) apresenta a palavra-entrada quimão, mas faz remissiva para *quimono*. Antônio Houaiss (2009) também a apresenta como variante de quimono e, em outra acepção, descreve que era, “na antiga Índia portuguesa, casaco de chita largo e curto us. por moças solteiras pobres”.

Esta unidade lexical foi coletada da obra de Luis Lisanti (1973). Uma das ocorrências está em uma carta de 1728: “[...] e agora como se

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

vendeu mais o *quimão*, e barrette fica em 56.900 rs abatidos 41.300 rs [...]” (LISANTI, 1973, p. 267, v. 3, grifo nosso). João Capistrano de Abreu (1998, p. 204, grifo nosso), em “Capítulos de História Colonial”, registra que “os donos da casa-grande, como toda a população masculina [...], nas ocasiões solenes, recebendo visitas, revestia-se de *quimão*, tilmão ou chambre”. Em outras ocasiões, exceto durante viagens, os homens trajavam “[...] ceroula e camisa, geralmente, com rosários, relíquias, orações cuidadosamente cosidas e escapulários ao pescoço”. (ABREU, 1998, p. 204)

João Capistrano de Abreu (1998), quando cita esta peça do vestuário, trata especificamente do século XVIII. É notável, assim, que, neste período da era colonial brasileira, o *quimão* conferia maior prestígio a quem o trajava, sendo usado em ocasiões nas quais seu portador se expunha ao meio social, tanto dentro de casa como fora dela. Vale sublinhar, também, que os adornos e acessórios citados – escapulário, rosário, orações cosidas e relíquias - exprimem a fé religiosa católica do dono da casa-grande acima retratado.

Auguste de Saint-Hilaire (2002), em relato de sua experiência em um engenho no Rio de Janeiro, também evidencia como o vestuário era item de distinção, quando descreve o traje do senhor de engenho que lhe recebeu:

Em casa usa roupa de brim, tamancos, calça mal amarrada e não põe gravata [...]. Mas, se monta a cavalo e sai, é preciso que o vestuário lhe corresponda à importância e então enverga o jaleco, as calças, as botas luzidas, usa esporas de prata, cavalga sela muito bem tratada. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 17)

Reforçamos, a partir deste fato, como dos demais apresentados, a concepção do vestuário - tipo de tecido empregado, guarnições e acessórios – como reflexo da condição social de quem o porta e também de elementos outros do seu universo, como a religiosidade.

Vêm a calhar, neste ponto do artigo, uma discussão conceitual de Roland Barthes (1979, p. 25), em “Sistema da moda”, segundo o qual:

[...] todo enunciado comporta [...] pelo menos duas leituras, a das palavras em si mesmas e a da relação significante *Mundo*, [*Moda*] ≙⁴⁰ *Vestuário*, ou, se se preferir, como o signo vestimentário se dá a ler através de um discurso que o transforma em função (este vestuário serve para tal uso mundano) ou em asserção de valor (este vestuário está na Moda [...])

⁴⁰ Em Roland Barthes (1979), este símbolo significa relação de equivalência.

Roland Barthes (1979), em seu estudo, utiliza como *corpus* jornais de moda do biênio 1958-59, todavia, de forma evidenciar a ideia acima citada, transcrevemos um trecho de uma carta de 1725, em que se arrola “1 dúzia de meias de lã de agulha pretas p. a luto de homem” (LISANTI, 1793, p. 271, v. 1). Pela ótica de Roland Barthes (1979), em termos saussurianos, esta sentença constituiria um signo em que as *meias de lã pretas* formariam o significante e *luto*, o significado. Desse modo, fica posto que a peça do vestuário meia de lã (variante de lã) preta serve para se usar em ocasiões de luto, e, mais especificamente, para o luto de homens. Em suma, meias de lã pretas significam luto de homens.

Remetendo esta teoria às descrições de João Capistrano de Abreu (1998) e Auguste de Saint-Hilaire (2002), podemos associar que, nos contextos apresentados, o quimão significa ocasiões solenes, de exposição ao público, como a recepção de visitas. Roupas de brim, tamancos, calça mal amarrada e ausência de gravata significam trajes de se usar em casa e jaleco, calças, botas luzidas e esporas de prata, enfatizando a autoridade e o prestígio de quem os porta, significam, como o quimão, ocasiões de exposição pública, especificamente, quando se vai andar a cavalo.

6. Considerações finais

A essência da pesquisa em andamento está na ideia de que o estudo do vocabulário de tecidos e artigos têxteis apontará aspectos como estratificação social, realidade econômica, geografia, religião e costumes. Conforme visto anteriormente, era marcante a identificação de classe social de uma pessoa por meio do seu vestuário, incluindo os acessórios, o tipo e a qualidade do tecido e outros elementos. Além do *status* social, profundamente hierarquizado, o conjunto citado pode sinalizar demais dimensões da vida humana, como a religiosidade. Há, também, o lado prático e injuntivo do uso; era necessário vestir o escravo, bem como o índio, mesmo que de forma bastante rústica, pois a nudez era condenada pelos jesuítas.

O conjunto do vestuário, especialmente, se afigura como uma espécie de linguagem que revela quem o usa. Neste viés, um produto têxtil, do fino ao rústico, compara-se a um documento a partir do qual podemos obter registros sociais e culturais e penetrar por seus enraizamentos histó-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ricos e geográficos. É por este universo que pretendemos enveredar no percurso da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998. (Série Biblioteca básica brasileira). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1022>>. Acesso em: 11-07-2016.

BARROS, Sigrid Porto. A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 117-154, 1947. Disponível em: <<http://zip.net/bctrvV>>. Acesso em: 25-07-2016.

BARTHES, Roland. *O sistema da moda*. Trad.: Lineide do L. S. Mosca. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário padrão da língua. *Alfa*, vol. 28, p. 27-43, 1984.

_____. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/b88p0N>>. Acesso em: 25-08-2012.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712/1728, 10 vol.

CHATAIGNIER, Gilda. *Fio a fio: tecidos, moda e linguagem*. São Paulo: Estação das Letras, 2009.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. 2. ed. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1997.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia. Artefatos Xikrín: documentos e testemunhos de um grupo indígena. In: REUNIÃO REGIONAL DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 8, 2003, *Anais...* São Luís: ABANNE, 2003.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. Europa e Portugal entre os séculos XIV e XVI. In: _____. *A economia colonial brasileira: séculos XVI-XIX*. Coord.: Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 1998, p. 6-31.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*, versão 5.0. Curitiba: Positivo Informática, 2004. (CD-ROM).

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LISANTI, Luis. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5 v.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Dicionário histórico do português do Brasil: testemunho lexical da língua portuguesa no Brasil Colônia. *Debate Terminológico*, n. 14, p. 75-88, 2015.

_____. A construção de um dicionário histórico: o caso do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. *Estudos de Linguística Galega*, n. 6, p. 199-216, 2014.

_____. A contribuição de um dicionário histórico: o Dicionário Histórico do Português do Brasil. *Organon*, vol. 25, n. 50, p. 243-274, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124848>>. Acesso em: 20-02-2016.

_____. Lexicografia e história: o Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. In: ALVES, Ieda Maria et al. *Estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 23-38.

OLIVEIRA, Gracinéa Imaculada. A trama e a urdidura: o vocabulário têxtil e a história da língua portuguesa. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 13, n. 2, p. 441-457, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/59895/63004>>. Acesso em: 24-07-2015.

_____. *Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ORSI, Vivian; CARMO, Leonardo. Reflexões sobre o léxico e a moda do século XIX. In: *Moda documenta: museu, memória e design 2015. Anais do Congresso Internacional de Memória, Design e Moda*, São Paulo, 2015. São Paulo: MIMo/Estação das Letras e Cores, ano 2, vol. 01, n. 01.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

PALLA, Maria José. *Do essencial e do supérfluo: estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*. Lisboa: Estampa, 1992.

PAULA, Maria Helena de. Brinquedos e brincadeiras em narrativas pessoais: inventário e análise lexical. *Revista do GELNE*, vol. 12, p. 22-31, 2010.

PORTUGAL. *Lei de D. Sebastião de 25 de junho de 1560*. Ley sobre os vestidos de seda, & feitos delles. E das pessoas que os podem trazer. - [S.l.: s.n.]: vendense em casa de Belchior Fernandez, [25/06/1560]. Disponível em: <<http://purl.pt/14914>>. Acesso em: 10-08-2016.

_____. *Alvará de cinco de janeiro de 1785*. Alvará proibindo as Fábricas, e Manufacturas, no Brazil. In: SILVA, Antonio Delgado da [redator]. *Collecção da Legislação Portugueza Desde a Ultima compilação das ordenações, legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828. Disponível em: <<http://goo.gl/HI3tm2>>. Acesso em: 20-08-2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1059>>. Acesso em: 11-07-2016.

SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Cachaça: cultura, origem, variações. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 52, p. 03-26, 2015.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, 2 vol.

_____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Org.: Augusto Moreno, Cardoso Junior e José Pedro Machado. Lisboa: Confluência, 1949-1959, 12 vol.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858, 2 vol.

_____. *Diccionario da língua portugueza*. 9. ed.. Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense de Santos, Vieira & Commandita, [s.d.], 2 vol.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chradron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871/1874, 5 vol.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ESTRANGEIRISMO NA MODA
E A MODA DO ESTRANGEIRISMO

Denise Salim Santos (UERJ)
d.salim@globo.com

RESUMO

A constante evolução do mundo da ciência e suas aplicações nos diversos campos do conhecimento humano trazem ao público leitor de jornais e revistas novas palavras, cuja origem se apresenta ao mundo, em princípio, na língua – fonte de onde se originam tais conhecimentos. Pretende-se neste trabalho observar a frequência de termos estrangeiros que se apresentam ao longo de matérias jornalísticas, com foco no *Caderno Ela*, publicado no jornal *O Globo*, buscando observar a função discursivo-comunicativa que desempenham no texto. Fundamentam esse estudo os textos teóricos dedicados ao estudo dos estrangeirismos, em destaque Carlos Alberto Faraco (2001), Kanavillil Rajagopalan (2003) e Ismael de Lima Coutinho (1974). Interessam-nos também os estudos sobre terminologia, uma vez que se pesquisa a terminologia do universo discursivo da moda.

Palavras-chave: Léxico. Estrangeirismos. Terminologia.

1. *Introdução*

O título deste artigo, de pronto, já nos mostra como a palavra pode ser manipulada para a construção de efeitos discursivos. Nos dois sintagmas – “estrangeirismo na moda” e “a moda do estrangeirismo”- a palavra “moda” pode sugerir o uso de palavras estrangeiras como marca de um momento, de uma fase passageira, um modismo, que, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DHLP)

1) é uma fórmula, lugar-comum, locução ou palavra, de linguagem formal ou informal, correta ou errônea, cujo emprego, num dado momento, se intensifica como uma moda[...].2. o uso dessa fórmula, lugar-comum, etc.” Ou então como uma unidade lexical de natureza terminológica que nomeia uma atividade: “conjunto de usos coletivos que caracterizam o vestuário de determinado grupo humano em um dado momento histórico. (DHLP)

Das definições dicionarizadas, podemos nos apropriar para interpretar os dois sintagmas constituintes do título, se os considerarmos isoladamente. Porém, ao reuni-los em um único enunciado, percebemos que se criam sentidos diversos para cada um deles que constituem ao final, a razão do estudo aqui esboçado. Ou seja, em que medida o emprego de uma expressão estrangeira é apenas um modismo com sua efemeridade,

uma escolha ou excentricidade, ou um termo de relevância na constituição do universo terminológico de uma atividade?

Essas indagações nos conduzem a refletir sobre a funcionalidade de palavras e expressões estrangeiras adaptadas ou não a nossa língua que aparecem no caderno *Ela*, do jornal “O Globo”. A escolha se deveu ao fato de este caderno, pela própria escolha de seu título, já demonstrar-se voltado para um público inicialmente específico, o universo feminino, sugerindo um olhar diferenciado sobre determinados assuntos, um olhar, digamos, especializado sobre os temas ali abordados. Além disso, as colunas são bastante diversificadas em relação ao que comumente remete à “moda” em sentido amplo. Ali a “moda” está em vários campos da atividade humana, vinculada a certos estilos em voga: vestuário, esporte, arquitetura, mobiliário, comportamento, literatura, beleza etc. Ou seja, procura cobrir o que está em destaque no momento, seja pontual ou não. Assim, de um lado, a presença da palavra estrangeira poderá atender à subjetividade do produtor da matéria e se torna um elemento de peso para a expressividade; de outro, não haverá como fugir de seu emprego por pertencer a um universo discursivo especializado, como é o caso das terminologias ou termos de especialidade da moda.

Leandro Konder, em seu livro “A questão da ideologia (2002, p. 151) chama atenção para o fato de que

em nossa vida cotidiana, não temos tempo para nos debruçar com a devida atenção sobre termos que utilizamos e não nos damos conta do fato de que eles ‘dizem’ muito mais do que costumamos supor. As palavras, as inflexões, o modo de construir as frases, cada uma dessas coisas tem sua própria história.

Em 1999, o Projeto de Lei do deputado Aldo Rabelo mobilizou a academia na discussão de um tema que, ao mesmo tempo, demanda substancial conhecimento histórico e linguístico e determinada postura política preocupada com “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” (Projeto de Lei Nº1676 de 1999). Tal como foi argumentado por muitos estudiosos do assunto ou até mesmo por leigos parece que o autor do projeto ignorou que a língua portuguesa falada no Brasil traz na sua constituição lexical enriquecimento de outras línguas que não somente a trazida de Portugal, por sua vez já influenciada por tantas culturas linguísticas em função de fatos políticos, históricos, geográficos e ideológicos na sua constituição, e que tenhamos em nosso vocabulário até hoje palavras de origem as mais diversas. Citamos Ismael de Lima Coutinho (1976, p. 45): “Antes e depois dos romanos, outros povos estiveram na Península Ibérica, onde deixaram vestígios de sua permanência no vo-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

cabulário” E elenca palavras de origem ibérica (barro, bezerro, bizarro, cama, sapo); céltica (bico, caminho, camisa, carro, cerveja, galo, bardo); fenícia (barca); grega (bolsa, cara, corda caixa, espada, governar, órfão, bíblia), muitas das palavras gregas chegando ao português de forma indireta pelo latim ou pelo árabe; germânica (arauto, guerra, aspa, fralda, agasalho, albergue, cuia, lata, roubar, pontos cardeais - norte, sul, leste oeste; árabe (arroz, azeite, açude, algodão, alface, tambor, xarope, cifra); provençal (alegre, anel, jogral, viagem).

Quanto ao português no espaço brasileiro, tem-se a forte influência das línguas indígenas que, à época do descobrimento, eram muitíssimo numerosas, e africanas (banto, jeje-mina, nagô, ioruba), embora saibamos que a influência africana já se fazia notar no português europeu devido às atividades comerciais em terras de África, entre as quais se inclui o tráfico de escravos. Da influência indígena nos ficaram de herança muitos antropônimos (Jussara, Iracema, Jurema, Sucupira, Paranaguá); topônimos: (Guanabara, Niterói, Piraí, Jacarepaguá, Pavuna), zoônimos (curió, gambá, paca, piranha, maracanã), nomes do reino vegetal (pitanga, tiririca, peroba) etc. Dos falares africanos foram herdadas outras tantas unidades lexicais pertencentes à geografia, à religião, à música, aos alimentos, vestes etc. Quilombo; Iemanjá, Ogum, babalaô; batuque, samba; agogô; abará, acarajé; miçanga, tanga; senzala, caçula e uma infinidade de outros itens lexicais em pleno uso até os dias de hoje.

2. De estrangeirismos e empréstimos: percursos

Sendo o léxico uma classe aberta a novas incorporações, os estudos lexicais trazem-nos também como fontes de sua ampliação a aceitação de expressões oriundas de outras línguas como a importação estrangeira por troca cultural e a nomenclatura técnica, em decorrência do desenvolvimento das ciências. Em nosso estudo privilegiaremos a importação de termos estrangeiros discutindo em que medida são empregados como elementos de uma terminologia ligada a uma atividade técnica, específica e uniformizadora do discurso da moda ou como recurso expressivo de que se socorre o produtor do texto para dar certo toque de exotismo ao que pretende informar ou influenciar; ou como diz Kanavillil Rajagopalan (2002, p. 65) “conotar prestígio”. Mas já acautelava Ismael de Lima Coutinho (1974, p. 217) quanto aos vocábulos importados: “enquanto se não adaptam ao gênio da língua e não estão em franca circulação, devem ser usados com cautela”. De certa forma, ao propormos este

estudo, pensamos que doses de bom-senso e um pouco de bom gosto ajudam a selecionar com certo critério o uso de palavras de origem diversa à de nossa língua.

As importações estrangeiras são aquelas expressões oriundas de uma língua de partida que, mantendo características fonéticas ou gráficas estranhas à língua de chegada, são reconhecidas pelos falantes como palavras estrangeiras, ou estrangeirismos. O que não se podem ignorar são alguns fatores que recobrem o fenômeno “estrangeirismo”. Tais unidades são decorrentes de influências culturais, econômicas e políticas que, inevitavelmente, resultam de contatos entre línguas, de uma troca intensa decorrente da globalização e dos avanços tecnológicos contemporâneos e de toda sorte de influências externas mútuas. A força centrífuga dos contatos linguísticos é fator importante no processo de aceleração das mudanças em nível linguístico. Além disso, Kanavillil Rajagopalan (2003) aponta outro fator para a valorização da língua estrangeira, e dela o seu léxico, como a suposta superioridade para se atingir prestígio, e acrescentamos, para “estar na moda”. O linguista critica tais critérios valorativos que muitas vezes levam o falante de uma língua a um sentimento de inferioridade em relação à sua língua materna:

A língua estrangeira sempre representou prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta. Tanto isso é verdade que a palavra “estrangeira” é comumente reservada para qualificar uma outra língua que conta com mais respeitabilidade que a língua materna de quem fala. (RAJAGOPALAN, 2002, p. 65)

Efetivamente as palavras, no momento em que entram em circulação em uma língua de chegada, comportam-se como palavras novas, ou neologismos, não sendo ainda integradas, em sentido amplo, ao repertório nativo, preservando o traço de origem. A frequência de uso denotará aceitação ou não da novidade lexical. Se aceita, mais tarde será definitivamente incorporada ao repertório, agora já como empréstimo. Dessa maneira, são os falantes que decidem se tais termos permanecem com feição original ou próxima dela ou entram em desuso.

Ana Maria Stahl Zilles (2001:156) pondera que os empréstimos

[...] são reflexos de processos culturais, políticos e econômicos bem mais amplos e complexos. Muitas vezes, utilíssimos à elite, que assim se demarca como diferente, superior. [...] Outras vezes, são felizes incidências na constituição identitária e cultural de um povo.

Exemplifica com a questão do *football* que, antes aristocrático para os ingleses, se torna a paixão do brasileiro, que o reinventa “não só na

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

prática como na nomenclatura”, a partir de adaptações ao sistema da língua ou mesmo criando novos termos dentro da vernaculidade, de que é exemplo o “Pequeno dicionário do futebolês” (GIMA, 2014) dedicado a explicitar termos e expressões que frequentam o universo esportivo do futebol em campos brasileiros.

A presença de uma palavra estrangeira em um texto pode ter tem uma finalidade afetiva, uma tonalidade emotiva porque tem poder de recuperar certo tempo-espço, configurar determinada situação ou mesmo firmar uma ideologia, de que são exemplos de palavras evocativas como intencionou Charles Bally. O estrangeirismo também dá um toque de exotismo ao texto, acentuando a expressividade.

3. *Usando a teoria: alguns exemplos*

No material que nos serve de *corpus* encontramos algumas ocorrências que exemplificam o emprego das palavras estrangeiras. Vejamos:

1. Há vários homens com o rosto e corpo incríveis, mas o brasileiro tem um *swing*, faz um estilo. (ELA, 20/08/2016, p. 3)

A palavra “*swing*” é apresentada em primeira acepção do *Dicionário Houaiss* como rubrica, ou seja, um termo de especialidade do campo musical não só instrumental, mas também da dança:

Suingue. Substantivo, masculino

Rubrica: música. música de *jazz*, de ritmo vivaz e insistente (em geral a cargo de grande conjunto), à qual se sobrepõe uma melodia (para solo de saxofone, trompete etc.), executada livremente em *rubato*.

Rubrica: dança. dança executada ao som dessa música.

Observa-se que, da forma como está empregada, o sentido de “*swing*” apreendido do texto não se refere necessariamente às definições do verbete como rubricas, mas sim como extensão de sentido por efeito metonímico “*balanço*”, gíngua: “movimento corporal ritmado com que dançarinos e ouvintes acompanham os compassos e o ritmo dessa música jazzística ou de outros ritmos bem marcados; *balanço*” (DHLP). Ainda com relação a essa palavra, o dicionário consultado registra como entrada a forma inglesa original, em itálico, “*swing*”, porém faz remissão à forma “*suingue*”, já perfeitamente adaptada fonética e ortograficamente ao sistema da língua portuguesa, onde são encontradas informações semânticas e abonações. Embora a matéria pertença ao universo da Moda – modelos, desfiles etc. -, o emprego da palavra se presta mais a dar um toque sofis-

ticado e sensualizador ao que está em foco: o tipo físico e a manemolência dos modelos masculinos brasileiros.

2) – É bom que o noticiários estão olhando mais para o mercado masculino do que para o feminino, dando mais valor – comemora o *top*, que desembarcou em Paris e desfila com exclusividade para a Dior. (ELA,20/08/2016)

3) [...] o caso do catarinense Gabriel Shinel, que está na publicidade de inverno 2076/2017 da Givenchy, ao lado das *tops* Irina Shayk e Bella Hadid. (ELA 20/08/2016)

De étimo inglês, “*top*” significa “parte de cima”, “ponto mais alto”, “mais alto grau”. No *Dicionário Houaiss* aparece como um regionalismo brasileiro (DHLP); como terminologia da física - partículas elementares – remete ao termo dicionarizado “quark”; e do vestuário, “mesmo que *bustiê*”. Ortograficamente é mantida a forma original da língua de partida. No texto é empregado como forma reduzida da locução “top model”- “supermodelo”, sobrepondo o valor semântico “sucesso”, ou “manequim célebre, muito procurado por estilistas e fotógrafos famosos”, segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa* (versão on-line). No *Dicionário de termos da Moda* (AFLALO, 2013, p. 63) há uma série de outras locuções como “top hat” (cartola), “top coat” (sobretudo masculino leve), porém nenhuma referência a “top model” ou somente “top”. Já no *Dicionário da Moda* (SABINO, 2007, p. 582) encontramos o verbete “top models” ou supermodelos”, em que a locução se repete na íntegra sempre. No fato em análise, verifica-se que a forma “top” no texto é parte do item terminológico, mas seu uso abreviado sugere uma questão de estilo de quem produz a matéria, bem como a de coloquialidade com seus leitores.

4) O desempenho dos brasileiros na temporada de verão 2017 internacional em junho, foi animador [...]. Tinha *backstage* em que o idioma extraoficial era o português. (ELA 20/08/2016)

Segundo o registro em DHLP, *backstage* significa “bastidor”

bastidor

Rubrica: teatro. diz-se de ou armação móvel de cenário, feita de madeira e pano, que se monta nas partes laterais do palco para delimitar, em conjunto com as bambolinas, o espaço cênico; regulador

bastidores

Rubrica: teatro. corredores que contornam a cena, no palco, fora das vistas dos espectadores; caixa do palco, coxias

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O estrangeirismo “backstage” está registrado em Marco Sabino (2007, p. 740) como “palavra inglesa que significa bastidores, sendo também usada para designar a área e os camarins onde modelos são preparados antes de entrar na passarela e onde geralmente está concentrada a equipe de uma marca desfilante”, portanto considerado um termo de especialidade. Há em português palavras de valor equivalente e de certa forma mais usuais que a palavra estrangeira “backstage” - “bastidores”, ou “camarim”. Assim pode-se supor que a intenção do emprego do termo estrangeiro seria registrar a presença de muitos modelos brasileiros, portanto circulação da língua portuguesa em evento internacional e, ao mesmo tempo, dar um toque de sofisticação à matéria. Neste caso ficamos com o uso do estrangeirismo como recurso expressivo, evocativo e não apenas como unidade terminológica.

Na matéria, “Feira pet tem cerveja, coxinha e técnica de tatuagem para cães”, de Joana Dale, estão presentes vários estrangeirismos, alguns puramente neológicos como “dogmodel”, Ao pé da letra, cão modelo, mas considerando a associação semântica a “top model”, tem-se a cadelinha mais requisitada para fotos e desfiles como V(ery) I(mportante) (P)erson(ou seria Dog?). Afinal o mundo da Moda também afeta, e muito, as relações homem-animais hoje em dia. O DHLP já registra a sigla “VIP”: “diz-se de ou indivíduo de grande prestígio”. “Groomer”, palavra já registrada no DHLP sem qualquer adaptação, e por isso considerada um empréstimo ao inglês, dependendo do contexto, apresenta como definição “cabeleireiro”, “tratador”, mas no texto em tela há uma especialização de sentido acionada pela jornalista por meio de metalinguagem: “esteticista canina”.

- 4) Apliques de franja cor-de-rosa, grampos purpurinados, pingentes de *emoji* e coroa eram alguns dos acessórios mais comentados. A *dogmodel* Bela, de 4 anos, foi convidada para fazer presença VIP no estande da SharkDog e divulgar a marca. (ELA: 01/11/2015)
- 5) Os novos comes e bebes chegam para incrementar ainda mais o setor de alimentação (*pet food*), que inclui rações e é a principal fonte de receita deste lucrativo universo. Mesmo em tempos de crise, o mercado voltado para animais de estimação não para de crescer no Brasil. Segundo o Instituto Pet Brasil, houve um faturamento de R\$ 20,7 bilhões no ano passado.
- 6) A *groomer* (como chamam a esteticista canina, sim, ela existe) Scynara Camargo foi à feira demonstrar a última moda em tosa, a chamada “tatuagem capilar”. Ela desenha no pelo com uma máquina e, na sequência, faz a pintura com tinta antialérgica.

Nos dicionários gerais consultados, palavras como “*pet*” (animal de estimação) ou “*pet food*” (comida para animais “de estimação”) ainda não estão registradas, mas circulam com significativa frequência de tal forma já se perde a noção de palavra nova. Nos dicionários de língua in-

glesa, as expressões estão registradas, mas também sem a rubrica de termo de especialidade.

- 7) O melhor espetáculo desta Olimpíada carioca, meus caros, está na piscina. Michael Phelps, por exemplo, não apenas aumentou sua coleção de medalhas, como subiu no *ranking do sex appeal*: passar dos 30 anos lhe fez bem [...]. E há os italianos, sempre, eles: Luca Dotto, até o nome soa másculo, é o corpo do *underwear* da Emporio Armani. Giorgio sabe mesmo das coisas...

Dois aspectos chamam a atenção no exemplo 7. O primeiro diz respeito à mesclagem presente na expressão “*ranking do sex appeal*” em que a organização sintática pertence à língua portuguesa; a segunda, seus elementos nucleares são palavras de origem inglesa já consideradas suas formas originais pertencentes ao léxico de nossa língua, verdadeiros empréstimos uma vez que, por terem largo uso, já estão dicionarizadas e mantidas intactas suas formas originais. No DHLP “*ranking*” não aparece como termo de especialidade, mas no DLPAO, é considerado como termo de especialidade do universo discursivo do desporto.

O último comentário retoma a questão do estrangeirismo como uma questão de bom-senso e de bom gosto, em relação ao emprego da palavra inglesa “*underwear*”, ausente nos dicionários de língua portuguesa consultados, mas presente nos dicionários de especialidade da Moda (AFLALO 2013, p 64; SABINO: 2007, p.604). “*Underwear*” significa peça íntima, calcinha, cueca, e no universo da moda forma outros termos como por exemplo *underwear-as-outerwear* (roupa de baixo como roupa de cima). No excerto, porém, dizer-se que o atleta é “o corpo do *undewear* da Emporio Armani”, se ajusta melhor à situação de uso e às intenções discursivas do que “o corpo das peças íntimas (ou das cuecas) da Emporio Armani”, se a questão é valorizar o porte do atleta olímpico italiano.

4. Palavras finais

Vários outros exemplos podem enriquecer este estudo. No entanto creio que consegui demonstrar que o emprego de um estrangeirismo antes de ser um crime de lesa majestade pode ser de grande valia como estratégia discursiva, seja no âmbito da expressividade, no plano subjetivo, seja no plano objetivo para divulgação das atividades no campo do desenvolvimento tecnológico. Irreversivelmente o léxico da língua portuguesa receberá contribuições de outras línguas sem que isso seja ameaça a sua soberania. Também é negável o predomínio dos anglicismos, mas no mundo da moda os francesismos ainda resistem e são empregados com bastante vitalidade. As novidades lexicais chegarão, serão mais ou menos usadas, serão mais ou menos úteis à comunidade falante, serão incorporadas ou relegadas ao esquecimento. Só o tempo e o uso determinarão seu destino. O que se espera é que a presença da palavra estrangeira tenha sempre uma razão de ser, esteja adequada ao contexto e à situação e uso. E que seja lembrado também que, embora sejamos receptivos às novidades da globalização, em muitas

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

circunstâncias, a palavra pertencente ao léxico de nossa língua substitui e muito bem o termo de outra origem. Questão muitas vezes de bom senso e de bom gosto, como a moda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFLALO, Diana. *Dicionário de termos de moda*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Publifolha, 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1996.

DALE, Joana. <<http://oglobo.globo.com/ela/gente/comportamento/feira-pet-tem-cerveja-coxinha-tecnica-de-tatuagem-para-caes-17931278#ixzz4KbzbbMkG>>.

DICIONÁRIO da língua portuguesa com acordo ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/topmodel>>.

DE BIAGGI, Enaura T. Krieck; ESTAVALE, Emeri de Biaggio. *English in fashion*. São Paulo: DISAL, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio da Janeiro: Objetiva, 2001.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SABINO, Marco. *Dicionário da moda*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

ZILLES, Ana Maria Stahl. *Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos*. In: FARACO, Carlos Alberto. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001, p. 143-161.

**ESTUDO DOS TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA
NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

Verônica Ramalho Nunes (UFT)

vevethin@gmail.com

RESUMO

A toponímia é a disciplina que estuda os topônimos, ou seja, os nomes próprios de lugares. É considerada parte da linguística e possui relações intrínsecas com a geografia, história, antropologia e outras áreas do saber. Esta pesquisa consiste em estudar os nomes de origem indígena presentes no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental, considerando uma perspectiva toponímica e interdisciplinar. Como percurso metodológico, optou-se por uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Dentro dessa abordagem, realizou-se uma pesquisa do tipo documental, posto que o instrumento utilizado para análise documental e coleta de dados é o livro didático. Como resultado da pesquisa realizada no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental, foram identificados 85 topônimos de origem indígena, os quais compõem o corpus da pesquisa. Na análise, buscou-se compreender, a partir da identificação, descrição e etimologia desses nomes, as possíveis motivações acerca da nomeação dos topônimos indígenas, bem como, em que contexto esses nomes são apresentados no livro didático de geografia. Os resultados obtidos apontam que os aspectos físico-naturais, como flora, fauna, hidrografia e características do solo foram as principais fontes motivacionais para o denominador. O estudo dos nomes de lugares, aplicado ao contexto do ensino, possibilitará a ampliação de informações nas diferentes áreas do conhecimento no que concerne o processo ensino-aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Topônimo. Toponímia. Indígena.

1. Introdução

A nomeação de lugares e pessoas é uma prática realizada desde os primórdios da humanidade. Esse processo de nomeação possibilita a individualidade e, por conseguinte, a identificação única dos lugares e das pessoas. De acordo com suas características culturais, os povos designam no ato de nomear uma espécie legítima de registro, obtendo-se especificidades singulares da identificação dos lugares e das pessoas, o que possibilita maior relação de convivência no contexto social em que estão inseridos.

O indivíduo é caracterizado pela necessidade de consolidar suas impressões nos ambientes habitados por eles, cujo objetivo é eternizá-las ao longo da história. A toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, sendo que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Os estudos to-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ponímicos revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a sua permanência/aceitação ou não em uma comunidade.

Nesse sentido, acreditamos que seja possível vincular esse estudo ao processo ensino-aprendizagem⁴¹, pois a toponímia apresenta elementos que revelam a cosmovisão dos indivíduos, resgata a memória, etimologia, valoriza a identidade, e assim enaltece o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar. Empregado no contexto do ensino possibilitará ao aluno esse resgate histórico, cultural e identitário do nome. O estudo contribui ainda para a preservação de informações acerca da trajetória das comunidades que viveram e vivem em determinada região, bem como dos momentos históricos vivenciados por elas. Tais fatores contribuem de maneira efetiva para o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, uma das possibilidades de vincular esse estudo ao contexto do ensino é através do uso do livro didático de geografia do ensino fundamental, uma vez que ele traz conteúdos correlacionados à apresentação de nomes de lugares: geografia física⁴² e humana. A geografia é uma ciência que se dedica ao estudo do espaço⁴³ geográfico, sendo

⁴¹ Considerando que “o ato de ensinar e aprender implica sempre um mínimo de dois atores” e se entendemos que tais atores são sujeitos sociais, históricos e culturais, portanto, instrumentalizados pela linguagem, então podemos afirmar que há um fluxo nas duas direções, permutando valores, princípios e crenças. Podemos então salientar que “o ensino- aprendizagem é um processo no qual está sempre presente, de forma direta ou indireta, o relacionamento humano”. (ZUANON, 2006, p. 15)

⁴²A geografia física estuda os elementos inertes. A geografia humana é a parte da geografia geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre. (SORRE, 2003, p. 137)

⁴³ Se tomarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma” com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para clarificar ou para individualizar fenômenos. A característica de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra acepção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo espaço relacional – espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos. (HARVEY, 1973, p. 4-5 *apud* MAIA & ALVES, 2009, p. 12)

os fenômenos da natureza, as ações dos seres humanos no meio ambiente⁴⁴, ou seja, representa as realizações humanas em determinado espaço.

O livro didático de geografia do 7º ano, objeto de estudo, tem como objetivos promover o processo de ensino-aprendizagem da geografia por meio de uma linguagem contemporânea e de fácil compreensão, visando despertar o interesse pelo seu estudo. Além disso, busca responder questionamentos referentes aos acontecimentos ao nosso redor, ou em diversos outros lugares no mundo. O livro didático aborda, no decorrer das unidades, aspectos relacionados aos lugares, cujos enfoques principais são paisagens, população, regiões brasileiras, observando suas transformações ao longo do tempo, explicitando como e por que elas ocorrem, bem como as diferenças existentes entre os aspectos naturais e culturais do planeta.

A ideia de estudar os nomes de lugares no livro didático de geografia surgiu pela escassez de pesquisas toponímicas voltadas ao contexto do ensino. Utilizamos para descrição e análise do *corpus*, apenas o livro didático de geografia do 7º ano por trabalhar com maior incidência os nomes de lugares. Adotamos a coleção da editora Scipione, utilizada pelas escolas públicas do ensino fundamental no Tocantins no ano 2012, tendo em vista o Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. A coleção do material pedagógico foi disponibilizada em grande escala pelas escolas públicas do estado, de acordo com um levantamento prévio feito para essa pesquisa nas escolas de Palmas.

Este estudo é orientado pela premissa de que o livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental aborda em seu volume os nomes de lugares de maneira significativa, por trabalhar diretamente questões relativas ao território, paisagens, as faces do espaço geográfico brasileiro, como as regiões. Os nomes de origem indígena, presentes no livro didático de geografia, apresentam-se em contextos específicos do ensino na geografia, situando nomes de municípios, estados, capitais, vilas, ou seja, aglomerados humanos. Constatamos que a abordagem etimológica desses nomes, quando existe, é bastante superficial. No entanto, enfatizamos que um estudo sob a ótica da etimologia poderá possibili-

⁴⁴ Historicamente, temos também em relação à geografia uma naturalização do homem, seja no conceito de paisagem, como no de ambiente. Entretanto, Gonçalves (1989), em sua crítica ao conceito de meio ambiente, propõe uma visão de ambiente por inteiro, ou seja, considerá-lo nas suas múltiplas facetas. Não sendo mais possível conceber ambiente como equivalente a natural. O ambiente por inteiro como se refere implica em privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões. (SUERTEGARAY, 2001)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

tar ao aluno conhecer a origem/procedência dos nomes, suas particularidades e curiosidades.

A metodologia empregada baseia-se no plano onomasiológico de investigação, tendo como parâmetros os fundamentos teórico-metodológicos propostos por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990). Será utilizado o método indutivo para que, ao longo das descrições onomásticas⁴⁵, se construam hipóteses de trabalho. Para este estudo, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Dentro dessa abordagem, será realizada uma pesquisa de cunho documental, bem como levantamento bibliográfico. O livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental será utilizado como instrumento para análise documental e coleta de dados.

2. *Os nomes de lugares no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental*

O uso do livro didático deve ser compreendido como elemento de intermediação nos processos de ensino e aprendizagem, um produto comercializado que contém o conhecimento para a formação do aluno, como produto que precisa ter qualidade em termos de conteúdo, formatação e durabilidade.

Para fins de análise deste estudo, selecionamos o livro didático intitulado Projeto RADIX⁴⁶: Raiz do Conhecimento (Manual do Professor), volume do 7º ano do ensino fundamental. O livro foi elaborado por especialistas: a primeira, Valquíria Pires Garcia, tem formação em história e filosofia da ciência, e o segundo, Beluce Bellucci, em história econômica. Os autores trouxeram, logo no início, informações prévias de como a obra está organizada: a quantidade de módulos em que a obra está dividida (8 módulos); os boxes, que são textos com informações adicionais; as seções especiais e o material suplementar apresentado no final do livro.

⁴⁵ A onomástica (do grego ὀνομαστική ato de nomear) ciência que estuda os nomes próprios, tem duas subáreas ou subsistemas: a toponímia (do grego τόπος lugar e ὄνομα nome) e a antroponímia (do grego ἄνθρωπος, homem, e ὄνομα nome). A primeira estuda os nomes próprios de lugares, e a segunda os nomes próprios de pessoas. A onomástica é uma disciplina científica com suas regras, taxionomia e metalinguagem. (CIRRINCIONE, 2010, p. 200)

⁴⁶ RADIX: É uma palavra latina que significa raiz. Em latim, o substantivo radix era empregado tanto em sentido próprio [raiz de uma planta] como em sentido figurado. Dependendo do contexto, radix pode significar, como raiz em português, base, fonte fundamento, origem. (BELLUCCI & GARCIA, 2010, p. 3)

A seguir, uma tabela demonstrando os temas abordados em cada módulo do livro:

| MÓDULO | TEMÁTICA ABORDADA |
|--------|---|
| 1 | Brasil: tantos lugares, tantas paisagens |
| 2 | O território brasileiro |
| 3 | A população brasileira |
| 4 | O rural e o urbano: as duas faces do espaço geográfico brasileiro |
| 5 | As regiões brasileiras |
| 6 | O Centro-Sul |
| 7 | O Nordeste |
| 8 | A Amazônia |

TABELA 1: Temáticas abordadas pelos módulos no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental. Fonte: BELLUCCI & GARCIA, 2010.

A proposta desse trabalho é realizar um estudo toponímico aplicada ao ensino, cujo objetivo é conhecer e compreender de que forma os nomes de origem indígena estão presentes no livro didático de geografia no volume do 7º ano do ensino fundamental. A justificativa para abordar esse tema deu-se pela escassez de trabalhos com os nomes de lugares, focados no contexto do ensino, numa perspectiva interdisciplinar.

Os topônimos indígenas estabelecem fortes influências históricas e culturais, isso ocorre devido à expressiva quantidade de nomes indígenas no Brasil, em virtude do grande número de povos indígenas que habitaram o país no período da colonização, os quais deixarão uma extensa herança cultural. A escolha do volume do 7º, em especial, deu-se por apresentar conteúdos que trabalham um número maior de ocorrências e descrições dos nomes de lugares: estudo das paisagens e do território brasileiro, bem como, suas regiões. Desta forma, o seu conteúdo amplo subsidiou significativamente os dados necessários para esta pesquisa.

O livro didático do 7º ano estabelece como objetivos: promover o processo de ensino- aprendizagem da geografia por meio de uma linguagem contemporânea e de fácil compreensão, visando despertar o interesse pelo estudo da geografia. Além disso, busca explorar os conteúdos por meio de situações contextualizadas e relacionadas à realidade dos alunos e procura valorizar o conhecimento prévio como ponto inicial para construção de novos conhecimentos. Intenciona trabalhar numa abordagem interdisciplinar com o intuito de associar os conteúdos a várias áreas do conhecimento, a saber: história, matemática, língua portuguesa, ciências naturais e arte.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

A maioria dos nomes de lugares presentes do livro didático foram catalogados através dos mapas, pois aparecem constantemente no decorrer dos módulos. Os mapas são considerados fontes primárias das pesquisas toponímicas e, nesse estudo, consistem em uma fonte de dados durante a coleta dos topônimos. Os mapas foram utilizados para situar os diferentes lugares apresentados ao longo do volume.

Durante o processo de catalogação dos topônimos, optamos por utilizar somente os nomes que contemplavam o território brasileiro. Nosso interesse é identificar os nomes de origem indígena presentes no livro didático de geografia, bem como, compreender as possíveis motivações que levaram os povos indígenas, que habitaram ou ainda habitam o território brasileiro, a nomear os elementos humanos já lexicalizados em dicionários. Consideramos para a análise etimológica os dicionários de Theodoro Sampaio (1987), Silveira Bueno (2013), Luiz Caldas Tibiriçá (1984) e (1985), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) e Antônio Houaiss (2009).

Após a identificação e coleta dos nomes, partimos para a descrição etimológica, cujo objetivo foi o de nos certificarmos da origem indígena ou não dos nomes. Além dos mapas, coletamos os dados através de textos verbais e não verbais e exercícios propostos, cujo contexto empregado era geralmente para discorrer sobre acontecimentos, identificar as diferentes regiões brasileiras e os fatos históricos das regiões, bem como, as transformações das paisagens naturais existentes nas regiões.

Como citamos anteriormente, os nomes foram catalogados tendo em vista diferentes contextos, e um deles foi a partir dos exercícios propostos no livro didático que também traz diversos boxes informativos, ao longo do seu volume. Outros nomes foram identificados a partir de informações acompanhadas das imagens das regiões.

Identificamos que o trabalho com os nomes de lugares no livro didático é especificamente abordado pelo viés da geografia, sem muitas referências a aspectos de natureza etimológica, sócio-histórica ou cultural. No entanto, percebemos que uma abordagem dos nomes pelo contexto da toponímia poderia auxiliar na ampliação do leque de conhecimento dos alunos, pois permitiria que o educando realizasse observações, descrições, analogias, interpretações, além de análises mais precisas acerca das regiões, territórios e paisagens estudadas.

3. Descrição e análise etimológica dos topônimos indígenas no livro didático

Os grupos indígenas, que habitaram (ou ainda habitam) o Brasil, contribuíram significativamente para nossa história e identidade linguística e estabeleceram parte de nossas bases culturais de um modo geral, ao longo dos séculos. Os nomes de lugares de origem indígena são predominantes na toponímia brasileira, devido à forte presença de diversos grupos indígenas.

Para fins de análise, identificamos 85 topônimos de origem indígena, os quais compõem o *corpus* da pesquisa. Observamos, partindo da descrição etimológica, que os aspectos físico-naturais, como flora, fauna, hidrografia e características do solo, foram as principais fontes motivacionais para os denominadores que utilizaram unidades léxicas, oriundas de línguas indígenas, para nomear os elementos de natureza física e humana.

Compreendemos também que parte da ocorrência de nomes, provenientes de aspectos físico-naturais, ocorreu devido à presença do indígena desde à época do “descobrimento” por parte dos colonizadores, como também, do uso da língua geral⁴⁷, durante o processo de colonização por parte de expedicionários, os quais andavam em busca de apresamento de indígenas ou à procura de metais preciosos.

Em relação aos topônimos de origem indígena, identificamos que os entes motivadores dos nomes, levantados neste trabalho, foram basi-

⁴⁷ Segundo Aryon Dall'Igna Rodrigues, “A expressão ‘língua geral’ foi inicialmente usada, pelos portugueses e pelos espanhóis, para qualificar línguas indígenas de grande difusão numa área. Assim, na América espanhola, o quêchua já no século XVI foi chamado de “Língua Geral do Peru” e o guarani, no início do século XVII, de “Língua Geral da Província do Paraguai”. No Brasil, entretanto, tardou bastante o uso dessa expressão por parte dos portugueses. A língua dos índios tupinambá, que no século XVI era falada sobre enorme extensão, ao longo da costa atlântica (do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste), não teve consagrada a designação de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização. O padre Anchieta intitulou sua gramática, a primeira que dela se fez (publicada em 1595), “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil”. Outros autores referiam-se a ela como a “língua do Brasil”, a “língua da terra” (isto é, desta terra, da terra do Brasil), a “língua do mar” (isto é, a língua falada na costa, junto ao mar). Mas o nome cujo uso se firmou, sobretudo ao longo do século XVII, foi o de “língua brasileira”. Assim, o catecismo publicado em 1618 chamou-se *Catecismo da Língua Brasileira*; a segunda gramática, feita pelo padre Luiz Figueira e cuja primeira impressão é de 1621, foi a “Arte da Língua Brasileira”; o dicionário dos jesuítas, cujo manuscrito melhor conhecido é do mesmo ano de 1621, traz o nome de *Vocabulário na Língua Brasileira*, e assim por diante”. (RODRIGUES, 1994, p. 99 e 100)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

camente relativos à vegetação, fauna, características do solo. Essa recorrência é visível tanto na Toponímia indígena quanto na não indígena em todo território brasileiro.

Os topônimos descritos são formados por, pelo menos, um elemento de origem indígena, no qual predomina o tupi de modo geral, uma vez que foi a língua mais falada em toda a costa do Brasil. Nesse sentido, Aryon Dall'Igna Rodrigues (1994, p. 21) afirma que: “Esta foi a língua predominante nos contatos entre portugueses índios nos séculos XVI e XVII e tornou-se a língua da expansão bandeirante no Sul e da ocupação amazônica no Norte”.

Identificamos que a maior ocorrência de topônimos de origem indígena encontrados no livro didático pertence à região Nordeste do Brasil, com 29 topônimos. Para demonstrar os dados, segue uma tabela com a incidência de nomes de origem indígena por região do Brasil.

| REGIÃO | TOTAL DE TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA |
|---------------------|---------------------------------------|
| REGIÃO NORTE | 19 |
| REGIÃO NORDESTE | 29 |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | 2 |
| REGIÃO SUDESTE | 28 |
| REGIÃO SUL | 7 |

TABELA 2: Incidência de topônimos de origem indígena por Regiões Brasileiras identificadas no livro didático de geografia do 7º ano no Ensino Fundamental.

Fonte: BELLUCCI & GARCIA, 2010.

A partir dos nomes identificados, observamos que os nomes são vocábulos já incorporadas ao léxico efetivo da língua portuguesa os quais se encontram registradas nos principais dicionários: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) e Antônio Houaiss (2009). Isso se justifica pelo fato de esses nomes incorporarem uma função denominadora e passarem, assim, a nomes próprios de elementos físicos e humanos. A língua portuguesa recebeu fortes contribuições e influências das línguas indígenas, sobretudo a do tupi, sendo a mais significativa no vocabulário brasileiro. Esses fatores refletem na gama de nomes de origem indígena, sejam nomes próprios de lugares ou de pessoas. Isso só confirma as marcas identitárias, oriundas de línguas indígenas, incorporadas ao léxico português.

Para o processo de identificação e descrição etimológica dos topônimos, foram utilizados os dicionários de: Theodoro Sampaio (1987), Silveira Bueno (2013), Luiz Caldas Tibiriçá (1984) e (1985), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004) e Antônio Houaiss (2009). A moti-

vação para escolha dos dicionários de Theodoro Sampaio, Silveira Bueno e Luiz Caldas Tibiriçá deu-se, primeiramente, pelo fato de esses dicionários trabalharem com a etimologia de nomes indígenas. O dicionário de Theodoro Sampaio é uma das grandes referências no estudo do vocabulário geográfico brasileiro tupi e, também, é utilizado como referência pelos demais dicionaristas.

Apresentaremos, a título de exemplificação, uma tabela com algumas das descrições etimológicas realizadas dos nomes de origem indígena identificados no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental.

| | |
|-------------------|--|
| Nº | 1 |
| TOPÔNIMO | ACARAÚ (CE) |
| ELEMENTO | HUMANO |
| ETIMOLOGIA | TIBIRIÇÁ (1984, p. 16): Rio que nasce na Serra das Matas, no Ceará; rio do mun. de Feijó no Território do Acre; Cid. E mun. Do Ceará; de <i>acará-y</i> , rio do acará, ou de <i>acará-u</i> , comedouro dos acarás. TIBIRIÇÁ (1985, p. 50): Nome de uma árvore; de <i>acará-ú</i> , comida de acará. SILVEIRA BUENO (2013, p. 33): s. Acará preto, var. <i>acaràuna</i> . |
| Nº | 2 |
| TOPÔNIMO | ACRE |
| ELEMENTO | HUMANO |
| ETIMOLOGIA | SILVEIRA BUENO (2013, p. 36): s. Nome de um dos Estados do Brasil. Nome do rio que banha essa região, rio <i>akiry</i> . TIBIRIÇÁ (1984, p. 17): E. brasileiro situado no extremo SO amazônico; do aruaco, <i>uaikiri</i> , através do dial. ipurinã. HOUAISS (2009): lat. <i>acer,acris,acre</i> 'id.' adjetivo de dois gêneros 1. que tem sabor amargo, ácido, azedo Ex.: <i>o gosto a. do limão</i> 2. de cheiro ativo, forte, penetrante Ex.: <i>odor a. das conservas</i> 3. de som agudo, pungente Ex.: <i>o timbre a. de algumas vozes</i> 4. Derivação: sentido figurado. de rudeza desagradável; áspero, mordaz, ríspido Ex.: <i>gênio a.</i> 5. Derivação: sentido figurado. que provoca amargura; aflitivo, doloroso, tormentoso Ex.: <i>sentimentos a.</i> substantivo masculino 6. sabor acre, azedo, amargo 7. odor acre, forte, enjoativo. |
| Nº | 3 |
| TOPÔNIMO | AGUAÍ (SP) |
| ELEMENTO | HUMANO |
| ETIMOLOGIA | TIBIRIÇÁ (1984, p. 17): - cid. à margem do rio Itapeva, SP; de <i>aguá</i> , esp. de batráquio (termo onomatopaico) e y, rio; int. rio dos sapos. TIBIRIÇÁ (1985, p. 52): guiso, chocalho pequeno. SILVEIRA BUENO (2013, p. 37): s. Cascavel, guiso de cascavel; nome da antiga cidade de Cascavel. HOUAISS (2009): lat. cien. gên. <i>Ahouai</i> (1754), do tupi <i>awa'í</i> |

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

| | |
|------------|--|
| | 'variedade de fruto e árvore conhecida como cascaveleira'. substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. design. comum a diversas spp. do gên. <i>Chrysophyllum</i> , da fam. das sapotáceas, ger. exploradas pela madeira, us. na confecção de móveis e ferramentas m.q. <i>aguaúzeiro</i> (<i>Chrysophyllum lucumifolium</i>) 2 .m.q. <i>agat</i> (<i>Thevetia ahouai</i>). |
| Nº | 4 |
| TOPÔNIMO | AMAPÁ |
| ELEMENTO | HUMANO |
| ETIMOLOGIA | <p>TIBIRIÇÁ (1984, p. 18): território do norte do Brasil; de <i>amapá</i>, nome de uma planta de suco leitoso e medicinal, também chamada <i>cataúá</i>; <i>amapá</i> é termo de origem caribe.</p> <p>TIBIRIÇÁ (1985, p. 56): certa planta de suco leitoso e medicinal (Silva Bastos).</p> <p>SILVEIRA BUENO (2013, p. 43): s. Árvore ribeirinha, cujo látex é medicinal. Nome de um dos estados do norte do Brasil. Estado do Amapá.</p> <p>HOUAISS (2009): top. lago <i>Amapá</i>, de orig. caribe. substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. Árvore de grande porte (<i>Parahancornia fasciculata</i>) da fam. das apocináceas, com fuste longo, folhas opostas, oblongas, pouco acuminadas, flores em corimbos, diminutas, brancas e aromáticas, frutos roxo-escuros, de polpa alaranjada, doce e comestível; amapá-amargoso, amapazeiro [Nativa da região amazônica, Peru, Guianas e Brasil (esp. PA e AP), de madeira útil em marcenaria, construções e produção de celulose, exsuda látex branco e amargo, com várias aplicações medicinais.]</p> <p>FERREIRA (2004): [Do tupi.] Substantivo masculino. 1. Bras. PA Bot. Árvore da família das apocináceas (<i>Parahancornia amapa</i>), de madeira útil, e cuja casca, amarga, exsuda látex medicinal, de aplicação no tratamento da asma, bronquite e afecções pulmonares, tendo seu uso externo poder resolutivo e cicatrizante de cortes e feridas.</p> |
| Nº | 5 |
| TOPÔNIMO | ARACAJÚ- SE |
| ELEMENTO | HUMANO |
| ETIMOLOGIA | <p>TIBIRIÇÁ (1984, p. 21): capital do E. de Sergipe; de <i>ar-acaju</i>, dia de festa da passagem do ano (versão de vários autores); <i>acaju</i>, nome do conhecido fruto, também significa “ano”, pelo fato de os índios guardarem num pequeno saco parte rija (que é o verdadeiro fruto), para poder contar os seus anos de vida, daí a extensão do vocábulo.</p> <p>SILVEIRA BUENO (2013, p. 55): s. Nome da capital de Sergipe. Theodoro Sampaio achq que signifique o cajueiro dos papagaios. Achamos que seja apenas o tempo, a época do caju, pois, servia aos indígenas de base para a contagem dos anos, Ara é tempo, estação.</p> <p>SAMPAIO (1987, p. 197): s. c. <i>ará-acayú</i>, o cajueiro dos papagaios. Sergipe</p> <p>FERREIRA (2004): Bras. Substantivo de dois gêneros.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>1. Etnôn. Indivíduo dos aracajus, povo indígena extinto, de língua pertencente ao tronco tupi, que habitava a região do rio Paru, afluente do rio Amazonas (PA). Adjetivo de dois gêneros.</p> <p>2. Pertencente ou relativo a esse povo. [Tb. us. como s. 2 g. e 2 n. (com cap.) e adj. 2 g. e 2 n.]</p> |
|--|--|

TABELA 3: Topônimos de origem indígena levantados no livro didático de geografia do 7º ano no Ensino Fundamental.

Fonte: BELLUCCI & GARCIA, 2010; BUENO, 2013; FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2009; SAMPAIO, 1987 e TIBIRIÇÁ, 1084 e 1985.

Foi possível observar, a partir da análise etimológica, que os nomes de origem indígena, todos incorporados à língua portuguesa, designam características físico-naturais, como aspectos hidrográficos, climáticos, relativos à fauna, flora, características do solo etc.

Os resultados demonstram e reiteram a importância do uso das línguas indígenas na descrição e formação dos nomes de lugares brasileiros, bem como, marcas na herança histórica, cultural, social e de identidade nacional.

O trabalho com os nomes de lugares aborda aspectos históricos, geográficos, etimológicos, culturais, antropológicos etc. como explicitamos ao longo do trabalho, geram inúmeras possibilidades de ensino-aprendizagem e o livro didático pode ser uma ferramenta auxiliar e complementar nesse processo, tendo em vista que é utilizado de maneira significativa nas escolas pelos professores e alunos e seus conteúdos podem ser trabalhados pelo viés toponímico.

4. Considerações finais

O estudo dos nomes revela aspectos inerentes à cultura, identidade, memória, política, religião de um povo, os quais acreditamos que, aplicados ao contexto do ensino, poderão possibilitar a ampliação do processo ensino-aprendizagem ao contribuir para o complemento de formações nas diferentes áreas do conhecimento.

Foram identificados 85 topônimos de origem indígena no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental. A descrição etimológica dos dados evidenciou uma influência por parte do ambiente físico, sendo a principal fonte motivacional para nomeação dos nomes indígenas. Aspectos como flora, fauna, hidrografia e características do solo compõem as principais influências no processo de nomeação.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

No tocante às reflexões apresentadas, acreditamos que particularmente a língua tupi teve uma influência não só no processo nomeação dos topônimos, como também, em aspectos relativos à história, cultura, língua e memória nacional. Esses fatores revelam a herança cultural deixada por esses povos nos costumes, crenças, hábitos dos brasileiros, mas, sobretudo, eternizaram-se na geografia nacional, como é o caso dos nomes de lugares: Tocantins, Araguaia, Paranã, Guaraí, Curitiba, Monguaguá, Paraíba e tantos outros.

A quantidade de topônimos indígenas identificados no livro didático de geografia foi relevante e satisfatória, uma vez que os dados demonstram a influência da língua e cultura do povo tupi. A partir da descrição etimológica, percebemos que os aspectos físico-naturais como fauna, flora predominam entre os topônimos. Esses fatores estabelecem a motivação por parte do denominador durante o processo de nomeação, como também, reflete a importância da cultura e língua indígena para constituição desses nomes.

O estudo revelou-se importante no que diz respeito a propagação do sentimento de pertinência e identidade nacional os quais estão presentes na Toponímia brasileira em geral. O nome de lugar não está à sombra ou desvinculado ao contexto social, político, histórico, ambiental e cultural dos grupos, eles refletem e retratam a natureza das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUCI, Beluce; GARCIA, Valquíria Pires. *Projeto RADIX: Raiz do Conhecimento*. Geografia 7º ano. São Paulo: Scipione, 2010.

BUENO, Silveira. *Vocabulário tupi-guarani português*. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.

CIRRINCIONE, Alessandra. Mapa e memória: Parque Anhangabaú e rua Anhanguera. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, vol. 39, n. 1, p. 200-213, mai.-ago. 2010.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Positivo, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAIA, Adriano Corrêa; ALVES Flamarion Dutra. Categorias e epistemologia: Reflexões teórico-metodológicas na ciência geográfica. In.: *V Encontro de Grupos de pesquisa "Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais* 25, 26, 27 de novembro de 2009. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. corr. e aum. São Paulo: Nacional, 1987.

SORRE, Max. A geografia humana (introdução). *Geographia*, ano V, n. 10, p. 137-143, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 93, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 05-11-2016.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significado dos nomes geográficos de origem tupi*. 1. ed. São Paulo: Traço, 1985.

_____. *Dicionário tupi português*. 2. ed. São Paulo: Traço, 1984.

ZUANON, Átima Clemente Alves. O processo ensino – aprendizagem na perspectiva das relações entre: professor-aluno, aluno-conteúdo e aluno-aluno. *Revista Ponto de Vista*, UFV – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, vol. 3. p. 15-24, 2006.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
ESTUDO TOPONÍMICO
EM BAHIA HUMORÍSTICA DE EULÁLIO MOTTA

Liliane Lemos Santana Barreiros (UEFS)

lilianebarreiros@hotmail.com

Patrício Nunes Barreiros (UEFS)

patriciobarreiros@hotmail.com

RESUMO

A toponímia se integra à onomástica como ciência que estuda a motivação dos nomes próprios de lugares. A análise dos topônimos evidencia os aspectos linguísticos e históricos da sua origem, considerando o processo político-cultural que envolve a nomeação de uma localidade. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o inventário do vocabulário toponímico presente em *Bahia Humorística* do escritor baiano Eulálio Miranda Motta. O *corpus* da pesquisa é um manuscrito inédito que foi escrito em 1933, ambientado na região de Mundo Novo e Miguel Calmon, especialmente, numa comunidade remanescente de quilombola conhecida por Mocambo dos Negros. São 50 causos sertanejos que exploram com riqueza de detalhes o cotidiano dos trabalhadores rurais, as feiras livres, as conversas com as pessoas mais idosas do lugar e revela o modo de vida, as crenças, o imaginário e os usos linguísticos. Para a análise toponímica proposta, utiliza-se como referencial teórico-metodológico Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990; 1992), Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (2004; 2006) entre outros. Acredita-se que a recuperação do significado dos topônimos presentes na obra contribui para o conhecimento histórico e sociocultural da região, uma vez que, nesse campo, trabalha-se com um léxico que conserva antigos estágios denominativos.

Palavras-chave: Língua. Cultura. Topônimos. Causos. Eulálio Motta.

1. *Considerações iniciais*

Eulálio de Miranda Motta (1907-1988) se dedicou por mais de sessenta anos à atividade de escritor. Farmacêutico de profissão, mas com alma e vocação de escritor, o Dr. Eulálio de Miranda Motta, como era conhecido, conciliava sua atividade literária com as demandas da fazenda, com o trabalho na farmácia e com a agitada vida política. Sua atividade como escritor foi diversificada, escreveu poesias, crônicas, panfletos, cordéis e teve uma ativa produção jornalística. As diversas práticas escriturísticas de Eulálio de Miranda Motta e a intensa pulsão pela escrita o transformaram no “cronista da cidade, das vilas, distritos e fazendas do município, convertendo em letra escrita os anseios de pessoas de diversas classes sociais e condição de vida”. (BARREIROS, P., 2013, p. 18)

Os textos de Eulálio de Miranda Motta tiveram grande repercussão e alcançaram o público alfabetizado e não alfabetizado do município de Mundo Novo e das regiões circunvizinhas, pois era comum a leitura em voz alta, principalmente, de suas poesias e de seus panfletos, nas feiras livres, nas filas dos bancos e em rodas de bate-papo. Cenários estes, muitas vezes, retratados em seus textos:

Ele escreveu diários, anotou os acontecimentos mais banais do cotidiano, redigiu cartas até mesmo para os vizinhos, passava a limpo várias vezes os mesmos poemas e, em algumas ocasiões, improvisava o suporte da escrita utilizando embalagens, pedaços de papelão e guardanapos. [...] Eulálio Motta tinha o costume de guardar suas anotações (rascunhos de cartas, de poesias, de crônicas, listas com palavras colhidas em conversas com pessoas no seu cotidiano, pesquisas para a composição de seus textos, etc.). Ele mantinha uma íntima relação com os seus manuscritos e objetos de sua memória (fotografias, cartões, livros, cartas), onze anos após a sua morte, em 1999, esses documentos foram encontrados e ainda revelavam os gestos de zelo e amor que o escritor tinha por aqueles objetos (BARREIROS, P. 2012, p. 25, 26).

As primeiras publicações do escritor, de que se tem conhecimento, ocorreram no jornal *Mundo Novo*, em 1927. Nesta ocasião, ele foi morar em Salvador para dar continuidade aos estudos e teve a oportunidade de conviver com diversos escritores como, por exemplo, Jorge Amado e Adonias Filho. Publicou livros de poesias e seus versos circulavam nas principais revistas (*A Luva*, *Renascença*, *Vanguarda* etc.) e jornais da época *O Imparcial*, *Caderno da Bahia*, *Diário de Notícias* e *A Tarde*.

Em 1933, após concluir o curso de farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, Eulálio de Miranda Motta retornou a Mundo Novo, fixando residência na fazenda Morro Alto. No final de 1933, ele mudou-se para o distrito de Itabira, região conhecida como Mucambo dos Negros, uma pequena comunidade remanescente de quilombo do município de Miguel Calmon, onde viveu até o início do ano de 1935. Em Itabira, abriu uma farmácia e colecionou motivos para escrever seus textos. Ele observava o cotidiano da pequena vila e o comportamento dos moradores, desde a maneira como se comunicavam, as suas tradições e crenças. Em seguida, anotava em um caderno, que intitulou de *Bahia Humorística*, palavras e expressões que lhe chamavam a atenção.

Esta pesquisa etnográfica e linguística foi empreendida por Eulálio de Miranda Motta em função da escrita do livro *Bahia Humorística* que não foi publicado pelo autor, mas o caderno ficou preservado em seu acervo. Seu intuito era publicar um livro de *causos* engraçados referentes à vida sertaneja na Bahia. Os "50 Causos Sertanejos", que integram o ca-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

derno *Bahia Humorística*, resgatam a memória local e exploram com riqueza de detalhes o cotidiano dos trabalhadores rurais, a feira livre, as conversas com as pessoas mais idosas do lugar, revelando o modo de vida, as crenças, o imaginário e os usos linguísticos. (BARREIROS, L., 2016)

Estudar o léxico dos textos de Eulálio de Miranda Motta implica acessar uma instância linguística em que estão manifestas as formas de pensar, de apreender e de categorizar a realidade, crenças, valores, hábitos, enfim, um ponto da interlocução entre língua e cultura sob a ótica do escritor. Maria Tereza Camargo Biderman (1998, p. 12) afirma que as palavras de uma língua, “[...] nada mais são que rótulos através dos quais o homem interage cognitivamente com o seu meio”. Desse modo, pesquisar o léxico de uma comunidade por meio da produção escrita de um sujeito significa desvendar os mistérios de sua história, de sua cultura e de suas relações sociais em um determinado período do tempo.

No caderno *Bahia Humorística* destacam-se as listas de nomes de lugares, de animais e de pessoas (familiares de Eulálio de Miranda Motta ou com quem ele tinha alguma relação comercial). Este vocabulário onomástico é de grande relevância para compreender o uso dessas lexias nos textos, pois Eulálio de Miranda Motta costumava anotar o que lhe chamava a atenção e depois escrevia sobre o assunto, o lugar ou alguém.

Neste trabalho, tem-se por objetivo apresentar o inventário do vocabulário toponímico presente em *Bahia Humorística*. A recuperação do significado dos topônimos presentes na obra contribui para o conhecimento histórico e sociocultural da região, uma vez que, nesse campo, trabalha-se com um léxico que conserva antigos estágios denominativos.

2. A perspectiva teórica para os estudos toponímicos

A onomástica integra a lexicologia, caracterizando-se como a ciência da linguagem que tem como objeto de estudo o ato de nomear pessoas e lugares. Entre as suas áreas de estudo, destacam-se: a toponímia e a antroponímia. A toponímia estuda a motivação dos nomes próprios de lugares e a Antroponímia estuda os nomes próprios de pessoas, os sobrenomes e os apelidos. De acordo com Maria Cândida Trindade Costa de (2006, p. 1954):

À onomástica interessa o nome – distinto da palavra – pois pressupõe um nomeador e um nomeado, uma representação externa à qual ele se une: o no-

meador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais, que incorpora a função referencial, sobre o que recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo). Nessa transmigração a palavra se desloca do sistema lexical para o sistema onomástico, transcodificando-se, ou seja, do plano onomasiológico da língua (da designação) se integra ao plano semasiológico (da significação). Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes. (SEABRA, 2006, p. 1954)

Esta necessidade de nomear os seres, os objetos e os lugares é uma prática que está presente na humanidade desde os primórdios, pois “é o nome que dimensiona a pessoa e caracteriza o humano e o animado, polarizando sua atividade sociolinguística” (DICK, 1998, p. 77). Os nomes não somente designam seres e coisas, mais que isso expressam questões que vão além do dito e do escrito, valores e significados que ultrapassam o próprio nome. Segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990):

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropológicos. (DICK, 1990, p. 19)

Os topônimos são frutos de uma escolha por parte do nomeador, de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Para Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1992, p. 19), a toponímia apresenta-se “como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras”, registrando a mentalidade de uma determinada época.

Portanto, a análise dos topônimos evidencia os aspectos linguísticos e históricos da sua origem, considerando o processo político-cultural que envolve a nomeação de uma localidade.

3. Os topônimos em *Bahia Humorística*

No caderno *Bahia Humorística*, Eulálio de Miranda Motta escreveu 50 *causos* de tom humorístico, que abordam temáticas diversificadas, relacionadas a questões políticas e sociais. Sobre política, destacam-se: a compra de votos na eleição – “Oi, seu Filipe ali da Laguinha sabê a lê, é inleitou, e toda vêis qui tem inleição êle ganha um pá de sapato pra mode

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

votá” (BARREIROS, L., 2016, p. 90); o socialismo – “pegue-se aquela burra entregue-se a aquele cavalo, e aí está um casamento socialista!” (BARREIROS, L., 2016, p. 107); o comunismo – “Ouço dizê qui vem aí um tá de cumunismo que não respeita muiê casada, nem moça, nem nada! Emquanto o deabo desse sujeito não passá ela não sae!” (BARREIROS, L., 2016, p. 112); o integralismo – “Domingo. Dia de feira no arraial de Itabira. Eu esplicava aos ‘brasileiros que trabalham e sofrem’ o que é o integralismo” (BARREIROS, L., 2016, p. 158); o partidarismo político no sertão – “A fiscalização municipal matou uma porca e jogou-a no posto de A... Este, oposicionista de rampa e tampa, vio naquilo uma pirraça da situação” (BARREIROS, L., 2016, p. 123); e a limpeza das ruas de Mundo Novo, como se evidencia no *causo Inferno*:

[...] Esta minha terrinha não é somente a cidade mais feia do Brasil. É, também, a cidade mais suja do Brasil. O deposito do lixo é a linha central das ruas. Os donos das casas, de um lado e de outro de cada rua, varrem seus respectivos terreiros, empurrando o lixo para o centro. De mês em mês, de dois em dois mezes, quando ha “verba”, a prefeitura manda passar a vassoura na cidade... [...] Isto é assim hoje e nunca foi de outro modo...

[...] Pois bem, com as pouquinhas chuvas que tem aparecido nestes ultimos dias, as ruas estão daquele jeito... Daí a expressão formidavel de um tabareo que passou, ha pouco, de calças arregaçadas, pés na lama, tangendo um animal com caças de carne: –

– Êrre, cus deabo! qui o seo inferno fôsse chiquêro, quando os home desta terra chegasse lá pensava qui nan tinha morrido... Tava im casa... (BARREIROS, L., 2016, p. 117-119)

Um tema também recorrente, nos *causos* foi a cobrança dos altos impostos na época, agravando o sofrimento do pobre sertanejo:

Ninguém escapou ao lançamento do celebre imposto de capitação, creado pelo capitão Juracy Magalhães. Ninguém escapou. Pobres lavradores, donos de cinco, dez tarefas de terra, tiveram de pagar o imposto e, o que é peor, pagar com multa porque não pagaram em tempo, nem fizeram reclamação dentro do praso legal. (BARREIROS, L., 2016, p. 136)

Na política local, a participação de Eulálio de Miranda Motta foi bastante efetiva. Ele lutou pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mundonovenses e exerceu importante influência com a publicação e circulação de seus textos. Eulálio de Miranda Motta dava voz ao povo, ele fazia ecoar as queixas da população: “Deabo duns home qui ganham tanto dinheiro do governo, e nem pra mandá carçá estas rua de peda!” (BARREIROS, L., 2016, p. 124)

Sobre os aspectos sociais, os temas que se destacam são: a seca – “Os mantimentos, plantados com as pouquinhas chuvas de maio estão munchando, morrendo; os pastos estão se acabando; sofrimentos horri-veis ameaçam cair sobre o sêrtanejo já carregado de sofrimentos” (BARREIROS, L., 2016, p. 151); a chegada do automóvel no sertão – “Vamin-cê pode crê qui não hai neste mundo bicho pra corrê mais que otomove. Enquanto o deabo coça um oio otomove travessa o mundo dum lado pra outro” (BARREIROS, L., 2016, p. 82); o preconceito racial – “Vamos mudar de assunto que evem chegando um papel queimado... [...] Sou pa-pel queimado e tenho prazer disto. Porque papel queimado tem a vanta-gem de não servir para limpar os quartos de ninguém...” (BARREIROS, L., 2016, p. 106); e os problemas de saúde que afligiam a população na época como o alto índice de morte em partos feitos em casa, o impalu-dismo, a febre amarela, entre outros.

Além disso, Eulálio de Miranda Motta explorou o cotidiano da ci-dade de Mundo Novo e do campo, as questões culturais como as anedo-tas contadas nas praças, descreveu os dias de feira livre, a linguagem do matuto, que busca falar difícil para impressionar, as cantigas de roda e o trabalho das curandeiras na região, como em *Sinha Cristina*:

Queixava da “curadeira” Minervina, moradora na “Lagôa Redonda”, que não soube dar jeito á doença da Maria, sua irmã. [...] Eu bem dizia a Maria; bem qui lhe abri os óio. Nunca pude me entrá cum aquela muié. Deabo de uma muié cheia de remelexo, de lodaço. A muié reza, a muié acende vela, a muié apaga vela... gente, quanto licotixo! Disse que a doença de Maria era tres isprito; qui tirou dois mais qui o outro nan pode tirá porque ta morto dento. Nunca vi isprito marrê! (BARREIROS, L., 2016, p. 154-155)

Os exemplos destacados dos *causos* de *Bahia Humorística*, evi-denciam registros da memória local, demonstrando o cotidiano das pes-soas do campo, por meio de textos escritos com tom humorístico e enri-quecidos por uma linguagem típica sertaneja. Gláucia Aparecida Batista assinala que:

[...] o causo é uma narrativa oral não-ficcional, ainda que para o ouvinte às ve-zes pareça evidente a presença de elementos ficcionais, ele não se assume co-mo tal, apresentando-se como um relato de fatos vividos ou testemunhados por aquele que conta, podendo também ter sido ouvido e transmitido por ou-trem. [...] Quando o fato que deu origem ao causo não foi vivido ou testemu-nhado por quem conta, é dada a referência: diz-se quem contou. [...] O lugar do acontecimento sempre é mencionado. Assim como o lugar da ocorrência, o tempo é referido (BATISTA, 2007, p. 102).

Os elementos pontuados por Gláucia Aparecida Batista encon-tram-se presentes nos *causos* de Eulálio de Miranda Motta, pois em sua

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

maioria são conversas que ele ouviu na comunidade. A data e o lugar do acontecimento quase sempre são mencionados como, por exemplo, no *causo Lampeão*:

Antonia preta é uma agregada de Dona Elvira, proprietária da fazenda Riacho do Ouro, que se limita com o Morro Alto. Antonia, coitada, é uma creatura simples, que faz panelas de barro e não conhece o trem. Apesar de morar a poucas leguas da estrada de ferro, nunca Antonia preta viu um trem (BARREIROS, L., 2016, p. 116, grifo nosso)

Nesse sentido, o léxico toponímico é um elemento bem presente nos *causos*. Dentre os topônimos inventariados, destacam-se: Feira de Sant’Ana, Monte Alegre (atual município de Mairi), Djalma Dutra, Piritiba, França, Morro do Chapéu, Serra de Itiúba, Serra dos Cristais, Arraial da Palmeirinha, Arraial de Itabira, Canabrava, Alto Bonito, Mundo Novo etc.

De acordo com Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1992, p. 10), um nome próprio de lugar é constituído por dois termos, um genérico e um específico: o genérico indica o acidente a ser nomeado (rio, fazenda, córrego, serra, ribeirão). O termo específico, ou topônimo propriamente dito, refere-se ao termo denominativo como *Ipoeirinha* de Fazenda Ipoeirinha: “Vaca-parida era o antigo nome da Fazenda Ipoeirinha”. (BARREIROS, L., 2016, p. 135)

O modelo de classificação taxionômica de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1992), que analisa o signo toponímico quanto ao caráter motivacional, é dividido em duas categorias: onze de natureza física – astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos e zootopônimos) e dezesseis de natureza antropológica – animotopônimos ou nootopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematopônimos, hierotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos (ou odotopônimos), numerotopônimos e poliotopônimos).

Maria Cândida Trindade Costa de (2004), ao tratar da natureza semântica da denominação dos topônimos, reafirma o vínculo do nome ao lugar e divide em acidente físico e acidente humano:

Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes. (SEABRA, 2004, p. 49)

Dentre os 35 topônimos inventariados e analisados, até o momento, foram identificados: 23 de natureza antropocultural e 12 de natureza física. A seguir, registram-se os topônimos em ordem alfabética com a variação gráfica em itálico (quando ocorre) e o respectivo número de ocorrências no *corpus*. Entre colchetes, a grafia atual.

| Nº | TOPÔNIMOS | NÚMERO DE OCORRÊNCIA |
|----|--------------------------------------|----------------------|
| 1 | Arraial de Alto Bonito | 7 vezes |
| 2 | Arraial de Itabira | 4 vezes |
| 3 | Arraial de Palmeirinha | 6 vezes |
| 4 | Bahia | 5 vezes |
| 5 | Brasil, <i>Brasi</i> | 5 vezes |
| 6 | Canabrava | 5 vezes |
| 7 | Djalma Dutra | 2 vezes |
| 8 | Fazenda Ipoeirinha | 2 vezes |
| 9 | Fazenda Morro Alto | 2 vezes |
| 10 | Fazenda Riacho do Ouro | 1 vez |
| 11 | Fazenda Vaca-parida | 3 vezes |
| 12 | Feira de Sant'Ana [Feira de Santana] | 3 vezes |
| 13 | França | 2 vezes |
| 14 | Mina Gerá [Minas Gerais] | 1 vez |
| 15 | Mucambo | 4 vezes |
| 16 | Mundo Novo | 20 vezes |
| 17 | Orobó | 1 vez |
| 18 | Rio de Janeiro | 1 vez |
| 19 | Santo Amaro | 1 vez |
| 20 | São Felix | 1 vez |
| 21 | São José | 1 vez |
| 22 | São Paulo | 1 vez |
| 23 | São Salvador [Salvador] | 1 vez |

Quadro 1 – Relação dos topônimos de natureza antropocultural.
Fonte: Bahia Humorística.

| Nº | TOPÔNIMO | NÚMERO DE OCORRÊNCIA |
|----|-----------------------------------|----------------------|
| 1 | Cachoeira | 1 vez |
| 2 | Lagôa do Milho | 1 vez |
| 3 | Lagôa Redonda | 1 vez |
| 4 | Laguinha | 1 vez |
| 5 | Monte Alegre, <i>Mont'Alegue</i> | 6 vezes |
| 6 | Morro do Chapeo [Morro do Chapéu] | 1 vez |
| 7 | Rio Capivary | 1 vez |
| 8 | Rio Jacóipe [Rio Jacuípe] | 1 vez |
| 9 | Serra da Palmeirinha | 1 vez |

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

| | | |
|----|---------------------|---------|
| 10 | Serra de Itiuba | 1 vez |
| 11 | Serra dos Cristaes | 5 vezes |
| 12 | Tanquim [Tanquinho] | 1 vez |

Quadro 2 – Relação dos topônimos de natureza física Fonte: *Bahia Humorística*.

4. De Mucambo dos Negros à Itapura

Mucambo dos Negros foi uma pequena comunidade remanescente de quilombo, uma espécie de Palmares alagoano, em suas inferiores proporções (IBGE, online). Fundada no final do século XIX por escravos fugidos, a pequena vila localiza-se no vale das serras do Mocambo, no interior da Bahia.

No início da década de 1930, uma companhia de extração de minério instalou-se na vila. A pequena comunidade constituída por uma dezena de famílias de ex-escravos viu-se invadida por mineiros e comerciantes de várias partes do país. Passou a se chamar Itabira pelo Decreto-lei nº 9117 de 11 de setembro de 1934, distrito do município de Miguel Calmon (BA) e conta hoje com pouco mais de 500 habitantes.



Figura 1 – Localização de Itabira em Miguel Calmon-BA. Fonte: IBGE Cidades.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O topônimo Itabira é de origem indígena. Em tupi-guarani, significa “a pedra que brilha”. Acredita-se que a motivação do nome seja pela forte presença indígena na região, aliada a descrição precisa do lugar, tendo em vista que as serras do Mucambo eram exploradas por mineradoras. Além disso, vivia-se no Brasil um processo de “tupinização” da toponímia brasileira. Portanto,

[...] a busca de uma identidade nacional, afastada dos moldes europeus, já havia sido despertada nos brasileiros desde a independência do Brasil (1822), quando, imbuídos pelo espírito anticolonialista e nacionalista, passaram a identificar o índio como herói nacional (PRUDENTE; ABBADE, 2016, p. 120).

O escritor Eulálio de Miranda Motta registrou em seus *causos* os dois topônimos *Mucambo* e *Itabira*:

– Dizem qui no Mucambo tá apareceno um trem.

– Um trem?!

– Inhôrsim.

– Então Mucambo está bem melhorado! Quando eu tiver de decer vou tomar o trem no Mucambo...

– Vamicê já pega cas caçuada de Vamicê! Vamicê bem qui tá sabeno qui né trem de vapô de decê pra baixo.

– Então como é o trem de Mucambo?

– É um bicho qui tá apariceno denoite e fazeno istripulia. Dizem que aparece adispois das dez e só desaparece adispois qui o galo canta (BARREIROS, L., 2016, p. 128).

O nome de *Itabira* só consta nos três últimos *causos*, provavelmente escritos em 1934, nos quais Eulálio de Miranda Motta retrata o dia de feira no arraial, o uso da sentina: “A’ noite lhe mostrei a sentina, dizendo-lhe sertanejamente: — ali é para desapertos” (BARREIROS, L., 2016, p. 159) e os usos e costumes do povo: “O senhor que me apareceu para ‘pegar o serviço’, era desses matutos que gostam de falar difícil (BARREIROS, L., 2016, p. 160).

A partir do Decreto Estadual nº 1.978 de 01/01/1944, Itabira passou a se chamar Itapura. Também de origem indígena, significa “a pedra que emerge”. A mudança de nome ocorreu após o Decreto-lei nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, emitido pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, que “dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país” (BRASIL, 1943). Este De-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

creto-lei estabeleceu no artigo 7º normas para eliminar a repetição de toponímicos de cidades e vilas no país:

I – Quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, esta prevalecerá para a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: Capital, sede de Comarca, sede de Termo, sede de Município, sede de Distrito (BRASIL, 1934).

Itabira também corresponde ao nome de uma cidade em Minas Gerais, que foi descoberta em 1698. Este distrito foi elevado à condição de cidade com a denominação de Itabira, pela Lei provincial nº 374, de 09 de outubro de 1848 (IBGE, 1959).



Figura 2 – Localização de Itabira em Minas Gerais. Fonte: IBGE Cidades.

Como Itabira de Minas Gerais pertencia a uma categoria administrativa mais elevada, foi necessária a mudança de nome para Itabira de Miguel Calmon (BA), que passou a se chamar Itapura.

5. Considerações finais

Para se conhecer um grupo social, não basta apenas pesquisar a sua história, os seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário

observar-se a forma peculiar utilizada por ele para representar a realidade que o circunda. É por meio da língua escrita e/ou falada que se organiza e mantém integrado o conhecimento acumulado ao longo das gerações. O léxico de uma língua constitui-se num inventário aberto, mutável, que representa a visão de mundo e a cultura do povo que o usa. Ele descortina não só os traços linguísticos, ou as evoluções semânticas, mas também questões culturais. (BARREIROS, L., 2012).

As anotações, pesquisas e a obra literária do escritor Eulálio de Miranda Motta constituem-se em um riquíssimo acervo, tanto no sentido linguístico quanto histórico, pois oferece uma oportunidade de estudo da realidade linguística da região e possibilita a realização de um trabalho de investigação científica que, certamente, ampliará o conhecimento acerca do sertão baiano em seus aspectos linguístico, social e histórico.

Nessa perspectiva, o vocabulário utilizado pelo Eulálio de Miranda Motta revela a sua experiência investigativa junto às comunidades rurais da região de Mundo Novo e o seu intuito de divulgar o universo sociocultural do semiárido baiano. Neste trabalho, apresentou-se o inventário toponímico na obra *Bahia Humorística*. Estudo que vem sendo realizado com o intuito de classificar as taxas toponímicas e assim resgatar a história de algumas cidades do interior da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. 1 de janeiro de 1944. *Decreto nº 12978*. O distrito de Itabira passou a se chamar Itapura. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=292120>. Acesso em: 04-08-2016.

_____. 11 de setembro de 1934. *Decreto nº 9117*. Estabelece a criação do distrito de Itabira. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=292120>. Acesso em: 04-08-2016.

BARREIROS, Liliâne Lemos Santana. *Bahia humorística: causos sertanejos de Eulálio Motta*. Feira de Santana: UEFS, 2016.

_____. *Bahia humorística de Eulálio de Miranda Motta: edição e estudo lexical de causos sertanejos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, campus I, Salvador.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

BARREIROS, Patrício Nunes. *O pasquineiro da roça*: edição dos panfletos de Eulálio Motta. 2013. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Sonetos de Eulálio Motta*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

BATISTA, Gláucia Aparecida. *Entre causos e contos*: gêneros discursivos da tradição oral numa perspectiva transversal para trabalhar a oralidade, a escrita e a construção da subjetividade na interface entre a escola e a cultura popular. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998, p. 11-20.

BRASIL. Decreto-lei no 5.901, de 21 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 23 out. 1943, p. 15750. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15901.htm>. Acesso em: 04-08-2016.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, p. 77-88, 1998.

_____. *Toponímia e antroponímia do Brasil*: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990.

IBGE. Itabira. In: _____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, vol. 25, p. 240-245. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_25.pdf>. Acesso em: 04-08-2016.

IBGE. Cidades – Bahia. *Miguel Calmon*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292120&search=||info%EFicos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 04-08-2016.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PRUDENTE, Clese Mary; ABBADE, Celina Márcia de Souza. Nomeação e renomeação do espaço: considerações sobre a “tupinização” da toponímia baiana. *Cadernos do CNLF*, vol. XX, n. 02 – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016, p. 116-126.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006, p. 1953-1960

_____. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
**EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS
COM O VERBO DAR + SINTAGMA NOMINAL:
NÃO SÃO CONSTRUÇÕES COM VERBO LEVE**

Fernanda Lellis Fernandes (UFMG)
fernandalellis5@hotmail.com

RESUMO

Essa pesquisa investigou, em uma visão sincrônica, as expressões idiomáticas com o verbo DAR + sintagma nominal, com o objetivo de identificar se tais expressões são construções com verbo leve. Tendo como objeto de análise cinquenta ocorrências do português brasileiro, com a produtividade testada através de vinte informantes nativos, constatou-se que as expressões idiomáticas com o verbo DAR + sintagma nominal não são construções com verbo leve. Essa constatação foi baseada através das noções de composicionalidade, integridade lexical, síntese da construção através de um verbo significativo, incorporação do sintagma nominal ao verbo sintetizado e valor semântico do verbo DAR.

Palavras-chave: Expressões idiomáticas. Verbos leves.
Verbo DAR. Gramática de construções.

1. Considerações iniciais

Definidas como uma das manifestações mais relevantes das potencialidades criadoras de uma língua, as expressões idiomáticas têm figurado como tema de um número considerável de estudos linguísticos. Contudo, a maioria dos trabalhos aborda questões do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. Diante a produtividade desse fenômeno linguístico, limitar os estudos das expressões idiomáticas ao ensino de estrangeiros é deixá-las às margens das possibilidades da pesquisa do sistema da língua.

Por fazerem parte da comunidade linguística e serem expressas no conceito do coletivo, as expressões idiomáticas também devem ser estudadas a partir do uso dos falantes nativos. Dentro dessa visão, essa pesquisa buscou identificar, em uma perspectiva sincrônica, se as expressões idiomáticas com o verbo DAR + sintagma nominal são construções com verbo leve. Conhecer as propriedades das expressões idiomáticas do português brasileiro é iniciar o processo de retirada dessas estruturas de situações marginais da pesquisa linguística.

As expressões idiomáticas são um bloco de palavras que, quando usadas juntas, têm um significado diferente do que teriam se o significa-

do de cada palavra fosse tomado individualmente. Dentre essas expressões destacam-se as formadas com o verbo DAR + sintagma nominal, objeto desse estudo.

Também são produtivas em nossa língua as construções com verbos leves. Esses verbos são semanticamente vazios e geralmente se associam a um elemento nominal, responsável pelo significado principal da construção.

Assim, constituiu-se como objetivo dessa pesquisa traçar as características gerais das expressões idiomáticas e das construções com verbos leves para posteriormente identificar se as expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN são construções com verbo leve. Essa identificação foi baseada nas noções de composicionalidade, integridade lexical, síntese da construção através de um verbo significativo, incorporação do sintagma nominal ao verbo sintetizado e valor semântico do verbo DAR.

Para isso, o artigo foi dividido em cinco partes. Nas três primeiras, foram apresentadas breves considerações teóricas relativas ao conceito de expressões idiomáticas, construções com verbos leves e uso canônico bitransitivo do verbo DAR. Na quarta parte, tem-se a descrição da metodologia adotada para a pesquisa. E na quinta parte, foram apresentados a discussão dos dados e o resultado da pesquisa.

2. Expressões idiomáticas

Definir o conceito de expressões idiomáticas não é simples, pois há uma diversidade terminológica para esse termo: idiotismo, frases feitas, idiomaticidade, clichês, não composicional e outros. Além da própria dificuldade de limitar o padrão de regularidade dessas construções e a necessidade de diferenciá-las das gírias.

A numerosa ocorrência das expressões idiomáticas no Português Brasileiro demonstra que elas são produtivas e não devem ser tratadas como um “apêndice da gramática”. Lúcia Fulgêncio (2008, p. 28) diz que “não seria adequado desprezar a evidência de que o falante utiliza construções cristalizadas e desconsiderá-las na descrição do sistema da língua, relegando-as a situações marginais”. Afinal, elas fazem parte da cultura e das convenções sociais dos falantes de uma língua. É importante ressaltar que a ocorrência das expressões idiomáticas também acontece em contextos de uso da língua padrão, como textos jornalísticos e obras literárias.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Charles J. Filmore, Paul Kay e Mary Catherine O'Connor (1988) defendem que as expressões idiomáticas são construções interpretadas pela comunidade linguística, expressa no conceito do coletivo. Para ter domínio do uso de tais expressões é necessário conhecer a pragmática da construção, não bastando apenas conhecer a língua. Elas são armazenadas na memória do falante através de experiências adquiridas, assim tornam-se fluentes e espontâneas. E para compreender as expressões idiomáticas, o falante não procura o significado de cada palavra isolada, mas absorve o bloco inteiro, resgata a estrutura já pronta na memória.

As construções em questão muitas vezes não obedecem às regras sintáticas e semânticas. Várias sentenças com o verbo DAR + SN, por exemplo, não possuem regência verbal bitransitiva regular e nem carregam o significado prototípico de movimento (mudança de localização de uma entidade), como se observa na construção:

“Acho que, como eu, tinha muita gente com o mesmo sentimento. Me deu um nó na garganta”. (Estadão, 27/09/2006)

Exemplo 1

O processamento semântico de ‘*deu um nó na garganta*’ seria *comover*, uma vez que a geração do significado não é determinada por cada palavra, e sim por todo o grupo. Há uma idiossincrasia semântica, pois fora dessa construção ‘*nó*’ jamais seria encontrado com esse sentido, e nem seria aceitável a produção ‘*nó na garganta*’.

Maria Auxiliadora da Fonseca Leal e Soéllis Teixeira do Prado Mendes (2006) afirmam que as expressões idiomáticas são formadas por um conjunto de palavras que não possuem um significado isolado, mas na expressão, como um todo, adquirem um sentido.

O entendimento adotado de expressões idiomáticas no presente estudo é o conceito de Collins Harper (2003, p. V):

Uma expressão idiomática é um tipo especial de sintagma. É um grupo de palavras que, quando usadas juntas, têm um significado diferente do que teriam se o significado de cada palavra fosse tomado individualmente. Se não se sabe que as palavras têm um significado especial juntas, pode-se interpretar incorretamente o que está sendo dito.

3. Construções com verbos leves

Os chamados verbos leves são aqueles semanticamente vazios, que, em geral se associam a um elemento nominal, responsável pelo sig-

nificado principal da sentença. Em regra, os verbos leves incorporam os objetos e a construção tem como resultado um único verbo significativo.

Não se pode dizer, que o verbo leve seja totalmente desprovido de propriedades predicativas, mas é imprescindível ressaltar a participação fundamental das nominalizações na formação dessas sentenças.

As construções com o verbo leve DAR são muito frequentes no português brasileiro, e assim como nas expressões idiomáticas, o verbo DAR não carrega o significado de transferência de posse de um dado objeto para um determinado alvo, característica presente na interpretação das sentenças bitransitivas prototípicas.

Nesse esvaziamento semântico do verbo DAR, pode-se identificar o processo de gramaticalização, como definido por Sueli Maria Coelho e Silmara Eliza de Paula Silva (2014, p. 29):

A gramaticalização é um processo de mudança linguística por meio do qual uma forma lexical perde propriedades de significação externa devido a alterações semânticas que sofre no curso da língua e, a partir de relações sintagmáticas que estabelece em determinados contextos, assume propriedades de significação interna, tornando-se, assim forma gramatical.

Ana Paula Scher (2004) propõe uma forma geral para construções com o verbo leve DAR: *verbo dar + uma nominalização em -ada* (forma geral: *dar uma Xada em Y*)⁴⁸. Como segue o exemplo:

“O Parque do Ibirapuera tem mais de cinquenta anos, é muito bem cuidado, arborizado e ótimo para dar uma caminhada no início do dia” (Revista Veja, 16/10/2009).

Exemplo 2

Não há nada no significado de ‘*dar uma caminhada*’ que remeta o uso canônico bitransitivo de DAR. No exemplo, o verbo DAR incorpora o objeto ‘*caminhada*’ e a construção tem o significado de *caminhar*.

Apesar das construções com o verbo leve DAR terem a mesma forma superficial das sentenças bitransitivas do Português Brasileiro, elas não possuem as mesmas propriedades aspectuais, temáticas ou de subcategorização.

⁴⁸ Ao observar as construções com verbo leve DAR do Português Brasileiro, sugiro a forma geral: *verbo DAR + uma + nominalização em -ADA/-IDA*. Exemplos: dar uma trabalhada, dar uma dormida.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

4. *Uso canônico bitransitivo do verbo dar*

O verbo DAR prototípico é aquele tratado como predicador nos dicionários e nas gramáticas tradicionais. É um elemento que contém comportamento lexical na construção e é o responsável pela atribuição de papel temático aos argumentos.

Geralmente, autores de gramáticas normativas conceituam o *verbo* a partir do aspecto morfológico e, principalmente, do aspecto semântico. Quanto ao aspecto sintático, essa classe é pautada como possuidora da função obrigatória de predicação. Ignora-se, no entanto, a função de núcleo do elemento nominal em construções perifrásticas cujos nomes não são predicativos do sujeito, mas auxiliam o verbo a selecionar argumentos.

Domingos Paschoal Cegalla (2008) classifica o verbo DAR, quanto à conjugação, como verbo irregular, isto é, aquele que sofre alteração no radical ou nas terminações, afastando-se do paradigma. Quanto à regência verbal, canonicamente, o termo é bitransitivo, ou seja, verbo que seleciona dois argumentos internos (um complemento direto e outro preposicionado), atribuindo um papel temático a cada um deles.

O verbo DAR canônico denota movimento, pois expressa mudança de localização de uma entidade, conforme ilustra o exemplo:

“Maduro **dará** armas a dois milhões de operários na Venezuela” (O Globo, 24/05/2013)

Exemplo 3

Observou-se que grande parte das gramáticas⁴⁹ de orientação tradicional não considera outra categoria para o verbo DAR que não seja a de verbo principal nas estruturas DAR + SN. Diferentemente do que se reconhece em obras de orientação teórico-descritiva e pesquisas linguísticas que consideram a possibilidade de DAR apresentar um comportamento mais gramatical, a categoria de verbo suporte, que revela valores diferentes do transferencial prototípico.

O estudo de Sueli Maria Coelho e Silmara Eliza de Paula Silva (2014, p. 39) comprova que o processo de gramaticalização do verbo DAR vem acontecendo desde o século XX, passando de predicador a auxiliar (processo semântico de abstração), o que teve reflexos tanto no lé-

⁴⁹ Gramáticas consultadas: Evanildo Bechara (1999), Domingos Paschoal Cegalla (2008), Carlos Henrique da Rocha Lima (1992).

xico quanto na gramática. As autoras afirmam que “no plano do léxico, provocou o surgimento de verbos leves, de expressões idiomáticas e de mesoconstruções”.

5. Descrição da metodologia adotada

O estudo foi baseado em uma pesquisa sincrônica, que, como define Lúcia Fulgêncio (1998, p. 17), tem o objetivo linguístico de “descrever a competência que o falante nativo tem da língua, ou seja, aquilo que ele sabe sobre a sua língua e que lhe permite atuar com eficiência na comunicação”.

Como o objetivo do estudo era identificar se as expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN são construções com verbo leve, inicialmente foi preciso selecionar um número expressivo dessas sentenças. Diante o grande número de expressões idiomáticas com tais características no português brasileiro, optou-se por separar cinquenta ocorrências produtivas. As expressões idiomáticas selecionadas foram retiradas da *internet*, da observação de programações televisivas e ainda da pesquisa no meio social. Para confirmar se as construções eram produtivas⁵⁰, foi aplicado um questionário a vinte informantes.

Os informantes foram selecionados aleatoriamente, necessário apenas o fato de serem falantes nativos do português brasileiro. Não houve preocupação com idade, classe social, escolaridade ou outro fator determinante.

O questionário aplicado solicitava ao informante que sintetizasse as expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN em apenas um verbo, ou em um verbo diferente de DAR + complemento. As construções foram organizadas em uma tabela, para, a partir das respostas, observar a produtividade das expressões diante dos significados apresentados.

A aplicação do questionário também objetivou analisar se o falante nativo do português brasileiro consegue resumir as construções selecionadas em um único verbo, e, se esses trazem a significação do objeto, como acontece com o verbo leve.

⁵⁰ Por produtividade, nesse trabalho, adotou-se a visão semântica e a experiência de significado dos informantes, não a frequência.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

A tabela a seguir apresenta as cinquenta expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN selecionadas para o estudo:

| | | | | |
|-----------------------------|--------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|
| Dar a luz | Dar de bandeja | Dar o braço a torcer | Dar pé | Dar um basta |
| Dar as caras | Dar de cara com | Dar o cano | Dar pepino | Dar um fora |
| Dar as mãos | Dar de mão beijada | Dar o golpe | Dar pitaco | Dar um nó na garganta |
| Dar boqueira | Dar de cima de | Dar o grito | Dar piti | Dar um pito |
| Dar cabo | Dar linha | Dar o tombo | Dar pra trás | Dar um rolé |
| Dar com a língua nos dentes | Dar mole | Dar o troco | Dar rolo | Dar um tempo |
| Dar com os burros n'água | Dar no coro | Dar o tumé | Dar tempo ao tempo | Dar um toque |
| Dar conta | Dar no pé | Dar pano pra manga | Dar tilte | Dar uma colher de chá |
| Dar corda | Dar nos nervos | Dar patada | Dar trégua | Dar uma mão |
| Dar crédito | Dar o bolo | Dar pau | Dar trela | Dar zebra |

Tabela 4: Expressões idiomáticas com verbo DAR + SN selecionadas

Constituído o *corpus* da pesquisa, passou-se à análise dos dados, observando as características padrões das expressões idiomáticas e das construções com verbos leves. Tal observação foi baseada no referencial teórico apresentado.

6. Apresentação e análise de dados

Como definido anteriormente, por produtividade, adotou-se a visão semântica e a experiência de significado que cada falante tem das expressões idiomáticas. Os dados apontaram que as expressões idiomáticas como verbo DAR + SN selecionadas são produtivas no português brasileiro:

Todos os informantes identificaram 62% das construções apresentadas; e as que não mostraram a totalidade de reconhecimento tiveram um número muito baixo de indivíduos que desconheciam o significado das ocorrências⁵¹. Em quatorze expressões idiomáticas, todos os falantes apresentaram um significado idêntico, sintetizando da mesma forma tais

⁵¹ Exceto a expressão 'dar o tombo' que não foi reconhecida por sete informantes.

construções, como por exemplo: ‘dar o grito’, ‘dar nos nervos’ e ‘dar um rolê’.

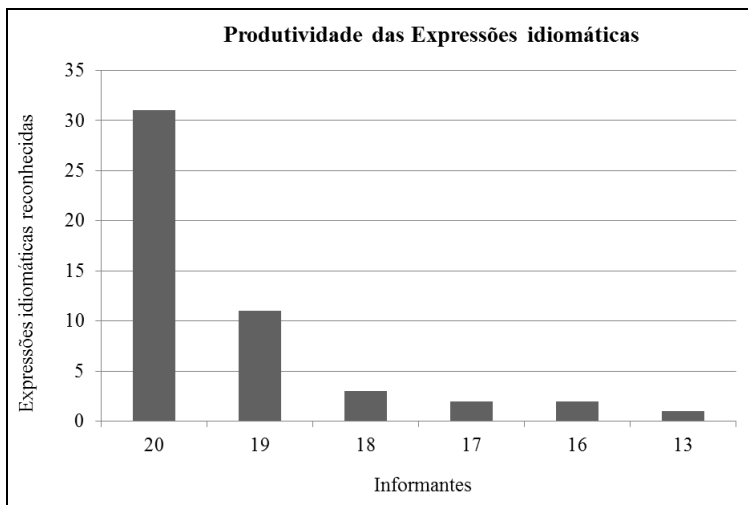


Figura 1: Produtividade das expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN

Diante esses dados, as expressões idiomáticas não devem ser vistas como um apêndice da gramática, pois têm um caráter produtivo na língua. Elas fazem parte da cultura e do inventário de conhecimento de uma comunidade linguística. O estudo mostrou que as construções escolhidas são conhecidas e utilizadas pelos falantes nativos da língua e por isso seu estudo não deve ser ignorado.

Confirmada a produtividade, passou-se a detectar se as características gerais das construções com o verbo leve estão presentes nas expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN.

Em primeiro lugar observou-se a noção de composicionalidade, que é a possibilidade de se deduzir o significado de uma sequência a partir dos significados dos componentes. Ana Paula Scher (2004, p. 94) afirma que nas construções com verbo leve “cada um de seus elementos, portador de informações relevantes para a interpretação do composto, participa ativamente da composição do significado resultante da combinação desses elementos”.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Essa propriedade não pode ser identificada nas expressões idiomáticas escolhidas para esse trabalho. Em construções como *'dar patada'*, *'dar linha'* e *'dar de bandeja'* não se pode dizer que os significados das partes das expressões linguísticas levarão ao significado do todo representado por essas construções. Sendo idiossincráticas, cada uma delas poderá assumir significados imprevisíveis.

Outro resultado, retirado da análise do *corpus*, foi o fato de uma expressão idiomática poder ser identificada como uma integridade lexical. Através das construções analisadas, pode-se afirmar que uma expressão idiomática não pode ser alterada ou ter uma palavra sinônima substituída na sua composição original. Elas são caracterizadas pela maneira como se comportam nas línguas, com sua composição fixa. Por exemplo, na expressão idiomática *'dar as caras'*, com o significado final de *encontrar*, não se pode substituir o componente *'caras'* por *'rostos'* ou *'faces'*. O mesmo acontece com a construção *'dar o golpe'*, na qual *'golpe'* não pode ser substituído por *'pancada'* ou *'batida'* com o sentido de *enganar*.

A integridade lexical não pode ser observada nas construções com verbos leves, pois essas não são limitadas e podem ser criadas a todo momento, dependendo da necessidade do falante e do contexto em que estão inseridas. Sentenças como *'dar uma olhada'* e *'dar uma espiada'* apresentam o mesmo significado final de *olhar*, o que prova que as construções com verbos leves não possuem composição fixa (é possível substituir por sinônimos).

Outra característica dos verbos leves é o fato de incorporarem os objetos e a construção ter como resultado um único verbo significativo. Tal regra foi analisada nas expressões idiomáticas estudadas e, apesar de 84% das construções apresentadas aos informantes terem sido resumidas em um único verbo, nenhuma das cinquenta selecionadas incorpora o significado do sintagma nominal no resultado final da construção.

Os informantes não conseguiram resumir algumas expressões como *'dar com a língua nos dentes'*, *'dar de mão beijada'*, *'dar com os burros n'água'* e *'dar trela'* em um único verbo. E nas expressões que essa síntese foi possível, o significado do sintagma nominal não foi incorporado, como segue a tabela de exemplos:

| Expressão Idiomática | Significado apresentado pelos informantes |
|----------------------|---|
| dar conta | conseguir (e não contar) |
| dar o troco | vingar (e não trocar) |
| dar o grito | reivindicar (e não gritar) |

Tabela 5: Significado de expressões idiomáticas

Quanto ao significado do verbo DAR, assim como nas construções com o verbo leve, o verbo DAR das expressões idiomáticas não carrega o significado de transferência de posse de um dado objeto para um determinado alvo, característica presente na interpretação das sentenças bitransitivas prototípicas.

Porém, pode-se observar uma escala semântica com as construções com o verbo DAR no Português Brasileiro, sendo que as construções com verbos leves são mais transparentes semanticamente que as expressões idiomáticas. Assim, em um *continuum*, as construções bitransitivas prototípicas do verbo DAR apareceriam em uma extremidade, e as expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN em outra. As construções com verbo leve DAR estariam no meio do *continuum*, por serem, em termos semânticos, menos transparentes que as primeiras e mais que as últimas.

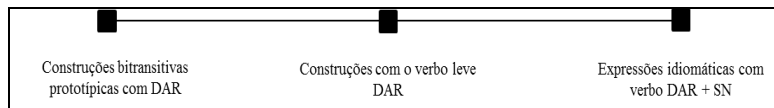


Figura 2: *Continuum* semântico

7. Considerações finais

Com o objetivo de analisar se as expressões idiomáticas com o verbo DAR + sintagma nominal são construções com verbos leves, foi desenvolvido um estudo de natureza sincrônica, tendo como *corpus* cinquenta expressões idiomáticas retiradas da *internet*, da observação de programações televisivas e ainda da pesquisa no meio social. A produtividade das ocorrências foi testada a partir da aplicação de questionários a vinte informantes falantes nativos do português brasileiro.

As análises empreendidas levam-me a concluir que as expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN não são construções com verbos leves. Essa constatação pode ser confirmada pelo fato das expressões idiomáticas não possuírem a propriedade da composicionalidade, presente nas construções com verbos leves. Também foi revelado no estudo que, diferentemente das construções com verbos leves, as expressões idiomáticas possuem integridade lexical e por isso não podem ser alteradas ou terem palavras substituídas em sua composição original. Observou-se ainda que as expressões idiomáticas com o verbo DAR + SN quando resumidas em um verbo não incorporam o significado dos sintagmas no-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

minais, característica presente nas construções com verbos leves. E para solidificar ainda mais o estudo, foi apresentado um *continuum* semântico do verbo DAR no qual as construções com verbos leves e as expressões idiomáticas com verbos DAR + SN não ocupam a mesma posição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. Ver. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2008.

COELHO, Sueli Maria; SILVA, Silmara Eliza de Paula. O *continuum* de gramaticalização do verbo DAR: de predicador a auxiliar. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, vol. 18, n. 34, p. 23-40, 2º sem. 2014.

FILMORE, Charles J.; KAY, Paul; O'CONNOR, Mary Catherine. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. *Language*, vol. 64, n. 3. Sep. 1988. Disponível em: <<https://bdgrdemocracy.files.wordpress.com/2014/04/regularity-and-idiomaticity-cfillmore-1988.pdf>>.

FULGÊNCIO, Lúcia. *Expressões fixas e idiomatismos do português brasileiro*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

HARPER, Collins. *Dictionary of idioms*. Great Britain: Harper Collins Publishers, 2003

LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca; MENDES, Soélis Teixeira do Prado. “Jeitinho Brasileiro” – A expressão idiomática no português do Brasil: uma contribuição para o léxico da língua. *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SCHER, Ana Paula. *As construções com o verbo leve "dar" e as nominalizações em -ada no português do Brasil*. UNICAMP, Campinas: [s.n.], 2004.

TAGNIN, Stella Ortweiler. *Expressões idiomáticas convencionais*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
LEXEMÁTICA APLICADA.
UMA ANÁLISE
DAS ESTRUTURAS PARADIGMÁTICAS SECUNDÁRIAS
EM TEXTOS DO GÊNERO POESIA NO E. F. II

Manoel Felipe Santiago Filho (UERJ)
manoelfelipesf@gmail.com

RESUMO

Ferdinand de Saussure (2008) afirma que a associação mental dos indivíduos capta a natureza das relações paradigmáticas e que elas permitem a criação de inúmeras séries associativas jungidas lexicalmente em radicais, desinências e afixos que (re)produzem sentidos limítrofes na proposição daquilo que se pretende dizer através do enunciado. A questão é: qual o efeito semântico estrutural que causa essas relações associativas na composição poética de alunos do ensino fundamental II? Este artigo se propõe a verificar as ocorrências afixais em lexias nominais e analisar as relações de sentidos efetivadas no contexto de textos do gênero poesia de alunos do ensino fundamental II de uma escola pública do município do Rio de Janeiro. Para tal, adotamos como aporte teórico Ferdinand de Saussure (2008), Claudio Cezar Henriques (2011), Horst Geckeler (1976), Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2007), Evanildo Bechara (2009), Eugenio Coseriu (1987) e Celina Márcia de Souza Abbade (2011).

Palavras-chave: Lexemática aplicada. Estruturas paradigmáticas.
Gênero poesia. Lexema. Paradigma.

1. Palavras introdutórias

A língua portuguesa é um patrimônio universal, investida de valores e riquezas inconfundíveis e inexploradas, portanto, passível de pesquisas e aprofundamentos científicos que dignifiquem seu porte de idioma transcontinental e, até mesmo, internacional. Diria Barbosa Lima Sobrinho:

Convém fixar a função da língua portuguesa, como instrumento de comunicação com o mundo, língua de tipo universal, incorporando-nos à comunidade humana. É uma porta aberta para o universo, ainda que estreita, dentro do conceito do poeta, que a considerava: "És, a um tempo, esplendor e sepultura". (LIMA SOBRINHO, 2000, p. 251-252)

O estudo sistemático da nossa língua nos habilita a questionar e procurar respostas a cerca de vários fenômenos e eventos da língua, enquanto pesquisadores e professores, principalmente, no meio acadêmico em todos os níveis – desde o ensino básico até instâncias superiores onde se pretende uma maior destreza tanto na escrita quanto nos atos de fala.

Este artigo se propõe verificar a ocorrência de lexias simples e compostas em textos dos gêneros poesia de alunos do ensino fundamental II. Tomamos por orientação princípios da *lexemática* aplicada ao estudo do léxico da língua portuguesa do Brasil utilizada por esses alunos em sua produção textual.

O *corpus* de análise e pesquisa adotado é composto de dez poesias escritas por alunos do ensino fundamental II da rede de ensino público do município de Araruama, interior do estado do Rio de Janeiro, cedidas pela professora Isabel Pereira, a quem agradecemos a contributiva colaboração.

Partimos dos seguintes questionamentos: 1º) Que tipologias lexicomáticas se apresentam na composição textual? 2º) As lexias utilizadas adequam-se ao campo lexical do tema abordado por estes alunos?

Ferdinand de Saussure (2008) afirma que a associação mental dos indivíduos capta a natureza das relações paradigmáticas e que elas permitem a criação de inumeráveis séries associativas jungidas lexicalmente em radicais, desinências e afixos que (re)produzem sentidos limítrofes na proposição daquilo que se pretende dizer através do enunciado (SAUSSURE, 2008, p. 142-147). A questão principal é: qual o efeito semântico-estrutural que causa tais relações associativas na composição poética desses alunos do ensino fundamental II de Araruama?

Assim, focamos nossa pesquisa nas estruturas paradigmáticas secundárias sob a perspectiva de Eugenio Coseriu (1987) que possibilita o estudo diacrônico dessas lexias.

Utilizamos-nos do Word para leitura, digitação, formatação, busca e localização das referidas lexias no *corpus*; do Foxit para leitura, busca e seleção de lexias no formato PDF; bem como, do Excel para elaboração das planilhas e tabelas. Por questões técnicas e de operacionalidade, deixamos de utilizar o WordSmith que poderia nos apresentar dados ainda mais precisos.

Adotamos como aporte teórico as orientações de Ferdinand de Saussure (2008), Claudio Cezar Henriques (2011), Horst Geckeler (1976), Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2007), Evanildo Bechara (2009), Eugenio Coseriu (1987), Celina Márcia de Souza Abbade (2011).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

2. *Estudos em lexicologia: lexemática*

Um texto vem a ser "o resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana e que são postos em ação em situações concretas de interação social" (KOCH, 2007, p. 25-27). Esta afirmação coaduna com as palavras de Ferdinand de Saussure, quando este assevera que a língua é uma parte determinada e essencial da linguagem, assim como, que ela "é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos". (SAUSSURE, 2008, p. 17)

O texto necessita de algumas características que o habilitem no cumprimento de suas proposições – comunicar; recursos de conexão e sequenciação textual, tais quais, coesão e coerência, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade – esta é a textualidade. (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981)

Tais recursos dinamizam as representações de objetos de mundo e objetos de discurso, os quais possibilitam a comunicação plena entre os coprodutores do texto em seus explícitos e implícitos, cotextuais e contextuais.

O aspecto que nos instigou à pesquisa em foco diz respeito a característica de coesão e coerência na escrita poética no *corpus* de estudo.

A expressão vocabular na escrita dos alunos ensino fundamental II, nos serviu de motor para pesquisar e analisar o conteúdo semântico-estrutural na produção desses alunos, objetivando entender a construção de sentidos de sua expressão comunicativa e poética.

A construção de sentidos se dá quando imagens conceituais emergem dos espaços mentais daquele que possui o projeto-de-dizer-um-enunciado. Aquilo que lhe habita no espaço virtual das imagens mentais pessoais interage com os objetos de(o) discurso e, através de operações cognitivas identificam, integram e assimilam "realidades".

Estas operações de estabilização, desestabilização e reestabilização no projeto do dizer permitem a quem escreve uma constante (re)avaliação vocabular, por meio de sucessivas reestruturações que permitem ao escritor unir afixos, prefixos e /ou sufixos aos lexemas de forma adequada, a fim de produzir os efeitos desejados sobre o receptor de seu texto. Segundo Gilles Fauconnier & Mark Turner, se pode identificar três operações distintas e simultâneas:

A *operação de identidade* permite reconhecer a semelhança, a equivalência, a posição e a diferença; a *de integração* busca a identidade e a oposição que surgem nos processos de integração conceptual; e, a *de imaginação*, que mantém relação intrínseca com as duas anteriores, permite ao cérebro executar simulações imaginativas mesmo com a ausência de estímulos exteriores, como ocorre, por exemplo, com as estórias de ficção. (FAUCONNIER & TURNER, 2002)

De fato, tal operacionalidade na construção de sentidos do texto, em particular, do texto poético, nos possibilita a edificação de uma estrutura morfossintática e semântica que irá dialogar com arquivos linguísticos armazenados em frames ou enquadres, tanto na mente dos escritores como na mente de recebedores leitores das poesias.

A *lexicologia* e a *lexicografia* enfatizam o estudo das lexias e essas relações com a língua em uso.

A lexicologia enquanto ciência do léxico estuda as suas diversas relações com outros sistemas da língua, e, sobretudo as relações internas do próprio léxico. Essa ciência abrange diversos domínios como a formação de palavras, a etimologia, a criação e importação de palavras, a estatística lexical, relacionando-se necessariamente com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e em particular com a semântica. (ABBADE, 2011, p. 1332)

Aqui nos propomos examinar os processos de formação de palavras.

3. Lexemática e campos associativos

Visto que a lexemática ou semântica estrutural objetiva estudar o léxico de uma língua, adotaremos a perspectiva da Escola de Tubingen para cumprir nossos objetivos de análise e pesquisa. É a partir dos pressupostos de Eugenio Coseriu (1987) e Horst Geckeler (1976) que passamos a estudar o léxico de uma língua sob os pontos de vista funcionais e estruturais, quando "se realiza a identificação entre significado linguístico e realidade extralinguística" em que se reúne o *plano da expressão* ao *plano do conteúdo* de uma palavra. (ABBADE, 2011, p. 1332)

Coseriu (1987) separa e distingue o significado das palavras nomeando-os, além do significado léxico, como significado categorial, instrumental, sintático ou estrutural e ôntico. O significado categorial corresponde aos diferentes meios de aprendizagem e diferencia as unidades lexicais dentro de determinada série. Segundo Coseriu nesse tipo de significado o substantivo, o adjetivo, o verbo e o advérbio possuem significados categoriais. Os pronomes têm significado categorial, mas não tem significado léxico, ou seja, não são lexemas, são categoremias. (SILVA, 2011, p. 52)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Celina Márcia de Souza Abbade, por conta desta premissa teórica, apresenta uma diferença básica entre os conceitos de *palavra*, *lexia* e *vocábulo*; a saber: a) *a palavra* é o termo genérico, designa uma unidade significativa, "mas a sua significação não é só lexicológica, pode também ser morfológica, isto é, gramatical"; b) *a lexia*, por seu turno, é a unidade significativa do léxico de uma língua que possui significado social e tem função apenas *referencial* ou *lexical*; (ABBADE, 2011, pp.1333-5). c) *o vocábulo* é a palavra no discurso, de etimologia latina *vocabulum* – nome (de uma coisa). (HOUAISS, 2001, p. 2877)

Acrescente-se que, o escopo do léxico é composto de *lexias*, logo, a língua como bem maior de uma comunidade socioculturalmente interativa, está permeada destas *lexias* – unidades significativas do léxico dessa língua comum. São elas as representações da palavra com significado social que são compartilhadas por toda comunidade, que designam às coisas concretas ou abstratas, e que formalizam o discurso e permitem o pleno entendimento desses objetos-de-discurso pelo enquadramento das *lexias* em campos lexicais.

Em uma representação gráfica dos conceitos de fenômenos lexicais e lexicológicos acima, idealizamos uma figura estética que nos permite visualizar melhor o inter-relacionamento desde um morfema até o discurso.

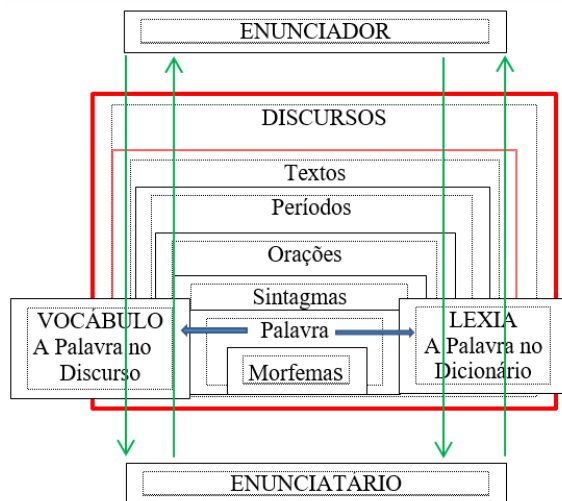


Figura 1. A Composição de um Texto Socialmente Produzido

Expliquemos a proposta da figura 1.

Partimos das premissas de Ferdinand de Saussure quando afirma que a língua é parte essencial da linguagem, e também, produto sociocultural que proporciona interação a um corpo social homogêneo (SAUSSURE, 2008, p. 17), a fim de percebermos um texto como uma estrutura complexa que estabiliza toda uma rede de expressão entre detentores de uma mesma língua.

Assim, na perspectiva sociointeracionista, com base nos pressupostos conceituais demonstrados acima, podemos afirmar que, as estruturas gramaticais que compõe um texto são plenas de morfemas que estruturam, paradigmaticamente, as palavras utilizadas na composição de um texto; que, estas palavras dicionarizadas ganham status de lexias e, que estas lexias quando expostas à interação social, discursivamente, adquirem características específicas que (re)constroem sentidos dos objetos-de-discurso comunitário.

Estes vocábulos compõem as estruturas sintáticas das orações, as quais possibilitam estruturas maiores, os períodos oracionais no texto compartilhado pelos interactantes do discurso prolapado. Desse modo, através da interação cognitiva, os objetos de mundo adquirem sentidos porque são associados às imagens mentais de um enunciador que se torna enunciatário, e vice-versa, compartilhando informações dadas e novas, sempre se atualizando, (re)estabilizando a textualidade e a discursividade do objeto do dizer. (KOCH, 2012; 2012a)

Este léxico, enquanto acervo sociocultural à disposição de uma comunidade de fala, é composto pelas lexias que são ajustadas e (re)combinadas para potencializar a comunicabilidade entre os falantes que dele se utilizam natural, sistemática e, às vezes, assistematicamente.

O uso natural integra o intercâmbio pela expressão oral; o uso sistemático se enquadra aos padrões de uso “artificial da língua”, a produção formal de acordo com os contextos de uso; e por fim, o uso assistemático, quando os usos textuais não se adequam as prescrições paradigmáticas ou sintagmáticas. Claudio Cezar Henriques (2011) cita Faraco & Tezza (2003), que afirmam...

(...) as palavras só ganham pleno significado no momento mesmo em que acontecem: ‘só então nós saímos do sinal de código, do valor de dicionário, para a vida real do significado’. Isso significa que os signos isolados estão em ‘estado de dicionário. (HENRIQUES, 2011, p. 73-76)

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

É necessário, portanto, compreender que a utilização adequada de termos do léxico e suas lexias ou lexemas, conforme Jose Carlos de Azeredo (2013) pressupõe que o usuário da língua tome conhecimento do estudo dos lexemas – a lexemática. Jose Carlos de Azeredo entende *lexema* por palavra dicionarizada. (AZEREDO, 2013, 141-143)

Retomemos Maria d’Ajuda de Oliveira da Silva (2011) supracitada para propor outros questionamentos. Qual a diferença entre lexemas e categoremas? O que vem a ser significado categorial, instrumental, sintático ou estrutural e ôntico?

Evanildo Bechara (2009) afirma que “tem-se feito confusão entre classe de palavras (substantivo, adjetivo, verbo etc.) e categoria ou classe verbal”. Ele demonstra que, partindo-se das convenções F = a forma física, L = o significado léxico, e C = o significado categorial, as palavras abstratas podem ser constituídas, como: a) puras formas (F); b) formas lexicais ou lexemas (FL); c) formas categoriais ou categoremas (FC); d) palavras com significado léxico categorial (FCL) (BECHARA, 2009, p. 111-112).

| CATEGORIA (Classe Verbal) | PALAVRA | EXEMPLO | CLASSIFICAÇÃO FORMAL | DESCRIÇÃO |
|---|-----------------|--|--|---|
| a) Pura forma (F) | carro | | Quanto à forma física da palavra; o lado material; | Dissílaba; paroxitona; |
| b) Forma Lexical (Lexema) (FL) | sereno | O homem <u>sereno</u> . O <u>sereno</u> molha. | Adjetivo Substantivo | Independentemente dos diferentes, significados categoriais (adjetivo e substantivo) |
| c) Forma Categorial (Categorema) (FC) | quadro papel | Quadro de um pintor; Quadro de futebol; Folha de papel; O papel de um ator. | substantivos | Independentemente, dos diferentes significados léxicos. |
| d) com <i>palavras com significado Léxico Categorial</i> (FCL) | amo | Amo (senhor) Amo (querer bem) | Substantivo verbo | |

Quadro 01: Conceitos da Semântica Estrutural, segundo Bechara (2009)

Segundo este autor, somente as palavras abstratas ou que permitam abstrações de sentidos e significados, FC – categorema (forma categorial), e FCL – palavras com significado léxico categorial podem per-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tencer a classes gramaticais distintas. Exemplificamos, com palavras do contexto infantojuvenil empregadas no *corpus* de pesquisa – trecho da poesia " O lugar em que vivo":

(...)
O lugar em que vivo
Não tem barulho de confusão
Nem sequer muito barulho
De *carro*¹, moto e *caminhão*².

O barulho que gosto de *ouvir*³
É de um *galo*⁴ a cantar
E também gosto de ouvir
Com harmonia um sabiá

O lugar em que moro
É divertido, calmo e *sereno*⁵
Onde posso brincar e ter
Amigos sempre eternos
(...)

Tomemos por empréstimo as palavras grifadas e criemos outras orações com os mesmos lexemas:

- a) O *carro* da máquina travou devido ao papel amassado no rolo enquanto o velho jornalista escrevia uma matéria de última hora.
- b) Deu um *caminhão* de bolachas no vizinho desafortado, só porque ele respondia com palavrões a um pedido para diminuir o som das caixas potentes que não lhe deixava dormir.
- c) O *ouvir* do velho sábio proporciona paz e conforto a todos que se achegam a ele procurando desabafar.
- d) O garçom não ficou satisfeito com a gorjeta miúda no bar, pediu logo um *galo* aos turistas portugueses. E não é que os patrícios deram!
- e) Muita vodca, muito tequila, muito agito... Depois de tanta badalação, cruzar a Avenida São João debaixo de sereno, é tudo de bom.

Observemos que não há diferenças lexicográficas entre as palavras, mas há de sentidos reimpressos. Vejamos abaixo:

| Categoremas (FC) e respectivos sentidos /significados | | | |
|---|---------------------------------|--|-----------------|
| | carro | | caminhão |
| Em (1) | Veículo automotor | | |
| Em (a) | Roleta mecânico das antigas má- | | |

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

| | | | |
|--------|----------------------------------|--------|---------------------------------------|
| | quinas de datilografar | | |
| | | Em (2) | Veículo de carga pesada |
| | | Em (b) | Quantidade muito grande de agressões. |
| | Ouvir | | Galo |
| Em (3) | Capacidade auditiva | | |
| Em (c) | A atenção receptiva; a paciência | | |
| | | Em (4) | Ave doméstica |
| | | Em (d) | Nota de cinquenta reais |
| | Sereno | | |
| Em (5) | Tranquilidade aparente | | |
| Em (e) | Chuva miúda e fina | | |

Quadro 02: Conceitos de Forma Categorical (ou Categorema) (FC)

Percebe-se, que independentemente dos significados categoriais/ as classes gramaticais de adjetivos, substantivos, verbos e advérbios/ formas adverbiais, ou dos diferentes significados lexicais, estes vocábulos possuem um valor em comum – as estruturas lexemáticas.

| FCL | Sentenças Oracionais | | | | | | | | | |
|-------------|----------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | a | b | c | d | e |
| Substantivo | x | x | | x | | x | | x | x | x |
| Adjetivo | | | | | x | | | | | |
| Verbo | | | x | | | | | | | |
| Advérbio | | | | | | | x | | | |

Quadro 03: Conceitos de Estrutura Léxico Categorical (FCL)

Percebe-se, que independentemente dos significados categoriais/ as classes gramaticais de adjetivos, substantivos, verbos e advérbios/ formas adverbiais, ou dos diferentes significados lexicais, estes vocábulos possuem um valor em comum – as estruturas lexemáticas.

As formas categoremáticas, todavia, estão sujeitas às alterações de sentidos pela inclusão de afixos em seus radicais etimológicos ou lexemas, ao que Eugenio Coseriu classifica como *significação lexical*, ou seja, o estudo do conteúdo linguístico de uma língua sob o aspecto do *sentido* da palavra. E, também, como *significação instrumental* porque a junção de afixos ou desinências a um lexema renova o sentido da palavra dando-lhe novo sentido por instrumentalidade gramatical. (COSERIU, 1987; ABBADE, 2011)

Ferdinand de Saussure (2008, p. 145ss) demonstra que os falantes de uma língua realizam, mental e inconscientemente, operações associativas com a inclusão de prefixos, sufixos e desinências que organizam o arquivo histórico de suas lexias para a interação sócio-histórica e cultural, criando relações associativas que lhes permitem expressar o pensamento nos contextos de uso.

Assim, poderemos reunir em um mesmo campo lexical associativo, as *lexias*: *pobre, pobreza, pobrezinho, paupérrimo, empobrecer; carro, carroça, carreiro, carrear, carroceiro*; bem como, *pobre, cobre, dobre, nobre*, ou *carro, barro, jarro, sarro*; e ainda, *paupérrimo, chiquérrimo, magérrimo*; desde que, existam elementos linguísticos atualizadores que (re)estabilizem os categoremas permitindo-lhes uma ressignificação lexical pelo acréscimos dos afixos e das desinências específicas conforme a expressão funcional de uso da língua.

4. A pesquisa: estruturas paradigmáticas secundárias e análise

4.1. Estruturas paradigmáticas secundárias

As estruturas paradigmáticas secundárias relacionam-se aos fenômenos linguísticos referidos acima por Ferdinand de Saussure (2008), Eugenio Coseriu (1987) e Celina Márcia de Souza Abbade (2011), que se processam em uma palavra transformando-a, por processos de afixação de desinências, prefixos e /ou sufixos que determinam alterações de significados em vários tipos de representação dos objetos de discurso.

Correspondem ao domínio da formação de palavras e podem manifestar-se por estruturas de *modificação*, de *desenvolvimento* e de *composição*, que implicam sempre a transformação irreversível de um termo primário existente como *lexema* de conteúdo (significado) e de expressão (significante) da língua. (BECHARA, 2009, p. 388-389)

As estruturas de *modificação* acionam sufixos formadores de diminutivos, de aumentativos, de coletivos, de verbos formados por prefixo, modificando a estrutura do *lexema* pela junção desses sufixos; dessa forma, substantivo origina substantivo e adjetivo origina adjetivo.

No processo de modificação tomamos por paradigma: *LEXEMA + sufixos de aumentativo* (-ão, -zão; -anço; -arro; -arrão; -zarrão; -arraz; -eirão; -aço, -aça; -astro; -alho, -alha, -alhão; -ama; -anzil, -ázio; -uça; -eima; -anca; -asco; -az; -ola; -orra; -eirão; -ento); *LEXEMA + sufixos de diminutivo* (-inho; -zinho; -im; -zim; -ito, -zito; -ico, -isco; -eta, -ete, -eto, -eco; -ota, -ote, -oto; -ejo; -acho; -el, -ela, -elo; -iola; -ola; -ucho; -ebre; -

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ula, -ulo, -iula; -alho, -elho, -ilho, -olho, -ulha; -aça, -aço, -iça, -iço), e; *prefixos + radical verbal*. Aqui descartamos o último paradigma porque nos interessava as estruturas dos lexemas nominais denominadores ou nominalizadores.

As estruturas de *desenvolvimento* acionam sufixos nominais que atualizam a função de membros de oração ou sintagma; isto implica mudança da categoria verbal do termo primário desenvolvido, ou seja, substantivo gera adjetivo, substantivo gera verbo, e adjetivo gera substantivo.

Tais formações devem ser explicadas dessa maneira: belo + função predicativa → beleza ("o fato de ser belo"); chegar + função predicativa → chegada ("o fato de chegar"); branco + função de epíteto → o branco; em barco + função predicativa → embarcar; com o martelo + função predicativa → martelar. (BECHARA, 2009, p. 393)

No processo de desenvolvimento levamos em consideração, os seguintes paradigmas: (1) *substantivos derivados de verbo – LEXEMA VERBAL + sufixos* (-ame; -ação, -são; -mento; -ura, -dura, -tura; -ança, -ancia; -ença, -encia; -ata; -ada, -ida; -agem; -ário; -eria); (2) *substantivo derivado de adjetivo – LEXEMA VERBAL + sufixos* (-ismo; -ia; -tude, -dão; -ura; -eza; -ácia; -dade; -mônia); assim como; (3) *sufixos formadores de adjetivos*: -(d)io; -(d)iço; -vel, -bil; -ento, -(l)ento; -oso, -uoso; -onho; -az; -udo; -ício, -iço; -ário; -eiro; -ano; -asco; -esco; -isco; -atico; -eno; -áceo; -acho; -aco; -ado; -ardo; -al; -âneo; -anho; -átil; -ino, -im; -bundo; -undo, -ondo; -eo; -timo; -urno; -iano; -douro; -tório; -ivo; -ácea, -áceo; -ndo.

As estruturas de *composição* podem ser classificadas como (a) prolexemáticas e (b) lexemáticas. No processo de *composição prolexemática* utilizamos-nos do paradigma: *ARQUILEXEMA (ou LEXEMA) com conteúdo de AGENTE + sufixos* (-tor, -dor, -or; -nte; -ista; -eira, -eiro; -ária, -ário). E, no processo de *composição lexemática LEXEMA primário + LEXEMA secundário*, na (re)construção e harmonização de sentidos antes individualizados, por exemplo: guarda-roupas, carro-bomba, queda-livre.

4.2. A análise

Iniciamos a análise do *corpus* abordando critérios quantitativos.

As 10 poesias e poemas examinados apresentaram 697 palavras, sendo que 52 delas possuíam ocorrências paradigmáticas secundárias, ou

seja, o *corpus* de pesquisa examinado detém 8,293% de vocábulos que receberam algum tipo de sufixo em sua base verbal que permitiram identificar as estruturas de *modificação* (19), *desenvolvimento* (28) e *composição* (5).

Ressaltamos que, algumas estruturas morfossintáticas apresentaram não-regularidades nas quais o resultado final da junção do sufixo ao lexema primário destoava da significação original deste, conforme Margarida Basílio (1987); por exemplo, em "Crianças do meu Bairro", quando o aluno escreve:

(...)
No bairro onde eu moro é muito legal
Vive cheio de crianças no meu *quintal*
(...)

O vocábulo *quintal* possui um sufixo *-al*, que de acordo com os critérios de pesquisa é um sufixo formador de adjetivo do processo de *desenvolvimento*: evento > eventual; vida > vital; porém, a lexia *quintal* é de etimologia latina "quintanale", substantivo masculino, que passou por uma evolução do vocábulo: *quintanale* > *quintal* > *quinta*. *Quintal* é uma pequena quinta, propriedade de terra com jardim nos fundos de uma casa, logo, é lexema nominalizador/substantivo, não é qualificador /adjetivo. (HOUAISS, 2001, p. 2364); portanto, um processo de *modificação*, visto que substantivo gerou outro substantivo, e não de um processo de *desenvolvimento*.

Outro exemplo foi o vocábulo *montão*, em "O Bairro onde eu Moro":

(...)
No bairro onde eu moro
Solto pipa *de montão*
Mas não gosto de confusão

O bairro onde eu moro
Não tem briga e nem discussão
Mas alegria *de montão*.

O vocábulo *montão* possui um sufixo *-ão*, formador de substantivo aumentativo, construindo uma estrutura paradigmática secundária pelo processo de *modificação*; o lexema verbal de base é *monte*, cujo significado procede do latim *mons*, *-ntis*, monte, montanha, elevação do terreno (HOUAISS, 2001, p. 1956). O sintagma nominal *montão*, precedido da preposição *de* não mantém o sentido de elevação, mas recebe em seu

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

conteúdo a ressignificação semântica de quantidade, logo; quantificador, ou seja, se torna um modificador por extensão de significado:

No bairro onde eu moro
solto *muita* pipa

e

Não tem briga e nem discussão
mas tem *muita* alegria

– é um processo de desenvolvimento do vocábulo.

Observemos o Quadro 4 de ocorrências, abaixo:

→

| Processos de | Redações de alunos do ensino fundamental II | | | | | | | | | | Total |
|-----------------|---|---|---|---|----|---|---|---|---|----|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | |
| Modificação | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 | 3 | 2 | 1 | 1 | 0 | 19 |
| Desenvolvimento | 7 | 2 | 4 | 0 | 0 | 3 | 6 | 0 | 5 | 1 | 28 |
| Composição | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 |
| Total por aluno | 7 | 2 | 4 | 2 | 11 | 7 | 8 | 1 | 6 | 2 | 52 |

Quadro 04: Ocorrências paradigmáticas secundárias

Verificamos por critérios qualitativos a regularidade de tantas outras ocorrências, o que Margarida Basílio (1987) nomeia de formas estratificadas, as quais descrevemos abaixo. Convencionamos indicar (Sb) substantivo, (Adj) adjetivo e (Vb) verbo:

Estruturas paradigmáticas secundárias de modificação:

1) passarinhos (Sb) < pássaro (Sb); 2) pedrinhas (Sb) < pedra (Sb); 3) verdinha (Adj) < verde (Adj); 4) manhazinha (Sb) < manhã (Sb); 5) passarinhos (Sb) < pássaros (Sb); 6) casinha (Sb) < casa (Sb); 7) joaninha (Sb) < joana (Sb); 8) cachorrinhos (Sb) < cachorros (Sb); 9) gatinhos (Sb) < gatos (Sb); 10) tardinha (Sb) < tarde (Sb); 11) varandinha (Sb) < varanda (Sb); 12) noitinha (Sb) < noite (Sb); 13) quintal (Sb) < quinta (Sb); 14) praçinha (Sb) < praça (Sb); 15) bandeirinha (Sb) < bandeira (Sb); 16) cidadania (Sb) < cidadão (Sb); 17 e 18) montão (Sb) < monte (Sb); 19) bicharada (Sb) < bicho (Sb).

Observamos que a maioria das ocorrências paradigmáticas secundárias modificaram *substantivos* num percentual de 94,737%, quando comparamos com *adjetivos*, 5,263%.

Estruturas paradigmáticas secundárias de desenvolvimento:

1) *desavenças* (Sb) < *desavir* (Vb); 2) *intriga* (Sb) < *intrigar* (Vb); 3) *confusão* (Sb) < *confundir* (Vb); 4) *divertido* (Adj) < *divertir* (Vb); 5) *sereno* (Sb) < *serenar* (Vb); 6) *violência* (Sb) < *violar* (Vb); 7) *obediência* (Sb) < *obedecer* (Vb); 8) *amizade* (Sb) < *amigar* (Vb); 9) *beleza* (Sb) < *belo* (Adj); 10) *amado* (Adj) < *amar* (Vb); 11) *simpáticas* (Adj) < *simpatia* (Sb); 12) *esforçadas* (Adj) < *esforçar* (Vb); 13) *criança* (Sb) < *criar* (Vb); 14) *brincadeira* (Sb) < *brincar* (Vb); 15) *estranhos* (Sb) < *estranhar* (Vb); 16) *alegria* (Sb) < *alegre* (Adj); 17) *intriga* (Sb) < *intrigar* (Vb); 18) *harmonia* (Sb) < *harmonizar* (Vb); 19) *contágio* (Sb) < *contagiar* (Vb); 20) *confusão* (Sb) < *confundir* (Vb); 21) *discussão* (Sb) < *discutir* (Vb); 22) *família* (Sb) < *familiar* (Vb); 23) *silêncio* (Sb) < *silenciar* (Vb); 24) *agitada* (Adj) < *agitar* (Vb); 25) *sujeito* (Sb) < *sujeitar* (Vb); 26) *briga* (Sb) < *brigar* (Vb); 27) *respeito* (Sb) < *respeitar* (Vb); 28) *especial* (Adj) < *espécie* (Sb).

Observamos que as ocorrências paradigmáticas secundárias no processo de desenvolvimento derivaram substantivo de verbo (20 = 71,428%), adjetivo de verbo (4 = 14,286%), substantivo de adjetivo (2 = 7,143%) e adjetivo de substantivo (2 = 7,143%).

Estruturas paradigmáticas secundárias de composição:

1) *ignorantes* (Sb /Adj) →arquilexema *ignora-* +sufixo agentivo plural *-ntes* = os que ignoram; 2) *trabalhadoras* (Sb /Adj) →arquilexema *trabalha-* +sufixo agentivo plural *-dores* = os que trabalham; 3) *instante* (Sb) →arquilexema *insta-* +sufixo agentivo singular *-nte* = o que insta; 4) *agente* (Sb) →arquilexema *age(-i)-* +sufixo agentivo singular *-nte* = o que age; 5) *moradores* (Sb) →arquilexema *mora-* +sufixo agentivo plural *-dores* = os que moram.

Verificamos, ainda, a não ocorrência de estruturas paradigmáticas secundárias nesse processo de composição lexicomática – lexema primário + lexema secundário, conforme a exemplificação de Evanildo Bechara (2009), em que duas lexias se unem para compor um vocábulo de signifi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

cação diferente de suas formas originárias, como: tira-teima, pó de arroz, guarda-vestidos, pano de fundo.

Concluimos que, qualitativamente, no processo de modificação, as ocorrências paradigmáticas secundárias no *corpus* de pesquisa incidiram sobre substantivos denominadores ou nominalizadores, e que em 94,737% das ocorrências produziu vocábulos diminutivos. Isto trouxe para o conteúdo do texto poético uma expressão de "carinho, afetuosidade, intimidade" do autor para com seu objeto de discurso.

De modo semelhante, no processo de desenvolvimento identificamos a incidência maior de fenômenos linguísticos sobre substantivos que derivaram de verbos (71,428%), o que entendemos como um padrão de narrativa intensa dos autores-escritores implícito no projeto de dizer um enunciado na sua escrita poética, registrando autoria participativa.

Por fim, verificamos a baixa incidência de sufixos agentivos -tor, -dor, -or; -nte; -ista; -eira, -eiro; -ária, -ário, apenas 5 ocorrências, 0,717%, na composição prolexemática, o que entendemos como quase ausência do outro nos enunciados das poesias examinadas.

4.3. O efeito semântico estrutural e as relações associativas

Exemplificamos (1) e (2) o efeito semântico estrutural e as relações associativas nas estruturas paradigmáticas secundárias no texto do gênero poesia dos alunos do ensino fundamental II de Araruama, levando-se em conta o critério de pontos positivos e negativos do lugar:

O LUGAR EM QUE VIVO (1)

O lugar em que vivo
Tem muita *alegria*
Não tem *briga*, nem *desavenças*
Nem sequer uma *intriga*.

O lugar em que vivo
Não tem barulho de *confusão*
Nem sequer muito barulho
De carro, moto e caminhão.

O barulho que gosto de ouvir
É de um galo a cantar
E também gosto de ouvir
Com *harmonia* um *sabiá*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O lugar em que moro
É *divertido*, calmo e sereno
Onde posso brincar e ter
Amigos sempre eternos.

Eu gosto do meu lugar
Que de início não tem assalto e *violência*
Mais aqui tem respeito e as crianças
Tratam os mais velhos com *obediência*.

| | O Lugar – Pontos Positivos | O lugar – Pontos Negativos |
|--------------------------------|---|--|
| Denominadores Concretos | galo, sabiá, amigos. | barulho, carro, moto, caminhão, assalto. |
| Denominadores abstratos | alegria, <i>divertido</i> , calmo, sereno, eternos, respeito, <i>obediência</i> . | briga, <i>desavenças</i> , <i>intriga</i> , <i>confusão</i> , <i>violência</i> |

Quadro 05: Ocorrências Paradigmáticas Secundárias Associativas

O LUGAR ONDE VIVO (2)

Onde nasci e cresci
Chorei e sorri(r)
Amei, e fui *amado*

Ruas pequenas e íngremes
Pessoas boas, ruins,
Magras, e gordas
Ignorantes, simpáticas.

Pessoas trabalhadoras
Dedicadas e esforçadas.
Engraçadas e pessoas que quer ser *engraçadas*

Esse é o lugar onde vivo.

| | O eu (autor) | O lugar | As pessoas | |
|--------------------------------|---|------------------------|---|---|
| | | | positivo | negativo |
| Denominadores Verbais | nasci, cresci, chorei, sorri, amei e fui <i>amado</i> | | | |
| Denominadores Concretos | | ruas pequenas íngremes | | |
| Denominadores abstratos | | | boas, magras, ignorantes, trabalhadoras, dedicadas, esforçadas, <i>engraçadas</i> | ruins, gordas, simpáticas, que quer(em) ser <i>engraçadas</i> |

Quadro 06: Ocorrências Paradigmáticas Secundárias Associativas

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Verificamos assim, que qualitativamente, as escolhas lexicais mentais são realizadas no processo-do-dizer-um-enunciado onde operações associativas unem às palavras os prefixos, os sufixos e as desinências necessárias para atender a interação sócio-histórica e cultural de uma dada comunidade que compartilha de uma mesma língua, de acordo com Ferdinand de Saussure (2008, p. 145). No padrão da escrita formal, no nosso caso no gênero poesia, os alunos do ensino fundamental II de Araruama utilizaram com propriedade e qualidade das estruturas paradigmáticas secundárias na construção dos enunciados poéticos, por meio dos processos de *modificação*, *desenvolvimento* e *composição*.

5. Conclusão

O propósito desse artigo foi o de examinar 10 composições textuais do gênero poesia de alunos do ensino fundamental II de uma escola pública do município do interior do Rio de Janeiro, analisa-los quantitativa e qualitativamente, e observar aspectos de uso de afixos e desinências do processo de formação de palavras pela perspectiva da lexemática aplicada para tais objetivos, partindo dos critérios das estruturas paradigmáticas secundárias.

Observamos, quantitativamente, que a ênfase dos processos de *modificação*, *desenvolvimento* e *composição* recaíram sobre lexemas *denominadores*, contribuindo algumas vezes para marcar uma mudança de significado como nos casos de *quintal* e *montão*, numa inesperada evolução semântica sobre a mesma representação morfossintática.

O acréscimo de sufixos formadores de sentido, qualitativamente, outras vezes, permitiram "irregularidades" como *instante* < instar; *caminhão* < caminho < caminhar; *desavenças* < desaver < haver < ... < +ença, sem prejudicar as relações associativas do léxico pessoal do autor naquilo que pretendia ser seu projeto de dizer.

Concluimos que, embora alunos do ensino fundamental II, eles não só fizeram bom uso do código escrito, como produziram efeitos semântico-estruturais apropriados ao tema e enunciados propostos, desempenhando bem no cotexto às funções sociointeracionais do gênero textual a que se propuseram comunicar e interagir com seu contexto social.

Cabe-nos, como professores assumir funções de pesquisador buscando na sala de aula, subsídios para pesquisas científicas que contribuam para a prática docente. O uso da lexemática aplicada aos gêneros tex-

tuais, neste caso, nos serve para compreendermos os percursos dos processos de formação de palavras que os alunos têm utilizado na escrita a fim de interagirem social e culturalmente. Tal prática docente irá ajudá-los no aprofundamento e construção de saberes sobre o *léxico*, *lexias* e processos de formação de palavras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. In: *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CIFEFIL, vol. XV, n. 5, t. 2, p. 1332-1343, 2011.

AZEREDO, Jose Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. Redigida de acordo com a nova ortografia. São Paulo: Publifolha, 2013.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to Textlinguistics*. London: Longman, 1981.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COSERIU, Eugenio. *Gramática, semântica, universales estudios de la lingüística funcional*. 2. ed. rev. Madrid: Gredos, 1987.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic books, 2002. In: XAVIER SOBRINHO, Márcio Rodrigo. *Atividades de construção de sentido: a cosmovisão no discurso poético de a poesia em pânico*. 2010. Dissertação (de mestrado em linguística aplicada). – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN.

GECKELER, Horst. *Semântica estructural y teoria do campo léxico*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1976.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O Texto e Construção dos Sentidos*. 9ª ed. São Paulo contexto, 2007.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Escrever: Estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 30. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2008.

SILVA, Maria d'Ajuda de Oliveira da. *O campo lexical do palavrão futebolístico em “dez na área, um na banheira e ninguém no gol”*. 2011. Dissertação (mestrado em estudo de educação e linguagens). – Departamento de Ciências Humanas. Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

**OS NOMES DAS LADEIRAS DO CENTRO DE SALVADOR:
DO SÍMBOLO DA JUSTIÇA
AOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**

Marta Maria Gomes (UNEB)

gomes.marta@uol.com.br

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)

celinabbade@gmail.com

RESUMO

Através da toponímia, estuda-se a estreita relação entre o homem e os lugares por ele ocupado, analisando, entre outras, a ligação entre língua, cultura, sociedade e natureza, manifestada no processo de nomeação de logradouros. Dessa forma, conforme Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), um estudo toponímico permite resgatar aspectos da memória social de um povo, sem deixar de considerar o seu contexto histórico, geográfico, social e étnico. No tocante à cidade do Salvador, objeto desse trabalho, pretende-se estabelecer novas formas de relacionar os topônimos com a história da cidade, enquanto elemento fundamental na construção da trama histórica, levando a reflexão sobre a atuação dos moradores no seu espaço geográfico. Neste artigo, os topônimos escolhidos para estudo são os que designam as ladeiras localizadas no bairro denominado Centro, assim nomeado por estar localizado no ponto central da cidade, onde fica a primeira praça da cidade, demarcada em abril de 1549, ano da fundação da cidade do Salvador. A coleta dos dados foi realizada por meio de consulta a informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM). A classificação dos topônimos que compõem o *corpus* seguiu o modelo teórico-metodológico da lexicologia e da toponímia adotado por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990; 1992; 1999; 2006).

Palavras-chave: Toponímia. Salvador. Ladeiras. Justiça. Órgãos administrativos.

1. Introdução

Este trabalho compõe parte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas, *Campus I*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo como objetivo relacionar os topônimos que designam as ladeiras da cidade do Salvador com a sua história. Para tanto, fez-se um recorte da toponímia urbana, especificamente dos nomes das ladeiras situadas no Centro, bairro onde se concentrava os órgãos administrativos e da justiça.

O costume de batizar lugares compõe o hábito do homem desde os primórdios da civilização humana. “O livro sagrado dos cristãos reflete uma coletânea singular de nomes, topônimos e antropônimos dos mais

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

antigos, segundo a cosmovisão dos primitivos hebreus” (DICK, 1987, p. 26). A autora acrescenta que nos versículos iniciais do *Gênesis*, por exemplo, aparecem acidentes geográficos como nome dos primeiros rios conhecidos pela humanidade, nascidos no jardim do Éden e designados por Pisom, Gion, Tigre e Eufrates.

Nos tempos históricos sabe-se que os lugares tomavam os nomes dos seus possuidores numa valorização do indivíduo sobre a terra e o solo. Esse exercício assegura a orientação espacial e geográfica e, em alguns casos, a demarcação de posse do sujeito nomeador.

O estudo da toponímia, como é concebido, representa mais do que a busca da origem dos nomes inscritos em um determinado código linguístico, principalmente quando se procura parâmetros para uma abordagem contrastiva. Pesquisas voltadas a essa meta costumam apresentar dificuldades mais do que certezas. Implicam não apenas no conhecimento do meio em que os designativos se constroem, mas também, muitas vezes, no conhecimento do meio próximo ou vizinho. Assim, a nomeação adquire uma função muito mais ampla, pois o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato motivado de batismo de um lugar.

O processo de nomeação dos logradouros não é feito de forma casual, já que o nomeador representa, nos topônimos, os elementos que deseja simbolizar, homenagear, perpetuar, memorizar.

O estudo dos topos (lugares), objeto da toponímia, tem se tornado de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo ou de uma região, pois permite que se identifiquem fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a conservação ou não desses valores numa dada comunidade. O nome atribuído a um lugar ou a um acidente geográfico pode ser um componente que revele tendências sociais, políticas ou religiosas dos colonizadores e da época em que a nomeação ocorreu.

Segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, p. 121), o topônimo estabelece uma relação direta entre o objeto denominado e o denominador, pois a partir da análise do nome é possível restaurar as motivações semânticas que influenciaram o denominador no ato da nomeação, já que suas percepções culturais ficam registradas nos elementos linguísticos que compõe o topônimo.

Partindo desse pressuposto, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick estabeleceu um quadro taxonômico que apresenta classificações

possíveis de enquadrar os topônimos brasileiros, baseando-se em motivações físicas (aspectos geográficos) e antropoculturais (referentes ao meio social, cultural ou a aspectos psíquicos). A autora, percebendo a necessidade de uma terminologia científica que abrangesse a nomenclatura da geografia do Brasil, publicou em 1975, um primeiro modelo taxonômico com dezenove taxes (Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, 1990). Em 1992, diante da necessidade de ampliar o sistema classificatório dos topônimos brasileiros, o quadro ganhou mais oito, chegando ao total de vinte e sete taxes.

Os estudos com base no quadro taxonômico visam a uma análise sincrônica, dispensando um retorno histórico para que a significação da denominação seja alcançada. As verificações semânticas são feitas com base no material linguístico, o que em muito favorece as pesquisas toponímicas, pois dispensa a presença do denominador, fato nem sempre possível, não só pelo distanciamento cronológico do ato da nomeação ao período da análise, como também pela dificuldade em realizar uma tarefa investigativa, *in loco*, quando se trata de uma área de pesquisa muito ampla, como no caso da formulação dos atlas toponímicos. (ALMEIDA, 2013, p. 60)

Os topônimos, neste trabalho, constituídos pelos nomes das ladeiras do bairro nomeado como Centro, importante local onde se concentrava no início da fundação da cidade do Salvador, os órgãos administrativos como a casa de Câmara e Cadeia, o Palácio do Governador e o Pelourinho, são exemplos que dão pistas do processo motivador de nomeação do signo, no sistema denominador, inclusive, na própria estrutura, caracterizando o objeto nomeado.

2. A fundação de Salvador: uma fortaleza firme e forte

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (Ítalo Calvino)

O rei de Portugal, D. João III, conhecedor das deficiências administrativas do sistema de capitânias no Brasil, resolve substituir o sistema existente por um governo-geral. Em regimento datado de 17 de dezembro 1548, D. João III estabelece normas da nova governança e determina a criação de uma cidade fortificada. Tomé de Souza é encarregado de co-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

mandar a armada de três naus (Salvador, Conceição e Ajuda), duas caravelas (Leoa e Rainha) e um bergantim (São Roque). Em 1º de fevereiro de 1549 embarcaram em Lisboa cerca de mil homens, dentre os quais 101 artífices entre pedreiros, carpinteiros, cesteiros, ferreiros, serralheiros, pescadores, barbeiros, vaqueiros, físico e cirurgião, alguns degredados, um mestre de obras, Luís Dias, constituindo assim o primeiro grupo organizado de operários do Brasil, para comandar a construção da sua primeira capital.

Ao primeiro governador geral foi designada a construção de uma fortaleza e povoação grande e forte, destinada a ser a Cabeça do Brasil.

Segundo Luiz Henrique Dias Tavares (2008, p. 104), o governo geral foi criado com a tríplice função: militar, política e administrativa. Cada funcionário do escalão superior – o capitão-mor e governador, o provedor e o ouvidor – trazia regimento próprio, que definia suas atribuições na segurança militar do litoral, na administração da cidade de Salvador, na cobrança de dízimas e redízimas devidas ao rei em todas as capitânicas, na fiscalização dos deveres dos donatários e dos colonos para com o rei, e no julgamento dos delitos penais.

A instituição de um governo geral, portanto, tinha o objetivo de criar um “centro de poder” para auxiliar as capitânicas, onde e quando houvesse necessidade, motivo para ser fundada a cidade-fortaleza.

Thomé de Souza chegou à Bahia de Todos os Santos em 29 de março de 1549 e o padre jesuíta Manoel da Nóbrega, um dos tripulantes, escreveu o que encontraram:

Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era. Receberam-nos com grande alegria; e achamos huma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e Irmãos em humas casas a par dellas. (TAVARES, 2008. p. 108)

A primeira determinação do regimento era a escolha do local em que construiriam a cidade-fortaleza, e este deveria ter boas condições para o porto, ser um lugar sadio, com bons ares, abundância de água e boas condições de defesa. Para tanto, Thomé de Souza seguiu pelo mar, pela enseada, hoje conhecida como Conceição da Praia, onde desembarcou e subiu a encosta para alcançar a colina já escolhida. Obedecendo ao traçado que trouxera de Lisboa, começaram a construir a cidade no mês de abril.

A nova urbe seria, assim, construída bem no alto, no alto do morro, na parte superior de uma escarpa de mais de 60 metros acima do nível

das águas, num local de onde se descortinava o horizonte do mar. O sítio escolhido foi cercado de uma forte paliçada de madeira para evitar o ataque dos índios, e tudo foi erguido à mão utilizando pedra, barro, cal e madeira, sob a supervisão do "arquiteto e engenheiro" Luís Dias, tal e qual fora traçado em Lisboa.

Thomé de Souza trouxe de Portugal ordens expressas do rei para construir uma "cidade fortaleza". Essa medida impediria a invasão dos corsários que vinham retirar as riquezas naturais da então colônia portuguesa. Sua organização assemelha-se às cidades de Porto e Lisboa (Portugal), com forte caráter defensivo, próprio do século XVI.

Primeira cidade fundada no Brasil, Salvador teve, desde o início, a missão de ser polo de colonização da América Portuguesa, e também polo econômico da cana-de-açúcar e do tabaco. Sediou o Governo Geral até 1763, quando a capital da Colônia foi transferida para o Rio de Janeiro. Foi escolhida como a primeira sede de governo devido à excelente localização geográfica e estratégica posição econômica, passando a ser o principal porto de carga e descarga de mercadorias de todo o Nordeste. Outro fato citado por Luiz Eduardo Dórea (2006, p. 275) é o de que, recém-saído da Idade Média, Portugal via-se motivado, por diversas circunstâncias, a buscar além-mar espaço territorial e riquezas.

A preocupação da metrópole objetiva-se na solidificação da conquista e na promoção da colonização das terras brasileiras, fazendo com que, dessa forma, a construção de uma cidade fortalecida fosse vista como um fator essencial para a implementação dessa nova fase da conquista.

A construção inicial da fortaleza era composta por uma cerca de estacas, em seguida circulada por uma muralha de taipa e barro, com dois baluartes voltados para o mar e quatro para o interior, todos artilhados. Esses equipamentos foram considerados suficientes para resistir, num primeiro momento, às armas dos indígenas. Com o passar do tempo essa defesa foi substituída por pedra e cal, ganhando baluartes na parte do mar, nas torres e nas portas.

A fortaleza poderia ser batizada de "Cidade de Jesus" em honra ao filho de Deus. Mas o rei D. João preferiu nomear de "Salvador", aquele que salva. É possível afirmar que o objetivo da nomeação foi a necessidade de difusão da igreja católica, então fragilizada pela expansão lutera-na e calvinista.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Segundo Luiz Walter Coelho Filho (2004, p. 101) a fortaleza seria a casa de Deus. Entretanto, cada igreja teria a proteção e guarda da mãe, Nossa Senhora. Os baluartes pertenciam aos santos guerreiros e missionários: São Tiago, São Jorge e São Tomé, todos masculinos. No entanto, a única porta conhecida foi batizada com nome feminino: Santa Catarina. As Igrejas de Ajuda, nome que revela desejo de apoio, e Conceição, padroeira de Portugal, foram as primeiras, manifestando a relação dos portugueses com a proteção materna.

Os baluartes e as estâncias receberam nomes de santos associados às lutas e conquistas, revelando uma relação direta com o momento histórico vivido por Portugal e o empenho da coroa com a manutenção da fé católica fragilizada pela expansão de correntes protestantes. "Os nomes escolhidos revelam a necessidade dos portugueses de afirmarem e expandirem a religião católica pelo mundo. A empreitada era econômica, política e religiosa, esse último aspecto não pode ser desprezado". (COELHO FILHO 2004, p. 105)

Observa-se algo em comum na nomeação: o simbolismo religioso dos nomes escolhidos. Tudo estava associado a espíritos guerreiros e missionários, sintetizando a ideia de união em torno do projeto de expansão católica da coroa portuguesa.

Luiz Eduardo Dórea (2006, p. 275) acrescenta que no primitivo sítio da Cidade do Salvador, localizado em áreas nomeadas a partir da presença de alguma construção, pertencente a uma das muitas ordens religiosas que se instalaram dentro dos seus limites, havia ruas batizadas a partir de uma única profissão, que era a mesma exercida por todas as pessoas que ali moravam. Um costume tipicamente medieval.

Desta forma, pode-se afirmar que a toponímia de uma cidade está diretamente relacionada à sua constituição inicial, enquanto aglomerado urbano e, estudar estas relações, reconhecer suas manifestações e mudanças com o passar do tempo, pode contradizer a ideia de que o signo topônimo é empírico e arbitrário, uma vez que ele pode revelar muito de uma época.

Segundo Luiz Henrique Dias Tavares (1974, p. 93) Salvador foi a primeira cidade realmente fundada como cidade no Brasil. Antes de 1549, existiam vilas criadas pelos donatários das capitânias hereditárias ao longo da costa brasileira.

Em sua dupla condição de cidade-fortaleza, centro administrativo e entreposto comercial, Salvador cresceu em dois planos: na cidade baixa, o bairro da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

praia, com ribeira das Naus e as casas do comércio; na parte alta, os bairros de S. Bento (incluindo Sé), Palma, Desterro, Saúde e Santo Antônio Além-do-Carmo. (TAVARES, 1974, p. 95)

A cidade do Salvador, a mais antiga capital do país, foi fundada sob o símbolo militar dos fortes, tendo em vista o controle do território pelos colonizadores portugueses. O critério militar era estrategicamente defensivo. Teve, desde o início, a missão de ser polo de colonização da América Portuguesa e polo econômico da cana-de-açúcar e do tabaco. Sediou o governo geral até 1763, quando a capital da Colônia foi transferida para o Rio de Janeiro.



Figura 01 - “Planta da Cidade d. Salvador”⁵². Fonte: Reis (2001)

A existência de um despenhadeiro, relativo a uma falha geológica de Salvador, possibilitaria a divisão da cidade em dois planos e, a um só tempo, repartiria as atividades: no alto, a Cidade Alta se consolidaria em local de moradia, de comércio a varejo e das atividades político administrativas. No declive da encosta, a Cidade Baixa, se desenvolviam o comércio por atacado e as intensas atividades portuárias. Conforme Torres:

Desobedecendo aos princípios comuns do urbanismo das cidades construídas somente em superfícies planas, a Bahia fôra edificada sobre montanhas, vales e baixios, fato que concorreu para se lhe surgirem aspectos singulares, sendo por isso a cidade mais original do Brasil. A capital apresenta três planos, o baixo, o alto e o médio, sendo conhecida pela cidade dos três andares. Os três planos formam outras tantas cidades, possuindo comércio e vida próprios e se comunicam por ladeiras, arcs, viadutos, ruas e avenidas. (TORRES 1950, p. 12)

Ao longo do seu desenvolvimento e expansão demográfica, ocorreria a ocupação das áreas da própria escarpa, principal elo entre as áreas

⁵² Cópia manuscrita, incluída no código “rezão do Estado do Brasil”... Biblioteca Pública do Porto. Ca. 1605 (ca 1616) p. 308 (REIS, 2001 p. 16).

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

alta e baixa. Tal separação geomorfológica, contudo, implicaria em um impedimento à articulação entre os dois níveis, com contratempos à mobilidade da população e, em particular, à elite que residia na parte alta da cidade, mas mantinha atividades empresariais na parte baixa.

Era evidente a necessidade de criar meios de comunicação e deslocamento entre as autoridades governamentais que ocupavam a cidade alta com as atividades comerciais que ficavam na parte baixa e de transporte para os mais variados tipos de mercadorias que chegavam ao porto, ou nele seriam embarcadas.

Para resolver o problema do desnível conferido pela geomorfologia do terreno, foram abertos tortuosos caminhos e ladeiras, além de rampas e escadarias que possibilitariam, ao longo da encosta, as rotas para o percurso da população, inclusive, dos homens de negócios. Obtinha-se, desse modo, o resultado necessário ao primeiro sistema de circulação e transporte de pessoas e mercadorias na Salvador do século XVI.

Posteriormente, foram construídos pelos jesuítas os primeiros guindastes (que se tornariam os planos inclinados) movidos, então, pelo esforço da mão de obra escrava. A urbanização das ladeiras da encosta já era prevista por Luís Dias no século XVI, conforme Silva (1953, p. 117): “Esta nossa Salvador foi e será sempre, por injunção topográfica, uma cidade de ladeiras e, em consequência de elevadores [...] muitas casas podem fazer nestas ladeiras se isto houver de ir adiante”.

Da sua fundação até os dias atuais a cidade passou por diversas fases, tendo sido, inclusive, chamada de “Bahia” pelos moradores do próprio estado. Também já recebeu alguns epítetos: “Capital da Alegria”, pela força de festejos populares como o carnaval; “Roma Negra” por ser considerada a metrópole com maior percentual de negros localizada fora da África.

Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2014 era de 2.902.927 pessoas, sendo hoje o município mais populoso do Nordeste, o terceiro mais populoso do Brasil e o oitavo da América Latina.

No século XXI, a cidade se caracteriza pela modernização baseada em aspectos do progresso, circulação e estética. Várias transformações físicas ocorreram, descaracterizando partes da cidade, como demolições parciais de edificações, abertura e alargamento de ruas, nivelamento de

ladeiras e reforma de casas térreas, que foram transformadas em sobrados e prédios altos.

Não obstante, percebe-se que a cidade moderna acentuou seu papel enquanto *locus* da reprodução econômica, sem deixar de ser o espaço social. Cada vez mais, os espaços da cidade são alterados para atender a essa lógica, que não é nova, mas que apresenta uma roupagem atualizada, um simulacro moderno.

Atendendo a essa nova perspectiva a cidade foi dividida nos finais do século XX por Regiões Administrativas (RAs) pelo Decreto Municipal nº 7.791/87. Posteriormente em 2008, com advento da Lei nº 7.400/2008, relativa ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), consolidaram-se as divisões atuais das RAs em 18 Regiões Administrativas: RA I - Centro, RA II – Itapagipe; RA III - São Caetano; RA IV - Liberdade; RA V - Brotas; RA VI - Barra; RA VII - Rio Vermelho; RA VIII - Pituba/Costa Azul; RA IX - Boca do Rio/Patamares; RA X - Itapuã; RA XI - Cabula; RA XII - Tancredo Neves; RA XIII - Pau da Lima; RA XIV - Cajazeiras; RA XV - Ipitanga; RA XVI - Valéria; RA XVII - Subúrbios Ferroviários e a RA XVIII - Ilhas de Maré e dos Franceses.

No presente artigo, optou-se por analisar a motivação toponímica presente na nomeação das ladeiras situadas integrante da Região Administrativa I (RA I), bairro do Centro, conforme Figura 2.

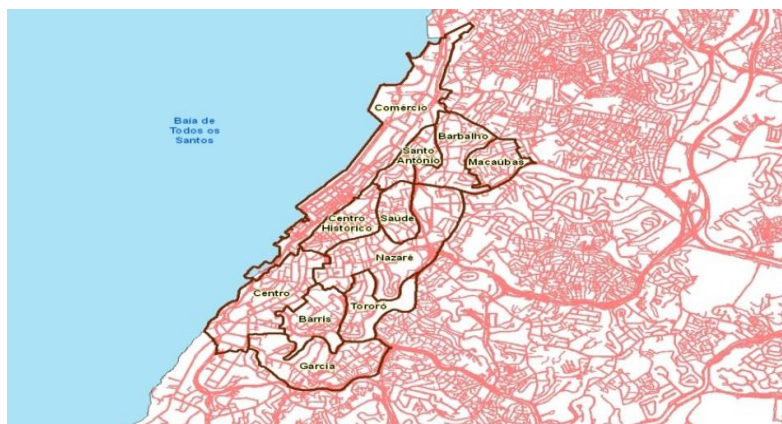


Figura 2: Mapa da Região Administrativa I (RA I) Centro. **Fonte :** (CIAGS)⁵³

⁵³ <http://www.gestaosocial.org.br/>

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

3. *Centro de Salvador: do símbolo da justiça aos órgãos administrativos*

Bairro com importância histórica onde, ao longo dos primeiros séculos, logo após fundação da cidade, sediou os dois principais edifícios ligados ao poder do Estado, a *Casa de Câmara e Cadeia* e o *Palácio dos Governadores*, monumentos gradualmente reconstruídos, aumentados e aperfeiçoados, com o decorrer dos séculos. A Praça do Palácio se destacava pela situação de expansão arquitetônica, resultante da grande janela aberta mostrando a paisagem natural da baía, constituindo um dos mais belos cenários capturados na parte elevada da cidade, hoje visitados por turistas de toda parte do mundo.

Era na praça principal, hoje Praça Thomé de Souza que ficava o pelourinho. Segundo Luiz Walter Coelho Filho (2008, p. 333), Gabriel Soares Souza informa a presença do pelourinho⁵⁴, na referida praça em 1586. Em 1603, entretanto, o Governador Diogo Botelho desembarcou na cidade de Salvador e instalou-se no palácio do governo, local onde em frente ficava o pelourinho, o que o deixava triste ao lembrar que quase foi degolado ao pé de um pelourinho por ocasião da passagem do trono ao domínio espanhol, como aliado do grupo de D. Antônio do Crato. Assim, mandou transferi-lo pra outro lugar, removendo-o de sua visão.



Figura 4 - Câmara Municipal de Salvador, antiga Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Salvador. Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Câmara_Municipal_de_Salvador. Acesso em: 20 jan. 2016.

⁵⁴ Instrumento talhado de uma coluna de pedra ou madeira, colocado num lugar público de uma cidade ou vila onde as autoridades expunham e puniam os criminosos. Era semelhante ao tronco, instrumento de punição dos escravos.

Desde sua primeira remoção, em 1603, foi instalado em diversos locais. Em 1807, o pelourinho foi instalado na porta do Carmo, atual largo do Pelourinho, onde permaneceu até 1835, quando a Câmara Municipal resolveu removê-lo, definitivamente, permanecendo apenas como nome do bairro.

Ao longo dos anos do desenvolvimento urbano de Salvador foram muitas as construções ligadas à administração pública que foram interrompendo a vista.

Francisco Gonçalves Martins, futuro Visconde de São Lourenço, em 1852 defendeu a tese de que, para “o aformoseamento da Cidade”, seria necessário demolir o edifício da Relação e a Casa da Assembleia Provincial. Esta sugestão do Visconde precedeu, em 17 anos, o pedido de demolição da Casa da Relação feito por Antônio de Lacerda, em 1869, para a construção do Elevador Hidráulico da Conceição. (SAMPAIO, 2005, p. 69). Ou seja, na década de 1870 o espaço já se veria totalmente liberado em sua face ocidental também atendendo ao objetivo de permitir a edificação do primeiro ascensor hidráulico da cidade, o **Elevador Lacerda**.

O bairro nomeado como **Centro** da Cidade de Salvador é também composto por importantes sítios históricos como, por exemplo, o **largo Campo Grande**, também denominado **Praça Dois de Julho** que durante o século XIX foi cenário de combates que precederam a luta pela Independência da Bahia (SANTOS *et al*, 2010, p. 348).

O **Centro** nasceu no início do século XIX e em seu entorno aconteceram uma série de transformações urbanas no decorrer da sua história. Com atividade cultural ativa, principalmente devido aos Teatros Castro Alves (TCA) e Vila Velha, sua origem está relacionada com a chegada da família real a Salvador em 1808.

4. Análise toponímica

Apresenta-se agora a descrição e análise dos topônimos que designam as ladeiras do Centro, considerando além dos aspectos linguísticos, breves alusões aos aspectos históricos e culturais do lugar. Os topônimos selecionados estão organizados em quadro resumido que auxiliação na quantificação e classificação toponímica.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

| TOPÔNIMO/ TAXONOMIA/ ORIGEM/ CONTEXTO | MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA |
|---|--|
| <p>LADEIRA DA MISERICÓRDIA HIEROTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>miseri</i><i>codia</i>, < <i>miseri</i><i>cors</i>-<i>dis</i>, <i>miser</i> + <i>cor</i> -<i>dis</i> ‘coração’. Contexto: <i>A história entendida como presente histórico e memória viva é o mote da intervenção que promove um diálogo de tempos no território da ladeira da Misericórdia</i> (CARLSSON 2007, p.143).</p> | <p>Considerado um dos topônimos mais antigos em uso na cidade. Na época em que Tomé de Souza iniciou as obras de construção de Salvador, era o caminho localizado ao norte da Praça do Palácio, e por ele subiam carros, transportando mercadorias oriundas da praia (DÓREA, 2006, p. 88). O batismo “ladeira da misericórdia” se deve à presença ali, desde os primeiros tempos da fundação de Salvador, da igreja e hospital da Santa Casa de Misericórdia.</p> |
| <p>LADEIRA DA PRAÇA SOCIOTOPÔNIMO Origem: Do lat. vulg. <i>plättēa</i> < <i>plātēa</i> ‘rua larga’ Contexto: <i>A fina figura de uma criatura... Descendo no samba a ladeira da Praça.</i> (Galvão/Moreira 1974).</p> | <p>A Praça, posteriormente nomeada por Praça Municipal, hoje, Praça Thomé de Souza, durante muito tempo foi conhecida simplesmente como “a praça” por ser a única da cidade. O trecho aladeirado que dá acesso à praça, do lado esquerdo da Casa da Câmara e Cadeia, que também não tinha nome, passou a se chamar Ladeira da Praça. Um batismo que sobrevive até os dias atuais, mesmo depois de a Praça, hoje Praça Thomé de Souza ter passado por diversos batismos (DÓREA, 2006, p 94).</p> |
| <p>LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA HIEROTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>conceptus</i> ‘fruto, concepção’, ‘fecundação’ Contexto: <i>[...]do Recôncavo, os arcos da ladeira da Conceição da Praia, as jangadas na pesca do xaréu, as ruas onde os moleques jogam futebol</i> (AMADO 1945 p.39).</p> | <p>A Ladeira da Conceição, construída por Filipe Guilhem, em 1549, tinha início na Praça do Palácio – hoje, Praça Municipal ou Tomé de Sousa, na qual ainda podem ser observados diversos estilos arquitetônicos – descia pela encosta até o ponto correspondente ao Baluarte (ou Forte) de São Tomé, onde mudava de direção, continuando até um ponto próximo à ermida (hoje igreja) da Conceição. A Ladeira da Conceição da Praia conta a história da mobilidade urbana, no início da fundação de Salvador, quando Tomé de Souza chegou em navios portugueses, com tropas armadas e em formação de batalha em frente ao local onde hoje fica a igreja da Conceição da Praia.</p> |
| <p>LADEIRA DA MONTANHA GEOMORFOTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>montaneus</i> ‘relativo a uma elevação’ < <i>mons</i> ‘montanha’. Contexto: <i>Pedro Bala, enquanto sobe a ladeira da Montanha, vai pensando que não existe nada melhor no mundo que andar assim, ao</i></p> | <p>Mais conhecida pelo nome popular, a Ladeira da Montanha foi oficialmente intitulada de Barão Homem de Melo, em referência ao então presidente da província, que solicitou a construção. A Ladeira foi escavada na rocha, com extensão de 661,9 metros. As encostas da Ladeira da Montanha, além do referencial histórico, guardam muito da memória sócio antropológica da cidade. As famosas “casas de tolerância” do passado apesar da triste condição social de seus moradores, eram recantos de boemias da velha Bahia. Os casarões que abrigavam “mulheres da vida”, em tempos passados foram</p> |

| | |
|--|--|
| <p>azar, nas ruas da Bahia (AMADO 2001, p. 135).</p> | <p>verdadeiros espaços democráticos, já que recebiam pessoas de todas as classes sociais (DÓREA, 2006, p. 228).</p> |
| <p>LADEIRA DA PREGUIÇA ANIMOTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>pigrítia</i> ‘aversão ao trabalho’. Contexto: <i>Sem erguer sequer os olhos para a casa de Dona Flor, mudando a rota, embicou para o mar largo, desceu rápido a Ladeira da Preguiça</i> (AMADO, 1966, p. 124.)</p> | <p>A ladeira da Preguiça, também conhecida como Caminho de Carro, era o local por onde chegavam os volumes grandes desembarcados na Alfândega. Foi uma das três primeiras ladeiras construídas em Salvador, provavelmente já no século XVII, após a abertura das ladeiras da Misericórdia e da Conceição. Cumpria então o papel de ligar o porto da cidade à Cidade Alta. Sua importância de outrora pode ser mensurada pelo fato da praia do bairro Dois de Julho ter recebido seu nome: Litoral da Preguiça. A ladeira da Preguiça é uma das denominações mais antigas e curiosas. Originou-se do tempo em que poucas ladeiras, em boas condições, existiam entre as cidades Alta e Baixa.</p> <p>A nomeação da ladeira refere-se ao fato de que as mercadorias eram transportadas do porto para a cidade, nas costas dos escravos ou em carretas puxadas por bois, e empurradas por escravos. A elite da época, a qual residia em casarões ao longo da via, costumava divertir-se com gritos de "sobe preguiça!" ao presenciar os escravos subindo penosamente a ladeira.</p> <p>Outra motivação, segundo a Secretaria de Turismo da Cidade de Salvador, era que os escravos reclamando do trabalho pesado, diziam que subir a ladeira "dava preguiça".</p> |
| <p>LADEIRA DA BARROQUINHA LITOTOPÔNIMO Origem: De uma forma pré-romana, diminutivo de <i>barroca</i> ‘monte de barro’. Contexto: <i>Dentro dos próximos dias será iniciada a obra de recuperação da Ladeira da Barroquinha, onde fica instalada a tradicional Feira do Couro</i> (Jornal Tribuna da Bahia, publicado em 08/05/2014).</p> | <p>Segundo Luiz Eduardo Dórea (2006, p. 83), esse designativo foi incorporado no século XVIII, refletindo a realidade do povo, “que se referia às águas que, na estação chuvosa, ali mansamente faziam seu trabalho de erosão, escavando o terreno quando escorria das Hortas de São Bento” (DÓREA, 2006, p. 223).</p> <p>A ladeira da Barroquinha é também conhecida como Ladeira do Couro, por haver no local um vasto comércio de produtos oriundos de couro.</p> |
| <p>LADEIRA DAS HORTAS FITOTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>hórtus</i>, ‘jardim, pomar’. Contexto: <i>[...] tendo ao fundo a Ladeira das Hortas chegando até o mosteiro, além de outra representação do próprio mosteiro, com suas vastas hortas e pomares,</i></p> | <p>Sua nomeação quinhentista tem origem no antigo nome - Rua das Hortas de São Bento, situada entre o largo de São Bento e a Rua da Barroquinha. No século XVIII o local reunia inúmeras hortas, daí a sua denominação. O Mosteiro de São Bento, fundado em 1581, localizado no plano elevado da ladeira, dominava o bairro com sua grande igreja e imponentes construções. As hortas do Mosteiro, cercadas por muros, desciam a encosta até as proximidades do pântano, que nomeou o lugar de Hortas de São Bento. A Ladeira das Hortas rodeava o muro do</p> |

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

| | |
|---|---|
| <p><i>visto pelo lado da Rua do Paraíso que, então, só contava com algumas poucas casas. (REBOUÇAS, 1996, p. 160).</i></p> | <p>Mosteiro e se tornou uma trilha que ia para Rua da Vala, atual Av. J.J. Seabra, conhecida popularmente como Baixa do Sapateiro (SILVEIRA, 2010, p.4).</p> |
| <p>LADEIRA DO GABRIEL ANTROPOTOPÔNIMO Origem: Do heb. Gabriel, de <i>gêbher</i> ‘homem, homem forte’ + <i>el</i> ‘Deus’, assim, “fortaleza de Deus”. Contexto: [...] <i>Já os veículos que estão na Av. Contorno e querem seguir em direção à cidade alta terão que acessar a Ladeira do Gabriel seguindo pela a Ladeira dos Aflitos (Jornal Correio, Acesso em 13 jul. 2016).</i></p> | <p>A Ladeira do Gabriel foi assim nomeada por está localizada em terreno que pertencia a Gabriel Soares Souza, homem muito religioso, que em testamento doou suas propriedades para o Mosteiro de São Bento. A Gabriel Soares Souza se deve muito sobre os registros dos primeiros tempos da colonização brasileira, pois é autor do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 (DÓREA, 2006, p.210). A ladeira do Gabriel liga o largo dois de Julho ao Solar do Unhão, importante museu soteropolitano, no mesmo sítio se encontram a rua Gabriel Soares Souza e a fonte do Gabriel.</p> |
| <p>LADEIRA DOS AFLITOS HIEROTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>afflictus</i> ‘cheio de aflição, atormentado’. Contexto: <i>Numa cidade que denominava seus sítios de ladeira dos Aflitos, Beco da Agonia e ladeira da Misericórdia, inexistia pior lugar do que aquele (MAGALHÃES 2012, p. 5).</i></p> | <p>Em 1748 foi inaugurada a Igreja dos Aflitos que homenageia Nosso Senhor dos Aflitos, santo de origem portuguesa. Como é tradição, em Salvador, a Igreja deu nome ao Bairro dos Aflitos onde ficam localizado o largo, o mirante e a ladeira dos Aflitos. Segundo Alves (2008, p. 20), os relatos históricos contam que a igreja teria sido utilizada como trincheira pelas tropas portuguesas durante a Independência da Bahia. O nome, segundo as informações do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), vem de uma promessa do fundador, o português Antônio Soares, de oferecer a obra ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos.</p> |
| <p>LADEIRA DA FONTE HIDROTOPÔNIMO Origem: Do lat. <i>fons-tis</i> ‘nascente de água, chafariz’. Contexto: <i>A Ladeira da Fonte permanece interdita na tarde desta quinta-feira (3) por conta de um alagamento, provocado pelas chuvas que atingiram Salvador na manhã de hoje. (Jornal CORREIO, Acesso em: 14 jun. 2016).</i></p> | <p>Conforme Luiz Eduardo Dórea (2006, p. 86), o batismo original dessa ladeira foi Ladeira da Fonte do Forte de São Pedro, por conta da sua proximidade com o Forte de São Pedro. A fonte de São Pedro foi construída entre os séculos 18 e 19 com alvenaria de pedra e é composta por uma galeria de captação de água, frontispício e bacia de recolhimento de água servida, que fica em nível abaixo da rua. No final do século XVIII, Vilhena (1969, p. 103) se refere a ela dizendo “Ao sul da cidade, e a pouca distância dela, fica o Forte de São Pedro, e um pouco adiante dele fica a Fonte de São Pedro, cuja água é de todas a melhor quanto à qualidade”. Domingos Rebelo, em sua Corografia do Império do Brasil (1829), relacionou-a como uma das que se situava na Freguesia de São Pedro. Braz do Amaral citou-a em seu livro “História do Brasil, do Império à República” como sendo a melhor fonte de água potável de Salvador. (GUERREIRO, 2015, p. 01).</p> |

5. Considerações finais

Neste estudo percebe-se que, na maioria dos topônimos analisados, a nomeação está relacionada com o simbolismo religioso advindo de entes divinos, evidenciando o comprometimento do Reino com a manutenção da fé católica.

A religiosidade se manifestou desde o descobrimento de forma expressiva. Logo, no período de reconhecimento da costa, quando fixaram-se nos acidentes avistados, a nomeação se deu segundo os preceitos católicos romanos. Obviamente, os primeiros habitantes da cidade de Salvador não se esqueceram de Deus nem a crença na fé católica, oriundos de sua sujeição ou descendência dos europeus, e constantemente pregados pelos jesuítas com objetivo de aumentar a fé cristã.

Foram encontrados topônimos que designam ladeiras, com nomeação relacionadas a nomes e sobrenomes de pessoas ilustres, os antropônimos, comprovando uma prática corriqueira no Brasil, a de homenagear famílias de alto poder aquisitivo. Estas representações estão conectadas a motivações extralinguísticas e revelam traços socioculturais da identidade do povo baiano.

Registra-se, também, os hidrotopônimos em referência as diversas fontes existentes no início da povoação soteropolitana que deram nomes a diversos logradouros. Em todos os tempos, a água potável foi determinante na formação dos aglomerados humanos, desde as primeiras aldeias de índios até as grandes e modernas metrópoles atuais.

É sabido que desde os primeiros escritos a respeito do novo mundo, a mística envolvendo a riqueza brasileira sempre esteve presente, daí a presença de muitos logradouros nomeados com elementos da índole mineral.

Salvador, capital da Bahia, é a terra da alegria, de grandes belezas, inspiração de muitos poetas, autores, compositores que cantam em verso e prosa seus encantos e mistérios. Cidade que atrai quem a visita e se revela através dos nomes de suas ruas, ladeiras, largos, avenidas, bairros, praças, becos e vielas, seduzindo moradores e visitantes. Cada logradouro conta uma história, que se transporta para o passado e no presente revela emoções que só quem transita pela cidade pode sentir.

No sobe e desce das ladeiras, consideradas as artérias pulsantes do coração da cidade, é possível constatar a importância histórica e contem-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

porânea desses acidentes geográficos presentes em toda capital baiana. É possível, também, identificar na Salvador do século XXI marcas, heranças e legados dos séculos passados, convivendo com as novas formas e tecnologias produzidas pela sociedade contemporânea. Mas as ladeiras permanecem fundamentais no cotidiano da Cidade de Salvador.

As ladeiras do centro são linhas que interligam diversos bairros da cidade, unindo-os num todo, onde ao longo do tempo, seus moradores deixaram a sua marca, e sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lizir Arcanjo. *A cidade da Bahia no romance de Jorge Amado*. Salvador, Casa de Palavras, 2008.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*. 27 ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1977.

_____. *Dona flor e seus dois maridos*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1966.

_____. *Capitães de areia*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1937.

AMARAL, Braz Hemenegildo do. A fundação da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 36, Salvador, 1911.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

BULHÕES, Adalberto. *Delimitação de bairros e de bacias hidrográficas de Salvador*. Disponível em:

www.gestaosocial.org.br/conteudo/nucleos/aguas/Proposta%20Metodologica.doc. Acesso em: 10-10-2015.

COELHO FILHO, Luiz Walter. *A fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2004.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia brasileira: os estudos que faltam*. Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DÓREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: Edufba, 2006.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

MORAIS, Melo. *Praças, ruas, e ladeiras da cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1959.

MUÑOZ, Rosana. *O processo de ocupação urbana da encosta de Salvador do século XVII ao século XX*. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br>>. Acesso em: 20-10-2015.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. *A cidade imaginada ou o imaginário da cidade*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000100006>. Acesso em: 14-08-2015.

PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. 2. ed. Cia. Ed. Nacional, 1944.

REBOUÇAS, Diogenes. *Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX*. Salvador: Odebrecht, 1996.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SALVADOR. *Guia do turista*. Disponível em: <<http://www.guiadoturista.net/bahia/salvador.html>> Acesso em: 10-05-2015.

SANTOS, Elizabete et al. *O caminho das águas de Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008

SILVA, Alberto. *A cidade d'El-Rei: aspectos seculares*. Salvador: Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura Municipal do Salvador, 1953.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974.

TORRES, Carlos. *Vultos, fatos e coisas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

**TOPONÍMIA
DOS PRIMEIROS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES⁵⁵**

Ana Lourdes Cardoso Dias (IFTO)
ana_dias@ifto.edu.br

RESUMO

A toponímia, subárea da onomástica, trata dos nomes dos lugares, ou seja, de seus significados, de suas origens, das transformações e das motivações. Neste trabalho, apresenta-se o estudo toponímico dos primeiros municípios do estado do Tocantins que se iniciaram e estabeleceram-se a partir da mineração, no século XVIII. A intenção é identificar os significados e as motivações que influenciaram a escolha dos nomes desses lugares. Para isso, procurou-se descrever, analisar e interpretar os topônimos que compõem esse sistema onomástico, tendo em vista que não são signos comuns da língua por sua função específica de referenciar e identificar entidades no espaço geográfico, além de serem instrumentos de veiculação de ideologias. Procedeu-se à coleta de dados por meio de documentos escritos de valor historiográficos que confirmam a existência dos topônimos em épocas anteriores e na atualidade. Esses documentos permitiram a reconstituição histórica dos fatos que motivaram a escolha toponímica e o resgate dos possíveis significados. Os resultados apontaram que as motivações para as escolhas dos nomes dos primeiros municípios tocantinenses fixam-se em crenças, valores culturais, ideologias, aspectos da realidade física da região, além dos aspectos cognitivos. Esses fatores refletem-se nas estruturas linguísticas dos topônimos, traduzindo a intencionalidade do denominador no ato denominativo.

Palavras-chave: Onomástica. Toponímia. Municípios tocantinenses

1. Introdução

Este trabalho consiste em um estudo da toponímia dos primeiros municípios do estado do Tocantins, aqueles que correspondem aos antigos arraiais mineradores, formados ainda no período colonial. A constituição desses arraiais teve como base as descobertas das minas de ouro no século XVIII na região. Com o passar do tempo, eles cresceram, tornaram-se povoados, vilas e cidades⁵⁶.

Os municípios localizam-se na mesorregião oriental do estado do Tocantins, distribuídos em duas microrregiões, a de Dianópolis e a de Porto Nacional.

⁵⁵ Este trabalho é um recorte da tese *Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses*.

⁵⁶ Neste recorte, serão apresentados apenas alguns topônimos analisados na tese.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Procedeu-se ao tratamento dos dados coletados, organizando-os em quadros individuais, baseados no modelo de ficha lexicográfico-toponímica de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (2004), utilizando as categorias de análise toponímicas de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990; 1992).

A pesquisa teve como principal objetivo a descrição, a análise e a classificação, desses topônimos, centrando-se nas motivações toponímicas que predominaram no ato denominativo. Além disso, buscou-se interpretar os significados desses nomes a partir da etimologia, da história e da geografia local. Para isso, iniciou-se a pesquisa fazendo um levantamento histórico e geográfico dos municípios contemplados e do estado do Tocantins desde a ocupação pelos primeiros exploradores até a atualidade para formação do *corpus*.

Utilizou-se para coleta dos dados, os diários de viagem de naturalistas europeus que visitaram o Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Nesses textos, os autores deixaram registrados dados importantes a respeito da fauna e flora, das condições do meio ambiental, dos usos e costumes do povo, além de dados geográficos e históricos dos lugares por onde andaram.

Além desses documentos, outros de valor histórico que confirmam o nome dos lugares, o tempo e o contexto em que foram formados tais como dicionários topográficos e corográficos, enciclopédia dos municípios brasileiros do IBGE, dentre outros.

Os dados analisados apresentaram resultados relevantes para os estudos toponímicos brasileiros e para os do estado do Tocantins, visto que ainda são poucas as pesquisas voltadas para os estudos onomásticos, nesse estado.

2. *Toponímia: aspectos gerais*

A onomástica é a ciência que se ocupa dos estudos da origem e alterações (na forma e no significado) dos nomes próprios. Ela é um ramo das ciências linguísticas e, atualmente, divide-se em dois campos: a toponímia (estudo do topônimo ou nome de lugar) e a antroponímia (estudo do antropônimo ou nome pessoal).

A toponímia, por sua vez, pode apresentar subdivisões, dependendo de uma série de considerações. Por exemplo, a toponímia, segundo o

objeto de denominação, apresenta taxonomias como hidrônimo, astromônimo, litônimo, odônimo, orônimo, dentre outros termos que são correspondentes, respectivamente, de objetos que constituem formações aquosas, astros, formações pétreas, vias ou caminhos e serra.

Inicialmente, a denominação dos lugares ocorre pela necessidade humana de identificar as entidades do mundo em que se vive para responder às suas necessidades de relação com a natureza que o rodeia e para propiciar a organização e a comunicação social. É certo que nem todas as nomeações são devido à necessidade espontânea de identificação, pois muitas delas refletem a imposição de forças ideacionárias, político-religiosas e sociais.

As entidades do mundo que precisam ser nomeadas podem ser tanto pessoas quanto os elementos geográficos que estão ao seu redor e que tem importância para o grupo social, pois o que não tem importância não tem necessidade de ser identificado com nome. (COUTO, 2007)

Nomeiam-se os elementos geográficos da natureza, tais como rios, mares, lagoas, ilhas, continentes, serras e outros. Outras entidades que precisam ser nomeadas são os objetos da cultura, aqueles criados pelo homem, a saber: povoado, irrigação, represas, moradias (habitação), ruas, circunscrições político-territoriais que se localizam em algum ponto do universo físico. Há também aquelas cujo universo é criado pela cultura, o mundo não físico. Em qualquer caso, do universo real ou do imaginário, os elementos geográficos são os referentes dos topônimos. Estes, por sua vez, refletem uma visão de mundo, geralmente, específica em cada cultura. (SOLÍS FONSECA, 1997)

Segundo Gustavo Solís Fonseca (1997), isso implica na dificuldade de saber que referentes especificamente existem no universo, pois para isso deve ser levada em conta uma cultura determinada. Dessa forma, “os povos que concebem o universo real como um mundo que tem seu correlato mítico com outros mundos, tem vários universos de nomes toponímicos, portanto, maior riqueza toponomástica” (SOLÍS FONSECA, 1997, p. 13), já que possuem mais entes “geográficos” para nomear no espaço que os rodeia. Isso indica que, além de serem emissões linguísticas, os nomes que compõem um sistema de denominação são criações socioculturais.

Por conseguinte, a toponímia estuda não somente os nomes de lugares, os topônimos em si mesmo, mas também o sistema de denominação organizado pelas sociedades para nomear as entidades físicas e ima-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ginárias da sua cultura. Devido às diferentes visões de mundo, têm-se diferentes formas de nomear essas entidades. A definição da palavra *toponímia* envolve o significado etimológico do próprio vocábulo, do grego *topos* (lugar) e *onoma* (nome).

A nomeação dos lugares sempre foi uma atividade muito comum para a humanidade. Desde os tempos mais remotos, os registros antigos da história da civilização humana confirmam essa ação do homem sobre o lugar em que habita ou pretendia habitar, o que sugere uma forma de posse ou dominação, assim como significação, organização e orientação do espaço. Por outro lado, a nomeação manifesta-se como a ação do meio físico e sociocultural sobre o homem.

De fato, o estudo toponímico de uma região apresenta os aspectos socioculturais dos grupos e suas memórias históricas, os quais se refletem na forma dos topônimos. No entanto, o léxico toponímico não refletirá apenas os aspectos mencionados, mas também o da relação homem/espaço e homem/homem. Assim, compreende-se que o topônimo se refere ao lugar e ao homem que o criou. Daí se dizer que os nomes próprios de lugares proporcionam amplas possibilidades de estudo.

Para estudar as motivações toponímicas, dividem-se, nas pesquisas atuais, os topônimos em duas grandes categorias, a saber: nomes de lugares motivados por natureza ambiental – física e natural – e nomes de lugares motivados por natureza antropocultural. Em outras palavras, analisam-se as motivações toponímicas numa perspectiva ambiental e sociocultural.

Essa atitude concernente aos estudos toponímicos é respaldada em Edward Sapir (1969), o qual afirma que a força ambiental está condicionada à força social, isto é, os fatores físicos só irão se refletir na língua se neles atuarem, primeiramente, a força social. A esse respeito, o autor destaca ainda,

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. (SAPIR, 1969, p. 44)

Desse modo, o surgimento de um signo linguístico toponímico de caráter ambiental reflete a influência social do grupo ou grupos que integram nesse ambiente.

Tendo em vista o que foi exposto, pode-se afirmar que o topônimo é fruto da ação do homem sobre a natureza física, espacial e temporal e da natureza sobre o homem. Ele reflete as suas crenças, seus sentimentos e ideologia no ato da nomeação. O topônimo também preserva aspectos importantes dos valores culturais, políticos e sociais do momento denominativo na sua estrutura interna e na externa (elementos linguísticos), além de manter traços de períodos anteriores da língua ou de línguas.

E, ainda, o nome do lugar – o topônimo – é um elemento de legitimação de identidade cultural por ser uma representação simbólica específica do espaço. Ao nomear um lugar, o homem cumpre com a finalidade de identificar, particularizar e referenciar os espaços geográficos aposados e os imaginados.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1992) adverte que o topônimo não é um signo comum da língua. Como suporte de identificação, ele carrega uma carga ideológica, política, histórica e sociocultural.

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste, um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassez hidrográfica, a peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as tendências artístico-religiosas predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais. (DICK, 1992, p. 47)

A autora destaca ainda que, ao refletir, de perto, a vivência do homem, tanto como entidade individual ou como membro de um grupo, a toponímia desempenha um importante papel para a história de um povo, isto é, a função de conservar suas tradições ou os registros de suas características mais importantes.

Quanto à metodologia de trabalho, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, 1992) sugere um modelo de análise com objetivo de verificar as causas motivadoras dos nomes próprios de lugares. Essas causas estão fundamentadas na duplicidade dos fatores ambientais, isto é, físicos e socioculturais, em consonância com o pensamento de Edward Sapir (1969). Esses fatores, por sua vez, subdividem-se em categorias menores de 27 taxes, das quais 11 estão relacionadas aos aspectos físicos e 16 aos aspectos antropoculturais do ambiente. Com essa classificação,

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

busca-se apreender as causas motivadoras das denominações e chegar à significação toponímica. Nesses termos, segue-se a análise toponímica de alguns topônimos tocantinenses.

3. Análise toponímica

A análise, em questão, visa à compreensão dos processos histórico, ideológico, sociocultural e psíquico que contribuíram para a formação, manutenção ou mudança dos topônimos dos primeiros municípios do estado do Tocantins. Busca-se, também, demonstrar o *modus vivendi* e a visão de mundo das sociedades anteriores em que estavam inseridos os denominadores que fizeram as escolhas, entre tantos, de um topônimo para determinado lugar ou acidente hidrográfico, no caso dos rios.

3.1. Topônimo Almas

Quadro 1 – Classificação do topônimo *Almas*

| | |
|---|-------------------------|
| Topônimo: Almas | Município: Almas |
| Localização: mesorregião oriental do Tocantins – microrregião de Dianópolis | |
| Estrutura morfológica: elemento específico simples (subst. <i>alma</i> + desin. pl. -s) | |
| Etimologia: a palavra <i>alma</i> vem do latim <i>anima,ae</i> ‘sopro, ar, alento, o princípio da vida’ (HOUAISS, 2001). Antônio Geraldo da Cunha (2007) observa que <i>alma</i> provém do latim <i>anima</i> ‘essência imaterial do ser humano, espírito’. | |
| Outros topônimos: São Miguel e Almas, Miguel e Almas | |
| Contexto Histórico: A cidade de Almas iniciou como um arraial minerador com o topônimo <i>São Miguel e Almas</i> , na década de 1730, época em que chegam ao local os primeiros exploradores em busca de minas de ouro. <i>Almas</i> está localizada entre Dianópolis e Natividade, municípios aos quais foi dependente até 1958, data em que se torna município. São Miguel Arcanjo é honrado e invocado como guardião e protetor da igreja e dos agonizantes, pois é ele quem leva as almas que deixam este mundo junto ao trono de Deus para o julgamento. A igreja invoca-o como advogado de defesa na vida e na morte (REISER, 2008). | |
| Motivação toponímica: São Miguel Arcanjo | |
| Mecanismo conceitual: metonímico | |
| Taxonomia de natureza antropocultural: hierotopônimo – relativo a nomes sagrados | |

O topônimo *Almas* é formado por elemento específico simples (subst. *alma* + desin. pl. -s) e está inserido na categoria taxonômica de natureza antropocultural, classifica-se em hierotopônimo por se tratar de um topônimo relacionado à religiosidade. A doutrina cristã, católica ou protestante, considera a alma como uma entidade sagrada e imortal; a essência da vida humana.

A motivação para a escolha desse nome vem do topônimo do antigo arraial de *São Miguel e Almas*, que tinha esse nome em homenagem a São Miguel Arcanjo. O termo *Almas* liga-se a esse santo, porque, na doutrina cristão-católica, Miguel é o santo protetor e defensor das almas que deixam este mundo para levá-las a Deus para o julgamento. Com o tempo, provavelmente, o lugar ficou sendo referido apenas por *Almas* e, a partir de 1938, pela lei estadual nº557, esse topônimo torna-se oficial. A devoção a São Miguel permaneceu até a atualidade como padroeiro da cidade.

Quanto ao mecanismo conceptual, destaca-se a metonímia devido à relação de contiguidade entre a parte pelo todo, no caso, a devoção a uma entidade, a parte, estende-se ao lugar em que moram as pessoas que se dedicam a ela. A religiosidade é uma manifestação do espírito humano, por isso considera que o topônimo de índole religiosa está associado a essa manifestação, isto é, a suas crenças e ideologias. Portanto, nesses casos, a relação que aproxima o lugar e seu nome é o sentimento humano. Esse sentimento faz com que coisas distantes se aproximem, por meio de uma teia de simbolismos promovidos pela linguagem.

3.2. Topônimo Arraias

Quadro 2 – Classificação do topônimo *Arraias*

| | |
|---|---------------------------|
| Topônimo: Arraias | Município: Arraias |
| Localização: mesorregião oriental do Tocantins – microrregião de Dianópolis | |
| Estrutura morfológica: elemento específico simples (próclise de <i>a-</i> + subst. <i>raia</i> + desin. pl. -s) | |
| Etimologia: Em Antônio Houaiss (2001), do latim <i>rāia</i> ou <i>rāja</i> , <i>ae</i> ‘espécie de peixe do mar’. A prótese provavelmente seja devido à junção do artigo feminino permanecendo ‘arraia’ na linguagem não científica. Designação comum dos peixes elasmobrânquios, de corpo achatado, boca e fendas branquiais situadas na face ventral, nadadeiras peitorais muito desenvolvidas, em forma de asas. A cauda longa é provida de dois ou mais ferrões peçonhentos com farpas recurvadas. Podem ser encontradas em águas doces e salgadas. No Brasil, são reconhecidas 30 espécies desse tipo de peixe (FERREIRA, 2004). | |
| Outros topônimos: Chapada dos Negros, arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias | |
| Contexto Histórico: A cidade de Arraias tem esse nome por estar situada próxima a um ribeirão abundante em espécie desse peixe, a raia. O arraial foi formado a partir do descobrimento das minas de ouro, que ocorreu por volta de 1739. O Governador da Capitania de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, chega a esse arraial em 1740 e ordena a transferência da população que vivia na Chapada dos Negros para uma área um pouco afastada das minas, que é o local atual da cidade de Arraias. Em 16 de agosto de 1807, o arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias foi elevado à condição de Julgado, que, em 18 de março de 1809, foi citado no Alvará de D. João VI criando a Comarca do Norte. Em 1º de | |

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

| |
|---|
| abril de 1833, foi elevada à categoria de vila, instalada em 3 de fevereiro de 1834. Em 1º de agosto de 1914, Arraias foi elevada à categoria de cidade, instalada em 19 de setembro do mesmo ano (FERREIRA, 1958). |
| Motivação toponímica: Nome do peixe que havia em abundância no pequeno rio que corta a cidade, a raia, popularmente é chamado de arraia. |
| Mecanismo conceptual: metonímico |
| Taxonomia de natureza física: Zootopônimo – topônimo de índole animal |

O topônimo *Arraias* foi motivado pelo rio de mesmo nome que atravessa a cidade. Nesse rio, como em outros no estado, o peixe *raia*, mais conhecido como *arraia*, era abundante. Provavelmente, o rio Arraias teve muita importância para a formação do lugar, uma vez que os antigos aglomerados humanos foram constituídos sempre próximos aos cursos d'água para o abastecimento do líquido e como fonte de alimento. No caso do lugar em questão, além dessas razões, acrescenta-se a busca pelo ouro que era retirado dos rios e córregos, o chamado ouro de aluvião. Conforme já exposto, Arraias foi um núcleo minerador e sua formação decorreu dessa atividade. Apesar das atividades mineratórias que deram origem ao lugar, o denominador foi impressionado pelo aspecto físico para nomeá-lo demonstrando a cosmovisão do homem ligado a terra e à natureza.

No decorrer da sua existência e das mudanças socioeconômicas e históricas, passa de arraial para vila e depois para cidade, mas o nome foi relativamente mantido. No início do século XIX, o termo *Arraias* estava ligado a Nossa Senhora dos Remédios, cuja devoção ainda se mantém forte em que é reverenciada como padroeira local. Nilza Botelho Megale (1980, p. 325), citando Santo Tomás de Villanova, diz que “Maria é o único remédio para todos os nossos trabalhos, todas as nossas angústias e todas as nossas necessidades”. De acordo com a autora, o povo, conhecedor dessa verdade, deu vários títulos à Maria, tais como: medicina do Mundo, Saúde dos Enfermos, Senhora da Saúde e Nossa Senhora dos Remédios. Este último popularizou-se na Lusitânia, vindo depois para o Brasil.

O topônimo *Arraias* é formado por elemento específico simples, acrescido da prótese de *a-* e *-s* plural. Está inserido na categoria taxonômica de natureza física e classificado como zootopônimo por ser um topônimo resultante de espécie animal. Destaca-se como uma denominação espontânea motivada pelo meio ambiente sem imposição oficial, pelo menos inicialmente. Quanto ao mecanismo conceptual, a presença do processo metonímico é facilmente percebida, pois há uma relação de

contiguidade em que a espécie de peixe que havia em abundância no rio denominou-o e essa denominação estende-se para o nome do lugar.

3.3. Topônimo Conceição do Tocantins

Quadro 3 – Classificação do topônimo *Conceição do Tocantins*

| |
|---|
| Topônimo: Conceição do Tocantins Município: Conceição do Tocantins |
| Localização: mesorregião oriental do Tocantins – microrregião de Dianópolis |
| Estrutura morfológica: Elemento composto híbrido (subst. [português] <i>conceição</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. [tupi] <i>tocantins</i>). |
| Etimologia: <i>conceição</i> vem do verbo conceber, gerar, do latim <i>concipere</i> . Conceição ‘origem a’ (conceição da Virgem Maria). Por extensão a festa comemorativa dessa concepção (CUNHA, 2007). Além dessas acepções, Antônio Houaiss (2001) relaciona ao dogma da concepção sem pecado da Virgem Maria. E por metonímia, ordem militar portuguesa instituída por Dom João VI, em 1818, que tinha obrigação de zelar pelo dogma e pelo culto da Imaculada Conceição de Maria. Acresce-se ao vocábulo <i>Conceição</i> , o termo <i>Tocantins</i> que se refere ao grupo indígena que teria habitado junto à foz do rio Tocantins-PA. Em Teodoro Sampaio (1901), encontra-se o termo <i>tucantins</i> corr. <i>tucam-tim</i> , que quer dizer nariz de tucano, ponta de tucano, que deu seu apelido ao rio. |
| Outros topônimos: Arraial da Conceição, Conceição do Norte |
| Contexto Histórico: Tudo começou com o arraial da Conceição em 1741, fundada em local agradável e muito rico em ouro, possivelmente, o arraial mais rico em ouro da Província de Goiás, mas com escassez de água. Era cabeça do julgado do mesmo nome. Raimundo José da Cunha Matos (2004), observa que possuía 70 casas e sua população era quase toda formada por negros e pardos. A riqueza do povo era o ouro e a criação de gado vacum nos excelentes pastos do julgado. O arraial foi elevado a vila de Conceição do Norte em 1854. Em 1963, pela Lei Estadual nº 4.486, torna-se município de Conceição do Norte (IBGE, 2015). |
| Motivação toponímica: Nossa Senhora da Conceição |
| Mecanismo conceptual: metonímico |
| Taxonomia de natureza antropocultural: hierotopônimo – relativo a nomes sagrados |

O topônimo *Conceição do Tocantins* encontra-se incluso na taxonomia de natureza antropocultural e classifica-se em hierotopônimo por se tratar de nome sagrado. É uma das mais antigas devoções marianas, a de Nossa Senhora da Conceição, que, desde os primórdios da colonização brasileira, tem sido muito produtiva na toponímia, a forma específica *Conceição* (DICK, 1990). Esse termo aparece como topônimo simples ou, como na maioria das vezes, com um determinativo, no caso do topônimo em estudo, Tocantins.

O topônimo, na sua formação lexical, é considerado elemento composto específico híbrido, uma vez que as partes que o compõem são de origens linguísticas diferentes. Sendo *Conceição*, um nome português

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

de origem latina, significa *conceber* e está relacionado à concepção da Virgem Maria.

Já *Tocantins* é de origem tupi, refere-se ao nome de uma tribo indígena, que quer dizer ‘nariz de tucano’. Esse termo nomeia o rio, o estado e está adjacente em outros nomes de cidades, formando um especificador para distinguir a que estado da federação pertence tal lugar, já que alguns topônimos são repetidos em outros estados. Assim, fica claro que *Conceição* é do Tocantins.

A motivação toponímica refere-se à devoção do denominador por Nossa Senhora da Conceição. Isso fica evidente pelo histórico da cidade, quando os primeiros viajantes passam por ela e relatam sobre a construção da igreja dedicada à santa, a qual está preservada até os dias atuais. Mesmo com o passar dos tempos, Nossa Senhora da Conceição continua reverenciada pela população local, sendo a padroeira da cidade.

Conforme Nilza Botelho Megale (1980, p. 112), “muitos séculos antes de a Igreja Católica proclamar o dogma da Imaculada Conceição de Maria, o povo já reconhecia a pureza da Mãe de Deus, concebida sem a mancha do pecado original e celebrava sua festa a 8 de dezembro”. Em 1640, segundo a autora, D. João IV oficializou o culto a Nossa Senhora da Conceição, em Portugal. Após seis anos, dedicou a ela todo o reino português. No Brasil, a sua imagem veio em uma das naus de Pedro Álvares Cabral, tornando-se depois a padroeira da colônia e do Império brasileiro. Percebe-se que a devoção a Nossa Senhora da Conceição está arraigada em nosso país desde os primórdios da colonização, permanecendo até os dias atuais tanto na toponímia quanto na antroponímia, uma vez que o termo *Conceição* é encontrado em todas as regiões do país nomeando lugares e pessoas, além de capelas, igreja e santuários dedicados a esse orago.

Em se tratando do mecanismo conceptual, pode ser considerado um topônimo metonímico por apresentar a relação entre o espaço e a experiência humana (o sentimento religioso) em que o nome do santo padroeiro é utilizado para denominar o lugar. Assim, há uma relação de contiguidade em que parte (santo) nomeia o todo (o lugar). Com isso, percebem-se também as características de signo indexical, visto que o nome do santo está associado ao lugar ou vice-versa, indicando que um faz parte do outro, está em adjacência ao outro.

Quanto à mudança de nome, percebe-se que o termo *Conceição* se manteve ao longo dos séculos de formação do lugar. O que mudou foi o

termo específico que indica a localização. Antes da divisão do estado de Goiás, era Norte, indicando a região desse estado em que ficava localizada. Após a criação do estado do Tocantins, o termo *Tocantins* substituiu o *Norte*. Assim, a sistematização do nome encontra-se desde o início, indicando que a devoção dos primeiros moradores a Nossa Senhora, como força motivadora para tal escolha, resistiu ao tempo. Além disso, representa uma herança de um patrimônio sociocultural português, preservado na toponímia e na antroponímia brasileiras.

3.4. Topônimo Dianópolis

Quadro 4 – Classificação do topônimo *Dianópolis*

| | |
|---|------------------------------|
| Topônimo: Dianópolis | Município: Dianópolis |
| Localização: mesorregião oriental do Tocantins – microrregião de Dianópolis | |
| Estrutura morfológica: Elemento simples formado pela base que é um nome pessoal ‘Diana’ + o sufixo <i>-polis</i> . (subst. <i>diana</i> + suf. <i>-polis</i>) | |
| Etimologia: <i>Diana</i> provém do latim <i>diana</i> , ae ‘deusa da noite, da lua, da caça’ (HOUAISS, 2001) e <i>-polis</i> do grego <i>pólis</i> , <i>eos</i> ‘cidade’. <i>Diana</i> também significa a brilhante, a divina. Personagem mitológica (GUÉRIOS, 1981). | |
| Outros topônimos: arraial do Duro, vila de São José do Duro | |
| Contexto Histórico: Segundo José Liberato Costa Póvoa (1999), esta cidade foi fundada por volta de 1751 devido ao aldeamento dos indígenas que habitavam na região, Xacriabá e Acroá. Inicialmente, era um povoado pequeno e pouco habitado situado no topo da Serra do Duro na Província de Goiás, distrito de Natividade, como afirma José Saturnino da Costa Pereira (1834), com o nome de arraial do Duro. Em 1854 o arraial já era distrito de paz, elevado à categoria de vila, pela resolução nº 723 de 26.08.1884. Por decreto-lei a vila de São José do Duro foi elevada a categoria de cidade em 1938, com o nome de Dianópolis, em homenagem a quatro pessoas do lugar, mulheres consideradas de grande prestígio por nome de Custodiana e conhecidas como ‘Diana’. | |
| Motivação toponímica: as Dianas (Custodianas) | |
| Mecanismo conceitual: metonímico | |
| Taxonomia de natureza antroccultural: Antropotopônimo – relativo a nome de pessoa | |

A motivação toponímica para Dianópolis foi em homenagem a quatro mulheres de nome Custodiana, conhecidas como Diana, que eram de famílias “tradicionais” da cidade, a saber: Custodiana Costa Ayres, Custodiana Leal Rodrigues, Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo e Custodiana Wolney Póvoa. Ao nome *Diana* foi acrescido o sufixo *-polis*, de origem grega, muito produtivo na toponímia brasileira, que significa “cidade”, ou seja, cidade das Dianas.

Anteriormente, o topônimo atribuído a essa localidade era *Duro*. Inicialmente, o arraial do Duro, em seguida, ao se tornar vila é batizada com o hagiopotônimo *São José do Duro*, permanecendo até 1938 quando

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

é elevada a cidade com o topônimo *Dianópolis*. O termo *Duro*, para alguns autores, advém da serra que se encontra próxima à localidade, Serra do Duro. Essa serra é a Geral ou Espigão Mestre que faz divisa com o estado da Bahia. Para outros, esse termo é a mudança de São José do Ouro para *D'ouro* e depois *Duro*, caso que contraria as regras do português brasileiro, em que há uma tendência à monotongação de [ou] < [o] e não [u]. Quanto ao termo *São José*, está presente na nomeação desse lugar desde os tempos em que era território de aldeamento dos indígenas Acroá e Xacriabá. Com a mudança toponímia, o aspecto religioso desaparece do topônimo, mas o sentimento de devoção a São José permaneceu, consagrando-o como padroeiro do lugar.

A mudança toponímica de *São José do Duro* para *Dianópolis* representa o que Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) resalta sobre as denominações sistemáticas, por imposição de uma autoridade ou daqueles que têm o poder do mando, distanciando-se das realidades ambientais ou do gosto popular. Em um primeiro momento, percebe-se a força da religião como fator motivador do nome e em seguida, a força política das oligarquias locais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a toponímia tem a função, além de outras tantas, de afirmação do poder político, ideológico e sociocultural. Ou seja, “batizar um lugar não significa apenas posse (capitação mental/física), referência, orientação, mas também ideologia e visão de mundo” (SEEMANN, 2005, p. 221).

O topônimo *Dianópolis* encontra-se incluso na taxonomia de natureza antropocultural e classifica-se em antropotopônimo, por se tratar de nomes de pessoas atribuídos a lugar. É constituído por elemento específico simples, com terminação em *-polis*. Quanto ao mecanismo conceitual, apresenta o processo metonímico por constar, na atribuição do nome de pessoa ao lugar, uma relação de contiguidade existencial no espaço, pois as pessoas cujo nome foi transformado em topônimo nasceram e cresceram nesse lugar, fizeram parte da sua história. Como signo linguístico, tem alto grau de indexicalidade, já que *Dianópolis* indica o lugar das Dianias ou o lugar em que viveram.

3.5. Topônimo Natividade

Quadro 5 – Classificação do topônimo *Natividade*

| | |
|---|------------------------------|
| Topônimo: Natividade | Município: Natividade |
| Localização: mesorregião oriental do Tocantins – microrregião de Dianópolis | |
| Estrutura morfológica: Elemento específico simples (subst. <i>natividade</i>) | |

| |
|--|
| Etimologia: refere-se ao dia do nascimento, especialmente o nascimento de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos. Festa do Natal. Rosário Farâni Mansur Guérios (1981) alega que esse nome se refere particularmente ao nascimento da Virgem Maria. A origem da palavra <i>natividade</i> vem do latim <i>nativitas</i> , <i>atis</i> , que dizer nascimento, natividade (HOUAISS, 2001). |
| Outros topônimos: Arraial de São Luís, arraial de Nossa Senhora da Natividade |
| Contexto Histórico: Arraial de Nossa Senhora da Natividade está situado sobre uma colina que é uma ramificação da serra da Natividade (ou Olhos d'Água). Esse arraial foi fundado no ano de 1734 e edificado por Manuel Ferreira de Araújo (controverso). Teve como primeiro topônimo “São Luís” em homenagem ao então governador geral Dom Luís de Mascarenhas. No ano de 1832, o Arraial passou à condição de Vila de Natividade e recebeu duas escolas, uma para o ensino primário e outra para o ensino do latim, dirigidas pelo padre Emílio Marques. Em 26 de agosto de 1933, com seus limites territoriais estabelecidos, tornou-se o Município de Natividade (FERREIRA, 1958). O topônimo é em homenagem à natividade de Nossa Senhora. |
| Motivação toponímica: Nossa Senhora da Natividade |
| Mecanismo conceptual: metonímico |
| Taxonomia de natureza antropocultural: hierotoponímia – relativo a nomes sagrados |

O topônimo *Natividade* é formado por elemento simples da língua portuguesa de origem latina e significa *nascimento*. Insere-se na taxonomia de natureza antropocultural, classificado como um hierotopônimo por se tratar de um nome relacionado ao sagrado. Esse termo refere-se à natividade da Virgem Maria, que se tornou devoção pelos cristãos católicos e deixou marcas também na toponímia brasileira.

A motivação toponímica provém da afeição dos primeiros habitantes a Nossa Senhora da Natividade, a qual subsiste por quase três séculos de história. Conforme Nilza Botelho Megale (1980), apesar de não se ter conhecimento da data, a igreja instituiu o dia 8 de setembro para se celebrar a festa da Natividade de Nossa Senhora. Comemora-se o nascimento da Virgem Maria porque ela já teria nascido santa e imaculada, ao contrário dos outros santos que se comemora o dia da morte. No Brasil, foram poucas as igrejas dedicadas à Natividade de Maria e raras são as pinturas que retratam esse fato, segundo a autora. No entanto, na cidade de Natividade, encontra-se uma imagem desse orago que chegou ao local na metade do século XVIII e permanece até a atualidade na sua igreja matriz.

Assim, a religiosidade foi elemento motivador para a escolha desse topônimo. A devoção a Nossa Senhora da Natividade mantém-se viva não só no lugar, mas tomou dimensões ainda maiores, com a criação do estado do Tocantins, torna-se a padroeira do estado. Entretanto, na escolha do primeiro topônimo *São Luís*, o motivo religioso é apenas aparente. Nesse caso, sobressai a motivação política vista como uma imposição

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

daqueles que detêm o poder de mandar, já que o topônimo foi escolhido para homenagear o governador Dom Luís de Mascarenhas.

É importante lembrar aqui que o topônimo não é um signo comum da língua. Ele é fruto de uma escolha intencional, condicionado à cultura e ao contexto histórico, político, religioso de um grupo. Por isso, a toponímia preserva a memória coletiva para as gerações posteriores. Conforme Álvaro José de Souza (2001), ela é um poderoso instrumento de documentação que atua de forma eficaz e honesta na reconstituição da história de um território.

Pela motivação que deu origem ao topônimo *Natividade*, é possível perceber as características do processo metonímico para sua escolha. Esse mecanismo conceptual age quando há uma relação de contiguidade existencial entre forma e significado. Nos topônimos de cunho religioso, essa relação existencial está na devoção do denominador por um santo ou uma santa (parte) que o motiva a escolher o nome do seu santo para nomear o lugar em que habita (todo). É um costume religioso que data dos primeiros colonizadores do Brasil. Eles nomeavam o local de posse ou conquista com o nome de um santo ou uma santa da sua devoção ou do calendário do dia, com intenção de ter a proteção da entidade.

Quanto à relação de contiguidade, também demonstra que o topônimo, tomado como signo linguístico, possui características de signo indexical, pois o nome do santo padroeiro está associado ao lugar ou vice-versa, indicando que um faz parte do outro, está em adjacência ao outro.

4. *Considerações finais*

Conforme a análise, os topônimos foram distribuídos em categorias de natureza antropocultural e física. Quanto à categoria de natureza antropocultural, destacam-se os hierotopônimos, cuja motivação liga a devoção do denominador a uma entidade sagrada. Esses topônimos são *Natividade*, *Conceição do Tocantins* e *Almas*. Nos dois primeiros, o sagrado é visto na devoção à Virgem Maria, no último, a São Miguel, o protetor das almas. Essa prática revela a ideologia religiosa, política e cultural dos colonizadores como a força motivadora para tais escolhas, herança de um patrimônio sociocultural português que ficou preservado nos topônimos.

Há também um antropotopônimo, nome de pessoa dado ao lugar. No entanto, não é qualquer pessoa que tem seu nome transformado em

topônimo. Isso é exclusivo para aqueles que têm o poder de mando, representantes do poder local; personalidades artísticas, figuras consideradas de prestígio ou aqueles que contribuíram de alguma forma com o desenvolvimento socioeconômico local. Encontra-se nessa taxa, o topônimo *Dianópolis*, formado a partir do nome de quatro mulheres “as Dianas” mais o sufixo *-polis*. Essa formação indica uma relação de posse (cidade de ...) entre o local e as pessoas ou famílias, evidenciando a influência delas sobre as demais. Ter um lugar nomeado com esse tipo de composição, antropônimo + sufixo *-polis*, não é um ato simples de nomeação, mas acima de tudo, uma demonstração de poder e da força política das oligarquias locais, muito comum no Brasil. Afinal, a toponímia é uma das esferas sociais em que se encontra com mais precisão as marcas de dominação do poder político, ideológico e sociocultural, visto que quem tem o poder para mandar também tem o poder para nomear.

Quanto ao topônimo Arraias, é a fauna abundante que desperta o denominador, por conseguinte, é classificado como um zootopônimo. No estudo desse topônimo, observa-se que, primeiramente, nomeou-se o curso d’água por este possuir em abundância a espécie do peixe ‘raia’, que na fala popular, transformou-se em ‘arraia’. Assim, rio das Arraias, nomeia o arraial e depois a cidade de Arraias.

Portanto, as motivações que estão por trás dos topônimos das primeiras cidades tocantinenses são variáveis dependendo da mentalidade da época, das ideologias políticas, religiosas e culturais de cada momento. Dessa forma, os aspectos cognitivos, físicos, sociais, culturais e históricos se interseccionam no ato denominativo, os quais impulsionaram o denominador a fazer determinadas escolhas na denominação de um lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. II. Campo Grande: ed. UFMS, 2004.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

_____. *Toponímia e antroponímia: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFL/USP, 1992.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros XXXVI volume*. 1958. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecta_o_digital.php. Acesso em: 10 dez. 2015.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades do Tocantins*. 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=17>. Acesso em: 30-06-2015.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Inst. Cultural Amilcar Martins, 2004.

MEGALE, Nilza Botelho. *Cento e sete invocações da Virgem Maria no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Diccionario Topographico do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de P. Gueffier, 1834.

PÓVOA, José Liberato Costa. *História didática do Tocantins*. Goiânia: Kelps, 1999.

REISER, Márcio Antônio. *A história dos Santos*. 2008. Disponível em: <http://www.marcioreiser.blogspot.com.br/2008/09/so-miguel-arcanjo.html>. Acesso em: 20-12-2015.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geographia nacional*. São Paulo: Casa Eclectica, 1901. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi. Acesso em: 08-10-2015.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SEEMANN, Jörn. Toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Revista Vivência*, n. 9, 2005, p. 207-224. Disponível em:

https://www.academia.edu/647642/a_topon%C3%8Dmia_como_constru%C3%87%C3%83o_hist%C3%93rico-cultu-

[ral_o_exemplo_dos_munic%C3%ADpios_do_estado_do_ Cear%C3%A1](https://www.academia.edu/647642/a_topon%C3%8Dmia_como_constru%C3%87%C3%83o_hist%C3%93rico-cultu-).

Acesso em: 11-12-2014.

SOLÍS FONSECA, Gustavo. *La gente passa, los nombres quedan*. Introducción em la toponímia. Lima: G. Herrera, 1997.

SOUZA, Álvaro José de. *Geografia linguística: dominação e liberdade*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
TOPONÍMIA DE ORIGEM ÁRABE
EM RUAS DE BELO HORIZONTE

Jéssica Nayra Sayão de Paula (UFMG)
jejenayra@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar pesquisa linguística, com enfoque no léxico toponímico urbano de Belo Horizonte, analisando, dentre o total de logradouros públicos que há na cidade, 68 topônimos de origem árabe. É um estudo que se integra ao Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais⁵⁷ – coordenado e desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. A proposta desta pesquisa é demonstrar que o estudo dos nomes de lugares possibilita resgatar parte da história e da cultura local de uma comunidade, uma vez que a toponímia, além de perpetuar características do ambiente físico (vegetação, hidrografia, geomorfologia, fauna etc.), evidencia marcas da história social (formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento de uma região administrativa). Como referencial teórico-metodológico, adotamos os modelos toponímicos de Albert Dauzat (1926) e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990a, 1990b). Em um primeiro momento, consultamos todos os nomes de logradouros da cidade de Belo Horizonte, selecionando, dentre esses, os topônimos de origem árabe. Em seguida, realizamos pesquisa em centros de documentação histórica e junto a familiares das pessoas homenageadas. Consultamos mapas e plantas de ruas, avenidas, praças e fotografamos as placas de identificação presentes nesses logradouros. Realizamos entrevistas orais com o objetivo de pesquisar casos de variação e mudança linguísticas e, também, para saber da representatividade desses nomes para as pessoas que residem nessas ruas. Construímos, para cada um dos 68 topônimos de origem árabe e fichas toponímicas. Os resultados obtidos por meio do nosso trabalho mostraram a predominância dos antropotopônimos (topônimos motivados por nomes de pessoas) que, em diferentes períodos se destacaram na capital mineira, principalmente, na área do comércio.

Palavras-chave: Toponímia. Memória. Belo Horizonte. Minas Gerais. Árabes.

1. Considerações iniciais

A presente pesquisa tem como objetivo o estudo toponímico em ruas da cidade de Belo Horizonte (MG), motivados por nomes de origem árabe. É um trabalho que se integra ao Projeto ATEMIG – *Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais* – coordenado e desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, desde março de 2005, por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; projeto esse que se

⁵⁷ Este trabalho foi realizado sob orientação de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG).

caracteriza como o estudo dos nomes de lugar que abrange todo o território mineiro.

A questão da imigração é ainda muito pouco estudada. Em se tratando da nomeação de ruas em Belo Horizonte, motivada por nomes árabes, não temos conhecimento de nenhum outro trabalho. Assim sendo, nesta pesquisa, pretendemos contribuir não só para os estudos toponímicos, mas, também, para o resgate da memória e cultura da capital mineira.

Acreditamos que muitos imigrantes, além do trabalho que desenvolveram nessa capital, deixaram marcas culturais que precisam ser resgatadas, dentre elas, a motivação toponímica.

Em "Fundamentos teóricos", trataremos da conceituação do léxico e suas implicações. Em seguida, definiremos a onomástica e suas duas vertentes – a antropônimo e a toponímia.

Em "Procedimentos metodológicos", apresentaremos o objetivo geral, os objetivos específicos, destacamos os métodos utilizados para realização da pesquisa e a confecção das fichas toponímicas.

Em "Apresentação, descrição e análise do *corpus*", quantificaremos e apresentaremos, por meio de tabelas, os resultados encontrados tendo em vista as taxionomias e as origens linguísticas dos topônimos catalogados.

Em "Considerações finais", retomaremos os principais aspectos discutidos nos capítulos anteriores e os resultados obtidos a partir das análises desenvolvidas.

2. Fundamentos teóricos

2.1. Léxico

Consiste o léxico em um conjunto de vocábulos de uma determinada língua natural, o qual se constitui como um sistema linguístico aberto, dinâmico e sem limites precisos e definidos, devido a sua abrangência. Essa abrangência se relaciona à vivência de uma comunidade, portanto, ao acervo cultural de cada sociedade.

É oportuno lembrar que as mudanças culturais e sociais permanecem no vocabulário de uma língua, uma vez que é, no nível do léxico, o sistema linguístico responsável por registrar os acontecimentos e a cate-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

gorização de experiências, que se perpetuam as palavras e, consequentemente, a cultura.

Segundo Maria Tereza Camargo Biderman (1998, p.12):

(...) o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras.

Com base nessa reflexão, é possível afirmar que o processo de nomeação de seres humanos e objetos não se dá de maneira fortuita. Levando-se em consideração que o léxico reflete o ambiente (SAPIR, 1969, p. 43-62) social de seus falantes, podemos observar e identificar características lexicais distintas em comunidades linguísticas diversas.

Considerada como um complexo de símbolos que reflete o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo "ambiente" tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como as características físicas de uma região, já por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Embora constatado que o léxico é o sistema da língua que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes, a rigor, contudo, admitimos que o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais, ou seja, elementos culturais.

2.2. Onomástica: antroponímia e toponímia

Caracteriza-se a onomástica como a ciência da linguagem que tem como objeto de estudo os nomes próprios. Divide-se em: *antroponímia* e *toponímia*. A antroponímia tem como objeto de estudo os nomes próprios individuais, parentais, sobrenomes, alcunhas ou apelidos e a toponímia investiga os estudos dos nomes próprios de lugares – ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam traços denominativos antigos.

Identificando nomes e mostrando como o processo de nomeação reflete importantes aspectos dos valores sociais, culturais e políticos de uma determinada sociedade, a onomástica se apoia em conhecimentos

extralinguísticos de um povo, recuperando e reconhecendo a memória cultural de comunidades específicas, constituindo uma fonte rica de informações linguísticas, culturais, religiosas e ideológicas.

Sobre a toponímia, afirma Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990b, p.17):

Desde os tempos mais remotos, o homem sempre deu nome aos lugares. E o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações no campo da linguística, geografia, antropologia, psicossociologia, enfim, da cultura em geral.

Cabe à toponímia, investigar o caráter motivador do nome de lugar. Com isso, podemos dizer que o signo toponímico apresenta um caráter identitário, uma vez que retira o objeto nomeado do anonimato a partir do momento em que estabelece relações simbólicas e icônicas com o meio social.

Ao designar o nome próprio de lugar, o topônimo une-se ao acidente geográfico que o identifica, constituindo uma relação binômica. Dessa união, podemos extrair dois dados basicamente convencionados: a) *o termo ou elemento genérico*, que corresponde ao acidente geográfico que receberá a denominação; b) *o elemento ou termo específico* – topônimo propriamente dito, que “particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes” (DICK, 1990b, p. 10), constituindo assim, o sintagma ou signo toponímico.

Para exemplificar, tomemos o sintagma toponímico *Rua Marrocos*. Podemos dizer que esse sintagma une o acidente geográfico rua e o topônimo, propriamente dito, Marrocos, conforme mostramos no quadro, apresentado a seguir:

| | | |
|------------------------------|---|--------------------------------|
| Sintagma Toponímico | | |
| <i>Rua Marrocos</i> | | |
| Rua | ↔ | <i>Marrocos</i> |
| ↓ | | ↓ |
| Elemento genérico (acidente) | | Elemento específico (topônimo) |

Quadro 1: Sintagma Toponímico

Para Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), a pesquisa toponímica apresenta uma projeção aproximativa do real, pois os nomes próprios deixam de ser repositórios linguísticos para possuírem uma importância na organização espacial.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Em se tratando dos nomes de ruas, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1997, p. 31) ressalta que

A rua é o caminho melhorado, do ponto de vista de sua morfologia, e, semanticamente, a rua é um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. A rua tudo testemunha, numa atitude cúmplice de aceitação.

À *toponímia urbana* cabem os estudos dos nomes próprios de lugares que se dedicam às ruas, praças, enfim, aos logradouros públicos presentes nas cidades. São estudos importantes para a *ciência onomástica*, uma vez que o signo toponímico vai além da simples nomeação, revela aspectos culturais, sendo capaz de estabelecer conexões entre épocas distintas por meio da reconstrução histórica de grupos humanos que foram significativos para a composição de um espaço.

3. *Procedimentos metodológicos*

3.1. **Objetivo geral**

Realizar pesquisa linguística, com enfoque no léxico toponímico urbano de Belo Horizonte, analisando, dentre o total de logradouros públicos que há na cidade, os nomeados por topônimos de origem árabe.

3.2. **Objetivos específicos**

- 1) Realizar um levantamento geral de todos os logradouros de Belo Horizonte, identificando, dentre eles, os que foram denominados por topônimos de origem árabe;
- 2) Descrever todos esses topônimos em fichas toponímicas a fim de compor o Banco de Dados de Toponímia Urbana do Projeto ATEMIG.
- 3) Contabilizar as taxionomias predominantes;
- 4) Recuperar a origem e a história desses topônimos, por meio de pesquisas em bibliotecas, arquivos e museus da cidade e história oral relatada pelos seus descendentes vivos ou por pessoas que direta ou indiretamente estavam relacionadas a tais imigrantes;
- 5) Verificar qual o papel desempenhado pelos imigrantes árabes na sociedade belo-horizontina;

- 6) Averiguar se os moradores, em especial, os árabes residentes em Belo Horizonte conhecem a história das pessoas que nomeiam as ruas;
- 7) Atestar a ocorrência de variação e de mudança, nos topônimos que foram motivados por nomes árabes;
- 8) Relacionar, se possível, os topônimos à história social.

3.3. A coleta do corpus

Com o objetivo de selecionar os topônimos de origem árabe que nomeiam ruas de Belo Horizonte, inicialmente, tivemos contato com os mapas fornecidos pela Prodabel, cujo acesso se dá pela *internet*. Não se mostrando satisfatório, passamos a mapear cada rua, tendo em vista as nove regionais em que se divide a cidade, a saber: Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

Depois de um trabalho de análise para observarmos a origem dos topônimos, detectamos 68 topônimos de origem árabe. Submetemos esses 68 nomes de ruas ao modelo taxionômico de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990b, p. 31-33)⁵⁸, com o objetivo de esclarecer a motivação toponímica dos logradouros.

Em um outro momento, procuramos conhecer a legislação municipal que trata da nomeação de ruas, avenidas, parques e praças da cidade de Belo Horizonte. Os documentos consultados são pertencentes à Câmara Municipal de Belo Horizonte, a qual detém grande parte dos decretos, leis que efetivaram a nomeação dos logradouros analisados. Realizamos, ainda, entrevistas com familiares ou pessoas ligadas por algum vínculo com o nome das personalidades homenageadas como topônimos.

Após o levantamento do corpus, e, também, de uma exaustiva pesquisa, buscamos sistematizar os dados selecionados, em fichas toponímicas para posterior análise qualitativa e quantitativa, de acordo com o modelo apresentado a seguir, adaptado de Zuleide Ferreira Filgueiras (2011), cujo trabalho versa sobre *A Presença Italiana em Nomes de Ruas de Belo Horizonte*.

⁵⁸ O modelo de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick apresenta 27 taxes que correspondem aos padrões de motivação da denominação dos acidentes, de ordem física e antropológica.

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

| INFORMAÇÕES SOBRE O LOGRADOURO | | |
|---|-------------------------------------|-------------------|
| Nome oficial no mapa do município: Nome anterior: Localização: Bairro: Pampulha | Legislação: Código: Regional: | Foto |
| IMAGEM DA PLANTA | FOTOS DAS PLACAS | |
| DADOS | | |
| PLANTA | PLACAS | ORAL |
| | 1ª) 2ª) | 1ª) 2ª) 3ª) |
| DADOS BIOGRÁFICOS: | | |
| FONTES: | | |

Quadro 2: Modelo de Ficha Toponímica

3.4. Fichas toponímicas




A organização em fichas lexicográficas toponímicas é importante porque, de acordo com Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (2004, p. 47), “a ficha lexicográfica pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, objetivando explicá-lo e classificá-lo”.

Conforme assinalado em 3.1, para sistematização e análise de nosso *corpus* utilizamos fichas toponímicas, baseadas no modelo de Zuleide Ferreira Filgueiras (2011).

Essa ficha se compõe dos seguintes campos:

- i) Informações sobre o logradouro: engloba todos os detalhes descritivos e, quando possível uma foto da personalidade e do local.
- ii) Imagem da planta: refere-se à localização da rua em mapa.
- iii) Dados: referem-se ao nome da rua na planta, nas placas e nas entrevistas.
- iv) Dados biográficos: refere-se à vida social da personalidade homenageada.
- v) Fontes: são as referências onde buscamos os dados.

Apresentamos, na página seguinte, modelo de uma ficha toponímica preenchida:

| INFORMAÇÕES SOBRE O LOGRADOURO | | |
|--|---|---|
| Nome oficial no mapa do município: Rua David Nasser Nome anterior: Rua 3 Localização: Bairro Planalto – Belo Horizonte | Legislação: 3325 Código: Regional: Norte |  |
| IMAGEM DA PLANTA | | FOTOS DAS PLACAS |
|  | |  |
| DADOS | | |
| PLANTA | PLACAS | ORAL |
| Rua David Nasser | 1ª) David Nasser 2ª) David Nasser | 1ª) Davi Nasser 2ª) Davi Nasse 3ª) Davi Nasser |
| DADOS BIOGRÁFICOS: David Nasser (Jaú, 1 de janeiro de 1917 — Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1980) foi um compositor e jornalista brasileiro. Era filho de imigrantes libaneses. Logo criança mudou-se para Caxambu em Minas Gerais, onde fazia carretos com charrete, onde conheceu sem saber Francisco Alves. Um dia mudou-se para o Rio de Janeiro, onde começou como mascate e depois vendedor de loja. Na Cidade Maravilhosa, encontrou muitas dificuldades e sofreu bastante e acabou se reencontrando com Francisco Alves, daí em diante sua carreira foi decolando, pois Francisco Alves, se interessou pelos seus versos e acabou os musicando. | | |

Quadro 3: Modelo de Ficha Toponímica preenchida.

Fonte: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,david-nasser-o-reporter-que-inventava-a-noticia,20011104p4531>>.

4. Sobre as taxinomias registradas

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990a, p. 31-34) propõe que os topônimos sejam classificados em duas categorias:

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

- a) Topônimos de natureza física, ou seja, são aqueles nomes de lugares que foram motivados por características físicas de uma região;
- b) Topônimos de natureza antropocultural, isto é, são aqueles nomes de lugares que foram motivados por fatores socioculturais.

Os dados referentes ao nosso *corpus* se classificam como de natureza antropocultural. Nomeiam-se como antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, sociotopônimos.

Destacam-se, em ordem decrescente de ocorrência:

- 1) Antropotopônimos: topônimos relativos os nomes próprios individuais. Contabilizamos 42 nomes (62% do total de dados). Desses 42 nomes, 31 (74%) são nomes de homens e 11 (26%) são nomes de mulheres. Do total, só um não aparece com nome completo (Mohamed). Todos os demais contam com prenome, acompanhado do apelido de família (sobrenome).
- 2) Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Representam 25% dos dados, ou 17 nomes, a saber: Bagdá, Damasco, Egito, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Meca, Monte Líbano, Palestina, República da Síria, República do Iraque, República do Líbano, Sinai, Síria, Suez, Tunísia.
- 3) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Apresentamos 7 topônimos, o que corresponde a 10% do número total de dados: Comendador José Farah, Cônsul Antonio Cadar, Deputado Salim Nacur, Engenheiro Bady Salum, Jornalista Abraão Sadi, Jornalista Eduardo Couri, Professor Lício Assad
- 4) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Nessa taxa, contabilizamos 3% dos dados, correspondendo a 2 topônimos: Jardim de Alá, Monte Sinai.

Essas quantificações podem ser visualizadas nos seguintes gráficos:

4.1. Sobre os logradouros e as profissões ocupações dos homenageados

Os 68 topônimos analisados nomeiam ruas, parques, avenidas e praças da cidade de Belo Horizonte.

Contabilizamos:

- a) 54 ruas;
- b) 8 praças;
- c) 4 avenidas
- d) 2 parques

Buscamos, em nosso banco de dados, as profissões que os árabes da sociedade belo-horizontina, que hoje figuram como nomes de ruas, tiveram (somamos aos 42 antropotopônimos os 07 axiotopônimos). Tal atitude se justifica pelo fato de os axios carregarem, junto ao seu nome, um título.

| | Antropotopônimos | Profissão/Ocupação |
|----|-------------------------|---------------------------|
| 1 | Abdala Fábio Couri | Engenheiro |
| 2 | Abrahão Caram | Tabelião |
| 3 | Adib Nacif Elias | Comerciante |
| 4 | Alessandra Salum Cadar | Não tinha profissão |
| 5 | Alzira Farah | Proprietária de fazendas |
| 6 | Angelina Moysés Safar | Empresária |
| 7 | Adib Nacif Elias | Comerciante |
| 8 | Camil Caram | Vereador |
| 9 | Carmo Couri | Não constam dados |
| 10 | Chafic Kassis | Cônsul |
| 11 | Chehade Nasser | Comerciante |
| 12 | David Nasser | Jornalista |
| 13 | Elias Kalil | Empresário |
| 14 | Elias Michel Farah | Não constam dados |
| 15 | Elias Mussi Abuid | Comerciante |
| 16 | Eugênia Nassif Nasser | Comerciante |
| 17 | Fábio Couri | Comerciante |
| 18 | Felipe João Bajur | Não constam dados |
| 19 | Fued Mansur Kfourri | Não constam dados |
| 20 | Haydee Abras Homssi | Comerciante |
| 21 | Helena Abdalla | Professora |
| 22 | Jamil Farah | Não constam dados |
| 23 | Jorge Kalil Abras | Comerciante |
| 24 | José Maria Alkimim | Ministro da Fazenda |
| 25 | José Sebastião Daher | Escrivão |

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

| | | |
|----|-----------------------|-------------------|
| 26 | Magi Salomon | Não constam dados |
| 27 | Maria Abdalla Ibrahim | Não constam dados |
| 28 | Michel Garib | Comerciante |
| 29 | Michel Jeha | Comerciante |
| 30 | Miguel Assad | Comerciante |
| 31 | Mikhail Nime Safar | Engenheiro |
| 32 | Mohamed | Não constam dados |
| 33 | Moysés Kalil | Comerciante |
| 34 | Mussi Elias Abuid | Comerciante |
| 35 | Nagib Jeha | Comerciante |
| 36 | Nascip Laktin | Comerciante |
| 37 | Roberto Kalil | Não constam dados |
| 38 | Rosinha Cadar | Comerciante |
| 39 | Saide Haddad Antônio | Comerciante |
| 40 | Salma Abdalla | Não constam dados |
| 41 | Salomão Sadi | Não constam dados |
| 42 | Stela Pena Mansur | Não constam dados |

Quadro 5: Quadro social dos Antropotopônimos

| | Axiotopônimos | Profissão |
|---|--------------------------|------------------|
| 1 | Comendador José Farah | Comerciante |
| 2 | Cônsul Antônio Cadar | Cônsul |
| 3 | Deputado Salim Nacur | Deputado |
| 4 | Engenheiro Bady Salum | Engenheiro |
| 5 | Jornalista Abrahão Sadi | Jornalista |
| 6 | Jornalista Eduardo Couri | Jornalista |
| 7 | Professor Lício Assad | Professor |

Quadro 6: Quadro social dos Axiotopônimos

4.2. Sobre variação e mudança

Sobre esse item, observamos os 68 topônimos e verificamos:

- a) Há variação fonética, como era de se esperar, uma vez que se tratam de nomes estrangeiros; como é possível exemplificar no nome da rua *Nagib Jeha* (nome oficial do logradouro), cujas variantes encontradas foram: *Naguibi Jeha* e *Nagibi Jea*.
- b) Há variação gráfica nas placas, a maioria decorrente, também, de desconhecimento da grafia; como na rua *Comendador José Farah* (nome oficial do logradouro) tem como variante encontrada rua *Comendador José Fará*.

- c) Nas entrevistas orais, algumas pessoas conheciam as ruas pelos nomes anteriores, diziam usar ora um, ora outro, como ocorreu na rua David Nasser (nome oficial do logradouro), também conhecida pelo nome *Rua 3* ou *antiga Rua 3*.

Esses 49 topônimos, referentes aos dois quadros acima, contabilizam-se, em dados numéricos e percentuais, como apresentamos a seguir. Podemos verificar que a profissão de comerciante é a que predomina entre os árabes que figuram como nomes de ruas em Belo Horizonte.

4.3. Sobre o conhecimento dos moradores

Em se tratando dos axiotopônimos e dos antropotopônimos, realizamos 176 entrevistas orais, com o objetivo de saber se os moradores das ruas nomeadas pelas personalidades homenageadas sabiam ou não se tratar de pessoas de origem árabe.

| Tabela de dados numéricos e percentuais | | |
|--|-------|-------------|
| Quem foi essa pessoa? | Total | Porcentagem |
| Alguém que morou no bairro | 1 | 1% |
| Cônsul | 4 | 2% |
| Descendente de árabe | 1 | 1% |
| Descendente de turco | 1 | 1% |
| Estrangeiro | 28 | 16% |
| Filho (a) de imigrante | 4 | 2% |
| Filho (a) de estrangeiro | 2 | 1% |
| Filho de árabe | 1 | 1% |
| Filho de turco | 1 | 1% |
| Imigrante | 33 | 19% |
| Imigrante Judeu | 1 | 1% |
| Jornalista | 3 | 2% |
| Morador da rua | 1 | 1% |
| Muçulmano | 1 | 1% |
| Não sabe | 61 | 35% |
| Pessoa conhecida na cidade | 1 | 1% |
| Pessoa homenageada | 3 | 2% |
| Pessoa de prestígio | 1 | 1% |
| Pessoa importante | 11 | 6% |
| Pessoa que ajudou a cidade | 1 | 1% |
| Pessoa querida | 1 | 1% |
| Pessoa que trouxe contribuições à cidade | 4 | 2% |
| Pessoa que teve destaque | 1 | 1% |
| Pessoa que tinha profissão importante | 1 | 1% |
| Presidente do Galo | 2 | 1% |
| Político | 2 | 1% |

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

| | | |
|----------------------|-----|------|
| Professor(a) | 4 | 2% |
| Uma senhora caridosa | 1 | 1% |
| Total | 176 | 100% |

Quadro 7: Sobre o conhecimento dos moradores

Vimos que 35% não sabe de quem se trata, 19% diz ser o nome de um imigrante, 16% de ser um estrangeiro e 6% de ser uma pessoa importante.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo realizar um estudo toponímico de ruas da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, motivados por nomes de origem árabe.

Depois de realizar levantamento dos nomes de ruas da capital, motivados por nomes árabes, confeccionamos fichas toponímicas; estudamos cada um dos dados, consultamos leis e decretos, realizamos entrevistas orais.

Na nossa "Introdução", expusemos o objetivo geral e a organização do estudo.

Na sessão 1, tratamos da conceituação do léxico e suas implicações. Destacamos a cultura, definimos a onomástica e as suas duas vertentes – a antroponímia e a toponímia.

Na sessão 2, apresentamos o objetivo geral, os objetivos específicos, destacamos os métodos utilizados para realização da pesquisa e a confecção das fichas toponímicas.

Na sessão 3, quantificamos e apresentamos, por meio de tabelas, os resultados encontrados tendo em vista os objetivos – geral e específicos.

Registramos:

- a) Os antropotopônimos (topônimos motivados por nomes de pessoas) constituem a taxionomia predominante. Isso se deve ao papel social que essas pessoas exerceram na capital mineira, principalmente no comércio;
- b) Em segundo lugar, os corotopônimos constituem uma das taxes preferidas. Na capital mineira, é bastante comum dar nome de

países e cidades estrangeiras, às ruas. Logo, se observarmos os decretos e leis e suas motivações, veremos que é uma prática comum do legislativo.

- c) Juntos aos antropotopônimos, os axiotopônimos (topônimos motivados por títulos), vem corroborar a importância dos nomes das pessoas nos logradouros urbanos. Na toponímia das cidades, parece que esta é uma prática bastante usual e que merece ser estudada, uma vez que, ao recuperar a história de um nome, recupera-se, também, a história de um povo;
- d) Os sociotopônimos constituem a quarta taxa encontrada em nosso *corpus*, com 2 ocorrências.
- e) Uma vez que o comércio árabe da capital é dominado pelos homens e é essa a profissão da maioria das pessoas que hoje figuram como antropotopônimos em Belo Horizonte, era de se esperar que o gênero masculino prevalecesse;
- f) Os logradouros se constituem de ruas, praças, avenidas e parques. Nesta monografia não nos detivemos nos nomes de prédios. Acreditamos que se ampliássemos e abarcássemos os prédios, teríamos um número bem maior de topônimos;
- g) Nossa pesquisa mostrou que os habitantes de Belo Horizonte têm pouco ou quase nenhum conhecimento sobre as pessoas que hoje figuram em placas nomeando suas ruas. Isso nos leva a pensar na importância de um trabalho toponímico para o resgate da memória cultural.

Acreditamos que realizamos uma pesquisa de cunho linguístico-cultural que pode ir ainda muito além. Fica aqui o nosso agradecimento ao trabalho dos árabes, moradores da nossa capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIE FILHO, Miguel. *Falsafa: a filosofia entre os árabes*. São Paulo: Paulus Athena, 2002.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. A globalização da cultura. Barueri: Manole, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A linguagem. In: _____. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 136-151.

DAUZAT, Albert. *Les nouns de Lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1987*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DUOUN, Taufik. A imigração sírio-libanesa às terras da promessa. São Paulo: Árabe, 1944.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: USP, 1965.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. Dissertação (de Mestrado). – FALE/UFMG, Belo Horizonte.

GATTAZ, André Castanheira. *História oral da imigração libanesa para o Brasil – 1880 a 2000*. 2001. Tese (Doutorado em História Social). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. III, Campo Grande: UFMS, 2007.

OSMAN, Samira Adel. *Imigração árabe no Brasil: histórias de vida de libaneses, muçulmanos e cristãos*. São Paulo: EJR Xamã, 2011.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.

SAPIR, Edward. *Língua e ambiente*. Linguística como ciência. Ensaios. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo*, 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

TERRITÓRIO brasileiro e povoamento: árabes – origem e destino dos imigrantes. Disponível em:

<<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/arabes/origem-e-destino-dos-imigrantes>>.

TOUMA, Habib Hassan. *The Music of the Arabs*. Trans.: Laurie Schwartz. Portland, Oregon: Amadeus Press, 1996.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
SUMÁRIO⁵⁹

| | |
|---|-----|
| 0. Apresentação – | 5 |
| <i>José Pereira da Silva</i> | |
| 1. A abordagem interacionista da metáfora: um estudo semântico-lexical | 9 |
| <i>Noelma Oliveira Barbosa</i> | |
| 2. A mandala astrológica análise semiótica da roda astrológica | 30 |
| <i>Ana Júlia Tavares Staudt</i> | |
| 3. Análise do significado em sentenças do português na perspectiva dos teóricos da intenção comunicativa | 40 |
| <i>Welton Rodrigues Santos</i> | |
| 4. Análise semântica do roteiro de telenovela | 47 |
| <i>Simone Dorneles Severo e Dinorá Moraes de Fraga</i> | |
| 5. Discurso e produção de sentido à luz do funcionalismo linguístico | 70 |
| <i>Clesiane Bindaco Benevenuti e Patrícia Peres Ferreira Nicolini</i> | |
| 6. Expressões idiomáticas sob a perspectiva dos estudos fraseológicos | 80 |
| <i>Dhienes Charla Ferreira Tinoco e Eliana Crispim França Luquetti</i> | |
| 7. Fusão e confusão entre objetos e métodos da(s) linguística(s) e da(s) filologia(s) | 89 |
| <i>Maria Lucia Mexias-Simon</i> | |
| 8. Leitura, significado e ideologia: uma breve análise da sintaxe narrativa do percurso gerativo de sentido no vídeo "As Brasileiras" | 95 |
| <i>Bruno Gomes Pereira</i> | |
| 9. Linguagem não verbal: uma análise semiótica da série fotográfica <i>Alice in Waterland</i> de Elena Kalis | 105 |
| <i>Taís Turaça Arantes e Nataniel dos Santos Gomes</i> | |

⁵⁹ Os onze primeiros trabalhos aqui relacionados foram editados em agosto de 2016, na primeira edição. Os seguintes foram incluídos nesta segunda edição.

10. **Nomeação e renomeação do espaço: considerações sobre a “toponímização” da toponímia baiana** 116
Clese Mary Prudente e Celina Márcia Abbade
11. **Relações sintagmáticas e paradigmáticas da palavra fofoca** 127
Edméa Campilho, Marcella da Silva Delgado e Sabine Mendes Lima Moura
12. **A lexicografia sob a ótica dos alunos do ensino fundamental** 139
Glauciane da Conceição dos Santos Faria
13. **Um estudo do campo lexical dos alimentos puramente africanos em *A Arte Culinária na Bahia*, de Manuel Querino** 149
Lise Mary Arruda Dourado
14. **Análise da palavra convento na peça *Hamlet* pela semântica lexical**..... 169
Carlos Henrique Lima de Souza e Flávia Cunha
15. **Análise semiológica do signo convento na obra *Hamlet*** 178
Carlos Henrique Lima de Souza e Flávia Cunha
16. **Algumas considerações acerca do vocabulário têxtil no banco de dados do *Dicionário Histórico do Português do Brasil - séculos XVI, XVII e XVIII*** 195
Jozimar Luciovanio Bernardo e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa
17. **Estrangeirismo na moda e a moda do estrangeirismo** 213
Denise Salim Santos
18. **Estudo dos topônimos de origem indígena no livro didático de geografia** 222
Verônica Ramalho Nunes
19. **Estudo toponímico em *Bahia Humorística*, de Eulálio Motta** 235
Liliane Lemos Santana Barreiros e Patrício Nunes Barreiros
20. **Expressões idiomáticas com o verbo dar + sintagma nominal: não são construções com verbo leve** 249
Fernanda Lellis Fernandes
21. **Lexemática aplicada. Uma análise das estruturas paradigmáticas secundárias em textos do gênero poesia no E. F. II** 261
Manoel Felipe Santiago Filho

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

- 22. Os nomes das ladeiras do centro de Salvador: do símbolo da justiça aos órgãos administrativos 280**
Marta Maria Gomes e Celina Márcia de Souza Abbade
- 23. Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses 298**
Ana Lourdes Cardoso Dias
- 24. Toponímia de origem árabe em ruas de Belo Horizonte 315**
Jéssica Nayra Sayão de Paula